MOSAICO
SOCIOANTROPOLÓGICO

TEMAS TRANSVERSAIS DE CULTURA, GÊNERO E SAÚDE

Organização
Zulmira Newlands Borges
Laura Senna Ferreira

UFSM
GEPACS UFSM
CULTURA|GÊNERO|SAÚDE
pE.com
EDITORA EXPERIMENTAL

Organização
Zulmira Newlands Borges
Laura Senna Ferreira

MOSAICO

SOCIOANTROPOLÓGICO

TEMAS TRANSVERSAIS DE CULTURA, GENÊRO E SAÚDE

1ª edição

15 ANOS GEPACS

GEPACS
EDITORA EXPERIMENTAL pE.com UFSM
SANTA MARIA - RS, 2017

SUMÁRIO

7 Um mosaico de histórias e pesquisas socioantropológicas
Laura Senna Ferreira e Zulmira Newlands Borges

17 Enfrentando a morte e gerando a vida: um estudo antropológico sobre gestantes soropositivas em tratamento no hospital universitário de Santa Maria
Sandra Regina Trindade da Costa

23 A arte de construir espaços de cura e de saúde a partir da escuta dos sujeitos e do uso da terapia floral
Graciele Dotto Castro e Fátima Cristina Vieira Perurena

31 Um estudo antropológico das representações sobre metrossexuais através das revistas Veja, Nova e Vip
Vanessa Volpatto Hoffmann

38 Sobre crianças, brincadeiras e brinquedos um olhar para as relações de gênero
Fernanda Battagli Kropeniscki e Fátima Cristina Vieira Perurena

46 Movimentos “Escola Sem Partido” e Escola sem “Ideologia de Gênero” articulados nas supressões de questões sobre gênero e sexualidade dos parâmetros curriculares
Rafaela Oliveira Borges

55 Desdobramentos dos estudos sobre gênero e ciência
Ariana Fantoni Soberón

61 Matriarcado mudanças de concepções nos estudos de gênero
Diego Marafiga de Oliveira

67 Costurando gênero, textos e imagens? Um ensaio etnográfico com alfaiates e costureiras na cidade de Santa Maria/RS
Karen Käercher

75 Eu só sou velho na idade – “velho”, “idoso” ou “terceira idade”? Subjetividades e corporalidades compondo-se no encontro etnográfico
Gabriela Felten da Maia

84 Envelhecer no feminino: corpo e feminilidade na maturidade
Marcia Regina Medeiros Veiga

93 Empreendedorismo como habitus profissional e o setor de tecnologia da informação
Laura Senna Ferreira

103 Entre artífices e precários: a racionalização do trabalho dos professores da educação básica
Dionas Ávila Pompeu

112 Tribos: na trilha da cidadania
Andrieli Vizotto

123 Sobre músicos e seus instrumentos: trajetórias e perspectivas de estudantes de Música da Universidade Federal de Santa Maria
Fabiana Stringini Severo

131 Carnaval, condutas homossexuais e interior: problematizando intersecções no Pantanal-MS
Guilherme Passamani

142 Um croqui de estilos urbanos: pichadores/grafiteiros de Santa Maria
Rodrigo Nathan Romanus Dantas

150 Genética e memória entre os familiares dos desaparecidos na Argentina
Virginia Vecchioli

159 Sobre alguns assuntos pouco discutidos na academia
Zulmira Newlands Borges

170 Autores

APRESENTAÇÃO

Um mosaico de histórias e pesquisas socioantropológicas

Em comemoração aos 15 anos de fundação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero e Saúde (GEPACS), esta coletânea vem a público apresentar parte da produção de seus colaboradores ao longo desse tempo.

Criado em 1998, o curso de bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) formou sua primeira turma em 2001 e já então havia alcançado reconhecimento no âmbito da universidade e da região. No seu quinto ano de funcionamento, contava apenas com duas professoras efetivas de Antropologia, Zulmira Newlands Borges e Maria Catarina Zanini. Naquele momento possuía uma grade disciplinar fechada, com todas as disciplinas de caráter obrigatório. Um curso muito bem estruturado e com boa base teórica, mas pouco flexível e que pecava por impossibilitar aos estudantes eleger disciplinas dentro de áreas mais compatíveis com os seus interesses. Havia portanto uma grande demanda por outros temas das Ciências Sociais. Estávamos no início dos anos 2000 e a Aids ainda era um assunto presente cotidianamente nos noticiários que veiculavam os avanços da epidemia. Proliferavam nos congressos de Antropologia grupos de trabalho e mesas que discutiam gênero, sexualidade e questões relacionadas às temáticas do corpo, da saúde e da doença.

O GEPACS surgiu nesse contexto. Criado oficialmente e registrado no CNPq em 2002, pela professora Zulmira Newlands Borges, teve sua origem um pouco antes (entre 1999 e 2000), durante a formação da segunda turma de bacharéis em Ciências Sociais, em consequência do interesse de um grupo de estudantes por discutir questões de corpo, saúde e doença com viés antropológico. Pela dificuldade de encontrar um espaço físico dentro da UFSM, eventualmente o grupo se reunia em um salão de festas emprestado por uma das alunas participantes. Desse modo, iniciamos nossos encontros de maneira bem artesanal para estudar temas que naquele tempo não estavam sendo contemplados pelo curso.

Nesse sentido, merece destaque a perspectiva educativa e de formação a que o núcleo sempre se propôs, estimulando questões e temas para além dos muros da universidade. De início voltado unicamente para alunos e alunas de graduação em Ciências Sociais (bacharelado), o grupo foi se expandindo e agregou estudantes de outros cursos, como os de Medicina, Psicologia e Enfermagem. Por cinco anos consecutivos, o GEPACS realizou a *Jornada Interdisciplinar em Saúde* em parceria com os departamentos de Psicologia Social, Enfermagem e História da UFSM. Também promoveu diversos cursos de extensão de curta duração sobre Antropologia da Saúde, para estudantes das mais diversas áreas. Junto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e também a Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre outras, foram realizados muitos seminários e eventos anuais desde a sua criação.

Em Santa Maria, na UFSM, o núcleo tem exercido um papel fundamental na articulação e divulgação da área de Antropologia, nos primeiros anos centrado nos temas de Corpo, Saúde e Doença, e com a colaboração dos pesquisadores Alberto Manuel Quintana, do Departamento de Psicologia, e Fátima Perurena, das Ciências Sociais, foi

crescendo e se fortalecendo. Após 2007, dois momentos foram decisivos no amadurecimento do GEPACS: a criação do mestrado em Ciências Sociais (em 2008) e o REUNI1, que possibilitou a abertura de novos cursos e a contratação de novos professores. Foram incorporadas outras pesquisadoras e professoras de excelência, como as professoras doutoras Jurema Brites e Virginia Vechiolli, e mais recentemente as professoras doutoras Laura Senna Ferreira e Mariana Selister, que fazem parte do grupo desde que ingressaram na UFSM.

Seria impossível listar aqui todos os pesquisadores e pesquisadoras profissionais e estudantes que passaram pelo GEPACS nos últimos 15 anos sem incorrer em alguma injustiça e omitir nomes, mas o fato é que a repercussão do trabalho desenvolvido tem ultrapassado a esfera acadêmica, contribuindo com a formação não apenas de alunos das Ciências Sociais, mas de profissionais da saúde de diversas especializações engajados em serviços responsáveis pelo planejamento e execução de políticas públicas no nível estadual e municipal. Dessa forma, tem propiciado um intenso diálogo com a comunidade, oferecendo constantemente a Santa Maria acesso às pesquisas mais recentes na área de Cultura, Gênero e Saúde.

O GEPACS se orgulha por ter como marca a diversidade de perspectivas temáticas e teóricas. O núcleo foi o ponto de partida de muitos estudantes e intelectuais que hoje são professores universitários, docentes da educação básica, pesquisadores em organizações nacionais e internacionais, entre outras formas de inserção como cientistas sociais em geral e antropólogos em particular. Alguns desses colaboradores nos dão a honra de participar do projeto deste livro com textos que são parte das pesquisas desenvolvidas e/ou em desenvolvimento ao longo das suas trajetórias.

Os capítulos aqui reunidos versam sobretudo sobre gênero, envelhecimento, saúde, trabalho, educação, produção cultural e sofrimento. É a partir desses eixos norteadores que se organiza esta apresentação.

O primeiro eixo que merece destaque é o de saúde, tendo em vista que as primeiras pesquisas e orientações do GEPACS se ocuparam dessa temática. São apresentadas duas pesquisas, concluídas em 2003 e em 2011, respectivamente, intervalo de tempo que informa que o campo da saúde permanece como área de ensino e pesquisa para as orientadoras professoras Zulmira Borges e Fátima Perurena.

O capítulo inicial, de Sandra Regina Trindade da Costa, reflete os primeiros interesses do grupo de estudos, a epidemia da Aids e as questões de gênero. **Em Enfrentando a morte e gerando a vida: um estudo antropológico sobre gestantes soropositivas em tratamento no hospital universitário de Santa Maria**, a autora analisa as representações sobre Aids e gravidez no caso de jovens gestantes soropositivas. Com base num grupo de grávidas que participa de um coletivo organizado pelo curso de Enfermagem no hospital universitário de Santa Maria, Sandra realizou uma etnografia na qual discute os aspectos simbólicos que perpassam essa doença. Partindo do dado estrutural do crescimento da Aids principalmente entre as mulheres, a pesquisa indica que um dos fatores explicativos desse dado relaciona-se ao fato de as campanhas não as colocarem em primeiro plano. As campanhas, comumente, focam nos chamados grupos de risco, evidenciando a fragilidade da publicidade em lidar com o universo simbólico associado às práticas sexuais. A autora indica que há uma chave que apro-

1 Sigla para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, do governo federal, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24/05/2007, e regulado pelas portarias interministeriais 22/2007 e 224/2007. A adesão voluntária ao programa começou em 2008.

xima o estigma da doença e as questões de gênero, bem como a depressão e o medo da morte. No caso da última, uma preocupação com a morte tanto do ponto de vista físico como social. O estigma decorre da associação entre comportamento de risco e a ideia de uma moralidade suspeita em relação à sexualidade, o que, na prática, dificulta o tratamento das pessoas soropositivas. Também, entre as gestantes, há o medo em relação às doenças oportunistas, mas, muito mais que isso, o medo da morte social, daí o esforço por esconder a enfermidade. No caso das grávidas existe um profundo receio pela saúde da criança, medo de que o feto seja contaminado, e há também o pavor de desenvolverem a doença e não conseguirem criar os filhos. Há muitos efeitos corporais e psicológicos associados a ser soropositivo(a). E, no caso da maternidade, a questão envolve dimensões culturais, para muito além dos aspectos biológicos.

No capítulo de Graciele Dotto Castro e Fátima Cristina Vieira Perurena, **A arte de construir espaços de cura e de saúde a partir da escuta dos sujeitos e do uso da terapia floral**, aprendemos sobre as diferentes racionalidades na área da saúde, tendo como questão central o que leva médicos a recorrerem à terapia floral e a assumirem outro entendimento científico da doença e da cura. A essa postura está associada uma concepção diferenciada de sujeito, saúde e tratamento, passando por uma visão mais holística acerca da relação entre corpo e indivíduo na superação do sofrimento humano. As autoras, com base em entrevistas, evidenciam que se trata de uma opção que altera a relação médico-paciente e supera a dicotomia entre modelo biomédico (ciência ocidental) e as medicinas alternativas. Nessas últimas, verifica-se a sensibilidade médica na compreensão do sujeito como totalidade, que vai além da lesão orgânica e dos aspectos biológicos e retoma saberes tradicionais. A decisão médica de atuar com terapias naturais alternativas, como a terapia floral, ultrapassa a dualidade racionalista cartesiana – separação entre mente e corpo – que anula as dimensões emocionais e psicológicas. Gabriela e Fátima observam que a partir do reconhecimento das limitações dos saberes biomédicos ocidentais, a biomedicina tem sido questionada e revista, resultando em outras abordagens terapêuticas na arte da cura.

Outra área de interesse do núcleo de pesquisa desde os seus primeiros encontros são as discussões sobre o impacto das diferenças e hierarquias de gênero socialmente instituídas na vida de homens e mulheres. Nesse contexto, em que se problematizam as imposições sociais sobre o comportamento dos sujeitos, destaca-se o trabalho de conclusão de curso de Vanessa Volpatto Hoffmann, de 2003, orientado também pela professora Zulmira Borges. Em **Um estudo antropológico das representações sobre metrossexuais através das revistas Veja, Nova, e Vip**, a autora analisa o conceito de metrossexual através da mídia impressa, ocupando-se das diferentes abordagens associadas ao termo. Tem por base os temas gênero, mídia, consumo e identidades, e de que modo esses aspectos indicam a emergência de uma outra masculinidade. Trata-se de uma análise antropológica dos diferentes significados atribuídos ao termo metrossexual, a partir das revistas. Também, elabora o lugar do jornalista na construção dessas imagens e como vinculam o cuidado com a estética, a beleza, o narcisismo e a suspeita de homossexualidade. O termo associa-se à ideia de metrópole (metro), partindo do pressuposto de que nela está a possibilidade de consumo e badalações. A interpretação da autora aponta para a importância da estilização da vida e a forma de distinção social que se apresenta nessa busca de identidade, mas, sobretudo, considera as apropriações pela indústria do consumo ao conceber o metrossexual como um alvo da publicidade. Para a autora, o tema traz uma associação com a equidade de gênero e com a tensão das fronteiras entre o masculino e o feminino, a partir de identidades

sociais mais fluidas e reflexivas.

Ainda dentro das discussões de gênero, três outros capítulos têm em comum o debate em torno de processos de construção de verdades e de socialização que promovem a constituição hegemônica de determinados padrões de comportamento para meninos e meninas, marginalizando outros. O primeiro trata da socialização e da educação de gênero, a partir dos brinquedos, e o segundo remete ao silêncio imposto por uma determinada ideologia conservadora, limitando e inviabilizando certas discussões nas escolas. O seguinte aborda a construção e a produção das verdades científicas e da ideação da ciência como um campo masculino e seu efeito na desigualdade de gênero.

Fernanda Battagli Kropeniscki e Fátima Cristina Vieira Perurena, em **Sobre crianças, brincadeiras e brinquedos: um olhar para as relações de gênero (2015)**, tomam como base a dissertação de mestrado da primeira autora sob orientação da segunda. Ambas analisam o papel da brincadeira para as crianças, a partir de catálogos de brinquedos. As autoras partem da concepção do lugar ativo e não apenas receptivo da criança no meio social em que vive, considerando o uso criativo que as crianças fazem dos brinquedos ao exercer, por meio deles, sua imaginação social. Fernanda e Fátima demonstram que, através dos brinquedos, o adulto busca uma relação funcional de socialização e a formação dos papéis de gênero e social de meninos e meninas para a constituição dos futuros homens e mulheres. Contudo, a criança tem sua própria experiência por intermédio dos brinquedos, não simplesmente reproduzindo aquilo que se destina a ela pela indústria e pelos adultos. Tal discussão traz à tona a ideia de infância como um valor em si mesma, por isso o brincar é percebido como momento de inventividade, de experimentar o viver criativo, a imaginação daqueles que não são apenas receptores, mas também produtores de cultura. Diferentemente do adulto, que muitas vezes pensa o brincar como treinamento, para as crianças trata-se de um momento de espontaneidade, criatividade e fantasia. A brincadeira não é apenas preparação para a vida adulta, mas um momento crucial da constituição do sujeito nessa fase da vida. Conforme as autoras, as relações de gênero se reproduzem nos brinquedos como parte dos jogos simbólicos presentes na ação educativa. Para além do processo generificador de formação desigual de meninos e meninas, futuros homens e mulheres, Fernanda e Fátima destacam, do ponto de vista do gênero, outras possibilidades de brincadeiras, fora do composto binário menino e menina. A cultura predefine as relações de gênero para brinquedos, mas é possível verificar o brincar como uma ação que borra essas fronteiras, a partir dos usos e sentidos que as crianças lhes atribuem.

O texto de Rafaela Oliveira Borges, **Movimentos "Escola Sem Partido" e Escola sem "Ideologia de Gênero" articulados nas supressões de questões sobre gênero e sexualidade dos parâmetros curriculares (2017)**, analisa a legislação resultante do Escola Sem Partido e da politização em torno do tema da chamada Ideologia de Gênero. A autora apresenta resultados do seu trabalho de conclusão de curso, realizado sob orientação de Zulmira Borges, e reflete sobre como esse debate tem impactado as questões de gênero na escola, indo num caminho oposto ao da valorização da diversidade. Essa nova legislação tem resultado na exclusão dos temas gênero, sexualidade, identidade e orientação sexual nos planos de educação. Trata-se de um empenho dos setores conservadores, especialmente das bancadas religiosas, por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) – uma verdadeira "cruzada moral", numa onda conservadora política e religiosa. Com base em emendas e sessões plenárias de votação, e na análise dos posicionamentos políticos, Rafaela observa a supressão dessas diretrizes nos planos

de educação do estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre. O Escola Sem Partido parte da ideia de que os professores atuam como doutrinadores em sala de aula, abusando da sua liberdade, e entende que a educação religiosa, sexual e moral é papel da família. Há nesses setores uma obsessão por criar novas regras para a educação, eliminando o mal a ser combatido, que é a ideologia de gênero. Os reformadores pensam como se tivessem uma missão, qual seja defender os valores e o modelo de família tradicional, guardiã da moral e a única responsável por esses temas. Conforme esses grupos conservadores, de uma perspectiva essencialista, o sexo pressupõe o gênero – em negação ao fato de que gênero e sexualidade envolvem relações complexas entre o biológico, o social e o cultural. Para Rafaela, o impacto dessas supressões fragiliza as ações em prol da diversidade e o combate às desigualdades e à discriminação. Trata-se de uma reação autoritária aos avanços e conquistas de direitos de grupos excluídos minoritários.

Desdobramentos dos estudos sobre gênero e ciência (2016), de Ariana Fantoni Soberón, é resultado de sua dissertação de mestrado, orientada por Fátima Perurena. A partir de pesquisa bibliográfica, é analisado o campo de estudo que relaciona gênero e ciência. A autora considera a relação entre conhecimento e o vínculo que esse estabelece com uma época. Para tanto, trata o contexto histórico e social, os estilos de pensamento e a produção de verdade. Com base na ideia de coletivo de pensamento, discute ciência e sua relação com as práticas e a cultura de um período histórico. Discute o sentido da ciência moderna racionalista e a crise mais recente da ideia de cientificidade, que vai além da concepção de conhecimento desinteressado e autônomo, incorporando novas questões teóricas e metodológicas. A crise traz à tona a historicidade e as incertezas presentes na comunidade científica e o questionamento da ideia de objetividade, a partir da perspectiva de que visões de mundo são constitutivas do universo científico, assim como o são da dicotomia homem e mulher que moldam o conhecimento. Para Ariana, a ciência é um empreendimento masculino e a profissionalização do campo do saber excluiu as mulheres, como parte da divisão sexual do trabalho. Os estudos feministas destacam o contexto institucional e indicam que outras concepções são importantes para a elaboração de renovadas formas de conhecimento e a reconstrução das ideias de sexo e gênero.

Os três capítulos, portanto, apontam para o forte empenho social da construção do gênero nas brincadeiras, nas escolas, nas políticas educacionais e na ciência – em todas essas dimensões a preocupação com a educação para uma adequação do gênero ao sexo biológico é uma constante. Desses textos, ficam as perguntas: se se trata de algo tão natural e hegemônico, por que tanta preocupação? Tanto empenho? E tanto esforço em enfatizar que homem tem de se comportar de maneira X e a mulher de modo Y?

Os dois textos seguintes tiveram orientação da professora doutora Jurema Gorski Brites. O primeiro, de Diego Marafiga de Oliveira, intitula-se **Matriarcado: mudanças de concepções nos estudos de gênero (2016)**. Com base em uma revisão bibliográfica, trata das transformações nos estudos de gênero que envolvem o tema do matriarcado. O autor considera a construção histórica da ideia de família e o momento no qual as perspectivas feministas passaram a questionar a naturalização dessa construção social e histórica. O mesmo faz em relação ao patriarcado, que recebe na pena do autor uma dura crítica por suas conotações de reforço da supremacia masculina. Considerando a literatura que discute a socialização dos papéis de gênero, Diego demonstra a relevância desse debate na desnaturalização de tais construções. A partir do tema do

matriarcado refaz as discussões sobre as possibilidades de dominação feminina – domínio sobre a família e o Estado – que permeia a literatura de gênero, pelo menos desde 1970, voltando-se, com a produção feminista nos anos 1980, para o questionamento da condição universal da inferioridade feminina.

Costurando gênero, textos e imagens? Um ensaio etnográfico com alfaiates e costureiras na cidade de Santa Maria/RS (2016), de Karen Käercher, resultado de sua dissertação de mestrado, analisa trabalhadores da costura em Santa Maria, homens e mulheres, alfaiates e costureiras que têm no tecer com as mãos uma ferramenta de trabalho e um veículo de sua história. Karen utiliza a etnofotografia como recurso de pesquisa antropológica, com base na Antropologia Visual, lançando mão de fotos de ateliês de costura. A autora faz da fotografia uma espécie de relato, de modo a captar o corpo e os gestos para além das falas, quer dizer, as performances não capturadas pelo código verbal. Trata-se de um recurso metodológico que utiliza imagens e linguagem do dia a dia dos alfaiates e de costureiras, com o propósito de entender seus modos de viver e de pensar, as técnicas corporais do corte e da vida dessas pessoas e as formas de aprendizagem. Karen tem por base os conflitos entre homens e mulheres que, nos seus processos de socialização, acabam por incorporar técnicas diferenciadas de costuras, trazendo à tona que também a aprendizagem da técnica passa pelas relações de gênero.

Outra área de interesse, que é concomitante à criação do nosso mestrado em Ciências Sociais e surge de uma grande demanda de pesquisa para a comunidade de Santa Maria, é o tema do envelhecimento. Dois capítulos são dedicados à problematização das questões do envelhecimento em Santa Maria: primeiro em um universo masculino e, depois, num universo feminino.

Como parte de sua dissertação de mestrado, orientada por Fátima Perurena, Gabriela Felten da Maia escreve o capítulo **Eu só sou velho na idade – "velho", "idoso" ou "terceira idade"? Subjetividades e corporalidades compondo-se no encontro etnográfico (2010)**. Tomando por base as categorias gênero e geração, por meio de entrevistas e observação participante a autora examina as representações que versam sobre a velhice e o envelhecimento, assim como a questão da sociabilidade entre homens que estão na faixa etária de 65 a 82 anos. Gabriela analisa os processos classificatórios definidores das categorias velho, idoso, terceira idade e outras denominações utilizadas para se referir a essa fase da vida. Por razões teóricas e metodológicas, a autora opta por falar em velhos, explorando diferentes concepções acerca do envelhecer e demonstrando quanto as nomenclaturas têm caráter polissêmico e dependem dos contextos nos quais são mobilizadas, impregnadas ou não de uma carga simbólica negativa. O marco da aposentaria – o direito à inatividade – é concebido como referência para uma nova identidade, a qual se verifica em grande medida conflituosa, pois a possibilidade do lazer não substitui o lugar do trabalho como referencial identitário. Gabriela destaca o receio de seus interlocutores a respeito da associação entre velhice e invalidez e demonstra que, na questão da velhice, as práticas discursivas assumem formas institucionais e de saberes.

Marcia Regina Medeiros Veiga, orientada no mestrado por Zulmira Borges, apresenta as representações do envelhecimento, a partir das relações de gênero, no capítulo **Envelhecer no feminino: corpo e feminilidade na maturidade.** Por meio da observação participante e de entrevistas, a autora discute as posições de pessoas maduras e idosas nos territórios e seus processos de construção identitária. Nesse contexto, a temática do envelhecimento é vista como questão biocultural. Os termos meia-idade e

maioridade são acionados para a seguinte reflexão: se, por um lado, envelhecer pode representar superação e experiência, por outro pode significar declínio físico e social, reforçando estereótipos de vulnerabilidade e dependência dos sujeitos. De modo geral, ser velho é associado a algo pejorativo, pois classifica aqueles que não souberam se manter jovens. A ideia de terceira idade foi elaborada para relativizar esse estigma, pois é associada a dinamismo, atividades e exercícios. A autora analisa a indústria da beleza do ponto de vista da pressão sofrida sobretudo pelas mulheres, que têm a identidade atrelada aos capitais associados à juventude e à beleza. Do prisma de uma determinada feminilidade hegemônica, a juventude é concebida como bem precioso e correlacionada à ideia de produtividade e consumo.

Com a temática comum do trabalho, três textos desta coletânea o analisam no campo do empreendedorismo, da educação e do voluntariado, respectivamente. O primeiro deles, **Empreendedorismo como habitus profissional e o setor de tecnologia da informação**, da professora e pesquisadora do GEPACS Laura Senna Ferreira, destaca que o empreendedorismo é o modelo de subjetividade característico do espírito do capitalismo contemporâneo. A partir de uma investigação realizada no segmento de Tecnologia da Informação (TI) da cidade de Florianópolis/SC – com base em pesquisa documental e entrevistas –, a autora analisa de que modo o ingresso na área de TI está associado à incorporação de um *habitus* empreendedor, o qual, como princípio, transcende o âmbito econômico e se vincula a um modo de vida e às formas de percepção. Para Laura, os valores, as linguagens e as crenças do mundo dos negócios, como nova cultura – em oposição à cultura do assalariamento –, são especialmente mobilizados pelas áreas tecnológicas. Assim, é discutido em que medida as narrativas dos sujeitos que atuam no segmento de TI expressam uma adesão e/ou recusa ao empreendedorismo como modo de ser. Enquanto setor ancorado em um capitalismo reticular e por estreitar a relação entre técnico, gestor e proprietário, o segmento de TI é particularmente favorável a corresponder aos ideais do empreendedorismo como visão de mundo e orientação da ação. O empreendedorismo é uma norma do grupo profissional, colocando-se como ordem de ações, percepções e sentidos, a ser adotado por aqueles que atuam no ramo. Ao mesmo tempo que considera a adesão a esses pressupostos, Laura pondera acerca dos possíveis questionamentos da noção de empreendedorismo em contextos de frustração das expectativas construídas com base nessa representação.

O capítulo **Entre artífices e precários: a racionalização do trabalho dos professores da educação básica**, de Dionas Ávila Pompeu, analisa a partir dos dados de sua dissertação de mestrado, sob orientação de Laura Senna Ferreira, o trabalho dos professores da educação básica. Com base em pesquisa bibliográfica e no debate geral sobre as transformações mais recentes no mundo do trabalho, considera as políticas educacionais marcadas pela ofensiva neoliberal dos anos 1990, as quais tiveram como propósito adaptar a educação brasileira aos imperativos da globalização, reorganizando a política pública com foco em formar para a empregabilidade. Nesse curso, ganhou centralidade o tema da administração escolar, a ideia de produtividade e de eficiência na gestão do trabalho docente. Os novos direcionamentos resultaram na intensificação do trabalho e numa maior responsabilização do professor, sem retorno em melhores condições de trabalho e nos índices educacionais, que permanecem precários. Na prática, a chamada democratização da gestão escolar – uma conquista das lutas sociais no campo da educação – não tem implicado melhor desempenho dos alunos, mas tem representado mais trabalho para os professores. As condições de trabalho não se tornam mais favoráveis e verificam-se novas responsabilidades com a gestão

da escola. Demandam-se dos professores metodologias diferenciadas, ações para a educação inclusiva e a obtenção de resultados positivos nos testes de desempenho. É necessário formar para a cidadania, recuperar os alunos com defasagem de aprendizagem, participar de reuniões administrativas, de gestão e pedagógicas e atentar para as questões comportamentais dos alunos. Ou seja, uma variedade de funções que estão para além da formação do docente *stricto sensu*. A polivalência tem sido sinônimo de mais-trabalho. Os problemas de saúde, associados à precarização do trabalho e social, se somam às altas jornadas e baixa remuneração, dificultando que se realize o que se espera da escola. Dionas discute os impactos geradores de doenças do corpo e da alma e os dilemas dos professores na fronteira entre o artífice e o precário, na tensão entre a desmotivação, insegurança, individualismo, competição e as lutas, os conflitos e resistências pela autonomia e melhorias na qualidade do trabalho.

Por fim, o capítulo da Andrieli Vizotto é resultado do seu trabalho de conclusão de curso, orientado por Zulmira Borges. Intitulado **Tribos na trilha da cidadania (2007)**, apoiado em entrevistas e observação participante discute o papel do voluntariado entre jovens estudantes do Ensino Médio que atuam na ONG Parceiros Voluntários no município de Santa Maria/RS. A autora trabalha com o conceito de capital social e analisa a constituição de uma cultura solidária, a partir de ações de prestação de serviço à comunidade que têm como horizonte questões associadas ao meio ambiente, à educação e à cultura. O voluntariado desempenha vários papéis entre os jovens, desde meio de sociabilidade até a constituição de um capital simbólico associado à distinção por atuar em algo socialmente importante. O voluntariado insere os jovens em uma rede que está para além da escola e se constitui em locus de pertencimento – ser um tribeiro. Andrieli observa ainda que a opção pelo voluntariado tem sido importante para enriquecer o currículo e ampliar a chance de obter empregos melhores num contexto que valoriza a consciência social e considera que o voluntariado amplia a competência para o mercado de trabalho.

Uma área de interesse e de estudos do GEPACS desde sua formação pode ser incluída em uma socioantropologia urbana, pois está ligada as questões culturais como música, carnaval e pichação. Os três últimos capítulos desta coletânea tratam respectivamente desses temas, mas têm um eixo em comum, que são os agentes/atores de tais produções. Temos a trajetória da formação do músico, o mercado de trabalho e expectativas; o protagonismo do universo gay na organização do carnaval de Corumbá; e quem são os pichadores, qual o seu estilo de vida, suas gírias, performances e gostos musicais em Santa Maria.

No capítulo de Fabiana Stringini Severo, que retoma seu trabalho de conclusão de curso orientado por Jurema Brites e traz o título **Sobre músicos e seus instrumentos: trajetórias e perspectivas de estudantes de Música da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-2011)**, temos um estudo etnográfico realizado junto aos estudantes de graduação em Música da UFSM. A autora analisa a trajetória de formação e o envolvimento com a música, as motivações para optar por esse curso, as perspectivas de mercado de trabalho e de carreira e o status social de músico. Aborda o sentido do aperfeiçoamento técnico, que se volta tanto para o mercado de trabalho como para a busca de excelência, e trata de temas cruciais: prestígio social; *status*; relação ambígua entre entretenimento e profissão; déficit de reconhecimento social da profissão; falta de políticas públicas de incentivo à cultura; hierarquias e conflitos entre estilos musicais; tensão entre bacharelado e licenciatura. Por fim, Fabiana relaciona as diferentes aspi-

rações de carreira com a posição social dos estudantes, atribuindo à família um lugar relevante na produção dessas disposições, bem como associa talento à aprendizagem e formação artística, cindindo com a ideia de dom.

Em Carnaval, condutas homossexuais e interior: problematizando intersecções no Pantanal-MS, Guilherme Passamani observa o protagonismo dos homossexuais na organização do carnaval de Corumbá/MS. Referindo-se a sua longa etnografia e entrevistas, o autor conta a história da festa a partir da narrativa dos homossexuais que a fazem acontecer. No carnaval, as pessoas com condutas homossexuais têm um grande ganho de visibilidade, tornando sua sexualidade mais aparente. A festa configura-se como espaço de manifestação gay. Permite às bichas, as protagonistas do evento, desfilarem diante dos olhares preconceituosos e, assim, entra em conflito com a moralidade dominante. A partir da análise do carnaval de Corumbá, Guilherme apresenta a mudança do olhar da sociedade, que ao longo dos anos deu lugar aos aplausos, em substituição aos xingamentos, evidenciando a transformação social do ethos da homossexualidade. No carnaval, as bichas de diferentes classes desfilam no centro da cidade. A temporalidade do carnaval emerge como tempo dos desejos, de oportunidades, de novos protagonismos, fantasias e realizações pessoais e coletivas. Todavia, trata-se sobretudo de um tempo de jovens, no qual o envelhecimento gradualmente leva a participação como espectador.

É de Rodrigo Nathan Romanus Dantas, mestrando orientado pela professora Zulmira Borges, o texto **Um croqui de estilos urbanos: pichadores/grafiteiros de Santa Maria**. Com base em uma etnografia e entrevistas, o autor analisa a relação entre grafite e as disputas de sentido sobre a cidade, a partir das performances dos pichadores de Santa Maria/RS. Ao identificar o perfil dos grafiteiros, as suas redes de relações e os elementos estilísticos que configuram a identidade desses grupos, Rodrigo traz à tona os atos performativos e as fronteiras do poder que permeiam os ritos de visualização social da prática da pichação/grafite, a qual se encontra no limiar entre a estética e a política. Ser pichador é aderir a um certo estilo de vida, a uma construção de imagem e de linguagem, aos repertórios de grupo que expressam formas de pertencimento e têm a rua como espaço central de expressão e de sociabilidade. A referência geográfica – o orgulho de ser da periferia – é uma constante nos processos coletivos de busca de reconhecimento, mas também no horizonte de individualização e subjetivação. O capítulo evidencia como esses jovens lidam com os estigmas, buscam reconhecimento entre os pares e afrontam os valores sociais que condenam a prática da pichação. A ação de grafitar, quando requer escalar lugares perigosos, envolve coragem, desafio e heroísmo, riscos que valem a pena ante a expectativa de reconhecimento e admiração dos pares, mesmo considerando as punições que envolvem.

Mais recentemente, o GEPACS tem abrigado discussões em torno de situações coletivas de sofrimento social. Sobre esse tema, apresentamos **Genética e memória entre os familiares dos desaparecidos na Argentina**, da professora e pesquisadora do GEPACS Virginia Vecchioli. Com uma longa pesquisa etnográfica, aliando observações, análise documental e entrevistas, a autora analisa a relação entre parentesco e ativismo político. Investiga o caso das mães e avós de desaparecidos políticos da Argentina – Avós e Mães da Praça de Maio – e evidencia a força dos elementos de consanguinidade como representação pública. Essa forma de engajamento público relaciona militância e vínculo de sangue com o compromisso moral do laço familiar, ao qual se atribui força política e a luta pelos direitos humanos. Virginia considera a construção da legi-

timidade do parentesco e a tensão que produz junto a outros atores que sublinham que toda sociedade argentina foi vítima e não apenas as famílias. A autora apresenta, ainda, os conflitos e as diferentes versões entre as lideranças desse ativismo e indica que tal militância não está na natureza, mas na construção da ideia de parentesco como dado natural.

Por fim, Zulmira Newlands Borges, em **Sobre alguns assuntos pouco discutidos na academia** traz uma reflexão sobre os bastidores do trabalho acadêmico, mesclando sua experiência e trajetória com sugestões e orientações sobre a escrita, as relações entre colegas e orientadores. Aborda ainda temas pouco discutidos como a questão da saúde mental e emocional, os fracassos, as críticas, os desafios e o esforço de superação a partir da incorporação de um *habitus* de trabalho. Seu texto traz à tona o fato de que o trabalho intelectual é o resultado de um exercício cotidiano de disciplina e determinação e, embora a escrita seja em primeira mão solitária, as ideias são dádivas que circulam durante o processo de formação na pós-graduação, tornando o trabalho uma produção mais coletiva que individual.

Os textos reunidos aqui, como se pôde ver, abordam diversos temas com perspectivas teóricas e metodológicas variadas. Mas um fio condutor os conecta: a orientação pela Antropologia e Sociologia e, também, a passagem de seus autores pelo GEPACS. Ao completar 15 anos de atuação, o grupo é batizado por esta publicação, a qual expressa a diversidade característica desse coletivo.

As organizadoras Laura Senna Ferreira e Zulmira Newlands Borges

Inverno de 2017

Enfrentando a morte e gerando a vida um estudo antropológico sobre gestantes soropositivas em tratamento no Hospital Universitário de Santa Maria

Sandra Regina Trindade da Costa

Constata-se, atualmente, um grande aumento da incidência do vírus da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) em todo o mundo, principalmente entre mulheres, em decorrência de aspectos sociais, econômicos e biológicos que provocam sua vulnerabilidade frente ao HIV (CRUZ, 2000).

No Brasil, apesar do grande empenho das autoridades governamentais e dos profissionais de diversas áreas, mediante campanhas de prevenção do HIV/AIDS e a disseminação de informação a respeito das causas e meios de prevenção, os resultados para conter a epidemia estão aquém do desejado, ou seja, há uma "lacuna" na mobilização da sociedade frente a tais campanhas, o que faz com que aumente a cada dia o número de pessoas infectadas. Para obter maior abrangência, tais campanhas devem revelar agentes sociais ativos que tenham consciência de seu universo simbólico e sejam capazes de manipulá-lo e recriá-lo, uma vez que as práticas sexuais são decorrentes de representações construídas socialmente (VANCE, 1995).

O aumento de mulheres infectadas nos últimos anos aponta novos aspectos em relação à reprodução humana e social por atingir mulheres em período reprodutivo e que não estão associadas a "comportamentos de risco". Neste sentido é importante mencionar que o termo "grupos de risco" e a ênfase dada a estes nas campanhas preventivas foi prejudicial em relação à prevenção de mulheres que não se enquadram em tais grupos por não apresentarem comportamentos considerados 'de risco'. O aumento do número de mulheres contaminadas por seus parceiros fixos tornou evidente tal agravante (KNAUTH, 1997).

Levando em consideração tais pressupostos este trabalho teve como objetivo analisar as representações sobre gravidez e AIDS entre gestantes portadoras do vírus que participaram do grupo de gestantes soropositivas, promovido pelo curso de Enfermagem no Hospital Universitário de Santa Maria. Assim, investigou-se em que circunstâncias a gestante tomou conhecimento de sua sorologia positiva (antes ou após engravidar), que repercussão esta descoberta teve em sua vida e qual o conhecimento que tinham a respeito do HIV/AIDS e sua transmissão aos descendentes. Desta maneira, o título deste estudo está associado à concepção das gestantes em relação a sua gravidez e a sua condição de portadoras do vírus da AIDS. Isto porque, de acordo com as entrevistadas, embora a gravidez esteja relacionada a uma nova vida, o fato de terem contraído o vírus da AIDS, mesmo levando em consideração os avanços da biomedicina, está associado, inexoravelmente, à morte.

O interesse pelo estudo do tema proposto surgiu através de uma pesquisa antropológica sobre "Gravidez na Adolescência"1, durante a qual foi estabelecido contato com uma adolescente gestante que, apesar de relatar ser soropositiva, não diferia das outras entrevistadas (não soropositivas) nas atribuições de significados à gravidez, no contexto social investigado. Visando dar continuidade a esta temática foi elaborado um projeto de pesquisa que serviu de base para um trabalho de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais, buscando a análise das representações da gravidez de gestantes soropositivas sob um viés antropológico (HEILBORN, 1999). Desta maneira, procurou-se identificar a relação do contexto social destas mulheres e de sua soropositividade com o significado atribuído à gravidez, bem como uma possível atribuição de valores diferenciados entre as gestantes em decorrência da diferença de idade, vínculo com o parceiro, existência de outros filhos, entre outros. Assim, este trabalho, além de representar um diferencial teórico e metodológico em relação às outras áreas que não levam em consideração a perspectiva do grupo estudado, procurou inovar a partir da realização do estudo de um tema que já está inserido na Antropologia (KNAUTH, 1997), através da abordagem de um grupo que se encontra em um contexto diferenciado (Hospital Universitário da Universidade de Santa Maria), levando em consideração, também, os avanços da biomedicina. Além disso, tal abordagem poderá auxiliar no trabalho de médicos, psicólogos, antropólogos e outros profissionais que estejam envolvidos com a temática, possibilitando uma abordagem interdisciplinar entre as várias áreas interessadas no assunto e podendo, inclusive, auxiliar na elaboração de campanhas que visem à prevenção da transmissão vertical da AIDS.

A inserção em campo deu-se através desse grupo de gestantes soropositivas realizado no hospital Universitário de Santa Maria, de autoria do curso de Enfermagem. Através de rede de amizades foi mantido contato com a aluna que estava responsável pelo grupo e, então, após lhe explicar os objetivos da pesquisa e o esclarecimento de questões éticas, foi possível a inserção no grupo.

Este grupo era composto pelas alunas da Enfermagem (duas alunas, durante o tempo em que participei); gestantes portadoras do HIV/AIDS, que estivessem interessadas em participar e eu. O número de gestantes variava entre duas e três, e como retornavam frequentemente ao hospital – em decorrência das consultas médicas - geralmente no grupo estava presente alguma que já havia participado antes.

Os encontros ocorriam toda sexta-feira e duravam em média uma hora. As gestantes antes de consultarem eram convidadas a esperar na sala onde ocorriam os encontros. Ao entrarem eram informadas dos objetivos do grupo e, após, eu era apresentada e me era cedido um espaço para apresentar os objetivos da pesquisa. Então era explicado que estava sendo realizada uma pesquisa sobre gravidez e AIDS com o objetivo de analisar as representações delas em torno da gravidez. E, que apesar de objetivar-se escrever a respeito, não seria mencionado nada que pudesse prejudicá-las ou revelar sua identidade2. No final de cada encontro era perguntado a elas sobre a possibilidade de realizar-se uma entrevista. Estas ocorriam na casa das gestantes ou em uma sala do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal de Santa Maria.

1 Esta pesquisa intitulava-se "Gravidez na Adolescência: Valores e Significados" e participei como bolsista Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIPE) e como pesquisadora voluntária.

2 Nesse sentido há um esforço de preservar o anonimato das entrevistas não revelando aspectos físicos ou comportamentais que poderiam identificá-las, além de usar sempre nomes fictícios para as entrevistadas.

As entrevistadas eram mulheres grávidas e soropositivas, que frequentavam o grupo de gestantes. Tinham entre 25 e 32 anos, com exceção de duas que possuíam 18 anos. Elas tinham o primeiro grau, muitas vezes, incompleto. Nenhuma trabalhava ou estudava e, somente uma projetava isto para o futuro. Residiam em zonas rurais e urbanas da periferia da cidade de Santa Maria e de cidades próximas. E, a maioria, morava com algum outro membro da família (consanguíneos ou afins). Algumas recebiam auxílio econômico de parentes, inclusive para deslocar-se até o hospital. Das dez, seis já possuíam outros filhos.

A maioria delas ficou sabendo de seu estado sorológico através do pré-natal. Com exceção de duas. Destas duas, uma ficou sabendo ao ser hospitalizada em decorrência de uma doença oportunista e a outra ao fazer o exame por ficar sabendo que o parceiro, que havia falecido, era soropositivo. Todas estavam interessadas em fazer o tratamento de maneira correta para não afetar a criança.

MORTE, ESTIGMA E GÊNERO

Embora este estudo estivesse voltado para as representações das gestantes sobre a gravidez outros aspectos se tornaram relevantes, no decorrer da pesquisa, como a morte, o estigma que gira em torno do doente de AIDS e questões de gênero.

A morte apesar de ser inevitável - no sentido de que um dia vai acontecer a qualquer um de nós - não é vista mais, como antigamente, quando era esperada pelas pessoas, e sim como algo indesejado (ARIÉS, 1977)[3]. Isto pôde ser percebido entre as gestantes.

Num primeiro momento, ao saberem que são soropositivas, as gestantes vinculam este acontecimento com a morte física, se apresentando bastante depressivas, inconformadas com a situação. É possível entender tal associação resgatando o histórico da AIDS, quando na década de 1980 o indivíduo que descobria ser portador do HIV já estava com a doença manifesta e, devido à impotência biomédica, condenado à morte. Também, decorrente disso, as campanhas de prevenção que eram fatalistas: “AIDS não tem cura, AIDS mata”. Essa associação com a morte é algo ainda presente entre a população em geral e, consequentemente, entre os próprios portadores do vírus. Na citação abaixo a gestante enfatiza o medo de não poder viver para criar os filhos: “Hoje eu vou mostrar para doutora o exame que eu fiz para ver a carga viral. Tomara que dê tudo certo porque eu tenho meus filhos para criar”. (CLARA. In: COSTA, 2002)

Mas, à medida que elas intensificam o convívio com outras gestantes (que já possuíam o vírus há mais tempo), com os profissionais da saúde – que possuem um discurso diferenciado em relação ao HIV/AIDS e, perante a invisibilidade da doença, elas iam reinterpretando algumas noções e essa ideia de morte imediata se desfazia.

Então, num segundo momento, a AIDS passa a representar mais uma ameaça ao status social do que à própria vida, ou seja, elas passam a preocuparem-se mais com a morte social. Este aspecto pode ser entendido, também, através do resgate do histórico da AIDS onde os primeiros casos notificados ocorreram entre homossexuais e devido a isso a homossexualidade foi considerada grupo de risco4 e, consequentemente, quem possuía o vírus HIV era caracterizado como possuidor de comportamento de risco. Essa

3 Segundo Ariès (1977), em “A Morte Domada”, na Idade Média a morte boa e desejada e bem aceita pelas pessoas era a morte anunciada. De algum modo prevista, esperada e pública.

4 O termo “grupos de risco” foi estendido, posteriormente, a profissionais do sexo e usuários de drogas.

associação estigmatizou o doente de AIDS e tornou-se um empecilho a prevenção e tratamento da doença, que perdura até hoje, como pôde ser constatado no grupo estudado.

O estigma pode ser estabelecido em relação a uma marca física ou moral, tornando o indivíduo que o sofre diferente dos considerados "normais" pelo grupo social em que está inserido (GOFFMAN, 1988). No caso do portador do vírus da AIDS, a existência do estigma está relacionada tanto à marca física como moral. Num primeiro momento, quando o indivíduo é portador do vírus, mas não desenvolveu a doença, há o estabelecimento do estigma em relação a uma marca moral, ou seja, devido a atributos morais transmitidos através das relações sociais. Assim, o próprio indivíduo reprime-se em decorrência das representações sociais em torno do doente de AIDS – associação à promiscuidade sexual, uso de drogas etc. Pois, ele compartilha os valores sociais do contexto em que está inserido, e por isso torna-se um indivíduo desacreditável, afastando-se ao máximo do convívio com outras pessoas para que estas não venham descobrir esse atributo e passem a julgá-los. Num segundo momento, passa a ser também físico em virtude das doenças oportunistas e dos medicamentos que podem causar características indesejáveis. Dessa maneira, o indivíduo que passa a apresentar tais características da doença e pode ser percebido como doente de AIDS torna-se um indivíduo moralmente suspeito em relação ao seu comportamento (KNAUTH, 1995, 1997).

O estigma que gira em torno da doença era algo presente entre as gestantes estudadas. A todo instante alguma comentava a respeito de algo que tiveram que inventar para justificar o uso de medicamentos ou as frequentes consultas no hospital, para que as outras pessoas não desconfiassem que possuíam o vírus da AIDS. Além disso, comentavam, também, sobre não poderem amamentar. Isto - além de acarretar uma preocupação em relação a saúde da criança - surtia, também, preocupação em virtude do que iriam alegar para justificar tal ato às pessoas de seu convívio (KNAUTH, 1995, 1997).

Outro aspecto que também se sobressaiu, em relação ao estigma, é referente a legitimidade do contágio (KNAUTH, 1995, 1998 (a e b)). Durante os encontros no grupo, apenas duas gestantes mencionaram a maneira como haviam contraído o vírus. Uma foi através de relação sexual com marido, com quem era casada há dez anos, e a outra através de transfusão sanguínea. Esta revelação pode ser entendida como uma maneira delas diferenciarem-se das outras do grupo por terem contraído o vírus de uma forma legítima, ou seja, elas não tiveram culpa, são vítimas, não fizeram nada que poderia tornar-se-lhes vulnerável ao HIV/AIDS, ou seja, não tinham nenhum comportamento de risco (KNAUTH, 1998 a e b).

No que se refere às diferenças de gênero procurou-se destacar dois aspectos, que se sobressaíram. Estes referem-se a prevenção e tratamento do HIV/AIDS.

Em relação à prevenção, é importante mencionar que, algumas gestantes, mesmo após saberem ter contraído o vírus da AIDS e das implicações do não uso do preservativo, continuavam não usando. Nos dois casos em que isto foi constatado elas deixavam a decisão ao parceiro, que se posicionava contra. Elas não contestavam tal decisão para não pôr em risco a relação afetiva, mas, também, porque poderia afetar sua identidade da mulher como "digna" e "de respeito". Porém, a maioria das entrevistadas passou a usar preservativo. Esse fato está associado não só a prevenção em relação a troca viral, mas, também, ao não desenvolvimento da doença para poderem criar os filhos.

Quanto a procura por tratamento médico, na maioria dos casos, os homens ficaram sabendo de seu estado sorológico através das mulheres, com exceção do que já havia falecido, que ficou sabendo quando se encontrava em estágio terminal, devido às doenças oportunistas. As gestantes costumavam comentar durante os encontros no grupo que os parceiros recusavam-se a procurar auxílio médico e, alguns, até mesmo questionavam o fato delas terem feito o exame, pois, eles preferiam não saber. Neste sentido, há uma associação do pensar a aproximação do fim da vida mediante os efeitos corporais e psicológicos quando se está ciente de se ser HIV+, o que faria com que a morte chegasse mais cedo (KNAUTH, 1998). Esta concepção pode ser percebida, conforme se vê no relato abaixo: "Ele passa brigando comigo e dizendo: porque que eu fui fazer esse exame?" (CÁTIA. In: COSTA, 2002).

No que diz respeito a preocupação das mulheres em relação aos parceiros, analisando à luz das teorias sobre diferenças de gênero em camadas populares, evidenciamos o comportamento que se espera que as mulheres tenham em relação ao parceiro, "companheirismo" e, ao mesmo tempo, indica que no âmbito da saúde há uma inversão de valores onde a mulher, que é considerada frágil e deve ser protegida pelo marido que é forte e protetor, passa a se mostrar mais resistente que ele e, torna-se sua protetora devido a fragilidade em que ele se encontra, em decorrência da doença.

REPRESENTAÇÕES DA GRAVIDEZ

Durante a gestação, as mulheres podem transmitir o vírus ao feto e, em decorrência do agravamento da doença, ir a óbito. Mas, hoje, levando em consideração os avanços em relação ao tratamento do portador do HIV, a criança - se a mãe adere ao tratamento geralmente não adquire o vírus. E, além disso, as genitoras podem ter uma vida normal, podendo não desenvolver a doença.

Porém, mesmo levando em consideração tais avanços, existe ainda, muito preconceito em relação à gravidez de mulheres soropositivas. E, neste sentido, cabe mencionar, também, a culpabilização que recai sobre elas em relação à transmissão do vírus à criança, mesmo que tenham contraído de seus maridos.

Esses aspectos fazem com que, muitas vezes, mulheres soropositivas passem por conflitos na hora de decidir optar por um aborto e muitas acabam retardando a adesão aos cuidados médicos, que são essenciais à proteção da criança. Entretanto, mesmo perante tais obstáculos elas continuam gerando seus filhos. E, isto pode ser entendido através dos valores atribuídos a gravidez, pois, esta além de ser biológica é um fenômeno social para o qual são atribuídos valores diferenciados em grupos sociais distintos. Gravidez e maternidade não são eventos apenas biológicos, eles abrangem dimensões culturais, sociais, históricas e afetivas. A gravidez processada no corpo feminino tem significados que estão para além do biológico e que são "construídos com base na experiência social. Por conseguinte, pode-se pensar que são variáveis conforme a posição social ocupada pelos sujeitos, segundo classe, sexo, idade, etc." (PAIM, 1998).

Como as dez gestantes pertenciam a camadas populares, salienta-se que em camadas populares a maternidade confere um *status* de mãe, onde o filho em si evidencia o papel de mãe, que é muito importante. As meninas desde cedo são preparadas para assumir este papel através do cuidado dos irmãos mais novos. E, ser mãe significa uma espécie de passagem para a vida adulta. Além disso, a gravidez pode servir para

o estabelecimento ou consolidação de uma aliança e, também, reforçar ou criar novas relações familiares (PAIM, 1998).

Assim, levando em consideração os valores atribuídos pela gravidez em camadas populares, os aspectos negativos que envolvem a opinião de várias pessoas em relação à gestação de uma mulher soropositiva e todos os aspectos que se sobressaíram durante a pesquisa (morte, estigma e gênero), constata-se que os positivos, se sobressaíram (neste grupo estudado) em relação aos demais e isto pôde ser evidenciado através do posicionamento delas em relação à gravidez, pois a maioria a definia de maneira otimista enquanto apenas três consideravam de forma negativa. E, nesses três casos havia outros fatores agravantes como outros filhos, o fato de não possuir aliança consolidada e a situação financeira precária.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. A Morte Domada. In: ARIÉS, Philippe. **O Homem perante a Morte**. Lisboa: Europa – América, 1977.

COSTA, Sandra R. T da. **Enfrentando a morte e gerando a vida: Um estudo Antropológico sobre gestantes soropositivas em tratamento no Hospital Universitário de Santa Maria.** 2002: Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.

CRUZ, Pennie Azarcon Dela**. Lãs mujeres y el SIDA: ser Bueno es malo para la salud**. In: **Inquietudes femininas: Cobertura periodística sobre las mujeres y el VIH/SIDA**. Bureau: MEASURE communication, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. In: **Sexualidade – Olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

KNAUTH, Daniela Riva. Morte Masculina: Homens Portadores do Vírus da Aids sob a perspectiva feminina. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (org.). **Doença, Sofrimento, Perturbação: Perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998 (a).

_____. Maternidade sob o Signo da AIDS: um estudo sobre mulheres infectadas. In: COSTA, Albertina de Oliveira (org**.). Direitos tardios: saúde coletiva, sexualidade e reprodução na América Latina**. São Paulo: Prodir/FCC/Editora 34, 1997.

_____. Um problema de família: A Percepção da AIDS entre mulheres soropositivas. In: Leal, Ondina Fachel.**Corpo e significados: ensaios de Antropologia Social**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

_____. Psicoterapia, Depressão e Morte No Contexto da AIDS. Paulo Cezar; RABELO, Miriam Cristina (org). **Antroplogia da Saúde: Traçando Identidade e Explorando Fronteiras**. Rio de Janeiro: RELUME DUMARÁ, 1998 (b).

PAIM, Heloísa Helena Salvatti. Marcas no corpo: Gravidez e maternidade em Grupos populares. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, ondina Fachel (orgs). **Doença, Sofrimento, Perturbação: Perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

A arte de construir espaços de cura e de saúde a partir da escuta dos sujeitos e do uso da terapia floral

Graciele Dotto Castro

Fátima Cristina Vieira Perurena

A discussão proposta neste trabalho contempla dois modelos de saúde, o biomédico e o das medicinas alternativas. O modelo biomédico, legitimado nas sociedades ocidentais, segue os parâmetros e pressupostos da ciência ocidental, que tem como base os dados estatísticos e um processo que restringe a doença a uma relação causal proveniente, em parte ou totalmente, à dimensão da bioquímica. Para ampliar essa discussão de saúde e doença, trazemos ao palco de discussões outro foco de cuidado e saúde, que se originou no fato de profissionais médicos estarem atuando com o uso, também, da terapia floral (criada por Edward Bach) no tratamento de pessoas com alguma desordem orgânica. Dentre outros motivos, observou-se na pesquisa de mestrado realizada com oito médicos (de ambos os sexos e de diferentes especialidades médicas, atuantes no município de Porto Alegre/RS), que o trabalho com a terapia floral tem relação com o fato de que a biomedicina "não está mais dando conta do amplo campo do sofrimento humano existente na atualidade, ou seja, da dimensão simbólica implicada nas questões de saúde, que ultrapassam o modelo mecanicista - cartesiano" (CASTRO, 2011, p. 22).

Os entrevistados, ao longo de seus estudos e da prática clínica, foram convocados a olhar para os sujeitos em tratamento a partir de um entendimento de saúde que envolve os aspectos biopsicossociais da vida cotidiana. A saúde passa a ser entendida como um resultado da interação do sujeito com os aspectos biológicos, psicológicos e do contexto histórico, econômico, social e cultural do qual faz parte. Essa convocação do olhar para o sujeito, ou seja, para além de sua lesão orgânica ou dos sintomas, possibilitou aos médicos se lançarem para outros modos de observação e análise das demandas em relação à cura, fazendo uso de uma compreensão diferenciada em relação à saúde através das ditas medicinas alternativas, dentre essas - a terapia floral.

A nomenclatura medicina alternativa foi definida, no ano de 1962, no singular, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Luz (2005) explica que foi definida pela OMS como alternativa à medicina contemporânea, com a finalidade de alcançar e resolver os problemas de saúde de grupos da população com atenção médica precária. Seu significado aponta para uma prática tecnologicamente despojada de medicina e tem como referência saberes médicos tradicionais - as medicinas tradicionais das culturas nacionais ou regionais, as medicinas tradicionais orientais e a medicina homeopática. A autora esclarece que o termo medicina alternativa passou a ser utilizado no plural em decorrência da multiplicidade dessas medicinas, as quais se embasam em formas de cura, de intervenções e de compreensões das doenças (diferentes da biomedicina) que se utilizam, para a promoção de saúde dos sujeitos, de uma visão sobre a pessoa enferma que a considera como um todo biopsicossocial - uma unidade sócio-espiritual

inserida em dada cultura da qual sofre influência e, ao mesmo tempo, sobre a qual influencia (LUZ, 2005).

Na busca de compreender os motivos que levaram esse grupo de médicos (com formação acadêmica reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC) a trabalhar com esses dois modelos diferentes de entendimento de saúde, doença e cura foram feitas entrevistas semiestruturadas com os profissionais. Através das entrevistas se observou que o percurso profissional posterior a formação acadêmica até chegar ao encontro com a terapia floral foi importante para o reconhecimento dessa terapia como uma ferramenta de tratamento eficaz e para a decisão de atuar com essa ferramenta de cura. As entrevistas apontaram para dois tipos de atuação profissional – um que alia o trabalho da biomedicina com o uso da terapia floral; outro que faz uso exclusivo da terapia floral, com abandono da biomedicina na sua prática profissional. A realização do encaminhamento para profissionais que atuam com a biomedicina, quando necessário para avaliação e tratamento do cliente, foi pontuada nos dois casos, pois as duas modalidades de cura se complementam.

AS LIMITAÇÕES DA BIOMEDICINA E O ESPAÇO PARA OLHARES RUMO A "NOVOS" HORIZONTES...

Na medicina ocidental o médico exerce um papel central, por ter uma autoridade legítima, em razão de ser o detentor do saber sobre o paciente e a doença. Este modelo de medicina está calcado na racionalidade científica moderna ocidental, que a partir de Descartes passou a separar o ser da natureza, deixando de reconhecer como válidas as ações de cura pautadas em outras racionalidades ligadas à natureza, ou seja, outras racionalidades científicas além da científica ocidental.

Descarte consubstanciou o racionalismo moderno (LUZ, 1988), que tem como ponto de criação a dualidade - entre o ser humano e natureza, a matéria e a mente, o mundo físico e o mundo espiritual e mental (WALLERSTEIN et al, 1996). Os norteadores do racionalismo modernos são a razão e a objetividade (contrapondo-se à emoção e à subjetividade), sendo a razão científica definida por Descartes como o único critério capaz de produzir verdades. Após o século XVIII, a ciência1 passou a ser o único caminho, aceito pela racionalidade moderna, para a produção de verdade (LUZ, 1988).

A medicina hegemônica ocidental adota o cartesianismo - responsável pela separação mente-corpo - e a perspectiva newtoniana, de que os seres humanos são capazes de chegar a certezas, pontos que embasam a ciência ocidental (WALLERSTEIN et al, 1996). Esses modelos influenciaram a visão biomédica em relação ao ser humano, que passou a ser entendido como uma sofisticada máquina biológica, a qual tem uma única dimensão da existência que é o corpo físico. O ser humano, uma máquina física, é controlado pelo cérebro e pelo sistema nervoso autônomo (GERBER, 1988). Desse modo, as medicinas alternativas, por não seguirem os preceitos da racionalidade moderna, são consideradas como ilegítimas para a ciência moderna ocidental, por considerar como forma de conhecimento a observação da natureza e da subjetividade humana (CASTRO,

1 A ciência moderna objetiva dominar a natureza, por meio de um conjunto de métodos, de leis e de procedimentos, os quais considera infalíveis, pois são pautados na neutralidade científica e na perspectiva sistemática de ordenação do caos. O conhecimento científico acredita que seus métodos possibilitam chegar a uma compreensão linear da realidade e em uma separação total entre o ser humano e a natureza. Como consequência, a ciência moderna, passa a desconsiderar outras formas de saber que não sigam o conjunto de métodos, leis e procedimentos que levam ao conhecimento científico verdadeiro (PIRES, 2004).

2011). Esse modelo de tratamento considera a experiência imediata, a qual é, segundo Santos, definida pela ciência moderna ocidental como um tipo de conhecimento vulgar e ilusório (SANTOS, 2000).

Contrariando essa concepção da ciência ocidental e da biomedicina (que negam outras formas de conhecimento e de saber, como as decorrentes das terapias naturais - que integram a natureza), os médicos entrevistados apontam que há uma busca, por meio de estudos acadêmicos científicos sobre os florais. Porém, existem dificuldades por não estar à disposição e desenvolvidos os conhecimentos necessários para as análises. Alegam haver a necessidade de pesquisa dentro dos moldes científicos hegemônicos, para que se compreenda atuação e os efeitos dos florais nas pessoas. Isso será possível, na hipótese dos entrevistados, com a evolução da ciência, que por meio da física quântica e da nanotecnologia permitirão acessar conhecimentos, por exemplo, pela criação de instrumentos de mensuração que consigam medir energia. A médica Paula (todos os entrevistados receberam codinomes para não serem identificados) narra seu diálogo com outra pesquisadora da Europa sobre os estudos em relação aos florais:

> onde é que funciona em termos neurológicos? [...] o que a representante dos florais da Europa me disse: "tentei ser científica com os florais, trabalhei com engenheiros alemães, onde pegávamos hemácias e a história do paciente, e pela história fazia-se a escolha dos florais. Eu pingava numa [...] placa de teste com eritrócitos, gotas do floral que eu achava que ia funcionar. Dava errado! [...] Às vezes, eu escolhia ao acaso um floral, que não tinha nada a ver com a história do paciente, a rigor. Eu colocava e o eritrócito ficava com o halo completamente perfeito e arrumado". [...] o floral é um remédio do futuro. [...] agora, até funciona. [...] acho que ele é um medicamento que vai funcionar, parecido com o que a homeopatia funciona hoje [...] nas LM, por exemplo. [...] a homeopatia ela é feita por dinamização, por frequência de energia, então tu podes usar frequências de energia mais baixas, quando são doenças [...] concretas, de matéria; como tu podes usar frequências altíssimas, do tipo LM. E, acontece modificações importantes no indivíduo, mas em que nível isso está pegando o indivíduo, ninguém sabe.

Os entrevistados explicam que a terapia floral é uma terapia que não trabalha com remédios sintéticos, atuando com remédios buscados na natureza. O processo de produção dos medicamentos busca na física quântica teorias para explicar seu funcionamento, o qual ainda está em estudos iniciais. A atuação dos florais, segundo os médicos entrevistados, ocorre em nível energético, o qual pode ser medido através da frequência de energia, o que justifica a necessidade da física quântica para entender tal medicina, que atua nos desequilíbrios humanos e nas tensões do emocional.

A influência do cartesianismo sobre a medicina afetou o olhar dos médicos sobre os pacientes e as doenças. Capra afirma que um dos efeitos do cartesianismo é a construção de uma barreira em relação à consideração e à análise qualificada da dimensão emocional e psicológica das doenças por parte da medicina e a impossibilidade dos psicoterapeutas lidarem com o corpo de seus pacientes, área restrita ao campo biomédico (CAPRA, 1992). A doença, para a biomedicina, é um estado que interfere no organismo das pessoas, portanto, a função da biomedicina é descrever objetivamente as doenças para que seu tratamento ocorra dentro dos parâmetros da neutralidade científica (ADAM; HERZLICH, 2001).

Somando a essas definições, Tesser e Luz afirmam que está cada vez mais distante a ideia do saber médico considerar as dimensões humanas dos sujeitos em tratamento, pois há uma grande aposta nas possibilidades mercadológicas da tecnologia do complexo médico-industrial e na promessa científica e tecnológica de sucesso futuro no tratamento e na cura de doenças (TESSER; LUZ, 2008). A eficácia decorrente da evolução tecnológica característica do modelo biomédico limita a vivência do sofrimento ao domínio do campo biológico (tratamento das doenças e das lesões dela originárias), desconsiderando o sofrimento no tratamento do doente. Enquanto o médico considera em seu trabalho a doença como a única realidade concreta, médico e paciente não tem o mesmo significado sobre o conceito de doença. Por conseguinte, para o médico a doença (expressão da lesão) é a única realidade concreta, desconsiderando os fatores subjetivos do paciente, os quais podem produzir distorções dos resultados científicos. Dessa forma, o significado da doença para o médico não corresponde ao significado da doença para o paciente (CAMARGO JR., 2003).

Na atuação profissional os médicos entrevistados consideraram a importância da escuta da queixa do paciente, que é rica em conceitos, símbolos e estruturas que se originam nos grupos sociais e culturais dos quais fazem parte. Essas questões pouco ou nada são consideradas no trabalho de anamnese da biomedicina, por outro lado, são fonte essencial para a escuta dos médicos que trabalham com terapia floral, pois entendem que o sujeito está imerso em um contexto que interfere no processo de saúde doença. Sem a escuta desse contexto e do entendimento do paciente sobre seu corpo, a anamnese é incompleta, como exemplifica a entrevista Paula:

> Eu faço nefrologia. A minha escuta que é completamente diferente. Eu não escuto nefrologia, eu escuto o indivíduo. [...] A nefrologia é a nefrologia. Ela vem junto, ela é um sintoma. Porque, é uma estrutura fálico uretral, se eu for usar Freud, e isso é pré-edípico. Isso é uma fase pré, da complementação do indivíduo. Ele está regredido [...]. Normalmente o casamento está ruim, a pessoa está muito infantilizada, ela não pode entender da forma como é. Tem muitas coisas por trás disso aí.

Os profissionais entrevistados se utilizam de diversas ferramentas no tratamento do sujeito doente, em grande parte essas ferramentas são oriundas de outras racionalidades além da racionalidade científica ocidental. Todas as estratégias utilizadas são consideradas importantes na escuta do sofrimento de seu paciente e no processo de construção da anamnese, das hipóteses clínicas e dos procedimentos de tratamento. Essas técnicas perpassam desde um resgate das técnicas outrora usadas em medicina (como o cheiro, a cor da pele, etc.) até procedimentos de outras áreas. Uma das entrevistadas, por exemplo, fez formação em psicanálise para ajudar na escuta do sofrimento do paciente e para auxiliar no tratamento. Todos os médicos entrevistados afirmaram que o uso de ferramentas de outras racionalidades, como a terapia floral, gerou mudanças significativas nos atendimentos e nos resultados em relação à cura dos pacientes, pois permitiu lançar o olhar e a escuta clínica em direção a “novos” horizontes, indicando aspectos importantes dos indivíduos que antes eram pouco ou nada considerados para o trabalho de cura.

Esse modelo de acolhimento do sujeito no atendimento médico, que busca ver o sujeito em sua integralidade, teve aceitação por parte dos sujeitos doentes. Para Damásio (1996) o sucesso das terapias alternativas é impulsionado pela insatisfação da população com a impossibilidade da biomedicina considerar o ser humano como um todo, isso

porque não é possível deixar de considerar o aspecto humano da doença. A medicina não tem condições de curar sozinha uma cultura que, para o autor, está doente, também, em função de seus sentimentos feridos, das dores e sofrimentos individuais, das perdas de equilíbrio e de felicidades desejadas e não alcançadas (DAMÁSIO, 1996).

A TERAPIA FLORAL COMO ESPAÇO DE REFLEXÕES SOBRE A ARTE DA CURA

A terapia floral faz parte do grupo das medicinas alternativas, como as terapias xamãs, das ervarias, (OLIVEIRA, 2002), das cores, dos cristais, da regressão a vidas passadas (LUZ, 2005). Essas terapias de cura têm sua racionalidade embasada no que é considerado como não verdadeiro e não científico pela ciência ocidental, por estarem contaminadas pelas questões de natureza e da subjetividade.

As medicinas alternativas utilizam no entendimento e no tratamento da doença e da saúde, as emoções e o pensamento humano, fatores que segundo Geber (1998), afetam a fisiologia humana. No uso da terapia floral, por exemplo, os médicos entrevistados consideram que o equilíbrio entre a mente, o corpo e a alma é fundamental no processo de saúde e de cura. Na tarefa de (re)construção de saúde na terapia floral, que tem base num sistema holístico de saber e conhecimento, o terapeuta atua como facilitador do processo de cura, o qual considera a fala do paciente no processo de tratamento do sofrimento deste (CASTRO, 2011) e de sua cura. Carina, uma das médicas entrevistadas, por exemplo, explica que passou usar a terapia floral em seus atendimentos quando percebeu que esta poderia ser mais uma ferramenta de trabalho para melhor seu conhecimento frente a arte de curar e a vida dos pacientes,

> [...] como ele é um todo [...], que ferramentas posso usar para melhorar [...] o atendimento, para fazer com que ele realmente resolva a questão dele? Não seja só paliativo, [...] parece muito forte a palavra cura, parece muita pretensão, mas fazer com que ele se ajude, com que adoeça menos, se conheça melhor. [...] o Bach já dizia, o que é a cura? É o equilíbrio entre a mente, o corpo e a alma. Se todos estiverem equilibrados, estás feliz, equilibrado realmente e não adoece. Se houver descompasso em um desses três, vais adoecer. [...] esses três... é saúde. Isso é o bem viver... que Bach pregava [...]. Equilíbrio. E o floral consegue fazer esse equilíbrio. [...] O Bach conseguiu dizer o que tenho que equilibrar para poder manter essa balança... Não que tem que ser fiel e estar exatamente igual, mas [...] a disparidade não pode ser muito grande. Se for muito grande, quem padece, adoece é o corpo. [...] se tu queres o corpo saudável, tens que tentar, dentro do possível, equilibrar o resto [...] Ah... o floral não limpa o teu baú. Ele transforma o que tem dentro, de coisas ruins em boas, aproveitáveis [...]. Ele coloca rodinhas, para ficar mais fácil de carregar. Não vai eliminar, teu baú é teu [...]. São as tuas heranças, [...] teu passado, as tuas coisas. [...] a forma como tu vais carregá-lo que é diferente. Então, eu ensino... muita pretensão, mas através do floral, a tu colocar rodinhas, aí não vai ficar uma mala pesada [...].

Para Damásio, os sentimentos têm influência sobre a razão, a tal ponto que os sistemas cerebrais estão ligados aos sistemas que regulam a razão e o corpo, ou seja, os sentimentos estão imbricados num delicado sistema que envolve diversos elementos ligados a regulação do corpo biológico, assim como a razão depende de sistemas cerebrais específicos e, dentre esses sistemas, alguns estão ligados aos sistemas responsáveis pela regulação corporal (DAMÁSIO, 1996). Seguindo essa linha

de pensamento, pode-se considerar a hipótese de que há um elo no âmbito anatômico entre a razão, os sentimentos e o corpo.

Analisando o processo de adoecimento, o criador da terapia floral Bach (2006), percebeu que os efeitos divergentes de uma mesma doença em pacientes diferentes têm relação com a causa real da doença. Quando o adoecer indica seus primeiros sinais, há uma modificação no estado de espírito habitual do sujeito, de modo que durante o adoecimento o humor da pessoa doente é capaz de indicar o tipo de floral, ou seja, de remédio, adequado para aquela pessoa. O foco não está ligado à doença em si. É o modo que a pessoa percebe e lida com a vida que indicará seus sintomas e a necessidade do tipo de tratamento. Os sintomas são, para Gerber, o ponto principal capaz de expandir os conhecimentos médicos, para melhor compreensão sobre o diagnóstico e sobre o tratamento adequado para cada pessoa doente (GERBER, 1988). Nesse sentido, é a observação do paciente, sua escuta e a análise dos sintomas que indicarão o caminho da arte da cura para as pessoas em desequilíbrio significativo a ponto de gerar um quadro de adoecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado as terapias complementares estão em expansão (LUZ, 1996b), com sua clara (re)valorização pela população e por parte da comunidade médica e científica; por outro a biomedicina vem sendo questionada e repensada. A autora afirma ainda que, cada vez mais, há médicos que atuam com a biomedicina e incluem no tratamento de doenças técnicas e terapêuticas oriundas das medicinas orientais (como a acupuntura), práticas dos exercícios de meditação ou das artes marciais. Na maior parte dos casos, a medicina ocidental se apropria de aspectos terapêuticos das racionalidades orientais, sem considerar todo o sistema coerente e integrado que orienta essas racionalidades. O uso descontextualizado dessas outras racionalidades médicas2 pela biomedicina indica o risco de distorções na aplicação dessas técnicas em saúde.

Visto de outro modo, se a abertura em direção às medicinas alternativas e as diferentes racionalidades em saúde vem aumentando é porque os profissionais que se utilizam da biomedicina percebem, através de suas experiências clínicas e pessoais, que suas técnicas não dão conta do tratamento do adoecimento e do sofrimento humano. Alguns dos médicos entrevistados, por exemplo, tiveram experiências com os florais em pessoas da família e, ao perceber os resultados bem-sucedidos (em situações nas quais a biomedicina não obteve resultado além do paliativo ao longo de anos), passaram a considerar como legítima essa terapêutica, ou seja, com uma das técnicas possíveis a serem consideradas na arte de cura. Na verdade, só com a experiência concreta passaram a entender o tratamento da doença de um órgão ou lesão diferente da arte de curar – que trata a lesão, o doente, o adoecimento, o sintoma e o sofrimento humano. Os relatos nas entrevistas de tratamentos bem-sucedidos são bastante numerosos e significativos em termos de resultados alcançados. Esses relatos são indícios da importância de repensarmos o processo do acolhimento, da escuta

2 Luz (1996b) afirma que existe mais de uma racionalidade médica. Por outras racionalidades médicas como da homeopatia, da medicina tradicional chinesa e da ayurvédica poderem ser comparadas à racionalidade médica ocidental contemporânea, aquelas colocam em questão o monopólio médico e terapêutico desta – da medicina dita científica. Cada racionalidade médica apresenta, segundo a autora, cinco dimensões que as constituem com origem em uma cosmologia, são elas: doutrina médica; morfologia ou anatomia humana, dinâmica vital ou fisiologia humana e sistema diagnóstico e de intervenção terapêutica. As racionalidades médicas, independente de seu paradigma, compreendem uma atividade - práxis; uma arte de curar sujeitos doentes – tekné e uma ciência em relação às doenças – gnose/episteme.

(anamnese) e do tratamento do sujeito doente, de modo a considerar a relevância das questões ditas “de natureza” ou “subjetivas” na arte da cura.

Segundo Luz, estamos presenciando o surgimento de um novo paradigma, que surge das concepções das medicinas alternativas (LUZ, 2005). Acreditamos que esse será mais um e não o paradigma dominante em saúde, em especial, pela política mercantilista em relação às tecnologias que envolvem a biomedicina e pelo quadro, também em expansão, do adoecimento da população, que cada vez tem menos tempo para cuidar de si, do equilíbrio nas diferentes áreas da vida e, mesmo, para cuidar dos quadros patológicos.

A proposta dessa discussão objetivou problematizar alguns aspectos do modelo biomédico ocidental, trazendo à luz reflexões sobre as limitações desse modelo e a atuação de outros campos de saber (complementares), que - em conjunto com a biomedicina - podem contribuir para pensar e atuar no campo da saúde em prol de inúmeros benefícios para a população, como: redução de gastos com saúde; bem-estar biopsicossocial; formas menos invasivas de tratamento; foco na prevenção e consideração do sujeito (com algum desajuste de saúde) na escolha do(s) tratamento(s) de saúde. O entendimento e a participação do sujeito doente no percurso de identificação do adoecimento e na escolha de seu tratamento podem gerar melhora da sua implicação no autocuidado e, consequentemente, no tempo de recuperação e na cura.

REFERÊNCIAS

ADAM, P.; HERZLICH, C. **Sociologia da doença e da medicina**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

BACH, EDWARD. **Os remédios florais do Dr. Bach**. Incluindo cura-te a ti mesmo, Uma explicação sobre a causa real e a cura das doenças e Os doze remédios. São Paulo: Pensamento, 2006.

CAMARGO JUNIOR, Kenneth Rochel de **Biomedicina, saber & ciência:** Uma Abordagem Crítica. São Paulo: Hucitec, 2003.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1992.

CASTRO, Graciele Dotto. **Entre as racionalidades da saúde:** por que terapia floral? 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Santa Maria, 28 de março de 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel et. al. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

DAMÁSIO, Antônio. R. **O erro de Descartes:** emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GERBER, Richard M. D. **Medicina Vibracional: uma Medicina para o Futuro.** São Paulo: Cultrix, 1988.

LAPLANTINE, François; RABEYRON, Paul-Louis. **Medicinas Paralelas.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

LUZ, Madez Therezinha. **A arte de curar versus a ciência das doenças:** história da homeopatia no Brasil. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996b.

LUZ, Madez Therezinha. **Cultura Contemporânea e Medicinas Alternativas:** novos paradigmas em saúde no final do século XX. Phisis: Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 15(suplementos), p. 145-176, 2005.

LUZ, Madel Therezinha. **Natural, Racional, Social – razão médica e racionalidade científica moderna.** Rio de Janeiro: Campus, 1988.

OLIVEIRA, Alberto. **Cabe ainda invocar o método científico universal. In:** SOUZA, Alícia Navaro de Souza; PITANGUY, Jacqueline (orgs). Saúde, corpo e sociedade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

PIRES, Maria Raquel Gomes Maia. **Ciência e reconstrução em saúde:** disrupção e provisoriedade como possibilidades emancipatórias. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v.9, n.2, p. 469-478, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

TESSER, Charles Dalcanale; **LUZ, Madel Therezinha.** Racionalidades médicas e integralidade. Revista Ciência & Saúde coletiva, v.13, n.1, 195-206, 2008.

Um estudo antropológico das representações sobre metrossexuais através das revistas Veja, Nova e Vip

Vanessa Volpatto Hoffmann

Em novembro de 1994, apareceu pela primeira vez, no jornal britânico The Independent, o termo metrossexual. Com o sugestivo título "Here come the mirror men" (Aí vem os homens do espelho), Mark Simpson, colunista e crítico cultural inglês, dava início a um artigo onde constava uma nova definição para o homem contemporâneo. Descrevia um tipo de masculinidade narcisista, egocêntrica, vaidosa, urbana e consumista, materializada no homem metrossexual, neologismo que nasce da contração das palavras metropolitano e sexual. O sucesso, porém, só veio oito anos mais tarde, em julho de 2002, quando Simpson, em um artigo para a revista online Salon, intitulado "Meet the metrosexual" (Conheça o metrossexual), esclarece mais a fundo em que consiste sua definição para este "novo tipo" de homem. O jogador de futebol David Beckham, do Real Madrid, é apresentado como ícone desse modelo de masculinidade, juntamente com o ator Brad Pitt. De acordo com Simpson, a definição do metrossexual, que se alastrou pelo mundo, citada em inúmeras reportagens:

O típico metrossexual é um homem jovem com dinheiro para gastar, vivendo, ou ao alcance fácil de uma metrópole - porque esse é o lugar onde todas as melhores lojas, boates, academias e cabeleireiros estão. Pode ser oficialmente gay, hetero ou bissexual, mas isso é totalmente irrelevante, porque claramente ele toma a si mesmo como seu próprio objeto de amor e o prazer como sua preferência sexual. As profissões específicas, tais como modelo, apresentador, cantor pop, esportista, parecem atraí-los, mas, a verdade seja dita, como a variedade de produtos de beleza masculinos e herpes, eles estão mais ou menos por toda parte. (SIMPSON, 2002, p. 1)

Assim, ao me deparar com este termo, decidi realizar uma análise antropológica das diferentes significações atribuídas ao conceito de metrossexual, através da mídia impressa. Para tanto, utilizo o método qualitativo de análise de conteúdo, de modo a compreender as abordagens e categorias apontadas pelas revistas: Nova, Veja e Vip, na definição do homem metrossexual. Como técnica, emprego a análise temática, que consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado.

É importante salientar que, ao me referir às revistas utilizadas, estou me reportando à fala das pessoas que conformam seu corpo editorial, sendo que estas não estão excluídas do social, compactuam determinados valores e utilizam referenciais de modo a atingir seus públicos. A Nova, a Vip e a Veja não são, portanto, entidades abstratas, à parte da sociedade, mas sim construções humanas e sociais. Neste sentido, Monteiro destaca que a construção de um produto jornalístico envolve a tradução de conceitos e fatos em textos fáceis, agradáveis e interessantes de ler, que são constantemente reinterpretados e reescritos, para que fiquem de forma a agradar o público a que se dirige (MONTEIRO, 2001). A criação deste interesse envolve recursos de linguagem, que revelam conceitos, preconceitos e representações dos jornalistas, pois passam

pela constituição de um "leitor ideal". Dessa forma, os meios de comunicação acionam determinadas representações sociais, que também revelam muito sobre os aspectos culturais e simbólicos da população que pretendem atingir.

A PERSPECTIVA DAS REVISTAS NOVA, VIP E VEJA

A Nova, de acordo com seu público alvo de mulheres heterossexuais, trata o metrossexual como um novo homem a ser conquistado, colocando em suas páginas formas de como agir com ele, seus "prós" e "contras". O tom das reportagens visa preparar a leitora para lidar com esse "novo tipo de homem", uma "espécie rara". A revista mostra assim uma imagem predominantemente positiva do metrossexual, apesar de colocar alguns pequenos possíveis defeitos, como os exageros nos tratos com a beleza, que pode vir a irritar as mulheres, conforme sua personalidade.

A Vip tem por ideal de leitor o homem heterossexual, seguindo padrões editoriais de revistas femininas, porém adaptados ao público masculino, ou seja, a conquista do sexo oposto é fator predominante nas reportagens. Em suas páginas, são estampados conceitos arraigados culturalmente acerca da masculinidade tradicional e heteronormativa, principalmente no que tange ao conceito de metrossexual.

Inicialmente, a revista colocou o conceito de metrossexualidade mais difundido nos meios de comunicação no Brasil: "Do inglês metrosexual, é a contração de metropolitano com heterossexual", reafirmando para não deixar dúvidas: "o metrossexual transa só com mulher." Entretanto, já ao final da primeira reportagem, o diretor de redação escorrega em seus preconceitos, quando questiona a si mesmo se a Vip é uma revista metrossexual. Segundo ele: "Na melhor das hipóteses, estamos tentando. O importante, para evitar desvios, é manter em alta nossa especialização em mulherologia." (VIP, Edição 221, Setembro de 2003, grifo nosso), dando a entender que entre o homem metrossexual e o homem gay, há uma fronteira que pode ser facilmente rompida, levando ao comportamento "desviante", ou seja, homossexual. A revista, no decorrer do tempo, passa a assumir explicitamente esta posição, colocando o termo metrossexual como pejorativo, fazendo referência ao comportamento gay, colocando em xeque a vaidade, e os comportamentos tidos como "efeminados".

Já a Veja, pela sua abordagem mais informativa, direcionada a ambos os sexos, ao publicar a primeira reportagem sobre o homem metrossexual, elenca especialistas de diversas áreas (dois psicólogos, um psiquiatra, um professor de genética, um sociólogo e um filósofo), além de várias estatísticas, para, a partir destes estudos e pesquisas, criar um texto informativo, agradável e fácil de ser lido. Segundo Monteiro, "o jornalista atua como disseminador e propagador de teorias científicas ou provindas de especialistas para o público leigo" (MONTEIRO, 2001, p. 248), ressaltando que toda a informação transmitida pelo jornalista passa pela sua subjetividade, ao utilizar-se de referenciais para interpretar as teorias e escrever a matéria.

Segundo a Veja, os metrossexuais são a vanguarda de um movimento comportamental mais amplo e complexo, semelhante à revolução feminina, que agora atinge os homens, possibilitando que façam coisas que antes pareciam ser prerrogativa das mulheres, como melhorar a aparência estética, se preocupar com moda e decoração. A revista também afirma sua heterossexualidade, e mostra personalidades da mídia consideradas como tal.

A IMAGEM DO METROSSEXUAL NO BRASIL

Vários atributos identitários perpassam a categoria de metrossexual retratada nas revistas. Através das reportagens, pode-se perceber um recorte de gênero e sexualidade, raça/etnia, idade e classe, no que tange às representações deste "novo homem", que é incontestavelmente urbano, sendo esta característica, outra forma de delimitação. O prefixo "metro" do termo metrossexual diz respeito à metrópole, pois, segundo seu criador, este homem vive em uma metrópole ou perto de uma, porque lá encontram-se as melhores lojas, boates, academias e cabeleireiros, facilitando o acesso aos bens de consumo desejados e à vida social badalada. Essa localização também facilita as mudanças no comportamento de gênero ao revelar as diversidades culturais e sexuais contemporâneas.

Quanto ao gênero, o recorte é bem estabelecido, a começar pelo fato de que o conceito de metrossexual é atribuído exclusivamente aos homens, ou seja, não há mulheres metrossexuais. Em entrevista à Edição Especial Homem da revista Veja (agosto de 2004) Mark Simpson, quando questionado sobre o porquê de não se falar em mulheres metrossexuais, sendo que o egocentrismo e o narcisismo não são características exclusivas dos homens, responde que:

O narcisismo feminino que se manifesta por meio do cuidado com a aparência não chama atenção. Essa é uma das razões pelas quais o termo metrossexual não foi aplicado às mulheres. Entretanto, há muitas que se encaixam nesse perfil. As mulheres no seriado Sex and the City são, em sua maioria, solteiras, vivem com estilo e escolheram a si mesmas como seu objeto de amor e desejo, embora aparentemente estejam à procura de um homem. Elas são metrossexuais. (VEJA, Edição Especial Homem, Agosto de 2004)

Esta passagem demonstra que em nossa cultura ocidental, a vaidade e o cuidado de si foram, por muito tempo, considerados atributos femininos. Assim, a associação da metrossexualidade ao homem torna o conceito mais interessante, pois é como se o mesmo desvirtuasse alguns códigos tradicionais de masculinidade, com a inclusão de características consideradas, ainda hoje, sob a esfera feminina. Não que estas características sejam inexistentes nos homens, como dão a entender algumas reportagens. Ao contrário, a vaidade masculina sempre existiu, mas em nossa cultura ela não era vista como normal, sob alguns aspectos.

Quanto à sexualidade, apesar de Mark Simpson apresentar o metrossexual como o homem que tem em si mesmo o maior objeto de amor, não se importando com a orientação sexual (SIMPSON, 2002), nas revistas o recorte é bem estabelecido. O metrossexual, na maioria das reportagens, é colocado como heterossexual, apesar de na Vip ser constantemente rechaçado, e tido como um gay em potencial.

Com relação à cor, os exemplos citados pelas revistas são todos brancos, com exceção apenas do jogador de futebol Alex Alves, o que torna clara a condição de masculinidade hegemônica neste sentido, que, de certa forma, relaciona-se profundamente com a questão social e de classe. Peter Fry, ao analisar relações entre raça e publicidade no Brasil, aponta que o racismo moderno é constituído sobre representações negativas associadas a determinadas "aparências", não necessariamente de cor, mas também de estética corporal (FRY, 2002). A ênfase na beleza muitas vezes produz um negro que nada difere do branco, ao passo que valoriza-se aspectos tais como o cabelo liso ou bem "domado" e feições de origem genética branca. Dessa forma, pode-se inferir que

um negro pode tranqüilamente ser considerado metrossexual, basta apresentar um corpo bem modelado, cabelo e pele bem cuidados, unhas bem feitas, perfume, roupas e calçados de marcas famosas, conformando assim, um look que demonstra um alto poder aquisitivo, associado à estilo e refinamento.

Mark Simpson, ao definir o metrossexual, atribuiu a ele uma faixa etária média de 25 a 45 anos (SIMPSON, 2002). Entretanto, as revistas apresentam homens de diversas idades, apesar de nem sempre especificadas, como é o caso do publicitário e empresário Roberto Justus, atualmente com 50 anos. O mais novo é um rapaz de 19 anos, que aparece em uma reportagem da Veja, considerando-se metrossexual pela sua vaidade extrema.

A valorização da juventude pode ser percebida em várias reportagens. Manter-se com uma aparência jovem parece ser uma das grandes preocupações dos indivíduos atualmente, fato que demonstra uma forte característica de nossa cultura contemporânea. Para tanto, são realizados os mais diversos investimentos estéticos, desde dietas e academia, cosméticos que retardam o envelhecimento da pele e um arsenal de técnicas, cirúrgicas ou não, que promovem uma aparência mais jovem. Esta preocupação ultrapassa o universo feminino, pois ocorre agora uma espécie de institucionalização destas práticas também para o masculino.

Muitos destes artefatos, entretanto, têm um custo elevado, entrando aí uma questão de classe, ou seja, como define Simpson "O metrossexual típico é um homem jovem com dinheiro para gastar (...)" (SIMPSON, 2002, p. 1). Neste sentido, supõe-se que o metrossexual tenha um alto poder aquisitivo, fato que pode ser estabelecido com relação aos produtos de marcas caríssimas que consome.

Os metrossexuais citados pelas revistas são homens de classe alta (os ícones Beckham e Brad Pitt, por exemplo, ganham cachês milionários), personalidades famosas que além de receberem altíssimos salários pelo que fazem, estão constantemente utilizando sua imagem em propagandas dos mais variados produtos. São esportistas, atores, empresários, enfim, pessoas de sucesso que prestigiam diversos eventos sociais, esbanjando estilo e sofisticação. Entretanto, uma das hipóteses que exponho aqui é a de que algumas destas pessoas ficaram famosas e ricas num curto espaço de tempo, o que ocorre freqüentemente na carreira de atores de Hollywood, e dos jogadores de futebol que se destacam rapidamente por suas boas atuações em campo. Então passam a assumir a postura de metrossexuais como uma forma de distinção social, que não é a mesma de pessoas que, grosso modo, já "nasceram em berço de ouro".

Neste aspecto Bourdieu aponta que, na medida em que cresce a distância entre o que é necessário para viver e o que é consumido, o estilo de vida torna-se uma "estilização da vida", que orienta todas as escolhas e decisões, organizando práticas de modo a afirmar uma superioridade, adquirida em função de sua condição econômica e posição no espaço social. Este modo de aquisição da cultura é tido pelo autor como ilegítimo, pois difere do capital cultural herdado da família. Assim, os indivíduos que adquirem a cultura através da família e da educação a conhecem, e os outros apenas a reconhecem (BOURDIEU, 1983).

Condição da identidade, a "escolha" do estilo de vida torna-se fundamental para a autoafirmação do indivíduo pós-moderno, que utiliza-se do mesmo como um modo de distinção social, e, ao mesmo tempo, de pertencimento à um determinado grupo ou

parcela da população (GIDDENS, 2002). Neste sentido, o "estilo de vida" é o que define o homem metrossexual. Segundo Bourdieu:

O estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem, ou héxis corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da unidade de estilo que se entrega diretamente à intuição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados. [...] Pars totalis, cada dimensão do estilo de vida simboliza todas as outras [...] (BOURDIEU, 1983, p. 83, 84.

Estes estilos de vida são constantemente permeados pela indústria de consumo, que, através da publicidade, utiliza-se dos mesmos para dar vazão aos seus produtos, sempre criando novos nichos de consumidores em potencial. Ao perceberem as mudanças culturais, como o crescente interesse dos homens no cuidado de si, e na beleza estética, têm na ideia de metrossexual, uma "arma" para criar um consumidor legítimo de cosméticos e produtos de beleza, além de roupas e outros diversos produtos para homens heterossexuais. A adoção desta categoria pela publicidade atinge o público masculino e abarca também os homossexuais, que contemplam uma grande e crescente fatia do mercado. Neste sentido, os metrossexuais podem ser entendidos como um meio de vender cosméticos e demais artigos estéticos para homens, sem ferir a identidade do produto, pois a associação do mesmo à uma identidade gay é vista como prejudicial à sua venda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As revistas Nova, Veja, e Vip apresentam maneiras diferenciadas no tratamento de uma mesma temática, no caso, o metrossexual. De acordo com seu público alvo bem delimitado, elas conformam um estilo próprio, e assim, um discurso específico, que tem por objetivo agradar seus leitores. Suas reportagens informam sobre diferenças e semelhanças nas representações e valores da sociedade atual, de acordo com as diferentes abordagens.

Vários atributos identitários perpassam a categoria de metrossexual retratada nas revistas. Através das reportagens, pode-se perceber um recorte raça/etnia, idade e classe, no que tange às representações deste "novo homem", que é tido como heterossexual, branco, jovem e de classe alta, e por este viés considerado um tipo "ideal" de homem moderno, elegante, atraente e bem vestido. Porém, ao "desvirtuar" alguns códigos tradicionais de masculinidade, ele passa a ser visto a partir de uma perspectiva minoritária, que por vezes adquire um caráter estigmatizante, relacionado à homossexualidade, sendo que este viés aparece principalmente na revista Vip.

As principais características acionadas nas revistas para compor o metrossexual são a vaidade, predominantemente; a sensibilidade, em menor grau; e o gosto refinado, que aparece intimamente ligado às tendências de consumo, sendo relacionado à marcas famosas e conhecimentos de artes, decoração e culinária. Entretanto, algumas abordagens dão a entender que este "novo homem" passa agora a assumir esta personalidade vaidosa e sensível, demonstrando "um lado feminino", antes escondido ou inexistente, o que pode ser questionado.

Ocorre que determinadas práticas de cuidado e embelezamento, que são vistas como vaidade (pois se encontram na esfera feminina, onde a mesma é legítima), passam

agora a ser institucionalizadas para o masculino, legitimando determinados comportamentos. Neste aspecto Goffman elucida que não é para o diferente que devemos olhar em busca da compreensão da diferença, mas sim para o comum (GOFFMAN, 1982) . Esta perspectiva implica um cuidado a ser tomado na análise do metrossexual, no sentido de perceber até onde os nossos valores permeiam as concepções que temos de vaidade e sensibilidade, e o que em nossa cultura é representado enquanto tal. Assim, comportamentos do homem tradicional, como se apresentar com a roupa bem passada, ostentar um belo relógio1, ou utilizar-se de inúmeras estratégias para a calvície, por serem naturalizadas, por vezes, não nos deixam perceber a vaidade nelas. Quanto aos sentimentos, Machado nos aponta que há lugares e situações onde os mesmos são permitidos, como nas conversas de bar e nas letras de pagode, que demonstram romantismo e sensibilidade, tal como nas antigas serenatas de homens apaixonados (MACHADO, 2003).

Todavia, há uma mudança no comportamento dos homens, que se dá através de uma institucionalização de práticas e atitudes, através do termo metrossexual, para a esfera masculina. O gosto por decoração e culinária remete à um aspecto da vida doméstica, tradicionalmente atribuída às mulheres, e que agora, visto com ar de refinamento, provoca interesse nos homens. Pode-se inferir que com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a característica de provedor atribuída ao homem passa a não ser mais determinante nos relacionamentos, fazendo com que os homens passem a adquirir novos comportamentos também como formas de distinção e atração.

Outro aspecto relevante, é que estas características utilizadas pela mídia na definição do metrossexual são indicadores de que se constrói uma imagem de um "novo homem" contemporâneo, que é também demarcado por alguns fatores específicos e locais. Assim, o viés tomado nas definições de Simpson, coloca como irrelevante a orientação sexual do metrossexual privilegiando as questões de consumo . Já no Brasil, as manchetes seguem uma linha um pouco diferenciada, reforçando a heterossexualidade e a masculinidade, revelando assim diversas concepções de gênero, que tem relação com os valores locais de virilidade e força do "macho latino".

Portanto, a categoria de metrossexual longe de ser uma tendência homogeneizante, expressa uma forma característica de masculinidade que existe há muito tempo, como por exemplo, entre os homossexuais, porém, não era hegemônica. Entretanto, ao aparecer na mídia, apresenta-se como mais uma possibilidade aos homens de vivenciarem sua masculinidade. Pois, ao ganhar visibilidade amplia o leque de escolhas dos indivíduos, possibilitando uma maior autonomia, na medida em que cada um escolhe quais características agregar, e referenciais seguir. Essa possibilidade que antes ficava à margem, agora é incorporada e passa a ser valorizada, de certa forma na busca por uma eqüidade de gênero, pois as identidades na contemporaneidade não obedecem mais a uma tradição fixa e imutável. Os comportamentos são questionados quanto à sua origem e função, e pouco se admite ações ancoradas em pressupostos que não contemplem uma justificação plausível.

Dessa forma, a construção do homem metrossexual demonstra, um "borramento de fronteiras" entre o masculino e o feminino (MACHADO, 2005), possibilitado a partir da globalização, pois, como coloca Giddens as identidades tornam-se mais fluidas e

1 O relógio é um acessório utilitário e estético permitido socialmente ao homem, através do qual se ostenta poder, sendo também um meio de demonstrar sua vaidade. Não raro, encontra-se homens que possuem vários relógios, e que são fascinados pelos mesmos, tal como algumas mulheres o são por sapatos. Outro objeto que hoje passa a adquirir valor estético, além do utilitário, é o celular.

flexíveis, promovendo uma reflexividade no que diz respeito aos valores enraizados na cultura, que passam a ser constantemente revistos (GIDDENS, 2002). A mídia é uma instância onde se visualiza estas mudanças de representações contemporâneas, que são profundamente permeadas pela indústria de consumo . Esta, ao notar algumas mudanças sociais na masculinidade, conforma um mercado, e estabelece, a partir da definição de metrossexual, um público consumidor de produtos estéticos, antes formado por mulheres e homossexuais. Uma nova parcela da população masculina, os homens heterossexuais, que apesar de sempre terem sido vaidosos, encaram agora novas atitudes, que ganham legitimação através da mídia.

O consumismo global, através da globalização, cria possibilidades de "identidades partilhadas", demonstra Hall, pois pessoas distantes no espaço e no tempo, podem ser consumidoras dos mesmos bens (HALL, 1998). Os metrossexuais formam um grupo que se identifica através de suas escolhas de consumo, que não são homogêneas, porém, compartilham os mesmos significados de refinamento e status, como, por exemplo, as roupas de grife, geralmente fáceis de encontrar em todas as grandes metrópoles mundiais. O metrossexual, portanto, é mais uma categoria mercadológica, criada e favorecida pelo consumismo global, do que uma auto-definição identitária de grupo. Entretanto, esta experiência mercadológica possibilita uma nova dinâmica de gênero, cada vez mais aberta e flexível.

REFERÊNCIAS

Acervo online da Editora Abril. Disponível em: www.abril.com.br Acesso em: 02 abril 2005.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.) **Sociologia.** São Paulo, Ática, 1983. p. 82 – 122.

FRY, Peter. Estética e Política: Relações entre "raça", publicidade e produção da beleza no Brasil. In: Mirian Goldenberg (Org.). **Nu&Vestido**. Rio de Janeiro, Record, 2002.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro DP&A, 1998.

MACHADO, Paula Sandrine. **Muitos Pesos e Muitas Medidas: um estudo antropológico sobre as representações masculinas na esfera das decisões sexuais e reprodutivas**. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

_____ **Na "Medida" Certa: Representações Masculinas e a Construção do Homem Metrossexual**. 2005.

MONTEIRO, Marko. **Corpo e masculinidade na revista Vip Exame.** Cadernos Pagu,n. 16, Campinas, p. 235 - 266, 2001.

SIMPSON, Mark. Meet the metrosexual. **Revista online Salon**, 2002. Disponível em http://archive.salon.com/ent/feature/2002/07/22/metrosexual/. Acesso em: 07 ago. 2005.

Sobre crianças, brincadeiras e brinquedos um olhar para as relações de gênero

Fernanda Battagli Kropeniscki

Fátima Cristina Vieira Perurena

Este artigo apresenta parte da discussão realizada na dissertação de mestrado intitulada "Retratos de relações de gênero em catálogos de brinquedos"1. Aqui discorremos sobre a importância do brincar para as crianças, não desconsiderando a brincadeira em outras fases da vida, mas tendo como foco, aqui, as crianças. Em meio à discussão, vamos problematizando a formação diferenciada de meninas e meninos, que perpassa também o brincar e, principalmente, a oferta de brinquedos.

Para início de conversa, se faz necessário compreender de quem estamos falando. Crianças! Seres humanos incompletos, indefesos? Adultos em miniatura? Um vir-a--ser? Uma tábula rasa? Seres dotados de fantasias? Muitos foram, e continuam sendo, os olhares lançados às crianças ao longo do tempo, cada qual modelando diferentes imagens a fim de definir o que seriam crianças. Ainda hoje não se tem uma definição emoldurada, que contemple todas as reflexões sobre o assunto. Não pretendemos aqui traçar um histórico dos conceitos de criança e infância, visto que, muitas obras já se detiveram nessa tarefa. Deste modo, o que trazemos agora são alguns apontamentos sobre crianças e infância que iluminam nosso percurso.

A partir da década de 1960, surge uma nova antropologia da criança, de maneira que elas passam a ser vistas, conforme aponta Clarice Cohn, não mais como "seres incompletos, treinando para a vida adulta, encenando papéis sociais enquanto são socializados ou adquirindo competências e formando sua personalidade social, passam a ter um papel ativo na definição de sua própria condição" (COHN, 2005, p.21). Essa nova concepção de criança, nos mostra que "as crianças não são apenas produzidas pela cultura [...], elaboram sentidos para o mundo e suas experiências" (COHN, 2005, p.35). Esses sentidos elaborados pelas crianças nem sempre são aqueles esperados pelos adultos, assim, em nossa sociedade, onde somos educados para reproduzir, geralmente não percebemos o que produzem as crianças, simplesmente direcionamos sua formação.

Esse direcionamento pode ser observado antes mesmo de uma criança nascer, quando se descobre o sexo do bebê e, então, meninas e meninos, futuras mulheres e homens, passam a ser modelados por meio de um árduo processo generificador, o que contraria o papel ativo das crianças, ao restringir possibilidades para meninas e meninos. Em nossa sociedade, os diversos espaços de socialização se mantêm estruturados de forma a reafirmar uma oposição entre masculino e feminino. Oposição esta, que ainda conserva hierarquias de gênero.

Ao olharmos para a formação das crianças, são evidentes as imposições feitas a meninas e meninos, para que se comportem de acordo com seu grupo, seguindo as

1 Dissertação de autoria de Fernanda Battagli Kropeniscki, orientada pela profa. Dra. Fátima Cristina Vieira Perurena, defendida dia 28 de agosto de 2015, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria.

padronizações de gênero estabelecidas para cada sexo. Mas, é preciso considerar que, nesse processo de formação, as crianças nem sempre se encaixam exatamente como ditam os padrões. Para Cohn, "a questão deixa de ser apenas como e quando a cultura é transmitida em seus artefatos, mas como a criança formula um sentido ao mundo que a rodeia." (COHN, 2005, p.33). Nesse ponto, Michel de Certeau nos traz uma grande contribuição, ao tratar da "arte de fazer" como uma prática de dissimulação, afirmando que,

> A presença e a circulação de uma representação [...] não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização. (CERTEAU, 1990, p.40)

Nesse sentido, devemos considerar que a simbologia que embasa as brincadeiras das crianças, extrapola o mundo dos adultos, portanto, nem sempre compreendemos o que se passa nas brincadeiras das crianças, qual o uso que elas fazem dos brinquedos, como produzem sentido a partir de suas experiências na relação com os brinquedos.

Ao pensarmos em crianças e infâncias é preciso visualizar o contexto onde se encontram inseridas, pois não se constituem em algo fixo e imutável. Cohn destaca a necessidade da reflexão acerca do que é ser criança no contexto em que se pretende estudar (COHN, 2005). As experiências e vivências das crianças são diferentes em cada lugar, por isso a importância da contextualização sociocultural. Ao contrapor uma ideia evolucionista, adultocêntrica de criança, Edmir Perrotti defende que "[...] a criança é também alguém profundamente enraizada em um tempo e um espaço, alguém que interage com estas categorias, que influencia o meio onde vive e é influenciado por ele." (PERROTTI, 1990, p. 12). Também Elisa S. Schultz e Solange de Moraes Barros ressaltam a importância de compreender a infância e a criança não como um "ser único e universal, mas sim como um ser cultural, que vive uma experiência social e pessoal construída todo o tempo." (SCHULTZ; BARROS, 2011, p. 146). No mesmo sentido, Roseane Mendes Bernartt afirma que,

> [...] a ideia de infância na atualidade não pode ser desvinculada da história, das diferentes visões em torno da criança que contribuíram para sua condição atual. Ou seja, o conceito de infância tem sido construído historicamente e reflete os valores presentes na sociedade em diferentes períodos. (BERNARTT, 2009, p.4226)

De acordo com Schultz e Barros, "A infância hoje é resultado de constantes transformações socioculturais acontecidas durante o século XX, no qual se mudaram valores, representações e papéis da criança e do adolescente dentro da sociedade." (SCHULTZ; BARROS, 2011, p. 143). O século XX é apontado pelas autoras como o "cenário mais importante para a infância brasileira no que se refere à legislação" (SCHULTZ; BARROS, 2011, p.141), em decorrência da criação de 3 leis direcionadas à realidade da infância brasileira, o Código de Menores, de 1927, o Código de Menores, de 1979, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Bernartt também destaca a importância do século XX para a infância brasileira, onde diversas medidas de atendimento às crianças passam a ser concretizadas, em decorrência da difícil realidade que aquela época apresentava para a maioria das crianças brasileiras (BERNARTT, 2009).

Direcionando o olhar para o contexto atual, Elenor Kunz e Andrize Ramires Costa chamam a atenção para a urgência em se repensar o significado de ser criança e de ser adulto no século 21, visto que estamos nos deparando com um "apressamento da criança para o mundo moderno" (KUNZ; COSTA, 2015, p.29). Segundo os autores,

> Estas crianças de hoje não sofrem de ameaça de morte ou doenças que as gerações antigas enfrentaram e têm muitas vantagens, mas também são mimadas, pressionadas e vítimas da superproteção até o ponto de se sufocarem. Ficam sem nenhum sentido de liberdade. (KUNZ; COSTA, 2015, p.31)

O tempo e o espaço para que as crianças possam brincar e se movimentar encontram-se cada vez mais limitados, o que, de acordo com Kunz e Costa, acaba comprometendo o pleno desenvolvimento das crianças (KUNZ; COSTA, 2015). O livre "Brincar e Se-movimentar" é entendido como "um diálogo da criança com o mundo, com os outros e consigo mesma." (KUNZ; COSTA, 2015, p.35). Partindo dessas considerações, o brincar entra em cena, ganha foco no percurso que estamos trilhando e passa a receber devida atenção.

O brincar, ligeiramente, pode nos remeter a um grupo de crianças, alegres, compartilhando experiências e vivenciando momentos únicos. Ou, ainda, a uma criança entretida com seus brinquedos, distante do mundo "real" que conhecemos, criando situações que parecem não ter sentido algum. Muitas são as imagens do brincar, muitas são as lembranças do brincar em diferentes épocas, em diferentes territórios, o que evidencia este ato como um momento presente na vida de todas as pessoas, de inúmeras formas, em tempos diversos. Não pretendemos aqui trazer a discussão sobre a origem do brincar, apenas apresentar alguns olhares a ele direcionados.

Ao se referirem às crianças, Kunz e Costa apontam que "O brincar pode ser o ato mais espontâneo, livre e criativo e por isto possibilita um momento privilegiado para o desenvolvimento integral de seu ser" (KUNZ; COSTA, 2015, p.14). O ato de brincar, longe de ser tempo perdido, pode configurar os momentos mais valiosos da vida, não apenas das crianças, mas de todos que se permitem brincar.

Para Donald W. Winnicott, a brincadeira está localizada em um espaço potencial entre o indivíduo e o meio ambiente, ou seja, uma terceira área, considerada uma área da experiência, "contrastada com a realidade psíquica interna, ou pessoal, e com o mundo real em que o indivíduo vive, que pode ser objetivamente percebido" (WINNICOTT, 1975, p.163). O autor relata que,

> O espaço potencial entre o bebê e a mãe, entre a criança e a família, entre o indivíduo e a sociedade ou o mundo, depende da experiência que conduz à confiança. Pode ser visto como sagrado para o indivíduo, porque é aí que este experimenta o viver criativo. (WINNICOTT, 1975, p.163)

Segundo Winnicott, é no brincar criativo que se desenvolve "o uso de símbolos que representam, a um só e mesmo tempo, os fenômenos do mundo externo e os fenômenos da pessoa individual [...]" (WINNICOTT, 1975, p.172). Assim, é possível considerar que o brincar transborda as dimensões do real. Para Paulo de Salles Oliveira, "brincando, ela [a criança] nega o empirismo comum nos adultos. Aquilo que é, não é. Um carrinho não é apenas um carrinho; uma boneca não é apenas uma boneca. É tudo aquilo que sua imaginação quiser." (OLIVEIRA, 1989, p. 9).

De acordo com Kunz e Costa, "Não se pode conceituar o brincar sem levar em consideração que a forma, o tempo e do que a criança brinca dependem em muito do grau de complexidade social, da família, do pertencimento a diferentes classes sociais e de gênero" (KUNZ; COSTA, 2015, p.16). Nesse sentido, procuramos refletir sobre o brincar de meninas e meninos, sem desconsiderar os outros fatores apontados, mas dando ênfase às relações de gênero. Apesar do entendimento de crianças enquanto seres produtores, e não apenas receptores, de cultura, nem sempre é esse o olhar direcionado às crianças. Muitas vezes, a preocupação com o futuro acaba retirando das crianças seu tempo de brincar, sua capacidade de agir no mundo, de criar, de sentir. Tudo já é dado, direcionado, a criança adormece, passa a ser treinada. Segundo Kunz e Costa,

> A preparação para o futuro neste mundo tomado pela objetividade e pela produção é direcionada para as obrigações precoces. Desta forma, as crianças são as vítimas e acabam por envelhecer prematuramente, perdendo sua espontaneidade, sua capacidade de brincar e seu impulso criativo. (KUNZ; COSTA, 2015, p.25)

A brincadeira muitas vezes é vista como elemento oportuno para a preparação das crianças para a vida adulta, no entanto, segundo Gilmar Staviski e Elenor Kunz,

> Uma visão que entende a brincadeira somente pela ótica do adulto e que se preocupa exclusivamente com os supostos benefícios gerados por ela, ou seja, os aspectos funcionalistas, não reconhece os desejos e subjetividades presentes no sujeito principal desta relação enquanto brinca – a criança. (STAVISKI; KUNZ, 2015, p.60)

E é nesse processo de direcionamento das obrigações para a vida adulta que se fazem visíveis as distinções de gênero presentes em muitas brincadeiras, onde, geralmente, meninas são treinadas para serem mães e donas de casa, enquanto meninos se preparam para um futuro de aventuras, aparentemente mais liberto, autônomo, porém, igualmente direcionado. Em meio às brincadeiras, os brinquedos, objetos produzidos por adultos e direcionados às crianças, tornam-se elementos fundamentais para auxiliar seus aspectos funcionalistas.

BRINQUEDOS, OBJETOS DA BRINCADEIRA

Neste momento, colocamos em debate os brinquedos em geral, com foco para os industrializados, tratados aqui como produção cultural para as crianças. A partir de algumas definições que consideramos pertinentes, conduzimos uma discussão sobre o uso dos brinquedos pelas crianças e as relações de gênero que se materializam nesses objetos.

Tizuco Kishimoto, diferenciando jogo de brinquedo, afirma que este "supõe uma relação com a criança e uma abertura, uma indeterminação quanto ao uso, ou seja, a ausência de um sistema de regras que organizam sua utilização." (KISHIMOTO, 1994, p.108). Para a autora, o brinquedo apresenta uma dimensão material, cultural e técnica. "Enquanto objeto, é sempre suporte de brincadeira. É o estimulante material para fazer fluir o imaginário infantil." (KISHIMOTO, 1994, p.111).

O brinquedo é tido, muitas vezes, no senso comum, como sinônimo de futilidade, de não-seriedade, algo que é destinado às crianças para que essas se entretenham e não atrapalhem os afazeres dos adultos. No entanto, o que parece degradar a imagem dos brinquedos, é, ao contrário, o que o faz tão valioso. Segundo Oliveira,

> As crianças ensinam que uma das maiores qualidades do brinquedo é a sua não-seriedade. O brinquedo não é sério para as crianças porque permite a elas fazer fluir sua fantasia, sua imaginação. Justamente por não ser sério ele se torna importante. É a não seriedade que dá seriedade ao brinquedo. (OLIVEIRA, 1989, p.08)

Brinquedos e brincadeiras fazem parte do universo das crianças. A fantasia e a imaginação permeiam as brincadeiras e dão sentido aos brinquedos. Para Oliveira, "A riqueza do brinquedo decorre de sua capacidade de instigar a imaginação infantil. E não, como muitos acreditam, da possibilidade de imitação de gestos, informações, atitudes e crenças veiculadas na situação do brinquedo" (OLIVEIRA, 1989, p.59). Contudo, a imaginação provocada pelo brinquedo muitas vezes é desviada, visto que, conforme aponta Walter Benjamin, "quanto mais atraentes, no sentido corrente, são os brinquedos, mais se distanciam dos instrumentos de brincar; quanto mais ilimitadamente a imitação se manifesta neles, tanto mais se desviam da brincadeira viva" (BENJAMIN, 1984, p.93).

Gilles Brougère (2010) traz a discussão acerca do papel do brinquedo na impregnação cultural da criança. Para o autor, a socialização depende da apropriação da cultura de onde se está inserido, a qual é composta de representações, imagens, símbolos e significados, mediadores do mundo real. Essa apropriação se dá, pelas crianças, através de imagens e representações, que, segundo Brougère, traduzem a realidade ou propõem universos imaginários, sendo o brinquedo uma das formas de apropriação da cultura (BROUGÈRE, 2010). Ana Marta Meira destaca que "os brinquedos evocam as formações do social, são objetos que revelam em sua configuração os traços da cultura em que se inscreve" (MEIRA, 2003, p.75). Nesse mesmo sentido, Kishimoto, ao discorrer sobre as representações do brinquedo, defende que, "duplicando diversos tipos de realidades presentes, o brinquedo metamorfoseia e fotografa a realidade, não reproduz apenas objetos, mas uma totalidade social" (KISHIMOTO, 1994, p.109).

Partindo desses apontamentos, os brinquedos podem ser considerados enquanto produção cultural para as crianças que, segundo Perrotti, deve estar embasada na identificação de cultura enquanto "criação-recriação de si, do outro, do mundo", e não apenas como acumulação e transmissão de experiências, pois, assim, se aceitaria a ideia de um "papel passivo da criança no processo cultural", o que contraria o entendimento de criança como alguém que também participa da produção de cultura (PERROTTI, 1990, p.18). Assim, o autor defende que a produção cultural para as crianças não deve ser considerada como substituição, como algo que vem preencher uma lacuna no cotidiano infantil, mas, sim, enquanto resgate do lúdico.

Através dos brinquedos as crianças materializam suas fantasias e, no decorrer da brincadeira, experimentam diferentes personagens. Ao abordar os microrrituais da vida infantil, Claude Rivière chama a atenção para os jogos simbólicos realizados pelas crianças na primeira infância, onde estas adotam papéis e imitam comportamentos dos adultos, demonstrando a interiorização dos estereótipos e valores dos papéis adotados (RIVIÈRE, 1997). Os brinquedos, muitas vezes, fazem parte desses jogos simbólicos,

compondo um cenário também permeado por relações de gênero. Assim, é possível considerar que muitos brinquedos são produzidos com o intuito de ensinar diferentes posições de mulheres e homens em nossa sociedade, (re)produzindo um ideal de masculino e feminino em posições antagônicas. Oliveira chama a atenção para o caráter educativo dos brinquedos,

> Em cada brinquedo sempre se esconde uma relação educativa. Ao fazer seu próprio brinquedo, a criança aprende a trabalhar e a transformar elementos fornecidos pela natureza ou materiais já elaborados, constituindo um novo objeto, seu instrumento para brincar. Outras vezes, ela se aproveita de artigos nem de longe concebidos como brinquedo, adaptando-os às suas experiências lúdicas. (OLIVEIRA, 1989, p.42)

De acordo com Oliveira, essa relação educativa também se dá quando a criança utiliza os brinquedos de acordo com suas funções aparentes e, nesse caso, "prevalece a mensagem fechada do brinquedo, preparada pelos adultos para que as crianças reiterem e reproduzam funções, gestos e modos de ser socialmente predominantes." (OLIVEIRA, 1989, p.43). Na mesma direção, Gildo Volpato aponta que,

> Muitos dos brinquedos são fabricados para "ensinar" comportamentos, gestos, atitudes, valores, considerados "corretos" em nossa sociedade. Por isso, a maioria deles já vem pronta, catalogada, contendo todas as instruções de uso, idade, sexo, número de participantes, tempo de duração do jogo, basta segui-las. (VOLPATO, 2002, p.220)

Assim, é preciso observar que muitos brinquedos são, geralmente, produzidos e destinados de forma diferenciada para meninas e meninos, de maneira que essa distinção reflete as construções de gênero em nossa sociedade. Para Cláudia Vianna e Daniela Finco "[...] os brinquedos permitidos e disponibilizados para as crianças refletem os processos de feminilização e masculinização, onde as crianças aprendem de forma mascarada e prazerosa, a comportar-se como 'verdadeiros' meninos e meninas." (VIANNA; FINCO, 2009, p.272). No entanto, como já foi observado, essa intenção contida nos brinquedos nem sempre é capaz de atingir o imaginário infantil. Para Oliveira, "negando o significado aparente do brinquedo, a criança nega também a interpretação adulta do brinquedo" (OLIVEIRA, 1989, p.9).

De acordo com Brougère, "o brinquedo deve ser considerado na sua especificidade: a criança, na maior parte das vezes, não se contenta em contemplar ou registrar as imagens: ela as manipula na brincadeira e, ao fazê-lo, transforma-as e lhes dá novas significações" (BROUGÈRE, 2010, p.49). Existe uma confrontação entre as significações do brinquedo e as significações das crianças sobre aquele brinquedo. Assim, ao observarmos a oferta de brinquedos em lojas e catálogos, ficamos limitadas/os apenas aos bastidores, pois, quando entram em cena, os brinquedos ganham vida, passam a representar personagens e cenários de acordo com o brincar de cada criança.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os brinquedos fazem parte do mundo das crianças, constituem cenários e personagens nesse mundo de fantasias, porém, podem acabar limitando a imaginação de meninas e meninos, ao serem direcionados para elas ou para eles. A distinção de

gênero realizada antes mesmo de uma criança nascer implica na formação desigual de meninas e meninos, ou, melhor, de crianças que, por meio de um árduo processo generificador se constituem enquanto meninas e meninos, futuras mulheres e homens. No entanto, considerando que as crianças não são seres passivos, que apenas incorporam a cultura, esse processo generificador acaba indo de encontro ao papel ativo das crianças, ao contornar possibilidades distintas para meninas e meninos.

O modelo binário de gênero é responsável por marginalizar feminilidades e masculinidades alternativas. Grande parte da produção e oferta de brinquedos ainda ocorre dentro dessa lógica binária, seguindo padrões de cultura que geralmente cristalizam verdades, deformando e excluindo quem não se enquadra ao esperado culturalmente. Apesar de uma aparente liberdade de escolhas proporcionada a meninos, o que realmente se observa é uma privação tanto de meninas quanto de meninos no que se refere à oferta de brinquedos em lojas e catálogos. Para eles, a vigilância é reforçada, afinal, o feminino foi construído com traços mais leves, delicados, como o degrau onde se apoia o masculino, a fim de parecer superior, mais imponente, porém, à custa de uma inferioridade feminina. Desse modo, os meninos são privados do cuidado, da sensibilidade, em defesa de uma superioridade negativa, ou seja, que forja sua existência através da negação do feminino, mas tendo ele como base, tal qual uma pirâmide, cujo topo só existe em virtude da base que o sustenta.

As relações de gênero já passam por transformações, embora, geralmente marcadas pelo sofrimento resultante de preconceitos. No entanto, ainda nos deparamos com hierarquias em relação ao trabalho e outras atividades consideradas femininas, as quais se reproduzem em diversas esferas da vida, inclusive no brincar. Desse modo, a cultura é responsável por pré definir uma indicação de gênero para os brinquedos. E essas pré-definições acabam sendo reproduzidas na produção e oferta dos brinquedos, pois os fabricantes buscam a aceitação de seus produtos pelo público consumidor. No entanto, nem a cultura, tampouco o mercado de brinquedos são estáticos. As mudanças ocorrem, mas nem sempre são reconhecidas de imediato. A oferta de brinquedos já vem borrando suas fronteiras de gênero, os brinquedos ofertados já não se destinam apenas a eles ou elas. Muitas modificações já podem ser observadas no mercado dos brinquedos, contudo, ocorrem a passos lentos, pois aquilo que foge aos padrões preestabelecidos pode causar estranheza, desacomoda, exige novas adaptações.

Finalizamos esta discussão apontando a necessidade de se investigar também a recepção dos brinquedos pelas crianças, as quais dão a eles outros sentidos, não apenas incorporando o que é proposto pelos fabricantes.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BERNARTT, Roseane Mendes. A infância a partir de um olhar sócio-histórico. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9, 2009, Paraná. **Anais do IX Congresso Nacional de Educação – EDUCARE:** Políticas e práticas educativas: desafios da aprendizagem; Anais do III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Paraná: PUC-PR, 2009. Disponível em:<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2601_1685.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. O jogo e a educação infantil. **Perspectiva,** Florianópolis, v.12, n.22, p.105-128, 1994.

KUNZ, Elenor; COSTA, Andrize Ramires. A imprescindível e vital necessidade da criança: "brincar e se-movimentar". In: KUNZ, E. (org.). **Brincar e se-movimentar:** tempos e espaços de vida da criança. Ijuí: Unijuí, 2015.

MEIRA, Ana Marta. Benjamin, os brinquedos e a infância contemporânea. **Psicologia & Sociedade**. v. 15, n. 2, p. 74-87. 2003.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **O que é brinquedo?**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PERROTTI, Edmir. A criança e a produção cultural. In: ZILBERMAN, R. (org.). **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

RIVIÈRE, Claude. **Os ritos profanos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCHULTZ, Elisa Stroberg; BARROS, Solange de Moraes. A concepção de infância ao longo da história no Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Jurídicas**, Ponta Grossa, v.3, n.2, p.137-147, 2011.

STAVISKI, Gilmar; KUNZ Elenor. Sem tempo de ser criança: o se-movimentar como possibilidade de transgredir uma insensibilidade para o momento presente. In: KUNZ, E. (org.). **Brincar e se-movimentar:** tempos e espaços de vida da criança. Ijuí: Unijuí, 2015.

VIANNA, Cláudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na educação infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 33, p. 265-283, 2009.

VOLPATO, Gildo. Jogo e brinquedo: reflexões a partir da teoria crítica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 217-226, 2002.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Movimentos "Escola sem Partido" e escola sem "Ideologia de Gênero" articulados nas supressões de questões sobre gênero e sexualidade dos parâmetros curriculares

Rafaela Oliveira Borges

Nos últimos três anos por meio dos *mass media* viu-se eclodir em plenárias de câmaras municipais e assembleias legislativas do país, discussões sobre a inclusão de questões relativas a gênero e sexualidade nos Planos de Educação. Estas discussões sucederam à polêmica iniciada em meados de 2014, enquanto tramitava no congresso nacional o Plano Nacional de Educação (PNE)1. O PNE constitui-se como um plano base-decenal, compreendendo o período de 2014 a 2024. Versando sobre a "garantia do direito a educação básica, redução das desigualdades e valorização da diversidade, valorização dos profissionais da educação e metas para o ensino superior2", reúne em seu texto diretrizes, metas e estratégias voltadas para o empreendimento de melhorias na educação brasileira.

No entanto, o enfoque considerado no Projeto de Lei do PNE sobre a "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na *promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual*"; após discussões sobre a presença dos termos de "gênero" e "orientação sexual", acabou modificado em favor da exclusão destas categorias, reescrevendo-se tal inciso da seguinte forma: Lei 13.005 - *"Art. 2° - III promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação"*. Não obstante, por volta de junho e julho de 2015, data limite para os demais planos serem elaborados/adequados à luz do PNE, assistiu-se através dos *mass media* a derrocada de questões relativas a gênero e sexualidade de diversos planos estaduais e municipais de educação.

Contudo, as discussões que suscitaram os atores políticos desvendam-se muito mais amplas e anteriores a aprovação dos planos de educação, ao considerar as movimentações de setores conservadores da sociedade empenhados em instituir suas pautas sobre a educação. A exemplo, movimentos como o "Escola sem Partido" datam desde 2004. Ainda, grupos em sua maioria religiosos, com a categoria acusatória da "Ideologia de Gênero", literalmente desenvolveram "cruzadas morais" no sentido expresso por Becker, contra a inserção das questões de gênero e sexualidade nas escolas (BECKER, 1997). Diante disso, é relevante a investigação de uma onda conservadora política/religiosa, que atua em diferentes esferas da vida social. No caso da educação, questionar posicionamentos, justificativas e ações de atores políticos, para além de verificar influências, supressões e recuos sobre os planos educacionais, problematiza a obstinação em ocultar as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas.

1 Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 17 maio 2016

2 PNE em Movimento – Disponível em: < http://pne.mec.gov.br/ > Acesso em: 07 set. 2016.

METODOLOGIA

No intento de analisar as condições que possibilitaram as supressões de diretrizes sobre questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual de dois planos de educação: o plano estadual de educação do Rio Grande do Sul e o plano municipal de educação de Porto Alegre, buscou-se analisar a influência de movimentos conservadores empenhados em instituir suas pautas sobre a educação e o posicionamento de atores políticos para tais supressões. Para isso, utiliza-se como estratégia metodológica a análise de conteúdo conforme Bardin e Bauer & Gaskell, em que se examinou através de emendas e transcrições de sessões plenárias, o posicionamento dos atores políticos para as modificações nos planos educacionais (BARDIN, 1977; BAUER; GASKELL, 2005).

Assim, nosso banco de dados parte de um conjunto de emendas e transcrições de sessões plenárias em momentos de votações dos planos educacionais, compreendendo o período do primeiro semestre de 2015 (votação/modificação dos projetos). Tais emendas e transcrições foram extraídas dos portais online, respectivamente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

MOVIMENTAÇÕES CONSERVADORAS E DO DELINEAMENTO DA POLÊMICA

Buscando compreender de modo detalhado o desenrolar da polêmica noticiada pelos *mass media*, convém atentar-se, antes, ao contexto de expansão de movimentos liderados por setores conservadores da sociedade. Estes movimentos antecederam as votações dos planos educacionais e a criação de projetos de lei, que também, visam a normatização da exclusão dos temas de gênero e sexualidade nas escolas.

Nesse sentido, surgido aproximadamente em 2004, o movimento intitulado "Escola Sem Partido" idealizado pelo advogado Miguel Nagib, é exemplo de uma movimentação conservadora sobre a educação. Ao partir da concepção generalizante de que os/as professores(as) atuam como "doutrinadores políticos ideológicos" em sala de aula, é categórica também ao afirmar que temas, por eles considerados, de cunho moral não devem constar nos currículos escolares, sendo papel da família a educação moral, religiosa e sexual.

Assim, tal movimento resume-se na máxima: "educação sem doutrinação". Em busca de uma suposta "neutralidade", o/a professor (a) na perspectiva do movimento deverá ser apenas um reprodutor de conteúdo, um burocrata. Não obstante, o movimento possui modelo de anteprojeto de lei contra a "doutrinação" nas escolas. Tal fato expressa o maior intento do movimento, a saber, "urgência" de uma articulação entre o movimento "Escola Sem Partido" e políticos para que, através da criação de leis, coíbam a presumida prática de doutrinação; segundo site do movimento, *"por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar."*

Com efeito, nos últimos anos frente ao contexto de crise político-econômica vivenciada pelo país, o movimento "Escola sem Partido" vem crescendo de forma expressiva. Atualmente, tem servido de argumento para que atores políticos empreendam na criação de projetos de lei, à luz das ideias do movimento. A exemplo, em nível nacional, dois projetos tramitam buscando instituir a "Escola Sem Partido" no país, sendo eles, o PL 867/2015 do deputado Izalci Lucas (PSDB) e PL 193/2016 do senador

Magno Malta (PR-ES). Ainda, no estado de Alagoas, com o nome de "Escola Livre", vigora Lei n° 7.800 de maio de 2016, que institui em seu Art. 2°3:

> São vedadas, em sala de aula, no âmbito do ensino regular no Estado de Alagoas, a prática de doutrinação política e ideológica, bem como quaisquer outras condutas por parte do corpo docente ou da administração escolar que imponham ou induzam aos alunos opiniões político-partidárias, religiosa ou filosófica (ALAGOAS, 2016).

Desta forma, seguem em inúmeros estados e municípios a criação de projetos de lei, norteados pelas concepções do movimento "Escola sem Partido". Estima-se que dezenove4 projetos estejam tramitando em câmaras municipais e assembleias legislativas do país.

Neste contexto em que proliferam projetos articulados diretamente por defensores da "Escola sem Partido", foi possível acompanhar movimentações intensas, em torno dos planos de educação, por parte de setores conservadores da sociedade, liderados em sua grande maioria por grupos religiosos e políticos de bancadas religiosas. Com o intuito de excluir as questões de gênero e sexualidade dos planos, tais questões foram tomadas por estes setores como um perigo da instalação e consolidação de uma "ideologia de gênero" nas escolas. Através dos *mass media*, divulgaram informações deturpadas e alarmistas sobre a inclusão das questões de gênero e sexualidade nas escolas. É importante desde já, deixar claro conforme Furlani que:

> O termo "ideologia de gênero" não está presente, não é de uso no contexto das teorias de gênero. Esse termo, essa expressão, foi criada/inventada, recentemente, no interior de alguns discursos religiosos. Trata-se de uma interpretação equivocada e confusa, que não reflete o entendimento de "gênero" presente na Educação e na escolarização brasileiras, nas práticas docentes e/ou nos cursos de formação inicial e continuada de professores/as. (FURLANI, 2016, p.2, grifos da autora).

Logo, ao buscar compreender o delineamento da polêmica e as motivações para a exclusão das temáticas de gênero e sexualidade nos planos de educação, tornou-se relevante ressaltar o contexto de movimentações conservadoras políticas/religiosas, pois seus idealizadores na iniciativa de criarem novas regras para a educação, atuam como verdadeiros "empresários morais". Becker pontua que "as regras são produtos da iniciativa de alguém e podemos pensar nas pessoas que mostram tal iniciativa como empresários morais" (BECKER, 1977). Nesse sentido e sobre "os criadores de regras", afirma Becker:

> O protótipo do criador de regras, mas não a única variedade que veremos é o cruzado reformador. Ele se interessa pelo conteúdo das regras. As regras existentes não o satisfazem porque há algum mal que o perturba profundamente. Ele sente que nada pode estar certo no mundo até que as regras sejam feitas para corrigi-lo. Opera com uma ética absoluta; o que se vê é, sem restrição, total e verdadeiramente mal. Qualquer meio para eliminar esse mal é justificável. (BECKER, 1977, p. 108)

3 Lei n° 7.800, de 05 maio de 2016. Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o programa escola livre. Disponível em: < http://www.al.al.leg.br/leis/legislacao-estadual> Acesso em: 2 Jan. 2017.

4 Sem partido e sem educação? Conheça os projetos de lei que questionam a formação cidadã na sala de aula. Disponível em: <https://educacaoeparticipacao.org.br/acontece/sem-partido-e-sem-educacao/#info-escola> Acesso em 2 jan. 2017.

Com efeito, estas movimentações conservadoras primeiramente identificaram o mal a ser combatido – a "ideologia de gênero" – que para eles é total e verdadeiramente má. Após a identificação, partem para as formas de eliminar este mal e com esse objetivo, seus líderes atuam na criação de novas regras sobre a educação. Com o intuito de proteger os alunos(as) de presumidas "doutrinações ideológicas" e salvaguardar a "família tradicional brasileira", encontram o mal em uma educação pautada no pensamento crítico e na inserção das questões de gênero e sexualidade nas escolas; com a eficácia do discurso da "escola sem partido" e da "ideologia de gênero", pretendem excluir como verdadeiros "cruzados morais", o "perigo" das escolas. Como diria Becker "é adequado pensar nos reformadores como cruzados porque eles acreditam que sua missão é sagrada" (BECKER, 1977, p. 108).

Ainda, Becker salienta que uma perspectiva unilateral sobre o "cruzado moral" recairia em pensar neste, como "uma pessoa intrometida, interessada em impor sua própria moral às outras pessoas." (BECKER, 1977, p. 108-109) Porém, segundo o autor, muitos "cruzados morais" partem de "motivações humanitárias". Nesse sentido, "os cruzados morais (a despeito de sua devoção relativamente sincera a sua causa particular) frequentemente emprestam apoio a outras causas" (BECKER, 1977, p. 109). Sobre esse empréstimo, Bonetti afirma que em busca rápida pela internet, pode-se saber que:

> As demandas contrárias à **"ideologia de gênero"** são oriundas, em sua maioria, de sítios de caráter confessional, voltados a conservação de um conjunto de valores dentre os quais se destaca um modelo de família tradicional. Mas não se originam exclusivamente destes sítios; encontrei uma forte associação com organizações que promovem uma campanha contra a suposta **doutrinação política e ideológica nas escolas**. (BONETTI, 2016, p. 52, grifos meus)

Assim, os discursos que se encontram e inflamam os movimentos que buscam a instituição de uma "Escola sem Partido" e a proibição do ensino sobre questões de gênero e sexualidade, assemelham-se aos dos proibicionistas. Pontua Becker que "os proibicionistas acreditam que não estão simplesmente impingindo a sua moral a outras pessoas, mas sim tentando criar condições para um melhor estilo de vida" (BECKER, 1977, p. 109). E ao tentar criar estas condições e o estabelecimento de novas regras, o cruzado moral apoia-se no conselho de especialistas. Segundo Becker "advogados, especialistas em formular legislação aceitável, muitas vezes desempenham este papel" (BECKER, 1977, p. 110).

Desta maneira, salienta Becker que em algum momento de sua cruzada, o cruzado moral "muitas vezes exige serviços de um profissional que possa estabelecer as regras apropriadas, de forma apropriada." (BECKER, 1977, p.112). Nesse sentido, observamos nesta pesquisa a influência dos movimentos conservadores/religiosos sobre a educação e o posicionamento dos atores políticos envolvidos nas modificações dos projetos de lei que instituem os planos educacionais. A exemplo, demostra-se posicionamento/justificativa de vereadora, semelhante a outros discursos de atores políticos sobre a questão, no que se refere aos dois planos educacionais analisados.

Logo, a terceira emenda ao Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação - PME-POA, apresentada em 15 de junho de 2015 pela vereadora Mônica Leal (PP), solicita que "exclua-se a redação proposta no item/meta 7.35 do PL 014/15". Tal redação excluída pontuava:

> 7.35 Introduzir e garantir a discussão de *gênero e diversidade sexual* na política de valorização e formação inicial e continuada dos profissionais da educação na esfera municipal, estruturando políticas de formação que tenham verbas garantidas e calendário de ações articuladas no sistema colaborativo entre os entes federados, visando, no currículo do ensino básico, ao estudo de *gênero, diversidade sexual e orientação sexual*, bem como ao *combate do preconceito e da discriminação de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, mulheres*, levando-se em conta o Plano Nacional de Políticas Públicas para a Cidadania LGBT e o Programa Brasil sem Homofobia. (PORTO ALEGRE, 2015, p. 96 – grifo meu)

Com efeito, a meta 7.35 encontra-se hoje excluída do Plano Municipal de Educação - PME - POA enquanto Lei e faz parte das diversas metas que acabaram excluídas e/ou modificados por tratarem das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual nas escolas. Na justificativa para a exclusão do item 7.35, por exemplo, argumenta a vereadora que:

> Os autores da **ideologia de gênero** tentam aprovar esta teoria através do item 7.35 [...] A escola orienta pessoas a viverem uma vida social com seus direitos e deveres, e as famílias possuem a liberdade de educar seus filhos de acordo com suas convicções. Portanto a inserção da **ideologia de gênero** como diretriz educacional, consiste em clara agressão a essa liberdade ao determinar que as escolas acolham uma teoria que prega completa alienação da sexualidade frente à realidade biológica da pessoa, contrariando a visão consensual da população. (LEAL, 2015, grifo meu)

Assim, ao analisar os posicionamentos dos atores políticos, afirma-se que os posicionamentos em *favor* das questões de gênero e sexualidade nas escolas demonstram entender que planos educacionais, ao buscarem o desenvolvimento de escolas inclusivas, com a "redução das desigualdades e a valorização da diversidade", não podem prescindir do estudo sobre gênero e sexualidade, pois estes são essenciais para o alcance de tal meta.

Já os posicionamentos *contra* as diretrizes de gênero e sexualidade nos planos educacionais, recaem em ideias de que ao se discutir gênero e sexualidade, estar-se-ia induzindo a uma livre escolha ou a uma anulação das diferenças. O discurso daqueles contrários a "ideologia de gênero" é de fato, profundamente biologicista. Logo, o encadeamento lógico entre sexo, gênero e sexualidade se dá numa sequência lógica, linear e binária, como se tudo tivesse uma única base. Nesta perspectiva, o sexo (anatômico) pressupõe o gênero (masculino ou feminino) e assim "torna a heterossexualidade o destino inexorável, a forma compulsória de sexualidade." (LOURO, 2004, p. 82)

Esta visão, conforme Heilborn e Brandão, parte do viés analítico do *essencialismo,* assim:

> Nas trincheiras do essencialismo viceja a convicção de que há algo inerente à natureza humana, inscrito nos corpos na forma de um instinto ou energia sexual que conduz as ações. A sexualidade ora restringe-se a um mecanismo fisiológico, a serviço da reprodução da espécie, ora à manifestação de uma pulsão, de ordem psíquica, que busca se extravasar (HEILBORN; BRANDÃO, 1999, p.3).

Ainda, a presença das questões de gênero e sexualidade nos planos educacionais é vista como violadora da família por usurpar os direitos desta, em repassar para as

crianças/adolescentes suas convicções. A educação religiosa, moral e sexual é vista, exclusivamente, como dever da família, o que nos remete as concepções do movimento "Escola Sem Partido". Embora existam diferenças, uma questão que parece unir a "Escola Sem Partido" e os contrários a "ideologia de gênero", gira em torno da centralidade e importância da família como guardiã moral e a única responsável pela educação desses temas.

Na realidade, observamos nos estudos de gênero, que "vivemos uma escola generificada e sexualizada" (LOURO, 2001). Nesse sentido, aprendemos desde sempre como nos comportar, gesticular, movimentar e fazer uso de nossos corpos; tudo nos é ensinado, dentro e fora da escola. A visão em torno das questões de gênero e sexualidade que se adota neste capítulo, recai em refletir que esses aspectos da nossa vida não têm uma causa única ou determinada, seja pela cultura ou pela família, seja pela escola ou pela natureza. São processos complexos que passam por construções sociais, culturais, familiares, históricas e também são efeitos de interações complexas desses aspectos com as questões biológicas.

Por sua vez, as argumentações dos atores políticos em favor da exclusão de uma suposta "ideologia de gênero" das escolas, coadunam com as reivindicações dos movimentos conservadores/religiosos empenhados na retirada da temática dos planos educacionais. O que demonstra a forte influência e eficácia das pressões destes setores conservadores da sociedade. Diante disso, torna-se evidente uma articulação que resulta conforme Becker na "consequência principal de uma cruzada bem sucedida, é claro, o estabelecimento de uma nova regra, ou um conjunto de regras." (BECKER, 1977, p. 113).

AS SUPRESSÕES DE QUESTÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Através do clamor das movimentações de setores conservadores e religiosos da sociedade em favor da exclusão das questões de gênero e sexualidade dos planos de educação; e verificado os posicionamentos de atores políticos em conformidade com tais reivindicações, buscou-se constatar o impacto das supressões sobre os planos de educação em questão.

Em suma, pode-se afirmar que, enquanto projetos de lei, ambos os planos possuíam diretrizes e metas que contemplavam questões de gênero e sexualidade, visando assim o desenvolvimento do ensino direcionado para a redução das desigualdades, e a "garantia do direito à diversidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual", combatendo também, à evasão escolar por discriminação. Porém nas leis dos planos de educação encontram-se, hoje, no Plano Estadual de Educação (PEE-RS), somente duas metas com referências a gênero e nenhuma sobre identidade de gênero. Sobre gênero, a meta 8.10 refere-se à "realização de oficinas para professores abordando temas contemporâneos como gênero e sexualidade, auxiliando assim no enfrentamento dos preconceitos" (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Ainda no PEE-RS, as poucas menções à orientação sexual aparecem acompanhadas da palavra respeito, ou seja, respeitando orientação sexual, raça, religião etc., mas já não mencionam o estudo sobre gênero e sexualidade. Já no Plano Municipal de Educação (PME-POA), enquanto lei, foram suprimidas das diretrizes e metas todas as menções sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

No entanto, diferente de outras polêmicas que esvaziaram-se com maior rapidez, neste caso em contrapartida, salienta-se a proliferação de projetos de lei versando sobre proibição ao ensino de gênero e sexualidade. Nesse sentido, é importante ressaltar a força gerada desde as movimentações de setores conservadores da sociedade, anteriores aos planos e projetos, que culminam na retirada da temática dos planos educacionais e segue obtendo eficácia, se pensarmos que outros projetos estão sendo criados e alguns já tramitam sujeitos a aprovação; seguindo assim, a movimentação para excluir o ensino sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. Tais intentos podem ser verificados no Projeto de Lei 7180/20145, de autoria do deputado federal Erivelton Santana (PSC), que acresce ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), o seguinte inciso:

> XIII – respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas." (BRASIL , 2014)

GÊNERO, UMA IDEOLOGIA?

Com efeito, os discursos de boa parte dos atores políticos, empenhados nas supressões de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nos planos de educação, desenvolveram-se baseados nestas crenças resumidas na categoria "ideologia de gênero", amplamente difundida pelos setores conservadores e religiosos da sociedade. "Ideologia de gênero" de acordo com Bonetti resulta numa:

> [...] categoria pejorativa criada por setores religiosos e encampada por uma coalizão política conservadora (tomada aqui no sentido literal da palavra; aquela que quer conservar o status quo, a tradição) com vistas a projeto civilizatório baseado em valores confessionais, contrários ao pluralismo democrático e de costumes (BONETTI, 2016, p.49).

Diante disto, duas observações pontuais destacam-se. De forma primeira, torna-se evidente que a categoria acusatória da "ideologia de gênero", parte de movimentos conservadores/religiosos que se articulam a atores políticos com posicionamentos em conformidade com as demandas destes movimentos. Segundo, é fato que a acusação do desenvolvimento de uma "ideologia de gênero" nas escolas, que vai, em síntese, acabar com as famílias, condiz inexoravelmente com uma interpretação ideológica sobre os estudos de gênero e sexualidade.

Por fim, ao que tudo sugere, as "cruzadas morais" empenhadas na supressão de questões sobre gênero e sexualidade das escolas persistem. As mobilizações que reivindicam uma "Escola sem partido" e livre da "Ideologia de gênero", vem motivando, eficazmente, a instituição de uma concepção de mundo norteada por valores conservadores e religiosos sobre a educação. Para esta consideração, entende-se fundamental pontuar o momento histórico em que surgem estes movimentos de setores conservadores e religiosos da sociedade.

5 PL 7180/2014 - Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722&ord=1> Acesso em: 27 Dez. 2016.

Logo, estas mobilizações começam a tomar contornos expressivos, frente ao período em que certos grupos minoritários passaram a ter maior visibilidade no Brasil; como exemplo, a consolidação das políticas de cotas que englobam a questão racial e indígena, todas as políticas de ação afirmativa, as políticas de proteção das mulheres como a Lei Maria da Penha que é de 2006, as discussões de gênero em que ocorreram as primeiras leis pró aborto em casos de diagnóstico de anencefalia na gravidez (LUNA, 2014), a maior visibilidade das famílias homoparentais e o direito a adoção, dentre outros ganhos de direitos sociais.

Argumenta-se, aqui, portanto, que as mobilizações conservadoras/religiosas que atuam em diferentes esferas da vida social, neste caso, observado sobre a educação, constituem formas de reações rígidas, autoritárias e retrógradas aos avanços e conquistas de direitos sociais por parte de grupos usualmente excluídos, minoritários e marginalizados. Assim, de momento, cabe questionar: Que tipo de escola pretende-se desenvolver? Uma escola preocupada em fazer pensar e a ensinar a conviver em sociedade ou uma escola preocupada em homogeneizar conteúdos e pessoas?

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ED.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2005.

BECKER, Howard. S. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BONETTI, Aline e SILVA, Fabiane Ferreira (Orgs). Entre armadilhas ideológicas e confusões propositais: reflexões sobre a polêmica em torno da "Ideologia de Gênero". In: **Gênero, Interseccionalidades e feminismos.** Desafios contemporâneos para a educação. São Leopoldo, OIKOS, 2016.

FURLANI, Jimena. **Ideologia de gênero? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha.** Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/jimena.furlani/media_set?set=a.874615945993418.1073741831.100003350625907&type=3>. Acesso em: 31 jul. 2016.

HEILBORN, Maria Luiza; BRANDÃO, Elaine Reis. Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 7-17.

LEAL, Monica; **Emenda n° 3**. 2015 Disponível em: <http://200.169.19.94/documentos/draco/processos/125639/Proc_1395E03_2015_2015_06_23_14_38_55_475.pdf> Acesso em: 26 Set. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LUNA, Naara. Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.14. p. 83-109, 2014.

PORTO ALEGRE. **Projeto de Lei n° 014/2015.** Aprova o plano municipal de educação e dá outras providências. Porto Alegre: Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://projetos.camarapoa.rs.gov.br/processos/125639>. Acesso em: 15 nov. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.705 de 25 de junho de 2015.** Institui o Plano Estadual de Educação – PEE em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.705.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

Desdobramentos dos estudos sobre gênero e ciência

Ariana Fantoni Soberón

Os estudos feministas há muito indagam/questionam/revisitam as mais diversas áreas de saber tal como as Artes, a Literatura, as Ciências Humanas, as Ciências Naturais. Esses estudos são compostos por tentativas de interpretar esses conhecimentos com base, sobretudo, no conceito e categoria gênero. No que se segue, objetiva-se apresentar o campo de estudo que relaciona gênero e ciência, pontuando a emergência e o desenvolvimento do seu contexto intelectual assim como suas principais características.

A perspectiva teórica de Ludwik Fleck (1896-1961) é utilizada como orientação teórica, como um guia de leitura, para se compreender os períodos em que se desenvolvem as discussões sobre o conhecimento científico, toma-se como base os conceitos de estilo de pensamento e coletivo de pensamento. Para Fleck, o conhecimento é "a atividade humana que mais depende das condições sociais, e o conhecimento é o produto social por excelência" (FLECK, 2010, p. 85). Desse modo, todo conhecimento é construído em conexão direta com o espaço social, histórico e cultural de uma época.

O conceito de estilo de pensamento é definido por Fleck como uma percepção direcionada que dá forma para um conhecimento dentro de um contexto histórico definido. É coercitivo, pois impõe o modo de ver os fatos que são por ele condicionados. Assim, as "verdades" dependem do modo como os estilos de pensamento se orientam e por isso elas são situadas historicamente. O autor define alguns elementos que constituem um estilo de pensamento, tais como: problemáticas de interesse comum a um coletivo de pensamento, "julgamentos dados como evidentes pelo grupo", o uso de métodos definidos como meio para a construção de conhecimentos, a adoção de uma linguagem comum ao coletivo de pensamento (FLECK, 2010).

O coletivo de pensamento é compreendido como a "comunidade de pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos" (FLECK, 2010, p. 82). Os indivíduos que participam desse compartilhamento de pensamentos são portadores históricos de um estilo de pensamento. É por meio do coletivo de pensamento que um estilo de pensamento permanece no tempo, ganha estrutura formal. Fleck pontua uma característica universal dos coletivos de pensamento: eles possuem um círculo esotérico (dos especialistas) e um círculo exotérico (dos não especialistas). Há uma relação de reciprocidade e dependência entre esses dois círculos (FLECK, 2010).

Os conceitos de estilo de pensamento e coletivo de pensamento permitem compreender o modo como as interpretações sobre o conhecimento científico foram mudando gradativamente durante o passar dos séculos. Permitem enxergar as nuances que cada contexto traz na significação do que seja conhecimento científico. A seguir, apresentam-se breves ponderações sobre o entendimento da trajetória da ciência enquanto um conhecimento derivado das práticas sociais e culturais de uma época, até se chegar às problemáticas referentes à relação entre gênero e ciência.

A chamada ciência moderna1 inaugurou uma nova forma de interpretar o mundo no final do século XVI e início do século XVII, e teve como principais representantes Nicolau Copérnico (1473-1543), Galileu Galilei (1564-1642) e Isaac Newton (1643-1727). A ciência moderna é definida como um conhecimento racional, mensurável, quantificável, objetivo, experimental, que busca a "verdade científica" através dos fatos, que por sua vez falam por si (CONDÉ, 2002). O ambiente intelectual dessa época trilhava por esses caminhos protocolares. Os/as cientistas são espectadores, tradutores das verdades científicas. É um estilo de pensamento científico que se mostra indiferente a valores culturais e sociais. No âmbito da filosofia, destaca-se a teoria do filósofo moderno René Descartes (1596-1650) com os estudos sobre o método e sobre a racionalidade, tidos como os únicos meios seguros para adquirir conhecimentos verdadeiros. Essa perspectiva do conhecimento científico como absoluto imperou no decorrer dos séculos.

No início do século XX, os ideais dessa ciência passam a ser questionados por diversas correntes de pensamento. Boaventura de Sousa Santos denomina esse período de questionamento de crise da ciência moderna, que pode ser interpretado a partir de condições sociais e de condições teóricas (SANTOS, 1998). As condições sociais da crise da ciência moderna elencadas por Santos estão relacionadas à industrialização da ciência a partir dos anos 1930 e 1940, que rompeu com a ideia de conhecimento científico desinteressado e autônomo. A industrialização da ciência está ligada aos poderes econômicos, sociais e políticos, à escolha das prioridades científicas e à organização da investigação científica no que diz respeito ao seu nível de aplicabilidade (SANTOS, 1998).

As condições teóricas – aqui apenas citadas – que ocasionaram a crise da ciência moderna dizem respeito ao mundo das ciências naturais, sobretudo aos avanços teórico-metodológicos da física contemporânea, com a teoria da relatividade de Albert Einstein (1879-1955); e da Mecânica Quântica, com Niels Bohr (1885-1962), e, sobretudo, o "princípio da incerteza" de Werner Heisenberg (1901-1976)"; Kurt Gödel (1906-1978) e o teorema da incompletude; Ilya Prigogine (1917-2003) e a teoria das estruturas dissipativas. O que se quer dizer aqui é que esses estilos de pensamento - levando-se em conta suas complexidades- possibilitaram releituras dos conhecimentos científicos instituídos até então.2

Importante frisar que essas reflexões epistemológicas e metodológicas sobre a ciência foram, inicialmente, desenvolvidas pelos próprios cientistas, os chamados "cientistas-filósofos". Questões antes relegadas ao campo da sociologia, tais como considerar o contexto cultural, as condições sociais e os modelos de organização da ciência como partes estruturantes do campo da ciência foram objetos de discussão nesse contexto de ideias.

Assim, na década de 1960, a Antropologia das Ciências e os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia ganham força com questionamentos sobre a separação entre ciência e sociedade, sobre o cientificismo, sobre o reducionismo biologizante (tema caro aos movimentos feministas) entre outros. Destaca-se a obra A Estrutura das Revoluções

1 A ciência moderna é brevemente retratada aqui - longe de se compreender toda a sua complexidade - apenas com o intuito de contextualizar as discussões sobre ciência no século XX, dado que esses debates têm como ponto inicial críticas ao modelo dessa ciência moderna ocidental.

2 Salienta-se que não se trata de um "abandono" dos conhecimentos científicos anteriores às novas percepções epistemológicas, conforme aponta Mauro Lúcio Leitão Condé: "Naturalmente, a física contemporânea não destituiu o valor da física clássica, mas, certamente, ampliou as possibilidades de compreensão do universo, ao penetrar no extraordinário mundo atômico. Esse novo paradigma traz uma série de consequências epistemológicas. Talvez a principal delas seja a destituição da certeza última da objetividade científica (características primárias) da ciência moderna. Destituição sintetizada pela Mecânica Quântica, em particular por Heisenberg e seu "princípio da incerteza" (CONDÉ, 2002, p. 53).

Científicas de Thomas Kuhn (1922-1996), publicada pela primeira vez em 1962, que representou uma grande mudança no modo de entender a ciência. Para Kuhn, a ciência é produto de contextos históricos específicos. São os valores culturais de uma época que guiam as comunidades científicas e, desse modo, não há uma verdade absoluta, pois a objetividade vai depender da visão de mundo de determinadas comunidades científicas. O conjunto de valores, das práticas sociais e comportamentos que constituem a visão de mundo das comunidades científicas, as interpretações dadas a um fato-científico é o que Kuhn chama de paradigma. Essa ideia de paradigma impulsionou correntes teóricas que vieram a estudar a ciência dentro de uma perspectiva histórica. São reflexões que discutem o conhecimento científico em relação às dimensões humanas antes desprezadas pela ciência moderna, restituindo ao ser humano a "dimensão antropológica de seu conhecimento"3 (CONDÉ, 2002, p. 55); sua subjetividade, seu olhar, suas escolhas, suas possibilidades. Os estudos feministas sobre ciência e gênero começam a se desenvolver nesse contexto de efervescência teórica, metodológica e epistemológica.

Os termos gênero e ciência foram relacionados, pela primeira vez, na década de 1970, nos Estados Unidos, pela bióloga Evelyn Fox-Keller, em consonância com os movimentos feministas e os estudos sociais e culturais da ciência (LÖWY, 2009).4 O campo de estudos gênero e ciência5 apresenta como pilar dois pontos fundamentais: a) a dicotomia entre homens e mulheres na sociedade molda a organização do conhecimento científico; e b) historicamente, a prática científica é um empreendimento masculino (LÖWY, 2009). Assim, os estudos sociais e culturais da ciência sobre uma perspectiva de gênero implicam na desconstrução de um ideário neutro em relação aos participantes e construtores do conhecimento científico.

Londa Schiebinger (2001), ao perguntar sobre a relação histórica entre gênero e ciência, mostra que a profissionalização do campo científico acabou por excluir a participação das mulheres. Para a autora, a divisão econômica e política da sociedade europeia, entre os séculos XVII e XVIII, em duas esferas: a esfera pública, dos governos, das profissões, dos homens e a esfera privada, da família, do lar, das mulheres foram decisivas para as dicotomias entre masculinidade e feminilidades. Essa divisão em conjunto com a teoria da complementaridade sexual (oposição entre homem e mulher) fez com que a ciência, enquanto instituição profissional, se tornasse um campo masculino, em razão da restrição do acesso de mulheres à sua prática. A ciência é, portanto, parte do território da divisão sexual do trabalho e da organização social dicotômica de gênero. Seguindo esse raciocínio, "a feminilidade veio a representar um conjunto de qualidades antitéticas ao ethos da ciência" (SCHIEBINGER, 2001, p.143). Em suma, para Schiebinger, a cultura da ciência tornou-se um campo masculino em função da organização social (códigos e comportamentos definidos de masculinidades e feminilidades) vigente na época da sua institucionalização. Ela faz parte da "paisagem institucional" da época (SCHIEBINGER, 2001).

Os movimentos sociais possuem um papel basilar na configuração de pesquisas no âmbito acadêmico. Salienta-se que os movimentos feministas foram fundamentais para a ascensão do conceito de gênero como uma categoria de análise nas universidades, possibilitando a criação de grupos de estudos, de cursos e departamentos voltados para a discussão na situação das mulheres e das relações de gênero na sociedade. No campo

3 Ver a ideia de "homem de Heisenberg" de Hannah Arendt (1906-1975) citado por Condé (2002).

4 Algumas pesquisadoras que desenvolveram importantes estudos na área de gênero e ciência são Sandra Harding, Ruth Bleier, Ludmilla Jordanova, Helen Longino, Donna Haraway, Susan Bordo, Londa Schiebinger.

5 Destaca-se em três áreas distintas: a pedagógica, a histórico-sociológica e a epistemológica (SEDEÑO, 1995).

aqui estudado, destacam-se as pesquisadoras acadêmicas americanas dos Women's Studies, que desenvolveram diversas teorias epistemológicas6 (epistemologias feministas) com o intuito de denunciar o que chamam de vieses androcêntricos na ciência. Seus principais objetos de estudo são: a composição dos conhecimentos e a forma como a ciência se organiza.

Outra característica de gênero e ciência, de acordo com Löwy, são as críticas de pesquisadoras feministas aos ideais de objetividade, racionalidade e universalidade (tidos como característicos da ciência moderna, conforme discutido anteriormente) fundamentadas na suposta auto-evidência que essa ciência tem de si (LÖWY, 2009). A autora destaca três características fundamentais dessa crítica: a) a ciência é um conhecimento datado na era moderna, localizado na Europa e posteriormente na América do Norte; b) é produzida por indivíduos com identidades sociais específicas, machos, pertencentes à classe social dominante; e c) é vista, se vê e se faz como "o único saber, objetivamente e universalmente válido, de modo a excluir qualquer outro ponto de vista (das mulheres, dos pobres, das pessoas "de cor", de países não ocidentais)" (LÖWY, 2009, p. 42), prática que possibilitou a hegemonia material e ideológica dos dominantes.

O que se depreende dessas críticas é o fato que esses ideais ancorados na ciência (que a enxergam como a única detentora das certezas) fazem com que muitas outras formas de conhecimento sejam deixadas de lado, sejam silenciadas, pois, uma vez que são comparadas com a ciência e seus métodos (ponto de demarcação para a validação de um conhecimento) são vistas como inferiores.

No entanto, seguindo o argumento de Löwy, essas críticas não têm como premissa a suposta renúncia a um conhecimento universalmente válido ou a impossibilidade de se produzir um conhecimento objetivo do mundo natural:

> As pesquisadoras que têm estudado a relação entre gênero e ciência, mas também entre ciências, classes sociais, etnia ou culturas não ocidentais, têm argumentado que a ampliação da base do conhecimento científico levaria ao desenvolvimento de uma maior objetividade e de uma maior universalidade das ciências (LÖWY, 2009, p. 42).

Duas perspectivas teóricas que representam essas tentativas de ampliar as bases do conhecimento científico são as desenvolvidas por Donna Haraway e Sandra Harding. Haraway formula o conceito de conhecimento situado e afirma que a historicidade, a localidade dos conhecimentos o tornam objetivos, dado que pertencentes a contextos bem definidos (visão corporificada versus visão transcendente) (HARAWAY, 1995). A interação entre os diferentes pontos de vista dos participantes da comunidade científica, suas múltiplas traduções e mudanças de saberes constituem o corpus da ciência. Conforme mostra Löwy:

> Os "conhecimentos situados" poderão favorecer o desenvolvimento de um olhar reflexivo, crítico, cético e irônico sobre a ciência e, portanto, em última instância, contribuir para tornar a ciência, frequentemente definida como ceticismo organizado, ainda mais científica (LÖWY, 2001, p.42).

6 A área epistemológica pode ser dividida em três orientações principais: o empirismo feminista, o ponto de vista feminista e o pós-modernismo feminista (HARDING, 1996).

Harding desenvolve o conceito de objetividade forte, que busca o diálogo e a troca com atividades situadas e definidas. Leva em consideração o lugar, o momento, a situação social dos indivíduos que a produzem (LÖWY, 2001).

Segundo Clifford Geertz (1926-2006), a crítica feminista da ciência está "lançada e se empenhando. Parece improvável que ela venha a se fundir ou virar tudo de cabeça para baixo, mas se tornará um traço permanente da vida intelectual – dissonante, diversa e não ignorável. Parte da cena" (GEERTZ, 2015, p. 122). São coletivos de pensamento que criam perspectivas analíticas de enfrentamento e de críticas aos saberes hegemônicos, que podem movimentar cenários intelectuais de forma contundente.

Diante dessas considerações, o campo da ciência, visto como um empreendimento coletivo de conhecimentos e de valores sociais, abre as portas para a investigação e desconstrução de algumas de suas premissas. Gênero na ciência denunciou visões encharcadas de valores sociais e culturais que colocaram/colocam as mulheres em situação de desigualdade e inferioridade. Gênero na ciência ajuda a desmistificar pré-conceitos no campo da sexualidade; na desconstrução do que se entende por sexo, natureza e pelo próprio conceito de gênero. Alguns exemplos: o tema da intersexualidade, que começa a ser debatido nas Ciências Sociais nos anos 1990, e apresenta novos discursos e críticas aos saberes hegemônicos da ciência (MACHADO, 2014); estudos sobre a Biologia e a Medicina (SCHIEBINGER, 2001; 1987) que, por meio de uma perspectiva de gênero, encontraram diversos conceitos generizados; pesquisas que revelam a desigualdade de gênero na produção de conhecimentos científicos; o acesso limitado de mulheres na prática científica; a invisibilidade de mulheres na História da Ciência; as epistemologias feministas que mostram conhecimentos baseados em relações de gênero; a própria linguagem científica como utilizadora de metáforas de dominação masculina (GONZÁLES, 2005).

Essas discussões e os contextos históricos em que se desenvolveram/ desenvolvem buscam por uma maior representatividade no campo científico assim como o alargamento do que se compreende por ciência. Ampliar as bases do conhecimento científico significa incluir, refletir sobre elementos antes negligenciados. Seguindo no embalo de Santos:

> Tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e de percorrer, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade (SANTOS, 1988, p. 46).

Parece que fazer perguntas simples à ciência, aquelas que "descortinam e desconcertam", propor (mais uma vez) a dúvida, pode ser uma maneira de ampliar o seu campo de estudo. O conceito e categoria gênero propicia esse desdobramento.

REFERÊNCIAS

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. De Galileu a Armstrong: as várias faces da lua. **Cronos: Revista de História,** Minas Gerais, n.º5, p. 42-56, 2002.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico.** Belo Horizonte. 1. Fabrefactum editora, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A vida entre os antros e outros ensaios.** Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2015.

GONZÁLEZ, Verônica Sanz. Una introducción a los estudios sobre ciencia y género. **Argumentos de Razón Tecnica,** n. 8, p.43-66, 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A Questão da Ciência Para o Feminismo e o Privilégio da Perspectiva Parcial. **Cadernos Pagu,** Campinas, São Paulo, v.5, p. 07-41, 1995.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo.** Madrid: Ediciones Morata, S. L., 1996.

LÖWY, Ilana. Verbete Ciências e Gênero. In: Hirata et al (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, p. 40-44, 2009.

MACHADO, Paula Sandrine. (Des)fazer corpo, (re)fazer teoria: um balanço da produção acadêmica nas ciências humanas e sociais sobre intersexualidade e sua articulação com a produção latino-americana. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 42, p. 141-158, 2014.

MAIA, Carlos Alvarez. Uma chave de leitura de Fleck para a pesquisa. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.4, p. 1174-1179, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.2, n.2, p.46-71, 1988.

SCHIEBINGER, Londa. Esqueletos no armário (in the Closet): as primeiras ilustrações do esqueleto feminino na anatomia do século XVIII. In: GALLAGHER, C e LAQUEUR, T. **The Making of the Modern Body**. California, University of California Press, 1987. (Tradução livre feita por Roseli Buffon).

SCHIEBINGER, Londa. **O Feminismo Mudou a Ciência?**.São Paulo: Edusc, 2001.

SEDEÑO, Eulalia Pérez. Filosofia de la cienica y feminismo: intersección y convergência. **Isegoria**, n. 12, p. 160-171, 1995.

Matriarcado mudanças de concepções nos estudos de gênero

Diego Marafiga de Oliveira

O presente artigo tem como objetivo geral analisar as mudanças nos estudos de gênero no que diz respeito ao tema do matriarcado. Para tanto, inicialmente, tratarei das diferentes formulações realizadas pelas autoras Gerda Lerner, Joan Bamberger e Michelle Rosaldo sobre essa temática. Nesse sentido, demonstrarei de que forma ocorreram as modificações nos enfoques dos estudos de gênero no decorrer dos anos, através das concepções de Claudia Fonseca. Por fim, abordarei acerca da mudança paradigmática realizada por Marilyn Strathern referente à própria concepção de gênero na sociedade ocidental.

As discussões sobre os aspectos universais do matriarcado foram marcantes na década de 1970 nos estudos de gênero, sobretudo por autoras feministas, sofrendo mudanças de análises nas décadas posteriores. Foi com a releitura da obra clássica de Friedrich Engels, "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado" (1985), publicada em 1884, que a temática do matriarcado emergiu nos estudos de gênero.

Este pensador alemão procurou caracterizar os sistemas de parentesco e formas que levaram a constituição da família. Através de uma análise calcada em estágios evolutivos, Engels identifica o comunismo primitivo até o surgimento da família denominada "sindiásmica", que é o estágio evolutivo que permitiu o desenvolvimento da família monogâmica. Esta representa a "grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo" (ENGELS, 1980, p.61), pois é baseada no predomínio do homem, o qual tem como finalidade procriar os filhos para serem herdeiros diretos de seus bens.

A obra de Engels possui muitos equívocos; de pensar o progresso como evolução, de tomar como modelo de civilização a Inglaterra vitoriana, porém sua principal contribuição foi a de pensar a opressão feminina a partir da esfera sexual. Esta questão foi usada em alguns estudos feministas, em que as autoras lamentaram o fato de que na área da família e parentesco, pesquisadoras tenham descartado, junto com o evolucionismo, aspectos interessantes da análise engeliana, a saber, o caráter histórico contextual das diversas formas familiares.

Uma dessas autoras é Gerda Lerner, que no livro "*La Creación del Patriarcado*" (1980), afirma que apesar das críticas, Engels contribuiu para os conhecimentos sobre a posição das mulheres na sociedade e na história. Neste livro, Lerner pretende, e o título é bem ilustrativo, demonstrar a formação/criação histórica do patriarcado. De acordo com a autora, persistiram duas formas de entendimento do patriarcado nos estudos de gênero: a tradicionalista e a materialista.

No primeiro entendimento, tradicionalista, existe uma visão que aceita a "assimetria sexual" que atribuem diferentes papeis a homens e mulheres porque é natural (biológico) e universal. Os homens, por terem mais força física somado com sua maior agressividade, são capacitados a serem caçadores e guerreiros. Enquanto a mulher, no entendimento tradicionalista, é mais vulnerável e a dotação biológica a destina a maternidade e a criação dos filhos. Conforme Lerner, essa visão determinista ocorre

desde os tempos mais remotos e persiste até a atualidade, reforçando as ideias contemporâneas da supremacia masculina.

Esse entendimento se aproxima, em parte, com as formulações de Sherry Ortner no texto "Está à mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?" (1979). Neste, a autora discorre sobre como a subordinação feminina é universal na cultura, na qual "a mulher é identificada com alguma coisa que cada cultura desvaloriza, alguma coisa que cada cultura determina como sendo uma ordem de existência inferior a si própria" (ORTNER, 1979, p.100). Dessa forma, a sociedade reconhece e estabelece implicitamente uma distinção entre a atuação da natureza e a atuação da cultura.

Partindo desse princípio, Ortner enumera uma série de elementos que aproxima as mulheres da natureza e o homem da cultura. Inicia discutindo a fisiologia do corpo feminino e sua função de procriação, na qual destina este público ao contexto doméstico (diferente do homem presente no espaço público), sendo responsável pela penosa função de transformar as crianças de um estado primitivo a um estado de seres civilizados. Por fim, reportando-se ao trabalho de Nancy Chodorow, que aborda a psicanálise da maternidade, Ortner expõe acerca da relativa subjetividade feminina em oposição à objetividade masculina que, juntamente com sua natureza fisiológica, fornece as mulheres papeis vinculados à natureza.

No que diz respeito aos diferentes processos de socialização das crianças, Sherry Ortner aponta que a mãe é o primeiro agente de socialização dos filhos, mas que existe um período, em praticamente todas as sociedades, no qual a responsabilidade de socialização dos meninos é passada para os pais. Desse modo, Ortner apresenta duas formas distintas de "identificação" na criação e socialização dos filhos (as) entre pais e mães. Na relação pai e filho ocorre uma "identificação posicional", uma identificação marcada por uma série de elementos abstratos, pois raramente o pai se envolve com o cuidado da criança na fase infantil. Ao passo que na relação entre mãe e filha incide uma "identificação pessoal", visto que a aprendizagem envolve uma relação de continuidade e desenvolvimento da menina com a mãe, mantendo uma identificação com a figura materna.

A despeito de Sherry Ortner reconhecer a existência de uma agência feminina, ao mesmo tempo entende que a mulher está num nível intermediário entre a natureza e a cultura, de modo que, mesmo negando o determinismo biológico, a autora acaba sempre retornando a discussão da relação da mulher com a natureza. Percebemos, assim, em Ortner uma universalização da subordinação feminina.

Por conseguinte, no segundo entendimento do patriarcado, conforme Gerda Lerner, o materialista, persiste uma ideia ancorada no economicismo, por meio de uma leitura engeliana. Dessa forma, por conceber que existiu um modelo alternativo de organização social humana antes do patriarcado, a perspectiva materialista tinha como princípio que a abolição da propriedade privada libertaria as mulheres das amarras da dominação masculina.

A partir desses dois entendimentos do patriarcado, Lerner expõe sua visão sobre o tema, afirmando que "o fato de que as mulheres tenham filhos corresponde ao sexo, que as mulheres os criem se deve ao gênero, que é uma construção social" (LERNER, 1980, p. 27, tradução nossa). Além disso, para a autora, quem defende o matriarcado como uma sociedade onde as mulheres dominam os homens, não pode recorrer a dados

antropológicos, etnológicos ou históricos, pois suas defesas somente podem ser extraídas da mitologia ou religião.

Nesse contexto, é importante a leitura realizada por Joan Bamberger (1979) no texto "O mito do matriarcado: Por que os homens dominavam as sociedades primitivas (?)". Neste texto, Bamberger demonstra como a busca de um "governo feminino" mesmo na mitologia é insuficiente, dado que os próprios mitos ressaltam a subordinação feminina diante do homem. Esta autora questiona a existência do matriarcado na sociedade atual, assim como demonstra que este não pode ser comprovado por fontes primárias do passado. Dessa forma, a existência de uma sociedade matriarcal apenas pode ser presumida, ou seja, o que é conhecido sobre condições do passado dos povos antigos, não prognostica nenhuma descoberta futura de um exemplo matriarcal nítido e indiscutível.

Bamberger destaca também que as discussões entre matriarcado e patriarcado são bastante antigas, formuladas no meio intelectual europeu do Século XIX. Nesse período foi de suma importância à obra de Johan Bachofen, denominada "Das Mutterrecht" (O Matriarcado), publicada em 1861. Este jurista suíço e estudioso clássico defendeu a ideia, baseado em obras da antiguidade Greco-romana, que o matriarcado, ou o domínio da mãe sobre a família e o Estado, foi um desenvolvimento gerado pela profunda insatisfação feminina com a "sexualidade irregular" que os homens lhe impunham. Bamberger atenta para a questão de que a teoria de Bachofen parte de fontes poéticas e históricas duvidosas, tais como: Hesíodo, Heródoto, Ilíada e Odisséia. Todavia, as formulações de Bachofen foram utilizadas, em parte, pelo movimento feminista no seu surgimento, por meio da concepção de direitos maternos acerca da posição privilegiada feminina em "sociedades primitivas".

De acordo com Joan Bamberger, questionar a evidência histórica do "governo feminino", como ela própria o fez, não significa duvidar da relevância das mitologias do matriarcado. Dessa maneira, ela analisa três mitos de sociedades indígenas da América do Sul, baseadas em fontes etnográficas publicadas pelo Padre Martin Gusinde e seu contemporâneo E. Lucas Bridges, entre 1918 e 1924. Os mitos analisados são: o do Jurapari, Cabana Hain e Caba Kina. Para Bamberger, em todos esses mitos há em comum um processo em que as mulheres iniciam governando (as cabanas nos mitos Kina e Hain), mantendo os homens em dependência e medo, até que os homens descobrem a origem do poder feminino e as derrotam. Dessa maneira, os mitos, em suas repetições de que as mulheres não sabem como dirigir o poder quando o possuem, reafirmam as inferioridades femininas atuais. A posição de Bamberger é de que os mitos ao invés de transmitir um futuro promissor, acabam retornando a um passado de repetidos fracassos das mulheres. Assim, "se um dia as mulheres vierem a governar, é preciso se desvencilhar dos mitos que determinam que elas foram consideradas incapazes de desempenhar papeis de liderança" (BAMBERGER, 1979, p. 252).

Como relatado no início deste artigo, a discussão acerca das buscas universais do matriarcado foi muito marcante na década de 1970, porém sofreu mudanças de análises nas décadas subsequentes. Exemplo disso é revisão teórica do livro "A Mulher, a Cultura e Sociedade" (1979) de autoria de Michelle Rosaldo e Louise Lamphere. Nesta obra, as autoras concebem a subordinação feminina como universal, semelhante à Sherry Ortner, e apesar de negar a inferioridade biológica feminina, elas localizam as causas da sujeição universal da mulher no fato da procriação e amamentação das crianças.

Após rever seus conceitos sobre a universalidade da inferioridade feminina, Michelle Rosaldo, escreveu um artigo, publicado em 1980, no qual ressalta os equívocos presentes em "Mulher, a Cultura e Sociedade". Sob o mesmo título, porém revisado, Rosaldo afirma: "eu agora acredito que gênero não é um fato unitário determinado em todos os lugares pelos mesmos tipos de preocupações, mas antes um produto complexo de uma variedade de forças sociais" (ROSALDO, 1980, p. 20).

De acordo com Claudia Fonseca, "Em poucas palavras, Rosaldo acaba com 'a mulher universal', colocando implicitamente em questão boa parte dos estudos feministas realizados até então" (FONSECA, 2004, p. 21). Nesse sentido, no decorrer da década de 1970, a universalidade feminina é posta em questão, assim como as dicotomias que operavam nos estudos de gênero, tais como: espaço público e doméstico, natureza e cultura. Neste trabalho, intitulado "De afinidades e coalizões: um reflexo sobre a transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes na antropologia", Claudia Fonseca (2004) demonstra o panorama das mudanças de perspectivas nos estudos de gênero no decorrer dos anos.

Por meio de uma análise minuciosa de três coletâneas anglo-saxônicas que tratam sobre diferentes trabalhos acerca do parentesco, Fonseca ressalta como esse campo de estudo foi influenciado por estudos de gênero (a transpolinização) e por parte de antropólogas feministas. A autora destaca mudanças de visões desde as capas das coletâneas, passando pelos números de escritoras, até as informações biográficas destas.

Fonseca sugere que a junção de ideias entre estudos de gênero e parentesco ocorreu na conferência Wernner Grenn, realizada em 1982 na Itália, que contou com alguns homens da escola clássica (Bloch, Goody, Smith) e um grande número de mulheres com interesses feministas como Sylvia Yanagisako, Rayna Rapp e Marilyn Strathern. Nesta conferência ocorreu uma "afinidade intelectual" com a visão comum, que veio a ser consagrada no livro de David Schneider "Critique of the study of kinship" (1984), de que o próprio conceito de parentesco era produto do etnocentrismo ocidental.

Sem dúvida Marilyn Strathern é a antropóloga que melhor desenvolveu essa perspectiva iniciada por Schneider. Se na década de 1970 as antropólogas feministas já apontavam o etnocentrismo das etnografias clássicas, porém ainda sem uma revolução epistemológica na disciplina, foi nos anos de 1980 que ocorreu uma nova visão do saber antropológico através de estudos feministas. Nesse movimento, Strathern foi fundamental com a distinção entre antropologia feminista, como uma disciplina contribuindo ao avanço da ciência, com o feminismo antropológico, que visa construir uma comunidade feminista cujas premissas e objetivos diferem e opõem-se a antropologia com as normas científicas (RABINOW, 2002).

É na obra seminal "O gênero da dádiva" (2006) que Strathern desconstrói a universalidade da mulher do feminismo, juntamente com o etnocentrismo das pesquisas antropológicas. A partir de uma revisão das pesquisas realizadas nas áreas das terras altas da Melanésia, "que foi por muito tempo considerada como um paraíso experimental" (STRATHERN, 2006, p. 3), ela contrapõe a oposição consolidada no ocidente entre nós/eles, assim como se opõe ao dom da troca de mercadoria.

Partindo da incomensurabilidade do saber antropológico, Strathern propõe um diálogo interno à linguagem de análise. Tal feito é realizado questionando a própria noção de indivíduo na sociedade ocidental. Isto é, a sociedade entendida como aquilo que conecta os indivíduos entre si. Strathern contrapõe, então, a ideia de indivíduo

com a noção de dívíduo na Melanésia. Nas suas palavras "longe de serem vistas como entidades singulares, as pessoas melanésias são concebidas tanto dividual como individualmente. Elas contêm dentro de si uma socialidade generalizada" (STRATHERN, 2006, p.15).

No caso, na Melanésia as pessoas podem ser imaginadas como um microcosmo social, construídas como lócus plural e compósito das relações que as produzem. Assim, emerge a noção de um indivíduo coletivo, o qual é dotado e capacitado por um gênero único e não binário. Referente ao feminismo, Strathern é enfática ao dizer que "a diferença entre a sociabilidade ocidental e a melanésia (nós/eles) significa que não se pode simplesmente estender as percepções feministas ocidentais ao caso melanésio" (STRATHERN, 2006, p.19).

Em síntese, este capítulo pretendeu analisar as mudanças nos estudos de gênero acerca do tema matriarcado. Dessa forma, foram tratadas as diferentes concepções formuladas por Gerda Lerner, Joan Bambeger e Michelle Rosaldo, referente a essa temática. Percebeu-se que na década de 1970, havia perspectivas que buscavam causas universais do matriarcado e da subordinação feminina, pensadas em pares de sexos dicotômicos: natureza e cultura, público e doméstico. No entanto, no decorrer dos anos, a "universalidade feminina" foi questionada, assim como as oposições/dicotomias entre características dos homens e das mulheres. Por fim, demonstrou-se a importância do estudo de Marilyn Strathern em desconstruir o etnocentrismo das pesquisas antropológicas, concebendo modelos múltiplos de gênero, não binário, em diferentes formas de sociedade.

REFERÊNCIAS

BAMBERGER, Joan. **O Mito do Matriarcado: por que os Homens dominam as sociedades primitivas?** In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGELS, Friederich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FONSECA, Claudia. **De afinidades e coalizões: uma reflexão sobre a transponilização entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia**. In: ILHA, Florianópolis, v.5, n.2, p.05-31, 2003.

LERNER, Gerda. **La creacion del patriarcado**. Barcelona: Nografix, 1980.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem, assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RABINOW, Paul. **Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade em antropologia.** In: Antropologia da Razão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ROSALDO, Michelle; LAMPHERE Louise. **A mulher, a Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSALDO, Michelle: **A mulher, a Cultura e a Sociedade: uma revisão teórica**. In: A mulher, a cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SCHNEIDER, David. **A critique of the study of kinship**. Ann Arbor: Univ. of Michigan Press, 1984.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

Costurando gênero, textos e imagens? Um ensaio etnográfico com alfaiates e costureiras na cidade de Santa Maria/RS

Karen Käercher

Este artigo tem como objetivo, apresentar algumas reflexões a partir das minhas experiências com o registro fotográfico no trabalho de campo realizado desde o ano de 2015, quando tentava escrever meu trabalho de conclusão no curso de Ciências Sociais. Tendo em vista a finalização da escrita1 do referido trabalho, intitulado "*Tecendo narrativas: gênero e trabalho no aprendizado da costura*" (KÄERCHER, 2016), saliento que a minha rede de interlocutores e interlocutoras - alfaiates e costureiras – não apenas colaboraram com essa pesquisa, mas permitiram a viabilidade da mesma.

Ainda que a ideia inicial desse estudo fosse a de buscar meios de registros na pesquisa etnográfica que complementassem o uso do caderno de campo - e assim, quem sabe, que superassem o vazio cotidiano2 causado pela timidez daquela que aspira em se tornar antropóloga – o material audiovisual acabou por se tornar de extrema importância para o desenrolar do trabalho como um todo, em consequência de que algumas das perspectivas que apresento aqui somente foram possíveis de serem pensadas e analisadas a partir do recorte espacial que a fotografia acabou por evidenciar e ressaltar, retomaremos mais tarde esta questão.

Segundo Nuno Godolphim, a foto como um recurso etnográfico deve estar sempre munida de textos que apresentem "os referentes mínimos necessários para a sua análise" (GODOLPHIM, 1995, p.174). Portanto, a foto deveria ser pensada na antropologia como um recurso mais do que meramente ilustrativo e descritivo, mas um recurso que deve ser utilizado mediante a sua capacidade de conter elementos importantes sobre o campo, elementos que poderão auxiliar na compreensão daquele grupo de pessoas, ou na interpretação daquele sistema. Ao longo da maioria dos meus escritos a respeito da pesquisa, venho lançando mão de recursos etnográficos costumeiros tais como, descrições dos ambientes que frequentei trechos das trajetórias de vida, de situações sociais e principalmente de falas dos interlocutores e interlocutores. Contudo, a fotografia despertou-me o interesse3 e vem gradualmente facilitando minha comunicação com os/as interlocutores (as) e abrindo portas coloridas ou/e em preto e brancas das casas e ateliês de costura. Ao assumir então que a fotografia é também um elemento antropo-

1 A pesquisa continua em andamento no curso de mestrado. Ainda que com novas perspectivas, mantenho-me em grande parte investigando os saberes e fazeres da costura na cidade de Santa Maria/RS.

2 Segundo Nuno Godolphim, o etnógrafo não precisaria medir uma aldeia inteira ou tomar nota de todos os acontecimentos da comunidade, pois, lidamos com categorias "imersas no mar de acontecimentos da vida cotidiana", onde elas se tornam visíveis a partir do momento em que são experiências vividas pelos sujeitos conforme os contextos. É preciso então, identificar aquilo que é "evento" daquilo que é cotidiano. Básica e precisamente, é o contexto que proporcionaria o tal "evento", que até então, eu ainda não havia conseguido vivenciar com a forma cativante a dita experiência de trabalho de campo, sendo viabilizado agora, com a entrada de minha companheira quase que inseparável, a câmera fotográfica (GODOLPHIM, 1995).

3 Pelo menos três trabalhos audiovisuais de cunho etnográfico constituíram a base do meu interesse sobre o tema: (1) o clássico trabalho de Gregory Bateson e Margaret Mead, "Balinese Character, A photographic analysis", (1942); (2) o documentário dirigido por João Castelo Branco, "O corte do alfaiate", 2010 e (3) o ensaio fotográfico de um senhor idoso e morador de uma comunidade quilombola, realizado por Cristiano Barreiro e apresentado numa oportuna aula sobre antropologia visual ministrada na disciplina de Metodologia Antropológica, a qual fora convidado a participar.

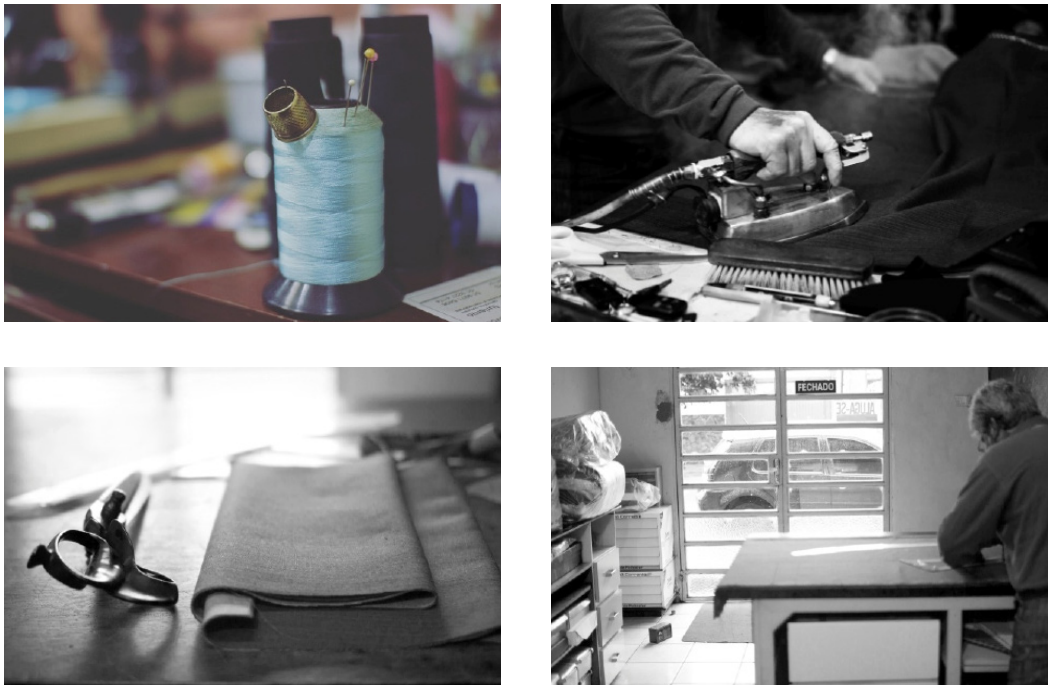
lógico, concordo e discordo de Godolphin. De fato, devemos "tratar as fotos como 'falas', relatos em imagens da (dis) cursividade da experiência etnográfica" (GODOLPHIN, 1995, p.182). Mas, preciso discordar com o fato da fotografia ser parte e precisamente só uma parte integrante do texto. Sei que este artigo que os leitores e leitoras leem agora é um exemplo daquilo que o antropólogo social se propunha a fazer: imagens costuradas em corpos de textos bem fundamentados teoricamente. Entretanto, depois de ter participado de discussões sobre o assunto, entendo que a máquina fotográfica – ou filmadora - (se usada com as intenções de) carrega consigo muito das técnicas e linguagem do campo etnográfico, e que muitas vezes pode até mesmo superar o discurso verbal que pouco tem a dizer sobre cores, movimentos, sons, formas e texturas.

O TRABALHO DE CAMPO COM A CÂMERA NAS MÃOS

Em minhas investidas com a fotoetnografia procurei acompanhar um pouco do dia a dia do alfaiate *Seu Linho* em sua oficina de costura, acompanhei também a rotina – da sala à cozinha – das costureiras *Dona Lã*, *Dona Filó e Dona Veludo*. São estes ambientes de observação e diálogo, mas principalmente de muita escuta e troca de saberes que tento descrever e retratar, no sentido mais visual que essa palavra possa apresentar.

Já diria Sylvia Caiuby Novaes que "estar aberto para escutar não é a mesma coisa que sair perguntando" (NOVAES, 2014, p.60), e na minha perspectiva, visitar os (as) interlocutores (as) não é mesma coisa que conviver com eles/elas ou participar das mesmas atividades que eles (as) participam. Digo isso porque sei de narrativas cômicas e anedotas do cotidiano que o alfaiate *Seu Algodão* conta apenas para a sua rede íntima de sociabilidade, ainda que eu tenha vindo a saber através de narrativas de outros sujeitos os causos e percalços sucedidos por detrás da vitrine da alfaiataria. É preciso estabelecer relações de confiança mútua, interessar-se pelo que fazem documentar e dar credibilidade ao seu trabalho para absorver internamente os seus modos de viver e de pensar. Pude compreender um tanto dessa premissa no momento em que introduzi a câmera fotográfica nos trabalhos de campo, tendo em vista que, certa vez havia combinado com Seu Linho que levaria o equipamento para realizarmos alguns registros ou retratos, a simples presença da câmera fotográfica desencadeou uma verdadeira mobilização na oficina, a ponto da placa que antes sinalizava em verde que a oficina estaria aberta, indicar em vermelho que estava fechada. O alfaiate preocupou-se em medir, riscar, cortar e alinhavar peças que ele normalmente não faria num momento em que eu estivesse lá, aliás, desatou-se, também, a contar histórias e vez ou outra salientava "anota aí no teu caderninho", quando se lembrava de algo que julgava muito importante para a história da alfaiataria. Preocupado em documentar a sua profissão, julgada à beira da extinção, pedia-me que fotografasse cada detalhe da sua oficina como, a coleção de linhas, os dedais, as tesouras muito antigas e já gastas pelo tempo, a *meia-lua* ou *pau de gola*4, o ferro de passar a vapor, agora fabricado com um material mais leve, muito diferente do antiguíssimo ferro preenchido com brasas quentes que todos temos em mente quando nos lembramos das alfaiatarias.

4 São pequenas, médias ou grandes almofadas feitas de algodão e serragem, usadas para passar partes da roupa que não são planas, como golas ou ombreiras.



Imagens 1, 2, 3 e 4 – A oficina de Seu Linho

Já com o grupo de mulheres a experiência aconteceu de forma diferente dado que, ao considerar o emprego dos métodos e técnicas relativos à linguagem do audiovisual, havia montado um roteiro para que pudesse realizar as fotos conforme o passo em que as interlocutoras narrassem suas histórias e trouxessem elementos que dessem veracidade a estas narrativas, contudo, diante do uso da câmera fotográfica, as narrativas foram constantemente interrompidas pelo receio de não serem representadas imageticamente como desejariam, um exemplo foi Dona Veludo, que trocou de roupas três vezes em menos de uma hora, pois acreditavam que as roupas anteriormente escolhidas não estariam representando verdadeiramente a mulher dona de casa e simples que ela era ao mesmo tempo em que arrumava os seus cabelos para ficar bonita e "ajeitada". Ou seja, embora ela se preocupasse em ser retratada fidedignamente como se vestia no seu cotidiano, arrumava-se de forma a não parecer tão abatida pelo cansaço instaurado nas tarefas que o lar demandava, preocupava-se também em não mostrar suas pernas, agredidas pelas varizes e acometidas pelo esforço físico e pela idade. Dessa forma, a imagem seguinte foi elaborada a partir do relato de vergonha que ela sente do seu corpo. Aliás, com a ideia de sempre respeitar os desejos de meus interlocutores e interlocutoras, não trouxe imagens de seu corpo, mas fotografei a parte do corpo a qual ela se orgulha, o rosto. Nele as marcas do tempo e da experiência possuem cores brancas e marcas curvilíneas acentuadas.



Imagem 5 – Marcas de (ex) pressão

Apesar das narrativas entrecortadas, os elementos almejados pelo roteiro foram aos poucos sendo enquadrados em momentos diversos pelas pessoas que auxiliaram nesta pesquisa, elementos tais como a máquina de costura, roupas, revistas de costura, um simples olhar nostálgico ou a caixa de costura – herdada de sua mãe - que Dona Veludo buscou para mostrar-me como fazia os remendos das toalhas de mesa, passando por pequenas peças até chegar às calças de seu marido que trabalha como eletricista e acaba desgastando o tecido da maioria de suas roupas – grifos de suas próprias reclamações.





Imagens 6 e 7 – Caixas de Costura e Mãos que costuram

MUDANDO O FOCO DAS PALAVRAS PARA OS GESTOS

Ao refletir sobre a construção, transmissão e troca de conhecimentos com as pessoas que me ajudaram a construir esta pesquisa, compreendo que a fotografia foi uma notória porta de entrada para o trabalho de campo, pois, ao mesmo tempo em que os instrumentos de captura da imagem exigem uma tecnicidade apropriada, a fotografia, por outro lado, desafia o olhar antropológico, ela "permite mudar o foco – do verbo para o comportamento, o corpo, os gestos, os detalhes sobre os quais nem sempre é possível falar" (NOVAES, 2014, p. 61).

> Fotografar implica igualmente um tipo de conhecimento que não passa pela palavra, mas muito mais pela sensibilidade do olhar, pela intuição, pela capacidade de estar no lugar certo na hora certa, pela sensibilidade de colocar o corpo (e a câmera a ela acoplada) na correta distância. (NOVAES, 2014, p. 64)

Conforme explanado no início deste capítulo, foi através do acolhimento da fotografia e de seus enquadramentos que algumas questões tornaram-se passíveis de análise, tais quais como os trejeitos, a forma de andar, sentar, falar, costurar, cortar, cerzir, alinhavar, bordar, tocar a máquina e vestir não somente a si mesmo, mas também aos outros e outras.



Imagem 8 - Trejeitos

Pertinentes atividades, que o antropólogo Marcel Mauss chamaria de técnicas corporais (MAUSS, 1974). Sendo o suporte fílmico e fotográfico capaz de registrar perspectivas das técnicas corporais5 e performances narrativas das quais o código verbal não consegue se apropriar senão de forma muito superficial, procurei isolar alguns fragmentos do universo social que investigava a fim de recortar cenários, para tornar evidente estes aspectos que são realçados pelas fotos. Os variados ritmos do caminhar

5 De acordo com Wecisley R. do Espírito Santo é corrente que as técnicas do corpo estejam presentes numa grande maioria de trabalhos acadêmicos, perpassando assim, a história da antropologia visual. (ESPÍRITO SANTO, 2013)

e do sentar-se dos interlocutores e interlocutores demonstravam certo esforço físico causado pelo cansaço do corpo advindo das jornadas de trabalho, em alguns casos, acumuladas e incessantes e, em outros casos, jornadas já encerradas devido à idade avançada. Ou ainda, as técnicas corporais de corte e costuram passadas de mãe para filha, ou no caso dos homens alfaiates, de oficiais para aprendizes, a relação corporal dos trabalhadores e trabalhadoras com os objetos de seus trabalhos, a maneira como cortam ou alinhavam um tecido – que pode estar coberto de saberes e significâncias - bem como outras etapas do processo produtivo, por exemplo, a maneira como o alfaiate se utiliza do dedal. No ofício da alfaiataria, uma das técnicas mais difíceis de executar, a ser julgada pelos próprios aprendizes, é, sem sombra de dúvida, exercer de forma correta o uso do conhecido dedal.

Os dedais permitem que a costura seja realizada num período de tempo menor sem comprometer a qualidade do trabalho, e também auxiliam na costura de tecidos mais resistentes, sem expor o dedo a indesejáveis picadas de agulhas, desde que este esteja curvado corretamente em todos os momentos. Para tanto, os alfaiates costumavam dormir com o dedo médio amarrado à mão para condicionar e empunhar corretamente a agulha ao dedal, aos iniciantes ainda recomendava-se o uso de um pedaço de pano amarrado através do dedal durante as costuras e também em momentos de lazer e descanso, como dormir. Consecutivamente, ao observar o grupo de mulheres, costureiras visto que estas também fazem uso do dedal, podemos observar técnicas diferentes, pois, ao invés de costurarem empurrando a partir do lado, de modo que as extremidades do dedal estejam sempre abertas, como fazem os alfaiates, as costureiras trazem sempre a ponta da agulha em direção ao corpo, é o topo do dedal que deve ser usado e não as laterais, por este motivo o dedal usado por mulheres é fechado nas pontas e o dos alfaiates é aberto.

É devido a essas diferentes técnicas corporais variantes não simplesmente de indivíduo para indivíduo, mas de conveniências, modas e socializações que alguns dos estereótipos de gênero designados para trabalho de homem e trabalho de mulher são reforçados, conforme Mauss, "[...] é preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva individual, ali onde de ordinário veem-se apenas a alma e suas faculdades de repetição" (MAUSS, 1974, p.214). Os alfaiates, citando um caso análogo, reclamam da lentidão em que as mulheres costureiras trabalham, e justificam ao fato de que elas aprenderam inicialmente a bordar, desta forma não trabalham tão bem com outros materiais. Respectivamente, as mulheres em suas representações de si, orgulham-se da forma como manuseiam seus dedais, afinal, segundo o ditado corrente: "*costureira sem dedal, cose e costura mal*"6, ainda que algumas das mulheres com quem eu tenha conversado, não fizessem uso do dedal e de outros instrumentos de costura, como os moldes. Dona Filó, por exemplo, contara-me que aprendeu a costurar com 15 anos de idade vendo sua mãe fazer suas roupas, de suas irmãs e de seu pai, por este motivo, ela aprendeu olhando e nunca precisou fazer nenhum curso de corte e costura. Dona Filó trabalha rapidamente em suas máquinas de costura, de remendos, ajustes e confecções. Ela já chegou a confeccionar dois ou três vestidos de festa por dia, fantasias para crianças, vestidos e saias de armação para prendas e bombachas para peões. Quando as roupas exigem certo nível de minúcia idade - como o uso do dedal em bordados - quem realiza este trabalho é a sua filha que está iniciando no mesmo ofício que a mãe, pois Filó não aprendeu a bordar quando jovem e atualmente alega não possuir tempo para

6 Ou a variante, "*Bordadeira sem dedal, cose e borda mal*".

essa demanda do trabalho, afinal, como ela mesma dissera "*não dá pra fazer tudo, né*?".



Imagem 09 – Dona Filó em sua sala de costura



Imagem 10 – Dona Filó em sua sala de costura

A destreza dos alfaiates e das mulheres que costuram poderia ser pensada, para usar as palavras de Mauss, como habilidades, "a educação fundamental de todas essas técnicas consiste em fazer adaptar o corpo em seu emprego" (MAUSS, 1974, p. 232), conforme podemos analisar no caso de Dona Filó e sua filha que acabaram por adaptar seus corpos ao tipo de trabalho que era necessário realizar conforme as demandas: Filó com a agilidade das máquinas e sua filha com os bordados artesanais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como venho apontando, meu trabalho com os alfaiates e com as mulheres que costuram encontra-se, desde o seu início guiado pelo uso do audiovisual, ao decorrer da pesquisa montei roteiros fotográficos e também fui guiada pelos próprios interlocutores e interlocutoras acerca do que deveria ser registrado em filme7 ou foto. No caso das fotografias, estas também serviram como uma forma de retribuição às pessoas que ajudaram a compor esta pesquisa - sendo cuidadosamente escolhidas, reveladas e entregues a eles e elas.

Em suma, a fotografia permitiu de modos específicos, estabelecerem relações com as pessoas que me propus conversar, abrindo espaços para diálogos e olhares que se transformam em milhões de pixels digitais ou que outrora se materializavam em papéis acetinados, brilhantes ou foscos por vezes emoldurados que registram, preservam e traduz uma parcela da realidade social, aquela que intentamos "retratar".

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnograma:** um Estudo de Antropologia Visual sobre o Cotidiano, Lixo e Trabalho. Porto Alegre: Livraria Palmarinca, 1997.

BATESON, Gregory; MEAD, Margaret. **Balinese Character.** A Photographic Analysis. New York: The New York Academy of Sciences, 1942.

ESPÍRITO SANTO, Wecisley Ribeiro do. **Etnografia, corpo e imagem:** reflexões a partir de uma experiência de registro audiovisual entre costureiras domiciliares de Nova Friburgo-RJ. Enfoques - Revista dos Alunos do PPGSA-UFRJ, v.12, n.1, p.182 – 201, 2012.

GODOLPHIM, Nuno. **A fotografia como recurso narrativo:** problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 1, n.2, p.161 - 185 1995.

KÄERCHER, Karen Ambrozi. **Tecendo narrativas:** gênero e trabalho no aprendizado da costura. 2016. Trabalho de conclusão de curso - Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

MAUSS, Marcel. **As técnicas corporais.** In: LÉVI-STRAUSS, C. Sociologia e Antropologia, com uma introdução à obra de Marcel Mauss. São Paulo: e.p.u, 1974.

7 Apenas com a intenção de experiência as imagens sequenciais em movimento realizaram a gravação de alguns poucos vídeos. A intenção era a de captação dos sons e ruídos que superassem além do verbal o imagético, logo, optei por gravar os pés que tocam a máquina de costura, a tesoura que "masca o tecido" e o giz que, magicamente, transforma grandes tecidos de linho, em ternos refinados.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **O silêncio eloqüente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia.** Cadernos de Arte e Antropologia, São Paulo, v. 3, n.2/-1, p. 57 – 67 2014.

ALFAIATE, O corte do. Direção: João Castelo Branco. **Produção Executiva:** Dayana Zdebsky. Roteiro: Dayana Zdebsky, João Castelo Branco e Valéria Oliveira Santos. Fotografia: Humberto Michaltchuk & João Castelo Branco. Assistente de direção e som direto: Leco de Souza. Montagem: Marco Meirelles. (1h e 10 min). Som, Cor, 2011.

SANTOS, Valéria; CORDOVA, Dayana Zdebsky de; STOIEV, Fabiano; MACHADO, João Castelo Branco. **Alfaiatarias em Curitiba**. Curitiba: Edição dos Autores, 2009.

Eu só sou velho na idade - "velho", "idoso" ou "terceira idade"? Subjetividades e corporalidades compondo-se no encontro etnográfico

Gabriela Felten da Maia

O capítulo apresenta parte das reflexões de uma investigação realizada a partir das interações com homens, com idades entre 65 e 82 anos, no centro da cidade de Santa Maria. Sendo todos aposentados, utilizavam o espaço central da cidade para lazer, saindo de casa cedo da manhã e retornando próximo ao horário de almoço, ou no início da tarde, retornando para casa ao final da tarde. Alguns dos homens que participaram dessa pesquisa conheciam-se de longa data e encontravam-se frequentemente nesse espaço para conversar. Mas também encontrei homens que ficavam sentados sozinhos, em algum banco, por escolha, observando o movimento. Os entrevistados não são necessariamente de uma mesma categoria profissional e os grupos que se constituem ao longo do dia são formados por homens de diferentes categorias profissionais e faixa salarial. Alguns conheceram-se no centro da cidade, através de uma rede de amigos ou companheiros de profissão, que também vão ao centro.

Justamente por ser um espaço eminentemente homossocial a entrada de uma pesquisadora mulher e jovem tornou-se importante para pensar o processo de construção e categorização de sujeitos como velhos. As categorias gênero e geração, importantes para pensar o problema de pesquisa, as representações de homens com relação ao envelhecimento, enquanto práticas de significação que constituem os lugares e posições de sujeito (WOODWARD, 2009), também operaram na negociação com a pesquisadora, que passou a fazer parte de um cenário sexual (GAGNON; SIMON, 2009), em que os homens colocavam em circulação diferentes significados sobre o que marca um corpo como sendo velho.

A escolha pelo uso de uma determinada terminologia – aposentado, idoso, melhor idade, terceira idade, velho – implica em uma postura teórico-metodológica que merece ser destacada. No contexto de minha investigação, a nomenclatura que utilizo – velho, em detrimento de outras – torna-se importante para pensar esse "objeto como construído na e pela pesquisa. Determinados termos classificatórios utilizados para referir-se a pessoas identificadas como tendo idade avançada delineiam um fenômeno que pertence a diferentes registros, dependendo de quem e de onde se fala.

Diversas vezes fui advertida de que no centro não havia velhos, especialmente quando aludiam a minha pesquisa, mas ressalto que também não se classificavam como pessoas da melhor idade ou da terceira idade. Idoso era um termo que pouco circulava entre eles, normalmente referindo-se à categoria política, quando falam das melhorias de condições, não apenas sobre a aposentadoria, mas da assistência à população de idade avançada como um todo.

Estas situações demonstram os conflitos construídos no processo de ressignificação da velhice e na interlocução entre os atores que são chamados a falar sobre o assunto.

Os olhares sobre o envelhecer delineiam, assim, um fenômeno que pertence a diferentes registros, dependendo de quem olha e de onde é acionado.

É POSSÍVEL CLASSIFICAR COMPLEXIDADES?

No dia em que conheci Plínio, 82 anos, após explicar-lhe que minha pesquisa objetivava compreender as representações de homens velhos a respeito de velhice e envelhecimento, este afirmou que não era velho e, portanto, não pertencia à categoria de meu trabalho: velhice. Assim como Plínio, muitos outros homens reagiram desta forma ao comunicar-lhes sobre o objeto de minha investigação.

Escutei muitas vezes, no contexto das relações cotidianas no centro, esses homens utilizarem a palavra velho como forma de nominação para referirem-se uns aos outros. Lembro-me de uma situação, em uma manhã, enquanto estava sentada em um banco do calçadão, esperando José chegar, em que a conversa de dois homens velhos no banco ao lado chamou minha atenção, conforme anotação no diário de campo:

> Depois de um longo período de chuva em Santa Maria, o que provoca o desaparecimento de muitos homens velhos do centro da cidade, o sol novamente retorna a aparecer. Por isso, fui ao centro a fim de encontrar José, pois ele iria apresentar-me um amigo para participar de minha pesquisa. Eram 8h 30 min e José ainda não tinha chegado, então me sentei em um banco em frente à Caixa Econômica Federal, para aguardá-lo. Enquanto esperava, observei que pouco a pouco os homens começavam a povoar o centro. No banco ao lado havia uma homem velho sentado. Em seguida surge um conhecido, também velho, e cumprimenta-o. Logo iniciam uma conversa. Embora estes dois homens não participassem da investigação como informantes, senti necessidade de anotar parte das falas deles:
>
> – "Onde estão estes velhos? Hoje não tem desculpa. Tem sol".
>
> – "É... Hoje não tem desculpa!"
>
> A – "Hoje eles tem que vir. Estes velhos tão se entregando. Não saem mais de casa. Onde estão os velhos?" B – "Os velhos estão em casa, mofando". Risos. (Diário de campo, setembro de 2009).

Dessa forma, as nomenclaturas dependem do contexto de enunciação e de quem enuncia, ou seja, se no contexto de sociabilidade do centro a palavra velho estava autorizada a ser utilizada entre os homens para referir-se a si mesmo, na situação de pesquisa e na relação dos homens comigo havia uma restrição ao uso da palavra. Essas situações mostraram-me a necessidade de perceber as implicações de uma pesquisadora mulher e jovem chamá-los de velhos, uma vez que não se tratava apenas de referir-se a pessoas com idade avançada, mas, principalmente, acionar uma noção de velho que, historicamente, segundo Peixoto, tem sido associada a pessoas que não têm condições de prover-se, estando fortemente associada à decadência e confundida com incapacidade (PEIXOTO, 2006).

Ser velho significaria pertencer à categoria de indivíduos idosos e pobres, o que levaria estes sujeitos a significar minha forma de classificá-los como negativa e, destarte, como assexuados, obsoletos, em processo de deterioração etc. Compreendo que a diferença etária entre mim e estes homens levava-os a considerar que toda vez que eu usava a palavra velho estava classificando-os negativamente, diferentemente do uso entre eles, que remetia apenas a homens em idade avançada.

O próprio roteiro de entrevista também era um elemento visto negativamente, pois as perguntas, ao remeterem diretamente à velhice, ratificavam constantemente a posição destes sujeitos como velhos decrépitos. Em uma entrevista com Jorge, ao dar-se conta de que as perguntas giravam em torno do envelhecimento, referiu o roteiro como uma espécie de massacre, como se a todo o momento o lembrasse de que ele é velho. Em razão disto, considerei a impossibilidade de utilizar diretamente o roteiro como ferramenta de investigação, haja vista que as perguntas diretas sobre envelhecimento restringiam as possibilidades de respostas destes sujeitos. Então, em vez de levar o roteiro, passei a colocar as mesmas questões entre as conversas/entrevistas informais, obtendo resultados muito mais frutíferos.

A partir das observações e entrevistas, pude perceber que classificações e posicionamentos dos sujeitos na categoria velho tornaram-se conflitantes e assumiram um caráter polissêmico, conforme o contexto aplicado e de quem fala. Velho, idoso, melhor idade, terceira idade não se tratam apenas de diferentes nomes que se aplicam sobre uma pretensa natureza. As alterações de nomenclaturas têm fortes implicações políticas, sociais e culturais.

Conforme Peixoto, a representação da pessoa envelhecida sofreu uma série de modificações ao longo do tempo, a partir das alterações nas políticas sociais para a velhice, exigindo a criação de novas formas de classificação, adaptadas à nova condição moral e à mudança na percepção sobre estas pessoas (PEIXOTO, 2006). Certos vocábulos tornam-se inapropriados, por seu caráter pejorativo, e são suprimidos de documentos oficiais. Surge, então, o termo idoso, menos estereotipado e mais respeitoso. Com a criação da categoria aposentado, as pessoas que estão envelhecendo tornam-se ainda mais valorizadas, pois adquirem um estatuto social reconhecido. Este novo recorte proporcionado pela aposentadoria confere uma nova identidade ao universo da velhice, transformando hábitos e comportamentos em uma luta contra o estigma de velho.

Portanto, os termos classificatórios fazem mais do que descrever corpos, mas dizem respeito à produção de práticas e discursos sobre velhice e envelhecimento em um processo dinâmico e conflitante, que transformam aquilo a que se referem, produzem sujeitos, conjuntos de enunciações que permitem reconhecer e agrupar sujeitos como velhos ou não, além de definir estatutos corporais. Trata-se, como sugere Foucault, de práticas discursivas que ganham corpo em um conjunto de técnicas, em instituições, em esquemas de comportamento e em formas pedagógicas que, ao mesmo tempo, determinam objetos, ajustam conceitos e produzem-se nas relações sociais ou em instituições políticas (FOUCAULT, 1997).

As mudanças envolvem uma série de processos culturais, desenvolvidos por/em diversas instâncias sociais que produzem representações de quem é, ou pode ser, posicionado – e posicionar-se – em categorias como velho, idoso, terceira idade, melhor idade, adulto maduro, entre outras. E tem implicações na forma como diferentes atores – gerontólogos, geriatras, pessoas velhas, entre outros – compreendem e agem frente ao envelhecimento humano.

PROBLEMAS RELATIVOS À CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE DE VELHO

As considerações feitas anteriormente permitem apontar para alguns problemas quando se pensa na constituição de critérios de definição e no processo de categorização de sujeitos na situação de velhos ou no modelo de velhice, pois homens e mulheres, cada um a sua maneira, estão empenhados em lidar com o avanço da idade, procurando distanciar-se de comportamentos ditos de velhos (DEBERT, 1988). Todos os participantes, apesar das diferenças de renda, buscam marcar a distinção entre a sua experiência e a de outros velhos. Velho, portanto, é sempre o outro.

> Bah! Tu castigô os velho aqui, né? Coitado dos velho. Bah! Claro! Eu sou... Tu acha todos velho! Risos. Só perguntô sobre velho e tal. Tu sabe que eu não me considero velho. Eu não. Eu não me considero velho. Eu só sou velho na idade. [*O que tu consideras ser velho?*] Eu considero velho o cara que perde a vontade de fazer as coisas, que não tem, não tem, não tem vontade de nada, não... se atira num canto, aí fica lá, quase não sai de casa, não vai num futebol, não vai num... em parte nenhuma, não procura se diverti, aí considero velho, que a pessoa fica velho mesmo. Mesmo que não tenha idade avançada. Mas o cara que se retrai em casa, pra mim, é pior que um velho. Aí pode tá percebendo que o cara tá, né... Por que, vou te dizer, sinceramente, eu não me considero velho, não. Eu sei que eu sou, eu sei. Não vou negar. Eu sei. Claro que eu não sou aquele que tem, assim, 40 anos, 36, claro, eu tô com o dobro dessa idade, né. Mas eu não me considero velho, porque tudo o que eu faço e o que eu... Eu não faço mais por causa dessa minha perna, aqui. Isso aqui não é falta de vontade. Não é uma doença. Gastou o osso ali. Eu não considero doença isso. Por que eu não sou doente, eu sou um gastado. Risos. Velho, velho é uma palavra feia, né?! (Jorge, entrevista)

Este trecho refere-se à entrevista realizada com Jorge e diz respeito ao comentário e incômodo deste ao conteúdo das perguntas do roteiro de entrevista. Ao perceber que se tratavam de perguntas que versavam sobre velhice e envelhecimento, Jorge destaca o quanto estas ratificavam a posição deles enquanto velhos, algo que eles afirmavam não ser, quando lhes informava sobre os objetivos de minha pesquisa.

Como se pode perceber, o fato de eu estar fazendo um conjunto de questões que diziam respeito às representações de velhice e envelhecimento e, portanto, identificando-os como velhos, aproximava-os da imagem tradicional da velhice, associada à decadência ou à incapacidade física. Estes homens, apesar de não se enquadrarem nas imagens associadas à terceira idade, reivindicavam outra imagem – a de não velhos. Nesse sentido, não pude deixar de ponderar que as mudanças nas representações de velhice e envelhecimento têm influenciado a forma como estes homens estão significando o envelhecer, ao compreenderem que ser velho é um determinado tipo de pessoa que eles não são.

Consideram-se velhos apenas porque têm idade avançada. Entretanto, isto não adquire uma conotação negativa, uma vez que entendem fazer parte do processo de envelhecer.

> Ser velho é uma realidade de vida por causa da idade. Mas como eu te disse muitos velhos não são velhos. São mais jovens que muitos jovens que estão aí. São alegres, são expressivos, são comunicativos, são trabalhadores. Tem pessoas aí com 90 anos que trabalham ainda. (Volnei, entrevista)

Debert (1988) afirma que homens velhos tendem a não operar uma separação entre o processo biológico de envelhecimento e a capacidade de retardar, combater ou de adotar novas formas de significar e viver um processo que é pensado como natural. Ao contrário, homens tendem a reconhecer que há um processo biológico inexorável que paulatinamente os impede de trabalhar. Conforme a autora:

> Pelo contrário, os homens tendem a mostrar que há um processo biológico irreversível e reconhecer isso é a condição para um envelhecimento adequado. Aceitar que já não se é jovem permite estabelecer uma distinção entre sua experiência pessoal e a dos outros "velhos". [...] Resistir à velhice é assumir que já não se é moço e ser capaz de abrir mão de coisas materiais e atividades próprias de quem é moço (DEBERT, 1988, p. 543).

Portanto, a dissociação não ocorre entre idade cronológica, processo biológico e envelhecimento, mas entre o reconhecimento de não serem mais jovens e os comportamentos ditos de velhos, com os quais não querem se identificar nem ser identificados. Nesse sentido, homens tratam de demonstrar que mesmo com o processo de envelhecimento estão vivos e em condições de praticar atividades que possam proporcionar prazer.

Além disso, o significado produzido em torno da utilidade para a produção daqueles cujas capacidades físicas encontravam-se comprometidas pelo avanço da idade, impossibilitando-os de trabalhar e, consequentemente, de prover-se, definiu a identidade da velhice como improdutividade e invalidez. Esta noção que enfatiza o processo de decrepitude física ocasionada por fenômenos degenerativos do corpo produziu no imaginário social uma representação de velhice enquanto um problema social, na medida em que a incapacidade para trabalhar, acompanhada de um processo de pauperização, foi assimilada como parte do processo de envelhecimento (SILVA, 2008).

A noção de velho pertence à categorização de sujeitos pobres, sem estatuto social, em decadência e dependentes (PEIXOTO, 2006). A imagem de velhice está relacionada à negatividade. Além disso, o estabelecimento do direito à inatividade remunerada – a aposentadoria – pode representar um processo de ruptura da ordem produtiva e a incorporação de uma "ideologia da velhice" – quando homens, liberados das obrigações do trabalho, assumem a condição de velhos. Como salienta Peixoto:

> Ao se apoiar na idade biológica ou no tempo de serviço, a aposentadoria libera do trabalho indivíduos ainda produtivos e lhes atribui o estatuto de inativos. Se considerarmos que a ideologia do trabalho e a apologia da produtividade são bastante enfatizadas nas sociedades industriais, a aposentadoria representa, para alguns, a deterioração da pessoa [...]. A aposentadoria simboliza a perda de um papel social fundamental – o de indivíduo produtivo –, passando a ser sintoma social de envelhecimento (PEIXOTO, 2006, p. 74).

Como relatam José, Antônio, Carlos e Volnei, parar de trabalhar poderia representar uma grande ruptura em suas vidas ao provocar uma mudança repentina da rotina mantida até o momento de aposentar-se: sair para trabalhar todos os dias. Deste modo, ir a bailes, viajar, passear, caminhar, ir ao centro, encontrar amigos e companheiros de profissão, conversar, enfim, manter o hábito de realizar outras atividades que não a laboral, são formas de não serem posicionados – e posicionarem-se – no modelo de velhice. Significa, principalmente, para os homens participantes da pesquisa, não ficar velho.

> Se ficarmos em casa, podemos ficar no ostracismo. (José)

> *[Depois que chega a aposentadoria]* Não podemos parar, pois senão encaranga. (Antônio)

> Tu trabalha 35 anos. Depois tu sai, se aposenta. Aí vai pra casa. Tira um período em casa, né. Um ano, dois. Aí o cara vê que aquilo ali é uma rotina cansativa. [...] É aquela ilusão, meu, da aposentadoria, que agora vou ficar em casa. Depois cai na rotina. Vê que não é aquilo. Sai pra dar uma volta. (Carlos)

> Nós nos reunimos aqui, ó. Porque ficar em casa... Velho se fica em casa enferruja. Tá. Fica doente. Então, tem que se comunicar. (Volnei)

> Sai pra matar o tempo, né. Sair, conhecer gente. Senão o cara... Senão entra em clausura. O problema é a gente não enclausurar. Entendeu? No momento que tu enclausurar e tu se fechar dentro de quatro paredes aí acabou. É o que eu não procuro. Eu procuro não me enclausurar, não. [...] Não pode fazer isso. Enclausurar não. Que é a tendência normal. O pessoal se recolhe. É a tendência normal. Fica mais em casa. (Augusto)

As práticas cotidianas e a reflexão que fazem a respeito de suas experiências são marcadas por uma série de mecanismos que visam a uma resistência ao processo de envelhecimento, objetivando marcar a distância entre a situação de velhos em geral, caracterizada pela situação de pobreza e invalidez, e a experiência pessoal de envelhecer (DEBERT, 1988). Neste processo de enfrentamento ao envelhecimento, diferentes mecanismos de resistência são acionados na tentativa de não se identificarem enquanto velhos.

> Olha, eu considero a velhice... é uma dádiva de Deus e envelhece quem quer. Quem pensa que vai ficar velho se torna um velho. Mas tem muitos velhos que são... São... Tem muita vitalidade, ainda. Como eu, tô te dando, com muito prazer, informações sobre a cidade. Tá. Se a pessoa fica em casa pensando em doença, pensando em coisas ruins, envelhece mesmo. Tem que caminhar, conversar com os amigos, não ter inimigos, amar todas as pessoas, porque todas as pessoas são filhos de Deus.

> Tem mulheres que envelhecem também como os homens, não diferem um do outro. Aqui em Santa Maria tem a sociedade de mulheres, que elas vão no Caixeiral dançar, toda a sexta-feira, de noite. E aquilo pra ela é vida. Elas gostam. Vão lá. Sai até casamento lá. Os homens também vão lá.

> Os homens para não envelhecer têm que ter uma boa alimentação, ser alegre, expansivo, transmitir aos outros um astral bom. Aí tu não envelhece. Que o que envelhece é a cabeça. Se a tua cabeça é boa, tu não envelhece. Se tu te recorda das coisas boas do teu passado, tu recorda com alegria. As coisas que passaram, más, que todos nós passamos, tu deixa de lado. Esquece. (Volnei)

> Dos homens *[os outros homens]* eu não posso dizer nada. Posso dizer de mim, que eu tô velho também, né. Olha, eu vou te dizer uma coisa, a única reclamação que eu tenho é esse problema que eu tenho pra me operar e não posso, e não consigo, que o resto eu não tenho nada que reclamar. Vou reclamar do quê, pois eu tô bem. Minha única doença é essa aí. Fazer o que né? Não é doença grave. Então... Eu acho que a velhice... A gente tem que aproveitar dentro do normal, o que puder. Porque é assim, né... Estamos no fim, né. Eu tô, por exemplo. O que que eu vou pensar com 74 anos. O que que eu vou querer ser. O que que eu vou querer abraçar. O quê. Não tem mais nada. [...] To com dor dia e noite, sabe. Só quem tem mesmo, sabe o que é. De noite a gente não tem como se virar, dorme de um jeito, dói, dorme de outro, dói. Eu durmo muito pouco de noite. É a única reclamação que eu tenho. Durmo muito pouco. E dor, sinto muita dor. Eu tô sempre rindo assim, mas eu tô disfarçando, sabe. Eu não vou me sentar num canto e chorar porque eu tô velho. Porque eu tenho dor. Eu não. Eu procuro me divertir, sabe. Eu me divirto assim tomo uma cervejinha, converso com os amigos, olho uma televisão, assisto o jogo de futebol, que eu mais gosto, uma corrida de carro. (Jorge)

Para estes homens, aproveitar o tempo livre para a realização das mais variadas tarefas ou atividades significa ter a disposição para realizá-las, mesmo com a instauração do processo biológico de envelhecimento e, neste sentido, aparecem como um dentre os diversos mecanismos de resistência ao envelhecimento. A liberdade que torna a experiência de envelhecer significada positivamente não depende, necessariamente, de uma disponibilidade econômica, mas sim da manutenção de condições fisiológicas mínimas para usufruir o tempo livre da forma que lhes convém.

Plínio, enquanto ainda trabalhava, relata que sua vida era dedicada ao trabalho, à esposa e aos filhos. Após aposentar-se, e tendo uma renda mensal razoável, deixou de dedicar-se a qualquer atividade laboral, priorizando aproveitar seu tempo livre. Sair todos os dias para o centro de Santa Maria é uma forma de aproveitar este tempo livre. O objetivo é buscar um pouco de liberdade, longe de casa e da esposa, encontrado na busca de relacionamentos afetivo-sexuais no centro tal liberdade. Durante as tardes em que está sentado na praça, Plínio procura um programa, encontro ou namoro. Algumas vezes consegue, outras não. Contudo, a expectativa de encontrar alguma mulher para um relacionamento afetivo-sexual é um fator importante que o incentiva a sair de casa.

Os relatos de Plínio a respeito dos relacionamentos entre homens velhos e mulheres no centro de Santa Maria propiciaram compreender a sexualidade como um elemento também valorizado por boa parte dos homens velhos que frequentam o centro. Portanto, no conjunto de mecanismos de resistência à identidade de velho, demonstrar que a sexualidade ainda é possível, apesar do avanço da idade, aparece como uma estratégia de enfrentamento ao estereótipo de velhice. Assim, conversar sobre velhice e envelhecimento com homens velhos é ficar atenta a um conjunto de mecanismos que visam a afastá-los do processo de categorização de sujeitos como velhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há problemas relativos à constituição de uma identidade de velhos a partir de características corporais, principalmente porque a ideia de velhice não é um elemento de identificação e reunião dos homens no centro da cidade. As práticas dos homens também não se integravam ao que se chama de "melhor idade" ou a um *ethos* relacionado à terceira idade, bem como se observou um esforço no sentido de afastarem-se das representações negativas da velhice. Quando velho assume o sentido daquele que não

se mantém ativo, que fica em casa, "mofa" e entrega-se, sem resistências, ao processo de envelhecimento, os homens entrevistados destacam que não são esse velho.

Como aponta Motta, aqueles que têm saúde, saem de casa, possuem atividades de lazer e sociabilidade não se consideram velhos e não querem ser enquadrados neste modelo (MOTTA, 2006). Como pude observar, a despeito de reconhecerem-se envelhecendo, os sujeitos estudados constroem um conjunto de mecanismos que os afastam da categorização de velhos, entre eles a sexualidade.

A velhice, como se observou, é uma realidade forjada no entrecruzamento de diferentes vetores, fruto do modo como em diferentes contextos se tem percebido o corpo que envelhece que vão configurando realidades a partir dos modos como diferentes agentes, empenhados no processo de produção de saberes sobre a velhice, agem frente ao envelhecimento humano. As alterações de nomenclaturas surgem em um contexto social, político, econômico e cultural de redefinição e crescente socialização do envelhecimento promovidas pelo surgimento de atividades e programas voltados à população de mais idade, pela gerontologia e geriatria, ativas produtoras de conhecimento e formas de gestão, bem como pela mídia.

A partir de uma perspectiva crítica, vale refletir, entre outros elementos, acerca das implicações dos usos dessas terminologias como operadores de diferenças, bem como das consequências que os discursos produzidos por diferentes agentes – mídia, discurso gerontológico, entre outros – no campo de estudos sobre envelhecimento podem gerar na produção de modos de pensar e viver o envelhecimento. Fica evidente que as formas de nominação, ou o ato de nomear sujeitos como pertencentes a esta ou aquela categoria, é estabelecida dentro de um campo conflitante e de disputas de divisão do mundo social (BOURDIEU, 2004).

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DEBERT, Guita Grin. **Envelhecimento e representações sobre a velhice.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988, Olinda. Anais... v. 1. Olinda: ABEP, 1988. p. 537-556.

FOUCAULT, Michel. A vontade de saber. In: _____. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GAGNON, John H.; SIMON, William. **Sexual Scripts**. In: PARKER, Richard; AGGLETON. Peter. (orgs.). Culture, Society and Sexuality: a reader. Londres: UCL Press, 1999. p. 29-38.

MAIA, Gabriela F.; PERURENA, Fátima C. V.; MEDRADO, Benedito. E**nvelhecimentos masculinos: entre vivências plurais e exigências normativas**. Revista Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 2, p. 162-177, 2011.

MEINERZ, Nadia E. **Um Olhar sexual na investigação etnográfica: notas sobre trabalho de campo e sexualidade.** In: BONETTI, Aline L.; FLEISCHER, Soraya (Orgs.). Entre Saias Justas e Jogos de Cintura. Santa Cruz do Sul; Florianópolis: EDUNISC, 2007. p. 123-154.

MOTTA, Alda B. **Chegando pra idade**. In: BARROS, Myriam L. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PEIXOTO, Clarice. **Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade...** In: BARROS, Myrian L.Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Luna R. F. **Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento**. Revista História, Ciências, Saúde. Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 155-168, 2008.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz T (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2009

Envelhecer no feminino corpo e feminilidade na maturidade

Marcia Regina Medeiros Veiga

Entre os anos de 2008 a 2012, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia do Corpo e da Saúde da Universidade Federal de Santa Maria – GEPACS/UFSM –, desenvolvi dois estudos que culminaram, respectivamente, em minha monografia de graduação1 e em minha dissertação de mestrado2, ambas em Ciências Sociais. Meu foco, nesses dois estudos, recaía sobre as representações do envelhecimento feminino a partir das mudanças operadas no corpo durante este processo. Os dois trabalhos investigativos, ambos de caráter etnográfico, foram realizados com mulheres residentes em Santa Maria, todas elas com idades superiores aos 45 anos3. O primeiro teve como sujeitos quatro mulheres que, numa mistura de *hobby* e profissão, atuavam como *modelos seniores*, desfilando em passarelas de moda pela cidade. No segundo, direcionando meu foco a mulheres frequentadoras de uma academia de ginástica, tive a colaboração de um grupo de sete mulheres com idades entre os 21 e os 56 anos4. Neste capítulo, tentarei retomar alguns elementos, ideias e conceitos que emergiram durante as duas pesquisas e que têm sido reelaborados por mim nas minhas novas incursões como pesquisadora, embora, no momento, minha atenção esteja voltada às velhices, propriamente ditas, e suas relações com os territórios5.

Como é possível perceber, o interesse pela temática do envelhecimento, enquanto um processo complexo, de cariz biocultural, por assim dizer, tem me acompanhado desde o início de minha trajetória acadêmica em Ciências Sociais, tendo continuidade em minha pós-graduação.

Nos dois trabalhos que ora trago à memória – ou apresento –, buscava o entendimento sobre como mulheres maduras se apropriam cotidianamente das representações sobre a maturidade, o envelhecimento e a feminilidade, construindo-as, desconstruindo-as e reconstruindo-as em uma sociedade ainda muito desigual em termos de sexo e gênero.

Tomando a meia-idade (ou maturidade) como uma categoria distinta das demais categorias etárias, especialmente da juventude e da velhice, tentava destacá-la, afirmá-la dentro de demandas e problemáticas próprias, também distintas das demais6

1 Monografia intitulada "Modelos Seniores – Corpo e envelhecimento: Um estudo antropológico", orientada pela Professora Doutora Zulmira Newlands Borges (a quem agradeço os apoios e incentivos constantes), desenvolvida entre 2008 e 2009.

2 Dissertação também orientada pela Professora Zulmira, intitulada "Mulheres na meia-idade: Corpos, envelhecimentos e feminilidades", com apresentação pública em março de 2012.

3 A Organização Mundial da Saúde – OMS – considera que esta idade marca o início da maturidade. Apesar da fragilidade de tais classificações – e, mais que isso, dos riscos que as classificações e categorizações sujeitam as pessoas em suas vidas reais e cotidianas –, optei pelo critério etário para a escolha das mulheres participantes da pesquisa, pois este é, ainda, um dos critérios usados na organização social.

4 Nesta investigação, participaram, além das cinco mulheres que, efetivamente, se enquadravam na categoria etária que chamei de meia-idade (entre os 40 e os 60 anos), uma mulher de 35 anos, que se considerava na meia-idade, e a instutora de ginástica que, há época, tinha 21 anos.

5 Atualmente, no doutoramento em Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra, desenvolvo, na cidade de Coimbra, Portugal, uma investigação sobre as relações entre as pessoas idosas e os territórios onde vivem e constroem suas referências identitárias, a partir de três pontos de análise: mobilidades, acessibilidades e sociabilidades.

6 Debert (2004b) alerta para o fato de que nas sociedades ocidentais as classificações etárias se dão meramente por exigências legais que determinam os direitos e deveres dos cidadãos através de categorias cronológicas, e não por disposições e reflexões sobre os diferentes estágios de maturidade por quais as pessoas passam ao longo da vida.

(HAREVEN, 1999; CASTRO, 2009) – não sem algum desconforto, já que sempre considerei frágil qualquer categorização da vida e do vivido.

Os termos meia-idade e maturidade, para além de minhas próprias preocupações, eram os termos com os quais minhas colaboradoras, em determinados contextos, se identificavam. No caso da monografia, o grupo se identificava como um grupo de "modelos da maturidade"; no caso da pesquisa dissertativa, embora o grupo não possuísse um nome próprio, as mulheres, com exceção da instrutora de ginástica, percebiam-se num espaço entre a juventude e a velhice que identificavam como meia-idade. Ao longo das duas pesquisas, pude perceber que reconhecer-se como pertencente à categoria da meia-idade era uma estratégia para se afastar da velhice, mais do que uma tentativa de demarcar um território próprio.

A JUVENTUDE COMO ESTILO DE VIDA

A chegada à velhice pode ter, pelo menos, duas representações que, embora paradoxais, convivem simultaneamente.

Se, por um lado, envelhecer pode representar uma conquista – tanto em termos individuais, com superações e experiências, quanto civilizacionais, com os avanços nas áreas de saúde e saneamento básico (WILSON, 2009) –, por outro, pode significar o declínio, tanto físico como social. De uma maneira geral, no entanto, é esta última representação que permanece, ainda, muito viva, reforçando estereótipos de vulnerabilidade e dependência dos sujeitos idosos: da família, de instituições caritativas e/ou religiosas e do Estado (FERNANDES, 1997).

"Ao longo da história, nas sociedades ocidentais, a velhice tem sido vista como uma fase da vida marcada por declínios biológicos, psicológicos e sociais" (VEIGA; CORDEIRO; FERREIRA, 2014, p. 99). Sua associação a doenças, à decrepitude física e mental e à morte transformou-a em uma etapa a ser afugentada e adiada, ou seja, de uma maneira geral, a velhice, não obstante as lutas – e algumas conquistas – na construção de políticas e direitos para esta população específica, não é uma identidade a ser reivindicada.

Assim, especialmente em um contexto sociocultural que transforma o envelhecimento em um mercado de consumo, no qual a juventude "se transforma em um bem, um valor que pode ser conquistado em qualquer momento da vida, independentemente da idade cronológica, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas" (DEBERT, 2004: 51), dificilmente alguém quereria ou gostaria de se identificar – ou ser identificado por outrem – enquanto velho/a, até porque esta identificação pode ser imputada como uma negligência individual àqueles/as que não souberam permanecer jovens. A esta responsabilização individual pelo próprio processo de envelhecimento Debert denomina de "reprivatização do envelhecimento" (DEBERT, 1997; 1999; 2004).

Na tentativa de um afastamento do peso negativo que a velhice e, por conseguinte, seus sujeitos – as pessoas velhas e idosas – carregam, criou-se uma nova categoria: a terceira idade. "Sinônimo de envelhecimento ativo e independente, a terceira idade converte-se em uma nova etapa da vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo" (PEIXOTO, 2007, p. 76). Segundo Debert (1997), esta expressão não se refere a uma idade cronológica específica e precisa, mas vem sendo utilizada, com frequência, como uma forma de tratamento não depreciativa

às pessoas mais velhas, o que permite "a discussão do caráter possivelmente libertário e das lógicas de exclusão que dão uma configuração específica à organização de mercados de consumo e à articulação de demandas políticas" (DEBERT, 1997, p.39). Para Correa (2009), o que distingue a velhice da terceira idade é o critério temporal. Nesse sentido, a velhice é uma forma estratégica de "quebra da ampulheta do tempo" (CORREA, 2009, p. 94) contemporâneo, marcado pela velocidade e aceleração. A terceira idade, por sua vez, incorpora o ritmo contemporâneo ao seu cotidiano através da prioridade do preenchimento do tempo com atividades e exercícios.

Nas duas pesquisas, como já dito antes, a busca por uma aproximação aos padrões comportamentais e estéticos e estilos de vida jovens era perceptível e evidenciada nos modos de vestir, nas atividades realizadas (grupo de modelos e frequência à academia) e nos comportamentos e interações desenvolvidas em ambos os contextos pesquisados. Apesar de impregnada por uma carga positiva associada à atividade e ao movimento, a terminologia terceira idade não parecia, para nenhuma das colaboradoras, a mais adequada ao seu caso. Jovem também não lhes parecia adequado, embora ressaltassem sua jovialidade, tanto nos modos de pensar e agir, quanto em suas aparências físicas – ou busca para alcançá-las. Assim, a opção pela categoria meia-idade é a que lhes parecia mais apropriada: fugindo do estereótipo da velhice – e mesmo da terceira idade –, se aproximavam, até onde as convenções sociais permitissem, à juventude.

Este é um ponto importante: até onde os/as que não são socialmente considerados jovens podem chegar nessa aproximação à juventude?

Embora exista uma pressão social em direção a um "bom envelhecer" (GOLDENBERG, 2008; 2013), parece-me evidente a existência, também, de um modelo predefinido do que seja, efetivamente, envelhecer bem. Este modelo passa pelo envelhecimento ativo e saudável – inclusive como referência política (SIQUEIRA, 2014) – e pelos cuidados com a aparência. Estes cuidados, entretanto, não podem ultrapassar uma linha (tênue para alguns/as; explícita para outros/as) entre o que é permitido e o que é considerado "ridículo" – este último ponto normalmente é explicado com exemplos de pessoas, na maioria das vezes mulheres, mas também homens, que, de acordo com os padrões predefinidos, modificam exageradamente seus corpos em busca de uma aparência jovem, ou apresentam comportamentos "inadequados" às suas idades7.

Assim, de uma forma que me parece contraditória, as pessoas que buscam estes atributos – juventude e beleza – através de cirurgias reparadoras ou corretivas são constantemente alvos de crítica pela própria sociedade que cobra beleza e juventude eternas. Dessa forma, o envelhecimento, para além de negativo e desqualificador, passa a ser visto como um limitador de possibilidades.

Uma das críticas mais frequentes diz respeito ao que Courtine, Vigarello e Corbin chamam de "obsessão dos invólucros corporais" (COURTINE; VIGARELLO; CORBIN, 2008, p. 86). Esta obsessão, entretanto, pode ser analisada como uma resposta às fortes pressões sociais sofridas, principalmente – mas não só –, pelas mulheres, que têm sua identidade quase sempre atrelada a atributos como feminilidade, beleza e juventude. Sobre este aspecto, Debert reflete sobre diferentes visões da relação entre gênero e indústria de beleza, apontando quatro vertentes: "o corpo como prisão", que evidencia que a obsessão das mulheres no combate aos sinais do envelhecimento é uma dimensão

7 Na pesquisa com as mulheres modelos, lembro que a atriz Fernanda Montenegro foi citada como exemplo de bem envelhecer. Em contrapartida, outra atriz, Susana Vieira, foi mencionada como alguém que "não sabe e não aceita envelhecer".

das desigualdades de gênero; "a resistência aos determinismos biológicos", que argumenta que a indústria de beleza proporciona às mulheres a possibilidade de escapar de uma visão fixa e essencialista do corpo feminino limitado às funções reprodutivas; "a neutralidade unissex", cujo argumento aponta para uma neutralidade (de sexo, de origem e de estatuto social) do medo de envelhecer e de morrer; e, por último, "sempre fomos cyborgs", que desconhece a existência de um corpo natural (DEBERT, 2011, p. 67). Debert (2011) conclui que as reflexões antropológicas e sociológicas devem buscar um equilíbrio analítico-interpretativo entre estes os argumentos.

A BELEZA COMO CAPITAL FEMININO

"A insistência em associar a feminilidade à beleza não é nova. A ideia de que a beleza está para o feminino assim como a força está para o masculino, atravessa os séculos e as culturas" (SANT'ANNA, 1995, p. 121).

Apesar dos avanços conquistados pela luta cotidiana dos movimentos sociais – notadamente os movimentos feministas – pela quebra de tabus que legitimam e naturalizam desigualdades entre os gêneros, temos vivenciado, em uma escala quase que global, muitos retrocessos.

As questões de gênero, que perpassam todas as relações sociais, também aparecem quando se fala em envelhecimento (SAFFIOTI, 1992).

A adoção do conceito de gênero, impulsionada pelo movimento feminista, em substituição do que até então era comumente chamado de "situação da mulher", promoveu, mais do que um mero "trânsito semântico", uma transformação estrutural no enfoque abordado, já que o conceito encerra, em si próprio, as dimensões relacional e de poder (RIBEIRO, 2007, p. 33).

As distinções entre os gêneros são, em grande medida, realçadas pelos usos e significados atribuídos aos corpos de homens e mulheres durante todas as fases do curso de vida, antecedendo, na maioria das vezes, o próprio nascimento do indivíduo e tendo continuidade durante toda a vida, não sendo minimizadas com a velhice. Os discursos, representações e práticas sociais estabelecidos através de diferenciações de gênero influenciam comportamentos, atitudes e relações, na medida em que determinam como deve – e quem deve – ser o masculino e o feminino, excluindo qualquer outra manifestação fora deste binômio.

Os usos, as vivências e as aparências dos corpos de homens e mulheres implicam uma gama de estilos corporais, estabelecida histórica, social e culturalmente. A imagem da feminilidade e da masculinidade são, dessa forma, construções que envolvem tempos e espaços (sociais e culturais) determinados historicamente (BUTLER, 1988).

Em relação à feminilidade como atributo feminino e exclusivo das mulheres, Lipovetsky argumenta que as imagens, os comportamentos e as expectativas reafirmam constantemente a beleza como um valor feminino, componente da própria feminilidade, beleza que deve estar sempre em consonância com outro valor considerado ainda maior em nossa sociedade: a juventude (LIPOVETSKY, 2000). Tomando a associação beleza/feminino/feminilidade/mulher como central, os modos de conceber e produzir o embelezamento são histórica, social e culturalmente estabelecidos, sofrendo modificações ao longo do tempo, conforme variam os padrões comportamentais e estéticos.

As modificações destes padrões, entretanto, não invalidam – por vezes até acentuam –, nos mais variados espaços (geográficos, sociais, históricos, culturais), o desprezo e/ou afastamento pelas aparências consideradas feias (PERROT, 2005).

Goldenberg observa, a partir de uma fundamentação teórica inspirada em Bourdieu (2001), que na contemporaneidade, principalmente em países latinos e tropicais, como o Brasil, o corpo, e, em especial, o corpo das mulheres, é valorizado como um capital (GOLDENBERG, 2008).

FEMINILIDADE E ENVELHECIMENTO

A feminilidade não é uma essência, em si, mas uma construção cultural como, de resto, as demais questões relativas a corpo, gênero, sexualidade, saúde e doença. Também é fato que não existe somente uma feminilidade, como um modelo a ser prescrito e seguido por todas as mulheres, independentemente de sua cultura, sua condição social, suas vontades e seus desejos, assim como é fato que a feminilidade não é privilégio somente das mulheres. O que se observa, entretanto, é a existência, num contexto social altamente controlador8 (FOUCAULT, 1985; DELEUZE, 1992) – e, em que pese os avanços sociais, ainda muito conservador –, de uma feminilidade hegemônica.

Esta feminilidade hegemônica só favoreceu a manutenção do preconceito contra as mulheres, já que tal feminilidade foi construída tendo como pressuposto a compreensão da mulher como corpo e objeto fálico, num mundo em que o discurso é essencialmente masculino. As imagens socialmente construídas, propagadas e legitimadas das mulheres tomam como referência o homem, na figura do pai, protetor e viril (AZERÊDO, 2007).

Embora pareça fácil reconhecer uma posição subalterna da mulher nesse modelo hegemônico de feminilidade, não é nada fácil deixar de sucumbir a ele. Disciplinadas desde a infância em práticas corporais e comportamentais de gênero que estabelecem o que é certo e o que é errado para nos tornarmos/mantermos sempre femininas – dentro de uma feminilidade hegemônica –, naturalizamos essas práticas e essa forma de feminilidade.

Notadamente, a perda dos capitais atribuídos ao corpo feminino começa na maturidade. O corpo é frequentemente associado à sexualidade e à reprodução. Ao mesmo tempo, numa referência a Platão, as representações de corpo dizem respeito à beleza e à juventude, categorias diretamente relacionadas à pureza (DEL PRIORI, 2000). A velhice, assim, seria o impuro, a mácula, a sujeira, o pecado. Daí a necessidade de escondê-la, mascará-la.

A maturidade feminina, com sua proximidade à menopausa e ao cessar da ovulação, seria, ao menos simbolicamente, demarcadora da morte da juventude. O fim da menstruação – sempre tratada como um incômodo, inclusive em campanhas publicitárias de absorventes – muitas vezes não se constitui em um alívio, como se poderia esperar. Ao contrário, para muitas mulheres, esta fase significa uma crise, uma ruptura, já que suas funções reprodutoras – e, para muitas representações, suas funções femininas – são cessadas. A medicalização dos fenômenos fisiológicos, comum em

8 Para Deleuze, a sociedade de controle já não funciona "mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea" (DELEUZE, 1992, p. 216). Este tipo de controle, na verdade, acaba por se mostrar ainda mais eficaz, uma vez que é cada vez mais sutil, impregnando as relações sociais (BOURDIEU, 1996).

nossa sociedade, acaba por enfatizar a representação da menopausa como um estado patológico caracterizado por eventos negativos, como perda de vigor, massa óssea, hormônios e libido (OLIVEIRA, 1999).

Nos dois trabalhos sobre os quais discorro aparecem como centrais a preocupação com a saúde e com o que as mulheres, de uma maneira geral, chamavam de "envelhecimento do espírito". O que ficou evidenciado, entretanto, foi a preocupação com o envelhecimento físico. O aspecto de um corpo envelhecido parece ser muitas vezes desolador. É o corpo quem carrega tacitamente as marcas do envelhecimento. Estas marcas são vistas como máculas numa sociedade que prioriza a juventude. As marcas que deixam claro a inevitabilidade do envelhecimento só podem ser incômodas quando se vive uma cultura em que o corpo – e, principalmente, o corpo feminino – é um capital (BOURDIEU, 2001; GOLDENBERG, 2008). Sendo um capital, está sujeito aos altos e baixos do "mercado". A "bolsa de valores" que avalia o preço do corpo é taxativa: vigor e juventude são características essenciais para a "alta das ações"; envelhecimento, rugas, cabelos brancos, "ações em franca queda".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste capítulo era rever algumas discussões suscitadas durante o desenvolvimento de minhas pesquisas de graduação e de mestrado, ambas realizadas no âmbito do GEPACS e envolvendo questões respeitantes ao envelhecimento feminino.

Durante a realização das duas pesquisas, pude perceber o quanto eram – e ainda são – incipientes os estudos voltados especificamente à maturidade, comumente vista apenas como uma fase de transição entre a juventude e a velhice. Embora seja considerada uma etapa bastante importante da vida, em que várias mudanças (físicas, comportamentais, sociais e culturais) são vivenciadas, a maturidade não é vista como possuidora de um estatuto próprio. Ser maduro/a parece ser um estar na contramão, tanto da juventude quanto da velhice; ser um ex-jovem e um futuro idoso, em outras palavras. Dessa forma, há uma espécie de vácuo, de vazio social aos que não são mais jovens e que ainda não chegaram à velhice. Na vida cotidiana, no entanto, observa-se que esta fase é bastante significativa, com vários interditos e padrões culturalmente determinados e determinantes.

Nos estudos sobre as representações sociais construídas sobre o envelhecimento, a categoria corpo aparece sempre em destaque na voz dos pesquisados. No desenvolvimento desses trabalhos, constatei a relevância dada a esta categoria, principalmente no que diz respeito aos binômios culturalmente institucionalizados beleza/juventude, velhice/enfeiamento, e na construção da feminilidade. Também pude perceber a necessidade das mulheres que participaram de ambas as pesquisas se identificarem em uma mesma categoria que diferisse da juventude (embora seus padrões estéticos se aproximassem dos padrões desta fase), mas também da velhice. A maturidade ou meia-idade seria, então, esta categoria. De acordo com Beauvoir (1990), a palavra "maturidade", muitas vezes, é vista como um indicador de superioridade sobre a criança ou o jovem, o que qualificaria esta etapa do curso de vida.

Sendo uma condição natural a todos os seres vivos, o envelhecimento, entretanto, é carregado por significações e representações construídas em contextos socioculturais. Toda construção é realizada com determinado interesse que nem sempre corresponde

às expectativas de todos os sujeitos e coletivos que formam as sociedades como um todo. Nossa sociedade pós-industrial capitalista privilegia a juventude como um bem precioso.

Embora esta conformação esteja mudando gradativamente, ser jovem ainda significa ser produtivo e consumidor. Em uma cultura de descarte, descartar os maduros e os velhos é facilmente naturalizável. Dessa forma, a primazia do mercado sobre as pessoas e suas relações faz com que a idade e suas transformações representem desvalorização em muitos contextos (BOSI, 2004).

Pensar a maturidade enquanto uma categoria própria pode, por um lado, representar mais um enquadramento desnecessário, dentre tantos já existentes. Por outro lado, para fins analíticos e reflexivos, penso que esta categorização possa se mostrar importante, visibilizando sujeitos que, de outra forma, acabam subsumidos por categorias já naturalizadas, como a juventude e a velhice. Quero dizer que, longe de provocar uma limitação ainda maior entre as fronteiras etárias, delimitando os caminhos a serem percorridos por esta ou aquela faixa, penso que a definição de maturidade enquanto uma categoria específica pode propiciar um olhar mais dedicado a esta fase da vida, tão importante aos que a vivenciam, como pude observar com a realização das duas pesquisas.

Nesse sentido, Oliveira (1999, p. 75) aponta para a importância dessa fase, já que "a maturidade provavelmente incluirá características da velhice, mas será progressivamente associada às qualidades desejáveis da juventude" (OLIVEIRA, 1999, p. 75).

Assim, reconhecer a maturidade como uma fase única é enxergá-la em suas especificidades, reconhecendo-a e respeitando-a em sua diversidade e em suas diferenças. Por outro lado, é necessário que as categorias identitárias sejam pensadas com menos rigidez e mais flexibilidade; como passíveis de mudanças, transformações, construções, reconstruções e interações *nos* e *com* os diversos contextos sociais.

As mulheres que colaboraram com as duas pesquisas preferiam se identificar enquanto jovens, vestindo-se com roupas despojadas e realizando atividades que ainda são comumente relacionadas aos jovens (como desfilar ou frequentar uma academia de ginástica, por exemplo). Mesmo assim, assumiam-se enquanto pertencedoras à categoria *maturidade*, ainda que reconhecessem que, muitas vezes esta categoria poderia aproximá-las mais da categoria "velhice" do que da almejada – e aclamada – "juventude". A crise da maturidade diz respeito, também, a uma crise de feminilidade. O envelhecimento, que começa a se mostrar cada vez mais acelerado, trazendo mudanças antes quase imperceptíveis, parece colocar sob suspeita seu poder de sedução, sua sensualidade, sua feminilidade. Não são mais jovens, mas ainda têm desejos. E medos. E não querem se perder, perder suas identidades de mulheres numa identidade una de maduras. São maduras, sim, estão na meia-idade, sim, mas continuam mulheres. E lutam, como podem, para permanecerem sendo reconhecidas nessa condição.

REFERÊNCIAS

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a "mulher":** diferença, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade.** Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BUTLER, Judith. Variations on sex gender. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Eds.). F**eminism as critique**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988, p. 01-42.

CASTRO, Talita Pereira. **Auto-ajuda e a reificação da crise da meia-idade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CORREA, Mariele Rodrigues. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade**. Velhice e Terceira Idade. São Paul: Cultura Acadêmica, UNESP, 2009.

COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges; CORBIN, Alain. **História do Corpo – Volume III:** As Mutações do Olhar: O Século XX. Petrópolis: Vozes, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Conversações – 1972-1990**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DEBERT, Guita Grin. A invenção da terceira idade e rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, , p. 39-56, 1997.

DEBERT, Guita Grin. A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In: Neri, Anita Liberalesso; Debert, Guita Grin (Orgs.). **Velhice e Sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1999, p. 41-68.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo – Fapesp, 2004.

DEBERT, Guita Grin. Velhice e tecnologias do rejuvenescimento. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 65-82, 2011.

FERNANDES, Ana Alexandre. **Velhice e sociedade:** demografia, família e políticas sociais em Portugal. Oeiras: Celta Editora, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3:** o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GOLDENBERG, Mirian. **Coroas.** Corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade. Rio de janeiro: Record, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

HAREVEN, Tamara. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida. **Cadernos Pagu**, n. 13, p.11-35, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

OLIVEIRA, Maria Coleta de. Menopausa, reposição hormonal e a construção social da idade madura. In: NERI, Anita Liberalesso e DEBERT, Guita Grin (Orgs.). **Velhice e Sociedade**. Campinas: Papirus, 1999.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, terceira idade In: LINS DE BARROS, Myriam (Org.). **Velhice ou Ter-**

ceira Idade? – Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 69-84.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

RIBEIRO, Lúcia. Masculino/feminino: uma reflexão existencial feminina. In: BOFF, Leonardo; RIBEIRO, Lúcia. **Masculino/feminino:** experiências vividas. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 11-40.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (Org.). **Políticas do Corpo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1995, p. 121-139.

SIQUEIRA, Monalisa Dias de. **"Vivendo bem até mais que 100!" – envelhecimento, saúde e políticas públicas para idosos no Brasil.** 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

VEIGA, Marcia Regina Medeiros; Cordeiro, António Manuel Rochette; Ferreira, Sónia Cristina Mairos (2014). "Qualidade de vida, território e aprendizagem ao longo da vida na velhice". **Cadernos de Geografia**, nº 33, Coimbra, FLUC, 2014, p. 213-219.

WILSON, Carlos. O Envelhecimento no Séc. XXI – Perspectivas Demográficas. **Revista O Tempo da Vida** – Fórum Gulbenkian de Saúde sobre o Envelhecimento 2008/2009. Cascais: Princípia, 2009, p. 40-49.

Empreendedorismo como habitus profissional e o setor de tecnologia da informação

Laura Senna Ferreira

O segmento de tecnologia da informação (TI) tem concebido o empreendedorismo não apenas como campo de ação econômica, mas como modelo de subjetividade. Funciona como se a ocupação na atividade requeresse a incorporação de uma série de referências que compõem um *habitus* empreendedor, quer dizer, uma forma de ação econômica e de conduta que pressupõe certo consenso a respeito de determinadas percepções de mundo e modos de vida.

O *habitus* permite uma "orquestração sem maestro que confere regularidade, unidade e sistematicidade às práticas de um grupo ou de uma classe" (BOURDIEU, 1983, p. 66), fazendo com que as ações se afinem mesmo sem interação direta e conservação explícita, posto que organize um "sistema de disposições (parcialmente) comum a todos os produtos das mesmas estruturas" (BOURDIEU, 1983, p.79).

A noção de empreendedorismo é considerada aqui como um *habitus* das ocupações marcadamente associadas ao segmento de TI. Para tanto, analisa-se o caso dos trabalhadores e empreendedores de base tecnológica, no pólo tecnológico de Florianópolis (Santa Catarina). A investigação foi desenvolvida ao longo de 2014 e 2015, por meio de pesquisa documental e entrevistas com trabalhadores, empresários e membros de instituições influentes no setor.

Num primeiro momento, realiza-se uma revisão de parte do debate teórico acerca do empreendedorismo. A seguir, apresenta-se um breve mapeamento das características do pólo tecnológico de Florianópolis, e das empresas estudadas. Por fim, analisam-se as narrativas dos interlocutores da pesquisa, com o propósito de compreender até que ponto eles aderem aos preceitos do empreendedorismo e de que forma esse modelo tem se colocado como um *habitus* próprio da atividade em TI.

DEBATE TEÓRICO ACERCA DO EMPREENDEDORISMO

O pensamento liberal caracteriza-se pelo racionalismo pragmático. Desde suas origens, "suas hipóteses gerais sobre o mundo e o homem estavam marcadas por um penetrante individualismo" (HOBSBAWM, 1977, p. 326).

> Para o liberalismo clássico, o mundo humano estava constituído de átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando acima de tudo aumentar ao máximo suas satisfações e diminuir seus desprazeres, nisto igual a todos os outros, e naturalmente não reconhecendo limites ou direitos de interferência em suas pretensões. [...] No curso da busca desta vantagem pessoal, cada indivíduo nesta anarquia de competidores iguais achava vantajoso ou inevitável entrar em certos tipos de relações com outros indivíduos,

> e este complexo de acordos úteis – constantemente expressos na terminologia francamente comercial de 'contrato' – constituía a sociedade e os grupos políticos ou sociais (HOBSBAWM, 1977, p. 327).

Do ponto de vista do liberalismo, os objetivos sociais eram a soma dos objetivos individuais. A publicação de *A riqueza das nações* (1776), de Adam Smith (1723-1790), marca o início do apogeu da ideologia liberal. Para Smith, a humanidade seria constituída de indivíduos que buscam os próprios interesses, através da competição entre uns e outros. As atividades econômicas, quando deixadas fora de controle, produziriam uma ordem social "natural" ("distinta da artificial imposta pelos interesses estabelecidos, o obscurantismo, a tradição ou a intromissão ignorante da aristocracia") e o aumento mais rápido da riqueza das nações, "quer dizer, do conforto e do bem-estar, e, portanto da felicidade, de todos os homens" (HOBSBAWM, 1977, p. 330).

Todavia, os descontentamentos sociais que emergiram na sociedade moderna não puderam ser plenamente contidos dentro da lógica liberal. Em decorrência da perda da confiança original nessa ideologia, especialmente na inevitabilidade dos ganhos sociais resultantes do progresso, emerge outra ideologia no século XVIII: o socialismo. Essa "família ideológica" distinguia-se profundamente do liberalismo, com destaque para o seguinte aspecto:

> [...] rompia radicalmente com a suposição liberal de que a sociedade era um mero agregado ou combinação de seus átomos individuais, e que sua força motriz estava no interesse próprio e na competição. Ao fazer isto, os socialistas voltaram à mais antiga de todas as tradições ideológicas humanas: a crença de que o homem é naturalmente um ser comunitário. [...] A ideia smithiana de que o intercâmbio de mercadorias equivalentes no mercado garantia de alguma forma a justiça social lhes chocava como algo incompreensível ou imoral. A maior parte do povo comum compartilhava este ponto de vista mesmo quando não podia expressá-lo (HOBSBAWM, 1977, p. 337).

Nos dias atuais, essas duas "famílias ideológicas" – socialismo e liberalismo – têm como uma das suas maiores expressões, respectivamente, a autogestão cooperativa e o empreendedorismo.

Com respeito à autogestão, a literatura menciona frequentemente o fato de que se refere a "uma proposta democrática e coletivista de gestão, historicamente construída a partir de um ideário socialista, na qual, além da propriedade, as decisões e o controle do empreendimento são exercidos pelos trabalhadores" (GUIMARÃES et al., 2006, p. 293).

Uma abordagem distinta se verifica no caso do empreendedorismo. A palavra deriva do francês *entrepreneur*, que remonta ao século XV e era usada para referir-se ao "homem de negócios". O termo ganha visibilidade com as obras de Richard Cantillon (2002) e Jean-Baptiste-Say (1983), os quais relacionaram a figura do empreendedor ao empresário. Cantillon e Say, cujo fundamento liberal está no âmago de suas ideias, são muitas vezes considerados os precursores do empreendedorismo como princípio. Para eles, os empreendedores eram pessoas que corriam risco com o intuito de ganhar mais do que haviam investido, assumindo os perigos desse jogo (CANTILLON, 2002; SAY, 1983).

Não obstante, é com Schumpeter (1982) que o empreendedorismo assumiu um caráter mais semelhante ao que tem hoje. Para ele, o empresário, o homem de negócios, é aquele que opera "novas combinações" e tem capacidade para a criação de novos

produtos e empreendimentos. Não pode ser confundido com o proprietário de uma empresa ou com quem gerencia sua rotina, é um tipo especial de pessoa, capaz de obter sucesso com inovações (SCHUMPETER, 1982, p. 54).

O empreendedorismo, como princípio, transcende o âmbito econômico *stricto sensu*.

> Hoje, o empreendimentismo caracteriza não somente a ação dos negócios, mas domínios da vida tão diversos quanto à administração municipal, o aumento da produção do setor informal, a organização do mercado de trabalho, a área da pesquisa e desenvolvimento, tendo chegado aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária e artística (HARVEY, 2012, p. 161).

Nessa ampliação de sentido pela qual tem passado a categoria, a partir dos anos de 1990 o trabalhador por conta própria também foi associado ao empreendedorismo. O empreendedor é representado como o homem do espírito do capitalismo contemporâneo, "em contraposição à subordinação do assalariamento" (LIMA, 2010, p. 168). Por essa via "os mestres da administração tentam inculcar, em toda a sociedade, uma espécie de indústria da administração que consiste na divulgação e implementação dos valores, símbolos, linguagens e crenças do mundo dos negócios" (COAN, 2011, p. 116).

Na qualidade de campo de conhecimento e como disciplina, o empreendedorismo tem início em 1947, quando a Harvard Business School, nos Estados Unidos, implantou o curso de Gerenciamento de Pequenas Empresas. No Brasil, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) incluiu a matéria em 1981 na Escola de Administração de Empresas (COAN, 2011, p. 33).

A partir da concepção de uma "pedagogia empreendedora", também inseriu o empreendedorismo na educação básica. Essa tendência é representada no Brasil por autores que, como Fernando Dolabela, tem difundido o ideal de uma escola empreendedora.

Para Dolabela, a escola não deve mais educar para o emprego – considerado anacrônico –, mas na perspectiva de formar pessoas capazes de criar as próprias oportunidades. O autor incorpora a linguagem da democracia, da justiça social e da formação do aluno crítico. Sua perspectiva vai além da atividade empresarial, pois concebe o empreendedorismo como uma maneira de ser válida para todas as atividades, não se restringindo ao âmbito dos negócios. Considera o empreendedorismo a via para a eliminação da miséria, a redução das desigualdades, o desenvolvimento econômico e social sustentável. Enquanto "modo de ser", empreender é um estilo de vida, uma visão de mundo. Para Dolabela, o mundo atual exige outro posicionamento da escola, com o intuito de fortalecer valores empreendedores: inovação, autonomia, criatividade, entre outros (DOLABELA, 2003).

Dolabela entende que as instituições de ensino precisam estar mais próximas da empresa e devem ensinar o empreendedorismo no lugar de formar empregados (DOLABELA, 2003). "A tradição do nosso ensino, de formar empregados nos níveis universitários e profissionalizantes, não é mais compatível com a organização da economia mundial" (DOLABELA, 1999, p. 53).

No livro *O segredo de Luísa* (DOLABELA, 1999), a personagem cursa Odontologia, mas quer abrir uma fábrica de goiabada cascão, posteriormente chamada de fábrica Maria Amélia. O romance apresenta o plano de negócio desse empreendimento e traz passagens importantes que exprimem o perfil de um empreendedor. Em um dos diá-

logos, por exemplo, Luísa diz: “Mas, professor, o emprego assalariado é algo que tira a liberdade, o entusiasmo. Faz com que as pessoas não sejam elas mesmas”. Pedro, o professor, complementa: “Por isso é que o Empreendedorismo está ganhando tanta força; e não somente pela crise do emprego. Ele está mais próximo da natureza humana” (DOLABELA, 1999, p. 65).

No mesmo sentido surge a fala de André (padrinho de Luísa): “Pior que o desemprego é a ‘síndrome do empregado’ criada pelas nossas universidades, pela nossa cultura e que significa alguém preparado somente para executar o que outros criaram. Ele sabe como fazer, mas somente isso. Não sabe por que fazer, quando fazer, e não sabe definir o que fazer. Esta figura está em extinção” (DOLABELA, 1999, p. 201). Ainda as reflexões de André: “O que nos interessa verdadeiramente? É o dinheiro! Quanto sai quanto entra. E quando. Só isso. Pois, através do lucro, concretizamos nossos sonhos de auto realização”. Segundo o personagem, ser empreendedor requer trabalhar muitas horas por dia:

> O bom é que, por estar realizando um sonho, pelo fato de a empresa ser uma extensão do seu interior, o trabalho gera prazer. O empreendedor vê o final de semana, ao contrário do empregado, como um obstáculo ao seu prazer. Como os artistas jamais pensam em aposentadoria, pois isso significaria o abandono da sua paixão (DOLABELA, 1999, p. 203).

A personagem Luísa, ao final do romance, ganha o prêmio Empreendedor Global do Ano. Na cerimônia de premiação profere o seguinte discurso:

> Para o empreendedor, o ser é mais importante do que o saber. A empresa é a materialização dos nossos sonhos. É a projeção da nossa imagem interior, do nosso íntimo, do nosso ser em sua forma total. O estudo do comportamento do empreendedor é fonte de novas formas para a compreensão do ser humano, em seu processo de criação de riquezas e de realização pessoal. Sob este prisma, o Empreendedorismo é visto também como um campo intensamente relacionado com o processo de entendimento e construção da liberdade humana (DOLABELA, 1999, p. 259).

Para Dolabela, é um conjunto de comportamentos que constitui um empreendedor, que é um ser criativo, otimista e que sabe transformar oportunidades em negócios lucrativos. Ele tem a ousadia, como demonstra a personagem Luísa, de recusar empregos de bons salários (DOLABELA, 1999).

Nesse horizonte, demanda-se por uma escola habilitada a formar.

> [...] um novo perfil de trabalhador (a) que seja inovador e proativo. Capaz de Autoproduzir sua existência pela criação de seu próprio posto de trabalho ou dinamizar as empresas/organizações por meio de seus atributos de portador de um perfil empreendedor (COAN, 2011, p. 456).

Com as passagens supracitadas evidenciam-se os axiomas liberais manifestos nessa pedagogia. A presença da ideia de que princípios egoístas concorrem para o bem comum. “O tom sedutor de tal proposta omite os devidos elementos materiais necessários para dar suporte à realização de tais sonhos. Ou seja, é uma proposta meramente idealista” (COAN, 2012, p. 9). A individualização das iniciativas presente na acepção de ser responsável pelo próprio ato realização é uma ideologia de pouco

poder explicativo. É como se bastasse ter um sonho para realizá-lo, o que se verifica frágil do ponto de vista epistêmico. Tão frágil quanto o ideário de inclusão social por meio do empreendedorismo.

Compõe os discursos do empreendedorismo a ideia de que o empreendedor, além de ter um espírito competitivo, deve ser solidário e preocupado com as questões sociais, fundamentalmente interessados na redução da miséria. Não obstante, do ponto de vista dos princípios do empreendedorismo, "o individual se sobrepõe ao coletivo, mesmo quando o discurso é do coletivo" (LIMA, 2010, p. 189).

A nova cultura que se tenta disseminar entre os trabalhadores passa por um processo de individualização e "recoloca a autonomia do trabalhador e seu caráter empreendedor dentro do processo produtivo" (LIMA, 2010, p. 168).

Tendo por base a reflexão teórica apresentada até este ponto, busca-se a seguir analisar o caso do empreendedorismo no pólo tecnológico de Florianópolis (SC). O propósito principal é observar até que ponto as narrativas dos sujeitos que atuam no segmento expressam uma adesão e/ou recusa ao empreendedorismo como princípio econômico e como visão de mundo.

O POLO TECNOLÓGICO DE FLORIANÓPOLIS

O polo tecnológico de Florianópolis foi iniciado em 1984, com a criação do Centro Regional de Tecnologia da Informação (Certi) pelo Laboratório de Metrologia (Labmetro), do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A proposta do Centro era contribuir para que empresas locais desenvolvessem produtos de alta tecnologia. Apesar de manter a sigla Certi, em 1994 foi renomeado para Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras.

A Fundação Certi é uma organização privada de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Foi uma das instituições-chave na construção do ParqTec Alfa, no bairro João Paulo, em 1993, e da incubadora Centro de Laboração de Tecnologias Avançadas (Celta), em 1986. Por três vezes – 1997, 2006 e 2011–, a Celta recebeu o prêmio "Incubadora do Ano", pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec).

Em Florianópolis, além da Celta1, opera desde 1998 a incubadora empresarial MIDI Tecnológico, nome que faz referência à definição de micro distrito industrial. A MIDI foi eleita, em 2008, a melhor incubadora do ramo pelo Prêmio Anprotec. São vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) para executar projetos por meio da Lei de Informática e tem como mantenedor o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SC)2 , além de ser administrada pela Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate).

A Acate foi criada em 1986 e reúne empreendimentos de todo o Estado de Santa Catarina3. Agrega empresas que desenvolvem e comercializam *softwares*, *hardwares* e serviços de tecnologia, a grande maioria composta por micro e pequenas empresas.

1 A CELTA foi uma das precursoras nacionais na atividade e é considerada a maior incubadora da América Latina, em número de empresas e tamanho (Fonte: <http://www.certi.org.br>; acesso em julho de 2017).

2 Cf. <http://www.miditecnologico.com.br/>. Acesso em: fev. de 2015.

3 Cf. <https://www.acate.com.br/>. Acesso em: ago. de 2015.

Desde o início o polo tecnológico foi concebido como alternativa econômica para Florianópolis, posto que sua condição geográfica de ilha se tornasse um incentivo para a indústria limpa e sustentável, como é o caso da tecnologia da informação (TI). Em termos econômicos, a TI, no que tange à arrecadação de impostos, supera o turismo e a construção civil juntos, sendo a principal atividade econômica da cidade. Com o passar dos anos, a cidade de Florianópolis recebeu as alcunhas de "Capital da Inovação", "Ilha do Silício", "Tecnópolis" ou "Meca Tecnológica".

O Parque Tecnológico Alfa foi implantado em 1993 e, em 2009, inaugurou-se o Sapiens Park, no norte da ilha. Os parques tecnológicos têm entre seus objetivos atrair empresas e investimentos e fomentar o desenvolvimento na área tecnológica.

Também em 2009 tiveram início as atividades da antiga Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável de Florianópolis (SMCTDES). A Secretaria desenvolve um programa chamado de "Conscientização para o Empreendedorismo"4, cujo propósito é "contribuir para que o cidadão desenvolva seu espírito empreendedor"5. A cidade tem, ainda, o Conselho Municipal de Inovação de Florianópolis, criado em 2012, o qual contribui com o desenvolvimento do pólo tecnológico e da indústria do conhecimento. Florianópolis é considerada atualmente uma das cidades mais dinâmicas do mundo em termos de tecnologia 6.

Nesse universo que compõe o polo tecnológico de Florianópolis, a presente pesquisa envolveu atores de diferentes áreas: produção de *softwares*; criação de sites; soluções *online* para sistemas *web*; *web design*; desenvolvimento de sistemas; campanhas de marketing digital; lojas virtuais; comércio eletrônico; bancos de dados; monitoramento a distância; formulários eletrônicos; infraestrutura virtual; segurança na rede; instrumentos para gerenciar equipes e processos etc.

Entre os interlocutores há aqueles que atuam em empresas especializadas em mobilidade para celulares e *tablets*, bem como em sistemas de informações em nuvem. Outras empresas se destacam pela produção de jogos educacionais, animações ensinam a distância, cursos para computadores, cursos para dispositivos móveis, diagramação de livros, cursos online, tutorial de *software*, entre outros. Há, ainda, aquelas que atuam na busca por soluções tecnológicas em energia elétrica sustentável, propondo programas de gestão e eficiência energética. De modo geral, as atividades desses interlocutores vinculadas a TI combinam desenvolvimento, suporte e manutenção dos produtos e serviços oferecidos.

Os sujeitos implicados nas profissões associadas a TI dominam dispositivos considerados indispensáveis para o exercício de suas atividades, como é o caso do "espírito" empreendedor. Assim, empreender vai além de uma ação econômica, trata-se de uma concepção de mundo e de um modo de vida.

4 Cf. SMCTDE. **Plano de ação 2009-2010**.

5 Cf. SMCTDE. **Relatório de Gestão 2012**.

6 Cf. The ten most dynamic cities. **Newsweek**, 2006.

TRAJETÓRIAS E REPRESENTAÇÕES ASSOCIADAS AO EMPREENDEDORISMO

A orientação política e ideológica neoliberal em diferentes partes do mundo, a partir de 1970 – no caso brasileiro, desde 1990 – reforçou duas representações que envolvem o mundo do trabalho e da empresa: empregabilidade e empreendedorismo. Essas noções emergem como valores empresariais que extrapolam a esfera econômica, perpassando o tecido social e irrompendo como modo de vida e referência de sucesso individual.

Como setor ancorado em um capitalismo reticular, operante em cadeias produtivas no horizonte da acumulação flexível, o segmento da TI é particularmente favorável a corresponder aos ideais do empreendedorismo como visão de mundo e orientação da ação.

A partir dos diálogos dos interlocutores da pesquisa observa-se uma conexão entre o desenvolvimento da tecnologia e sua promoção no mercado. É tênue a fronteira que separa trabalhador e empreendedor. O mesmo sujeito com frequência atua tanto na parte técnica como na busca por negócios. Considera-se que as "boas ideias tecnológicas" precisam ser viabilizadas no mercado: "Não adianta ter uma ideia brilhante e não saber vender. Não adianta ter um grande produto tecnológico, mas não ter marketing" (entrevistado A, 2015). As características do ramo de TI, sobretudo a possibilidade de os negócios poderem iniciar com uma estrutura enxuta e a baixo custo, incentivam ações empreendedoras. Aqueles que trabalham no segmento veem-se frequentemente como um futuro empreendedor. O excerto a seguir traz à tona essa visão:

> [...] a gente faz a parte de suporte, a gente faz o projeto, a gente faz o contato com o cliente para entender o que ele está querendo, dimensiona equipamento e implementa. Então, pô, se eu faço 90% do que tem aqui, eu vou fazer 90% pra mim e chamar alguém pra fazer os 10%. É o que eu vejo muito na área de TI hoje [...] Eu vou desenvolver alguma coisa, eu vou pegar o que eu sou bom e vou vender pros outros (entrevistado D, 2015).

Há uma constante expectativa por ter o próprio empreendimento. A condição de proprietário da empresa é associada à ideia de uma maior autonomia e de realização profissional. Ao mesmo tempo, a dinâmica laboral, sobretudo a possibilidade de trabalho remoto, é vinculada à ideia de autonomia e tempo flexível. A condição de empregado é concebida como provisória, até surgir à oportunidade de abrir o próprio negócio. No segmento de TI verifica-se o imperativo do empreendedorismo como projeto. Tal acepção pode ser percebida na citação a seguir:

> [...] é muito fácil você abrir uma empresa de TI, abrir uma empresa de *software* é muito fácil. Você só precisa de dois ou três programadores e pronto, você tem uma empresa de *software*. Esses caras juntam uma grana, eles têm uma infraestrutura, eles têm uma ideia que é a coisa mais cara que eles têm, e isso cabe já abrir uma empresa. Por isso que tem esse empreendedorismo muito instigado, porque desenvolvimento de *software*, desenvolvimento de TI, é baseado muito numa ideia. [...] Para você conseguir ganhar dinheiro com essa ideia nova, você tem que ser o primeiro a trabalhar com ela, você não pode, sei lá, esperar outra pessoa viabilizar sua ideia. Você vai lá e faz e você tem como fazer. Por isso que tem muita gente empreendedora trabalhando nesse ramo. [...] eu me obrigo a ser dono de algo pra fazer acontecer (entrevistado F, 2015).

O perfil do segmento tecnológico estreito a interdependência entre o técnico, o proprietário e o gestor de negócios: "Na TI é obrigatório o técnico ser empreendedor porque a ideia pode acontecer a qualquer momento, o processo criativo, alguma coisa, e ele vai ter que implementar e pode se tornar uma grande empresa com isso" (entrevistado C, 2015).

O discurso do empreendedorismo emerge com força no segmento de TI. Cada um aguarda a sua chance e a oportunidade de ter sucesso no mercado a partir de uma invenção tecnológica. O *know-how* nesse campo não passa necessariamente por domínios formais, como diplomas na área, mas pela competência que vem da experiência, da criatividade, ousadia e raciocínio lógico. Essa é a linguagem valorizada por esse coletivo profissional, uma espécie de pré-requisito para quem atua no setor.

A TI é um setor moderno, com a presença de muitos jovens convictos do papel que a tecnologia deve desempenhar na sociedade, como no caso do jovem cujo sonho é desenvolver alternativas tecnológicas para o voto direto, de modo a substituir o Parlamento e o Congresso (entrevistado A, 2015).

Ser empreendedor no campo de TI é algo que vai além de uma atividade econômica. Trata-se de desafiar a si mesmo e contribuir com a humanidade. Considera-se que um futuro melhor depende das próprias atitudes empreendedoras. Essa tem sido a versão que legitima e justificam condutas, um "novo espírito" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), por assim dizer.

Num universo no qual o empreendedorismo é a palavra de ordem, novos arranjos empresariais emergem nesse sistema de rede, como indica a explicação de um dos interlocutores: "Mais do que empreendedores, somos funcionários uns dos outros. [...] A forma de a gente começar é a gente se juntar e tornar viável para todo mundo esse crescimento" (entrevistado E, 2015).

O empreendedorismo é bandeira do segmento da TI. Uma referência para os agentes, denotando uma forma superior de estar no mundo. No setor de TI, o empreendedorismo se coloca como uma espécie de norma consensual. É como se a atividade tivesse por suposto um determinado *habitus* empreendedor, incorporado por aqueles que ingressam na ocupação. *Habitus* é um sistema de classificação vinculado ao grupo e à classe social dos indivíduos, que faz com que ocorra uma correspondência entre posições sociais e estilo de vida (distinções simbólicas). As práticas engendradas pelo *habitus* podem ser diversas, mas ocorrem dentro dos limites associados às condições objetivas das quais são produto. O *habitus* funciona como princípio organizador das práticas e das representações. São sistemas de percepção, pensamento e ação que exprimem sob a forma de preferência aquilo do qual ele é produto. Por causa do *habitus* o mundo familiar tende a ser percebido como evidente, segundo uma modalidade dóxica (BOURDIEU, 1990).

A construção da realidade tem gênese social, não se tratando somente de um empreendimento individual. Conforme Bourdieu,

> [...] as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social. O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas

> e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído (BOURDIEU, 1990, p. 158).

O *habitus*, como sistema de classificação, está objetivamente referido a uma determinada posição social. Há uma relação entre práticas, representações e posição no espaço social. Pela sua intermediação se estabelece uma correspondência entre disposições, gostos, posições, práticas, preferências, opiniões, o que "faz com que o mundo social não se apresente como um puro caos. [...] Mas esse mundo também não se apresenta como totalmente estruturado e capaz de impor a todo sujeito perceptivo os princípios de sua própria construção" (BOURDIEU, 1990, p. 159).

Com base no conceito de Bourdieu (1990), considera-se que o campo de TI tem um *habitus* próprio, marcadamente associado aos ideais do empreendedorismo. Esse é uma espécie de *dóxica* do segmento, com muita frequência incorporada por aqueles que se envolvem na atividade. É próprio do grupo, colocando-se como uma ordem de ações, percepções e sentidos a ser adotado por aqueles que atuam no ramo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O segmento de TI, na condição de setor que emerge e se consolida na era do capitalismo reticular e flexível, torna-se favorável à difusão de consensos em torno de um determinado modo de vida, fortemente marcado por axiomas liberais, mais bem exemplificados pela retórica do empreendedorismo, concebido como forma de ver e de estar no mundo. Espera-se um estudante empreendedor, um trabalhador empreendedor, um dono de negócio empreendedor, um ser humano empreendedor. É o modelo de homem e de sociedade que está em questão.

Na TI, a flexibilidade propiciada por um mercado de trabalho pouco estável é traduzida positivamente pela noção de "trabalho por projeto". A intermitência entre a condição de trabalhador e empreendedor, própria de um mercado que promete sucesso a todos, mas que não comporta condições objetivas para isso, é interpretado não como resultado da centralização dos empreendimentos, apesar da rede que os sustenta7, mas sim como deficiência individual em identificar e aproveitar as oportunidades.

É *o habitus* empreendedor que orienta as percepções e as ações no segmento. O *habitus*, como resultado de relações sociais, tende a garantir a reprodução das mesmas relações que o engendraram. Para Bourdieu, os agentes não reagem aos estímulos de forma mecânica, mas sim produzem sentido e são sujeitos dos atos de construção desse mundo (BOURDIEU, 2007). O princípio dessa atividade estruturante é "um sistema de esquemas incorporados que, constituídos no decorrer da história coletiva, são adquiridos no decorrer da história individual e funcionam no estado prático e para a prática" (BOURDIEU, 2007, p. 435). De acordo com Bourdieu, "as estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes para conhecer praticamente o mundo são estruturas sociais incorporadas. O conhecimento prático do mundo social que supõe a conduta 'razoável' nesse mundo serve-se de esquemas classificatórios" (BOURDIEU, 2007, p. 435).

O empreendedorismo, no segmento de TI, é muito mais do que uma ação econômica. Trata-se de uma forma de percepção, uma maneira de conceber e classificar o mundo.

7 Sobre o caráter de centralização **econômica do segmento da TI, conferir**: Wolff (2014); Bridi (2014).

Ele envolve a internalização de disposições e a construção de uma determinada subjetividade. Todavia, se não a desconstrução, pelo menos o questionamento do empreendedorismo como projeto se coloca em contextos frequentes de frustração dramática que decorrem do choque das expectativas construídas com base nessa representação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. In: ORTIZ, Renato (Org.). São Paulo: Ática, 1983.

_____. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRIDI, Maria Aparecida. O setor de tecnologia da informação: o que há de novo no horizonte do trabalho? **Política & Trabalho**. Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, n. 41, p. 277-304, 2014.

CANTILLON, Richard. **Ensaios sobre a natureza do comércio em geral**. Curitiba: Segesta, 2002.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo**: implicações epistemológicas, políticas e práticas. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011.

_____. Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9, **Anais...**, Caxias do Sul, 2012.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios. Como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

_____. **Pedagogia empreendedora**: o ensino do empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cultura, 2003.

GUIMARÃES, Valesca et al. Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina: uma alternativa democrática à produção. In: PICCININI, Valmiria et al. (Org.). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**: persistências e inovações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n.º 25, p. 158-198, 2010.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. **São Paulo: Abril Cultural, 1982.**

Entre artífices e precários a racionalização do trabalho dos professores da educação básica

Dionas Ávila Pompeu

No livro *A Crise das Identidades: A interpretação de uma Mutação*, Claude Dubar afirmou que fora Joseph Schumpeter o responsável por reunir a visão de Karl Marx e Max Weber acerca do que ele considera novidade radical introduzida pelo capitalismo na história (DUBAR, 2009). Trata-se da constatação chamada por Schumpeter de *a destruição criadora*, que é "aquele processo que consiste, para o capital e seus detentores, em destruir constantemente as antigas formas de produção e de troca para substituí-las por formas mais 'inovadoras'", ou seja, "ao mesmo tempo tecnicamente mais eficazes e financeiramente mais rentáveis" (DUBAR, 2009, p. 119).

Antonio Cattani, em apresentação a obra de Sadi Dal Rosso, *Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*, alegou que "ao revolucionar continuamente as forças produtivas, ao implementar uma racionalidade instrumental agenciando meios e fins e ao disciplinar as forças sociais do trabalho em moldes produtivistas", o sistema capitalista "suplantou a base limitada da economia e das sociedades existentes até então", ocasionando no lançamento da "espécie humana na aventura da expansão material" CATTANI, 2008, p.07). Por outro lado, essa forma de produzir mantém-se "baseada no princípio de fungibilidade física e intelectual do trabalho vivo, organizado e disciplinado em condições desinteressantes e estressantes que levam ao embotamento da inteligência, à alienação de muitos para o benefício de poucos" (CATTANI, 2008, p. 08).

Cattani enfatizou os novos recursos e possibilidades que surgem constantemente com as inovações tecnológicas e organizacionais e com o próprio desenvolvimento da tecnociência, ao mesmo tempo que observa o apossamento injusto dos resultados do progresso e a mesma maneira que ocorre a "exploração das forças vulneráveis do trabalho" (CATTANI, 2008, p. 08). Levando em consideração formas mais contemporâneas da gestão do mundo laboral, o autor ainda atentou para o fato que – segundo ele – a "reestruturação produtiva, a implantação da especialização flexível e a automação desenfreada proporcionam boas condições de trabalho para poucos, atemorizando os demais com a ameaça da precarização e da exclusão definitiva da esfera produtiva social" (CATTANI, 2008, p. 08).

Se outrora o padrão produtivo era estruturado pelo binômio taylorismo/fordismo (BRAVERMAN, 1987), com a reestruturação produtiva conhecemos no toyotismo uma nova proposta de organização da produção e do trabalho. A necessidade de se implementar esse novo modelo ocorreu, de acordo com Ricardo Antunes, por causa da profunda crise "*estrutural do capital*" que emanou no início da década de 1970 (ANTUNES, 1999, grifos do original). Esta crise atingiu, ainda conforme Antunes, esferas econômica, social, política e ideológica, com desdobramentos no "*ideário,* na *subjetividade* e nos valores constitutivos da *classe-que-vive-do-trabalho*" (ANTUNES, p. 35, grifos do original). Nesse sentido que o autor reiterou que no novo "relacionamento entre o capital e o trabalho" fomenta-se a busca por "um trabalhador [dito] mais *qualificado*,

participativo, *multifuncional*, *polivalente*, dotado de 'maior realização no espaço de trabalho'" (ANTUNES, p. 48, grifos do original).

Todavia, não somente da nova organização do trabalho nem do novo tipo de trabalhador que se vive a reestruturação produtiva. Outro aspecto essencial – que por óbvio está relacionado a estes elementos citados – são as mudanças no meio técnico-científico, *i.é*., a introdução de novas tecnologias no espaço da produção e dos câmbios econômicos. Conforme Sandra Barbosa, "a tecnologia empregada com o intuito de aumentar a produção altera, concomitantemente, o próprio trabalho, que passa a ser reorganizado, reestruturado, readaptado, geralmente exigindo do trabalhador maior esforço e envolvimento" (BARBOSA, 2009, p. 69). Portanto, ao levarmos em consideração novamente Antunes, conclui-se genericamente que "de fato trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*" (ANTUNES, 2009, p. 53, grifos do original).

Cabe mencionar que a reestruturação produtiva é um processo que opera em a) âmbito global (ANTUNES, 2009); e que b) não se limita unicamente ao recinto da fábrica ou da empresa, transbordando para outras esferas da sociedade (HIRO, 2013). Tendo essa linha de raciocínio entendemos que, com suas devidas especificidades, o trabalho docente – objeto de nosso interesse neste texto – se encontra no interior deste movimento mais amplo no mundo do trabalho. Portanto, debruçamos atenção nos impactos da reestruturação produtiva, nas características das escolas e nas condições de trabalho que as mesmas passam a oferecer. Buscamos, então, empreender uma pesquisa bibliográfica na literatura especializada no tema, bem como em reportagens jornalísticas e documentos governamentais. Tendo por base a política educacional brasileira, a partir dos anos 1990, priorizamos o debate sobre o caso dos professores da educação básica.

O BRASIL NA ROTA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: E AS REFORMAS EDUCACIONAIS COM ISTO?

As novas formas de gestão do trabalho fizeram-se introduzidas no país na década de 1990, com destaque para o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). É, portanto, nesse período que se desperta um novo tempo para a educação brasileira, "comparável, em termos de mudanças", como apontou Dalila Oliveira, "à década de 1960", época que se observou a "tentativa de adequação da educação às exigências do padrão de acumulação fordista e às ambições do ideário nacional-desenvolvimentista" (OLIVEIRA, 2004, p.1129). Já a educação dos anos 90 precisou se repensar em prol de uma nova realidade, a saber, a do "imperativo da globalização" (OLIVEIRA, 2004) e de um toyotismo periférico.

Estas mudanças, por sua vez, envolveram "transformações substantivas na organização e na gestão da educação pública". Isto porque "passa a ser um imperativo dos sistemas escolares formar os indivíduos para a empregabilidade, já que a educação geral é tomada como requisito indispensável ao emprego formal e regulamentado" (OLIVEIRA, 2004, p. 1129). É nesse sentido que Oliveira pontuou em artigo mais recente "que um dos principais objetivos das reformas das últimas décadas foi garantir o acesso e maior permanência das crianças e adolescentes na escola, o que exige uma política de acolhimento dos alunos" (OLIVEIRA, 2009, p. 32).

Já com relação às políticas educacionais, cabe destacar que a chegada das reformas na educação nos anos 90 trouxe à reboque uma nova regulação. Oliveira explanou que os motivos que levaram a isto são:

> A centralidade atribuída à administração escolar nos programas de reforma, elegendo a escola como núcleo do planejamento e da gestão; o financiamento *per capita*, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), por meio da Lei n. 9.424/96; a regularidade e a ampliação dos exames nacionais de avaliação (SAEB, ENEM, ENC), bem como a avaliação institucional e os mecanismos de *gestão escolar* que insistem na participação da comunidade (OLIVEIRA, 2004, p.1130, primeiro grifo do original, segundo nosso).

A autora ainda afirmou que estes elementos "trazem medidas que alteram a configuração das redes nos seus aspectos físicos e organizacionais" (OLIVEIRA, 2004, p.1130). Além do mais, essas mudanças foram se ajustando "nos conceitos de *produtividade*, *eficácia*, *excelência* e *eficiência*", *i.é.*, importou-se "das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico" como forma de gerir o trabalho docente (OLIVEIRA, 2004, p. 1130). Esta prática não é de toda estranha, visto que, conforme Sadi Dal Rosso, "já é sobejamente conhecido que as técnicas de gestão da mão-de-obra aplicadas no setor privado são transferíveis para o público" (DAL ROSSO, 2008, p. 182).

Assim sendo, a hipótese é que a ampliação da educação básica feita deste modo sobrecarregará em notável grau os profissionais docentes. Isto porque essas

> reformas acabaram por determinar uma reestruturação do trabalho docente, resultante da combinação de diferentes fatores que se farão presentes na gestão e na organização do trabalho escolar, tendo como corolário maior responsabilização dos professores e maior envolvimento da comunidade" (OLIVEIRA, 2004, p. 1131).

Mas quais seriam os impactos desse processo nos professores?

REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: ENTRE AS NOVAS DEMANDAS, A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR E A INTENSIFICAÇÃO LABORAL

A crença nas reformas como maneira de resolver os problemas da educação naufraga quando observados os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 20151, por exemplo, no qual apenas os anos iniciais do ensino fundamental cumpriram a meta2. Além disso, Oliveira já alertava que ao lado deste baixo desempenho, "têm ganhado destaque na mídia, a falta de preparo do professor e seus baixos salários, o crescimento da violência no interior das escolas e a precariedade dos estabelecimentos de ensino, em termos de infraestrutura e equipamentos" (OLIVEIRA,

1 *Ebc Agência Brasil*. Meta para o Ideb de 2015 é cumprida apenas no início do ensino fundamental. Disponível em: https://goo.gl/htXaEB (Acesso em jul. de 2017).

2 Mesmo com as reformas se mostrando falhas, Mendonça Filho (DEM), ministro da educação do governo Michel Temer (PMDB), defendeu no ano de 2016 que por causa dos números do Ideb, haveria a necessidade de uma Medida Provisória para modificar o currículo no ensino médio brasileiro. Sobre esse tema último parágrafo da notícia vinculada à nota de rodapé anterior.

2009, p.33). De modo geral a "escola pública tem sido criticada por não conseguir ensinar pelo menos a leitura e a escrita à maioria de seus alunos" (OLIVEIRA, 2009, p. 33)3.

Com esta perspectiva em mãos que Oliveira apontou a necessidade de se pensar os problemas que estão além das escolas, como por exemplo, a miséria e a desigualdade social. Segundo ela buscar soluções para essas questões tem a finalidade de também auxiliar no desempenho da escola. Contudo, o que se presencia é basicamente os professores se preocupando e se ocupando com o que se pode fazer no interior da instituição (OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido que por muitos anos uma das maneiras de se pensar o impulso na performance dos alunos foi a defesa – por parte dos docentes – da chamada gestão democrática. Era um jeito de definir de forma compartilhada e acordada o horizonte pedagógico da escola, "explicitando seu currículo, seus projetos e programas e sua maneira de organizar seus processos de trabalho" (OLIVEIRA, 2009, p. 34). Entretanto, "pode-se considerar que a democratização da gestão, embora necessária e elemento fundamental para o trabalho docente no que diz respeito às condições de trabalho, não implica necessariamente em melhoria do desempenho dos alunos" (OLIVEIRA, 2009, p. 34). Aliás, as condições de trabalho não se tornaram mais agradáveis com a implementação deste tipo de gestão. Conforme Oliveira

> no Brasil, a partir da consagração na Constituição Federal de 1988, do princípio da gestão democrática do ensino público, Artigo 206, Inciso VI e da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, Lei n. 9394/96, sobretudo nos artigos 12, 13 e 14, os trabalhadores docentes passaram a ter a obrigação legal de participar da gestão da escola, da escolha direta para diretores e coordenadores escolares, da representação junto aos conselhos escolares. *Se essas obrigações legais representaram a conquista democrática da luta de décadas pela democratização da educação*, é *inegável que têm também produzido a intensificação do trabalho docente*, já que as condições que o professorado trabalha não acompanharam tais mudanças (OLIVEIRA, 2009, p. 36, grifos nossos).

Este último ponto pode ser percebido pela própria insatisfação dos professores. Quando interrogados em juízo por Oliveira sobre os obstáculos de proporcionar um ensino de qualidade, os professores reclamam de *n* questões, como as dificuldades em realizar as novas metodologias, assim como dos "novos sistemas de promoção dos alunos" e do pouco suporte dado pela família (OLIVEIRA, 2009, p.35). Cabe destaque quando se queixam, sobretudo, "das novas responsabilidades na gestão da escola, incluindo a participação no conselho escolar, na elaboração do projeto pedagógico e no crescente número de reuniões administrativas" (OLIVEIRA, 2009, p.35).

Ainda no que se refere as novas demandas e funções do professor, observa-se que no contexto da dilatação da carga horária, que passou de "180 dias letivos para 200, ou 800 horas anuais" (OLIVEIRA, 2009, p. 37), esse profissional tem "sido convocado a propiciar um ensino de qualidade, o que significa para o professor dominar o conteúdo das disciplinas que fazem parte do currículo escolar, bem como as metodologias para a socialização do conhecimento nas diferentes áreas do ensino" (OLIVEIRA, 2009, p. 37). Além do mais, "em grande parte das propostas de reforma, o professorado deve ter conhecimento da realidade cultural e social das crianças e adolescentes para planejar

3 Um exemplo deveras recente desta precariedade pode ser conferido no estudo elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) que avaliou a rede municipal de ensino fundamental de Porto Alegre/RS. O estudo apontou que 25% das crianças da terceira série não sabem ler corretamente e apenas 9% chegam ao final do ensino fundamental com o conhecimento adequado de matemática. Disponível em: https://goo.gl/ZDjDJ1 (Acesso em jul. 2017).

atividades variadas e ricas em significados, capazes de despertar e manter o interesse dos alunos" (OLIVEIRA, 2009, p. 37). O docente também deve empenhar-se coletivamente com os demais colegas na produção de projetos de trabalho mais coletivistas, "capazes de superar a organização disciplinar dos conteúdos, orientando o processo de aprendizagem a partir de questões mais significativas e sintonizadas com a realidade política, econômica, social e cultural do mundo em que vivemos" (OLIVEIRA, 2009, p. 37). Fora isso ele ainda tem a necessidade de compreender os novos fundamentos de sistematização das turmas, das novas orientações da avaliação do aprendizado, "dos novos critérios para a escolha do livro didático, das novas metodologias de ensino compatíveis com as especificidades dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais e dos alunos com dificuldades de aprendizagem" ((OLIVEIRA, 2009, p. 36).

É com este cenário que dos professores se espera uma capacidade de assegurar aos alunos um domínio dos conteúdos escolares, obtendo resultados positivos dos testes de avaliação de desempenho em nível estadual e nacional. Entretanto o dever docente – por assim dizer – não se encerra aí. A seguir lançaremos mão de uma longa citação para demonstrar de forma objetiva e sintetizada algumas dessas obrigações. Oliveira afirmou que

> o professor é também responsável em formar seus alunos para o exercício da cidadania, o que envolve o desenvolvimento de habilidades de participação, construção de valores democráticos e consciência crítica. Esse processo exige uma sólida formação inicial e constante atualização do professor, por meio de educação continuada, abrangendo não apenas os conhecimentos acadêmicos e pedagógicos, mas também maior domínio da realidade que o cerca, o que inclui temas relativos à saúde, ao meio ambiente, às políticas econômicas e de desenvolvimento social, às novas tecnologias e linguagens no campo das expressões artísticas, da informática e da mídia. Esse trabalho só se concretiza se organizado a partir do Projeto Pedagógico da Escola, como instrumento de ações para alcançarem os objetivos propostos. Para isso, a escola deve ter uma gestão democrática organizada em torno do Conselho da Escola, das assembleias e reuniões dos segmentos que constituem a comunidade escolar. Isso exige do professor participação na elaboração de propostas de currículo, nas formas de recuperação dos alunos com atraso escolar ou defasagem de aprendizagem, projetos de inclusão dos alunos com qualquer tipo de dificuldade ou de necessidades especiais, o que faz parte do Projeto Pedagógico da Escola. Exige ainda dos professores, sua participação no planejamento de atividades pedagógicas; nas reuniões do Conselho de Classe, como parte do processo de avaliação; nos encontros com os pais; na elaboração de regimentos para o funcionamento do Conselho Escolar e do regimento da escola; nas assembleias e reuniões administrativas e pedagógicas para discutir projetos gerados na própria escola, ou sugeridos a ela por órgãos superiores, tais como o Projeto Escola Aberta. Os professores devem se envolver ainda na discussão de questões relacionadas à aplicação de recursos financeiros, aprovação de prestação de contas, de atas e de outras propostas pedagógicas e administrativas, além dos cursos e reuniões promovidos pela Secretaria de Educação. Diante disso, espera-se que o professor esteja preparado para lidar e superar problemas relacionados à violência escolar, ao uso de drogas pelos seus alunos, desenvolvimento da sexualidade com responsabilidade e até questões relacionadas à fome e à higiene pessoal (OLIVEIRA, 2009, p. 37).

Dado o exposto, percebe-se a vasta variedade de funções que o professor precisa lidar na sua atividade. Para além das questões pedagógicas, identifica-se também aquelas de natureza administrativa e de gestão escolar, que não raramente cobram desses profissionais respostas que vão além de sua formação específica, posto que "muitas

vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras" (OLIVEIRA, 2004, p. 1132). Como bem apontou Maria dos Reis, do mesmo modo que os novos processos de racionalização do trabalho provocaram rupturas no caráter do novo tipo de trabalhador, o qual precisa possuir "polivalência, competências e habilidades para lidar com diferentes situações em seu contexto de trabalho, o trabalhador docente também teve que se reestruturar a fim de se adequar ao papel e às responsabilidades que o Estado passa a cobrar dele" (REIS, 2015, p. 05).

E quais seriam as influências desse mais-trabalho na vida profissional e pessoal do trabalhador docente?

INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO: DA CORROSÃO DO ARTÍFICE À DEGRADAÇÃO FÍSICA E MENTAL DO PROFESSOR

Como abordado brevemente no início do texto, o capitalismo contemporâneo tem proporcionado inovações nas esferas tecnocientífica e organizacional que contribuem para a elevação da produção, redução do custo da produção, assim como o aumento da lucratividade. Apesar disso, essas modificações que poderiam auxiliar o trabalhador com vista a atender seu bem-estar no trabalho, trouxeram consigo desemprego, subemprego, precarização das condições de trabalho, intensificação da jornada de trabalho, flexibilização das relações trabalhistas e degradação salarial (ANTUNES, 2009). Nesse sentido, nem todos os trabalhadores detém a possibilidade de estar em um emprego estável, como afirma Elizabeth Lobo, tendo que se submeter a tais condições precárias de trabalho (LOBO, 2011).

Reis utilizando-se indiretamente de Seligman-Silva, constatou que o "processo de reestruturação produtiva aumentou a incidência dos números de agravos à saúde dos trabalhadores que estão relacionados às formas de precarização do trabalho e precarização social" (REIS, 2015, p. 03). A precarização do trabalho é entendida por nós como decurso da flexibilização e desregulamentação dos contratos de trabalho. A precarização social, por sua vez, é consequente da geração da instabilidade social, geradora de desamparo e produto do desmonte do sistema de proteção social ao trabalhador. Oliveira ainda acrescenta que a precarização também envolve questões de carga horária, estrutura salarial, licenças, estabilidade e carreira profissional (OLIVEIRA, 2004).

No caso do professor, podemos mencionar a contradição que ocorre entre o texto e o contexto, visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, mais precisamente em seu artigo 67, destaca que "os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público; VI – Condições adequadas de trabalho" (BRASIL, 1996 apud REIS, 2015, p. 06). Como observado anteriormente, são – em boa parte – as más condições de trabalho que não geram possibilidades de se dar conta das novas exigências que o professor passou a ter. É uma realidade de jornadas extensas de trabalho, consequência de uma baixa remuneração que força o professor a assumir muitas vezes mais de uma instituição escolar, tendo de lecionar com frequ-

ência para centenas de alunos por dia. O caso desses profissionais que atendem mais de uma escola no Rio Grande do Sul supera a média nacional4.

Giovanni Alves em seu livro que analisa diversos aspectos da reestruturação produtiva, chama a atenção para um processo inovador no toyotismo que ele conceituou de "captura da subjetividade" (ALVES, 2007). Conforme o autor, esse processo como

> inovação sócio metabólica do capital tende a dilacerar/estressar não apenas a dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual, dilaceramento que se manifesta através de sintomas de doenças psicossomáticas que atingem o trabalhador (ALVES, 2007, p. 188).

Levando primeiramente os aspectos físicos, Medeiros refere-se a debilidade da saúde vocal das trabalhadoras docentes à sobrecarga de trabalho, tanto em decorrência da extensa jornada de trabalho na escola, assim como no âmbito doméstico, posto que para as mulheres é delegada a função de cuidar dos filhos (MEDEIROS, 2006 apud REIS, 2015). Verifica-se que nódulos nas cordas vocais, laringite crônica e faringite são algumas das doenças que atingem um dos principais instrumentos do professor: a voz (OLIVEIRA, 2014). Além disso, doenças osteomusculares são cada vez mais recorrentes, apresentando-se principalmente em tendinites, dor nas costas e dores musculares em várias partes do corpo (OLIVEIRA, 2014).

No que se refere às doenças da alma, Lourival José de Oliveira afirmou que a "grande sensação de mal-estar docente é gerada quando da análise das condições psíquicas do ambiente de trabalho. Estresse, depressão, síndrome de *burnout*, síndrome do pânico, dentre outras doenças psíquicas decorrentes da função laboral" (OLIVEIRA, 2014, p. 95, grifos do original) afetam em grande medida os professores. Entre estas doenças destacaremos a síndrome de *burnout*. Conforme Nunes e Teixeira citados Oliveira, essa síndrome pode ser definida como um "conjunto de respostas às situações estressantes próprias do trabalho, cuja especificidade reside na necessidade de interação e cuidado constante com outras pessoas, no exercício das atividades profissionais" NUNES; TEIXEIRA, 2014 apud OLIVEIRA, 2014, p. 77).

Oliveira afirmou que "estas respostas podem ser psicossomáticas, tais como fadiga crônica, dor de cabeça constante, alterações no sono, perda do peso, dores musculares, alterações gastrointestinais, comportamentais [e] alterações emocionais" (OLIVEIRA, 2014, p. 77). Nesse sentido é fundamental mencionar que "os afastamentos por problemas psicológicos tem sido os maiores causadores de solicitações de licenças médicas pelos professores" (COSTA, 2007 *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 91). Isso, como já mencionado neste texto, em decorrência do "ritmo intenso de trabalho, suas longas jornadas de trabalho, a tensão do ambiente escolar, o acúmulo de atividades do professor bem como a indisciplina dos alunos e sua dificuldade de aprendizagem" (OLIVEIRA, 2014, p. 77).

Além desses infortúnios, acrescentamos mais um: a corrosão do caráter de artífice no trabalho docente. Richard Sennett (2009), em seu livro *O Artífice*, esteve preocupado especificamente com a arte ou a habilidade artesanal, e para tal elabora uma investigação histórica levando em conta o trabalho manual de artífices de diferentes ordens.

4 *Zero Hora*. Em jornadas triplas, professores se dividem entre escolas para melhorar o salário. Disponível em: https://goo.gl/PJBYGL (Acesso em jul. 2017).

Sennet visa com isto analisar os processos criativos implicados na "relação íntima entre mão e a cabeça" (SENNET, 2009, p. 20).

Mas faz sentido falar em artífice em pleno século XXI? Segundo Sennet quem pensa que não, está enganado. "Habilidade artesanal designa um impulso humano básico e permanente", diz ele, "o desejo de um trabalho benfeito por si mesmo" (SENNET, 2009, p. 19). Portanto é um espectro que vai além de um trabalho derivado "apenas" de habilidades manuais. "Diz respeito ao programador de computador, ao médico e ao artista" (SENNET, 2009, p. 19), bem como o professor. Em todos esses campos, a "habilidade artesanal está centrada em padrões objetivos, na coisa em si" (SENNET, 2009, p. 19). Entretanto não é de todo fácil a realização dessa "coisa em si". De acordo com o autor, o artífice frequentemente se depara com "padrões objetivos de excelência que são conflitantes; o desejo de fazer alguma coisa bem pelo simples prazer da coisa benfeita pode ser comprometido por pressões competitivas, frustrações ou obsessões" (SENNET, 2009, p. 19-20). Além do mais, questões de ordem socioeconômica também interferem no bom funcionamento dessa habilidade.

Nossa ideia aqui é a de que o trabalho do professor vê tensionada sua qualidade de artífice tanto por questões estruturais (condições de trabalho, por exemplo) como por ordem da competição e das frustrações. "As condições sociais e econômicas", afirmou Sennett, "muitas vezes se interpõem no caminho da disciplina e do empenho do artesão" (SENNET, 2009, p. 19). Continua o autor: "é possível que as escolas não proporcionem as ferramentas necessárias para o bom trabalho e que nos locais de trabalho não seja realmente valorizada a aspiração de qualidade" (SENNET, 2009, p. 19).

Às guisa de conclusão, no que diz respeito às questões de competição e frustração, Lourival José de Oliveira (2014) ponderou que o meio ambiente docente é permeado de desapontamento e insatisfação, que, por seu turno, desemboca em cada vez mais profissionais desmotivados com sua área de atuação. Ainda segundo o autor, essa desvalorização social é combatida por meio de estratégias de isolamento, individualismo e competição, tendo em vista a superação de sentimentos como o medo, insegurança e o desamparo (OLIVEIRA, 2014).

Não obstante a dramaticidade da experiência docente dos últimos anos, os recentes processos de reestruturação escolar, responsáveis pela intensificação do trabalho dos professores da educação básica, não tem ocorrido sem conflitos. Não são poucos os casos que trazem à tona a postura de resistência descentralizada e/ou por meio de instâncias coletivas em busca de autonomia e qualidade de trabalho5. É a condição de artífice dos professores que se opõe e evidenciam outras possibilidades para além da inexorabili-

5 Cabe a menção de dois casos recentes, com maior destaque para o segundo. O primeiro trata-se do protesto realizado pelos professores de São José do Rio Preto, interior de São Paulo, onde reivindicaram para o governador do estado, Geraldo Alckmin (PSDB), reajuste salarial para categoria e o fim da superlotação de salas de aula. Já o outro caso diz respeito aos confrontos entre os professores e o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB). No início do ano de 2017, professores da rede estadual foram até em frente à sede da Secretaria de Educação, localizada em Curitiba, objetivando uma reunião com a secretária de educação, Ana Seres Trento Comin. Os professores se posicionavam contra a resolução de Beto Richa, que estipulava novos critérios para a distribuição de aulas. O que o governador queria era que os professores que ficassem mais tempo nas escolas possuiriam preferência na distribuição. Outro ponto que a categoria se colocava contrária era a diminuição da hora-atividade, *i.é*, período destinado ao docente para estudar, preparar aulas, corrigir trabalhos e provas, conversar com estudantes e seus responsáveis, etc. Conforme a lei federal 103/2004 e estadual 174/2014, o professor tem direito a no mínimo 1/3 de sua carga horária como hora-atividade. Isto é o mesmo que dizer que aquele que tem contrato de 20 horas semanais, possui por lei 7 horas de atividade, bem como o que trabalha em regime de 40 horas, sendo 14 para atividade. Sobre o caso de São Paulo, conferir *Rede Brasil Atual*. Alckmin é alvo de professores em Rio Preto. Disponível em: https://goo.gl/4BAHHB (Acesso em jul. 2017). A respeito do Paraná, conferir a) *G1*. Professores fazem protesto e exigem diálogo com secretária de Educação. Disponível em: https://goo.gl/kBxFwD (Acesso em jul. 2017); b) *App Sindicato*. Liminar revoga resolução 357/2017 e mantém hora-atividade. Disponível em: https://goo.gl/5b6NLV (Acesso em jul. 2017).

dade do trabalhador precário. Novos estudos ainda precisam ser realizados sobre as formas de resistência e capacidade organizativa e de inventividade dos professores.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Editora Praxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: JC Editora, 1987.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!:** a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DOS REIS, Maria. Trabalho e adoecimento docente no contexto da reestruturação produtiva. In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, **Anais...** São Luis, Maranhão, ago. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/G8pioW>. Acesso em: 15/07/2017.

DUBAR, Claude. **A Crise das Identidades:** A Interpretação de uma Mutação. São Paulo: Edusp, 2009.

GARCIA, Elisabeth Lobo. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011.

HIRO, Cássio. Educação, trabalho e proletarização: o professor enquanto trabalhador docente. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 13, n. 144, p. 73-80, 2013.

OLIVEIRA, Dalila. A intensificação do trabalho docente e a emergência de nova divisão técnica do trabalho na escola. **InterMeio:** revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, v. 15, n.29, p. 32-45, 2009.

_____. A Reestruturação Produtiva do Trabalho Docente: Precarização e Flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, Louriva. Da precarização do trabalho docente no Brasil e o processo de reestruturação produtiva. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 09, n. 01, p. 73-100, 2014.

SENNETT, Richard. **O Artífice.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

Tribos nas trilhas da cidadania

Andrieli Diniz Vizzoto

Este capítulo remonta uma pesquisa etnográfica realizada em 2007, cujo objetivo era refletir sobre as concepções de jovens estudantes do ensino médio sobre voluntariado na cidade de Santa Maria, RS e também suas relações com as comunidades onde estes realizavam trabalhos sociais voluntários através de um projeto – Tribos nas Trilhas da Cidadania – da ONG (Organização Não-Governamental) Parceiros Voluntários.

A ONG E O TRABALHO VOLUNTÁRIO

O objeto de pesquisa é uma construção intelectual, embora com certa subjetividade do próprio pesquisador, conforme já definiu Cláudia Fonseca (2000). Esta construção intelectual é um processo lento, um fragmento retirado de dentro dos temas que o interessam a partir de um olhar situado em um referencial teórico específico.

Minayo aponta que o trabalho de Weber já procurava chamar atenção para o fato de que é importante pesquisar ideias que são parte da realidade social em que vivemos, a ação humana individual tem significados que precisam ser analisados (MINAYO, 1999).

Neste trabalho o recorte foi voltado para jovens estudantes de ensino médio, suas percepções e ações volvidas para projetos culturais ligados com uma organização não governamental. Estes jovens participaram de um programa chamado Tribos nas Trilhas da Cidadania, que se tornou o objeto de estudo desta pesquisa.

Este trabalho é resultado do acompanhamento do programa Tribos, durante o ano de 2007, na cidade de Santa Maria, RS.

A Parceiros Voluntários organiza diversos projetos voluntários, incluindo este das Tribos, e é uma organização não governamental que lida tanto com voluntários como com as organizações que precisam de voluntários. Fazendo o papel como uma ponte, a organização intermedia as relações, trazendo ajuda para quem precisa através do encaminhamento dos voluntários que demonstram interesse. Conecta diversas empresas que podem ajudar outras, bem como, realiza trabalhos com seus funcionários. Esses programas desenvolvem a cultura do voluntariado organizado nas organizações sociais para colaborar no seu crescimento sustentável.

A ONG Parceiros Voluntários foi fundada há mais de vinte anos, contando (em 2007) com quase 232 mil voluntários, na ocasião da pesquisa, cobria mais de 65% da população do Rio Grande do Sul. São mais de 75 unidades da Parceiros Voluntários espalhadas pelo estado gaúcho, formando a maior rede de voluntariado pela cidadania do Brasil. Este trabalho foi desenvolvido através do contato com o escritório da ONG em Santa Maria.

A Parceiros Voluntários de Santa Maria conta com uma coordenadora da unidade que trabalha em horário integral e faz todos os serviços necessários para o funcio-

namento do escritório: desde o atendimento ao público até a organização de todos os eventos da unidade, bem como apoio às atividades realizadas nas cidades da região abrangidas por Santa Maria.

Os primeiros encontros ocorreram no escritório local, junto com a sede da CACISM (Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria), uma apoiadora da ONG na cidade, que cede a sala onde fica localizada a Parceiros Voluntários bem como as demais instalações para reuniões. Já na primeira semana ganhei da coordenadora local meus primeiros trabalhos para começar: um livro sobre o projeto Tribos e o relatório anual da Parceiros, de onde eu pude tirar muitas informações e me preparar para o que viria a ser minha pesquisa.

A Parceiros Voluntários trabalha com a premissa de que o voluntariado traz retorno para a comunidade e para as pessoas que o realizam. Portanto, ela acredita no capital social – na força humana, no fazer coletivo para o bem de todos e trabalha em cima desse conceito. No quesito voluntário, tanto pessoas físicas quanto jurídicas procuram a ONG e demonstram seu interesse pelo voluntariado, em oferecer seus serviços. E também as organizações que necessitam de voluntários. O papel da ONG é encaminhar os voluntários conforme o perfil deles para o local onde eles se encaixam melhor e podem prestar um melhor trabalho, dependendo tanto da organização como da disponibilidade do voluntário.

Sendo que trabalho voluntário para a Parceiros Voluntários é entendido como o serviço prestado à comunidade, sem remuneração, visando suprir necessidades da mesma. A cultura do voluntariado se fundamenta na responsabilidade que cada um tem pelos outros, já que vivemos numa sociedade, onde temos direitos e deveres, tanto pessoais como com o grupo em que estamos inseridos.

Para realizar seus trabalhos, a ONG conta com uma série de programas:

Programa Voluntário Pessoa Física – pessoas a partir de 14 anos de idade e com pelo menos três horas semanais disponíveis para realizar voluntariado se inscrevem e são encaminhadas para alguma organização que precise de ajuda;

Programa Voluntário Pessoa Jurídica – envolvimento das empresas e seus funcionários no voluntariado, a empresa atua não apenas doando recursos financeiros para ajudar outros, mas também com recursos humanos e a troca de conhecimentos;

Programa Voluntário da Escola – escola e comunidade envolvendo seus jovens em trabalhos de voluntariado com projetos sociais;

Programa Organizações da Sociedade Civil – convênios com organizações que precisam receber voluntários para melhor atender seus beneficiados, as organizações cadastradas recebem também curso de gestão gerencial e administração de voluntários.

Programa Parceiros Jovens Voluntários – objeto de estudo desta pesquisa com seu principal projeto: Tribos nas Trilhas da Cidadania.

Este último é um programa que visa atingir o público de jovens estudantes do Ensino Médio e Fundamental das escolas estaduais, municipais e particulares pelo estado. A meta do programa é proporcionar aos jovens uma oportunidade de atuarem

no seu contexto social através do trabalho voluntário, assumindo a responsabilidade de serem agentes de mudança, mobilizando e articulando em busca de soluções para as diferentes demandas de suas próprias comunidades.

Tendo o termo do voluntariado diversas conceituações, a própria Parceiros Voluntários entende o trabalho voluntário de sua forma particular – sendo esta o serviço prestado à comunidade, sem remuneração, visando suprir necessidades da mesma. O trabalho voluntário é totalmente legalizado através da Lei 9608/98 que regula o serviço voluntário como atividade não remunerada, visando defender os interesses tanto dos voluntários quanto das instituições. A Lei de 1998 foi modificada por outra, 13297/2016, que apenas inclui uma descrição considerada mais adequada pelos legisladores:

> Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa. (BRASIL, Lei nº 13297, 2016)

Ainda, segundo a definição das Nações Unidas: o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social, ou outros campos.

METODOLOGIA

Partindo, como diria Geertz, de interpretações de interpretações, pois em primeira mão é o nativo que interpreta sua prática e sua experiência (GEERTZ, 1989). Para Geertz a cultura poderia ser vista como um texto, sendo o papel do antropólogo interpretá-los a partir das interpretações nativas:

> [...] a cultura que é mais bem vista não como complexos de padrões concretos de comportamento-costumes, usos, tradições, feixes de hábitos, como tem sido agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle- planos receitas, regras, instruções (o que os engenheiros de computação chamam (“programas”). (GEERTZ, 1989, p.56)

Em termos metodológicos, para interpretar os resultados, lê-los, no estudo desses grupos de jovens foram utilizadas técnicas como observação participante, entrevistas, leitura e análise de textos. A observação participante consiste no contato direto do pesquisador com a realidade do seu objeto de pesquisa, a inserção no contexto que está sendo estudado. A descrição etnográfica feita a partir destas observações busca analisar e interpretar os discursos sociais para torná-los pesquisáveis, enche-los com os significados que o grupo lhes dá e é decifrado pelo pesquisador.

No caso deste trabalho com o programa Tribos nas Trilhas da Cidadania, da ONG Parceiros Voluntários, o ambiente onde ocorreu o trabalho de campo foi bastante variado. O recorte feito para a pesquisa centrou-se na sede da organização na cidade,

no escritório da rede de Santa Maria. Principalmente nas reuniões onde se encontram os representantes da ONG e das escolas – tanto alunos quanto professores. Porém o campo estende-se também para o local das escolas participantes do programa em 2007 – Colégio G10, Escola Coração de Maria e Colégio Edson Figueiredo (escolas públicas e particulares da cidade) - e nas comunidades onde as ações dos alunos foram realizadas.

Na entrevista ocorre a busca direta por informações, não é uma conversa neutra, pois tem objetivos específicos, bem definidos anteriormente. É uma forma de coletar os dados necessários para a pesquisa de forma mais aprofundada em determinado assunto. No decorrer da pesquisa algumas entrevistas abertas foram feitas com alguns indivíduos com papéis bem atuantes no programa objeto desta pesquisa.

Por metodologia entende-se o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, as concepções teóricas, técnicas que possibilitam a construção e interpretação da realidade. Porque não existe problema a ser interpretado e analisado pela teoria se não houver antes um problema na vida real.

Os dados não falam por si, são moldados e interpretados pelo pesquisador. O etnógrafo observa, registra e analisa os dados colhidos pelas diversas técnicas de pesquisa; estabelece relações, seleciona seus informantes, mapeia o campo, mantém seus diários, transcreve as entrevistas, tendo assim o material necessário para fazer suas interpretações. Como diz Geertz, o pesquisador não é neutro, não é o nativo, ele tem um papel próprio e é fundamental que essa diferença se mantenha para que a pesquisa seja feita (GEERTZ, 1989). Pois é justamente da interpretação que o pesquisador faz do que ocorre durante a pesquisa que vem o material final, a etnografia em si é a interpretação dos significados feita pelo observador. E é toda essa interpretação, realizada durante as ações das Tribos, que dá corpo a este trabalho.

Fonseca afirma sobre o método etnográfico "[...] requer do pesquisador boa dose de paciência (para registrar coisas aparentemente inúteis) e coragem para construir modelos [...] equilibrados a partir de fragmentos da vida social minada de contradições e ambivalências" (FONSECA, 2004, p. 07). Portanto, o método incorporado por esta pesquisa visa justamente ser a ferramenta para observar e interpretar os registros feitos durante as atividades do Tribos.

TRIBOS E CULTURA

A ONG definiu as diretrizes do programa em três possíveis trilhas para os jovens seguirem em seus projetos: meio ambiente; cultura e educação para a paz. Dentre estas opções, os jovens podem escolher as que mais os aprouvessem ou que mais significassem para a comunidade em questão.

Trilha do Meio Ambiente: o debate sobre o nosso meio ambiente vem se ampliando cada vez mais, atingindo diversas esferas. Cresceu a consciência em relação ao nosso planeta, o sentido do termo ecologia como nosso habitat, a ciência que estuda os seres vivos e a interação com seus habitats. Senso assim, surgiu a proposta de gerar ações que contribuíssem para o aumento da qualidade de vida ambiental das comunidades. Os jovens trabalham em suas comunidades com projetos que geram uma série de benefícios ao meio ambiente: desde a conscientização da população local com relação aos diversos temas ligados ao meio ambiente até a realização de ações práticas.

Trilha da Educação para a Paz: em função da violência em nosso dia-a-dia hoje, é necessário, aos olhos da ONG, difundir a paz. Cabendo aos jovens a missão de espalhar um conjunto de valores, atitudes, comportamentos e ideais baseados em fatores como respeito à vida, não-violência, combate à exclusão, liberdade de expressão e de diversidade cultural, paz no trânsito, desenvolvimento sustentável, democracia e solidariedade. Desta forma, a proposta é de que os jovens consigam promover ações que tomem posição em relação a uma educação para paz dentro das comunidades.

Trilha da Cultura: a Parceiros Voluntários entende cultura como tudo aquilo que tem a marca humana, sendo o ser humano produtor de sua cultura em cada uma de suas ações. Assim, não é necessária apenas a preservação do meio ambiente em que vivemos, mas também da cultura que rege nossa socialização. Essa trilha traz para os jovens a responsabilidade de cuidar, cultivar, resgatar raízes culturais, disseminar através de ações de divulgação, preservação, trabalhando a identidade dos grupos.

Cultura para as Ciências Sociais é um dos pontos de fundamentação do estudo feito pela antropologia, mas dificilmente fechado em um único conceito. Em Cuche encontramos que é a partir da cultura que os povos se diferenciam, determinam e explicam suas diferenças (CUCHE, 1999). Geertz ensina que a cultura é um sistema de significados estabelecidos pela sociedade e a etnografia nada mais é que observar e registrar e interpretar o sistema de significados dos nativos, olhando por sobre os ombros deste e tentando "ler" sua cultura através de seus comportamentos (GEERTZ, 1989). Ainda sobre cultura, Laraia demonstra através de uma viagem desde os primórdios da palavra até os tempos modernos como a cultura é um sistema que influencia o comportamento social e diversifica as sociedades, modificando a forma como os indivíduos se comportam e até mesmo interferindo nas questões biológicas e fisiológicas (LARAIA, 1986). Portanto, toda ação cultural não é apenas levianamente uma ação qualquer, mas pode trazer implicações para os indivíduos e sociedade, gerando assim um tema de grande interesse de estudo.

As ações do Tribos foram exercitadas nas comunidades dentro de um processo acompanhado pela ONG, no qual propostas foram elaboradas pelos alunos e trabalhadas com acompanhamento dos professores e da Parceiros Voluntários, cada grupo de alunos sendo coordenado por um professor e por um líder escolhido pelos alunos entre eles mesmos, e esse processo vem acontecendo todos os anos.

O Tribos tem um calendário anual que coincide com o período letivo das escolas, para que os alunos possam participar e contar com a ajuda dos professores. Em março é divulgado o programa nas escolas e estas têm a oportunidade de se inscrever no programa para que seus alunos possam participar futuramente. No mês de abril ocorrem as inscrições das Tribos das escolas previamente inscritas e as primeiras reuniões com os responsáveis por cada escola. Maio e julho são os meses de planejamento, quando as Tribos se reúnem para fazer os projetos das ações a serem realizadas dentro do tema que cada uma escolheu. Julho, agosto e setembro são os meses que as Tribos desempenham as ações, seguem seu planejamento e fazem as atividades previstas nas comunidades. Em setembro de 2007, época em que ocorria o Fórum Municipal (ou Regional) de Tribos, onde os jovens participantes podem debater as ideias e as ações feitas e trocar contatos. Em outubro há o Fórum Regional de Tribos, quando todas as Tribos do estado do Rio Grande do Sul se encontram em microrregiões para conversar, apresentar e compartilhar suas experiências, se conhecer, trocar ideias para o ano seguinte, construir juntos sobre os resultados obtidos novas ações para que o trabalho não pare.

Tendo em vista esses aspectos, o problema da pesquisa estava ligado a descobrir como esses jovens atuam como agentes culturais e perceber como se desencadeiam as relações sociais e culturais entre estes e as comunidades trabalhadas. O trabalho tentou aprofundar o tema proposto, trazendo para debate uma série de questões presentes em nossa sociedade, não só o trabalho voluntário e a interação dos jovens com as comunidades, mas os próprios temas abordados pelas Tribos nas suas ações.

Gilberto Velho discorre sobre a pesquisa urbana e as questões de se estudar grupos próximos do pesquisador e os efeitos e cuidados que se tem que ter com este tipo de proximidade. A experiência de campo é em grande parte feita da relação entre o pesquisador e seu objeto de estudo, o que acarreta em problemas de subjetividade, já que o coloca em contato direto com outros seres humanos com mentalidades diversas. A descrição etnográfica é a maior fonte de objetividade, pois é aonde o pesquisador conduz a descentralização do sujeito do objeto (VELHO, 1989).

José Guilherme Cantor Magnani cita que os atores sociais interagem com o espaço não apenas empregando-o como cenário onde ocorrem as relações sociais, mas como produto do acúmulo da prática social desses agentes e como fator determinante dessas práticas, pois sem o espaço eles não poderiam interagir entre si mesmos (MAGNANI, 2005). Assim, os jovens estão inseridos no cenário urbano e participam ativamente de sua constante transformação.

Velho descreve a cultura como contexto das relações sociais dadas num determinado grupo, enfatizando o componente de recursos, materiais ou não, que as pessoas herdam, transmitem, utilizam e transformam. Essa cultura pode ser compreendida através do diálogo, da comunicação realizada nos diversos momentos entre pesquisador e pesquisado, nas nuances que a relação preserva (VELHO, 1989).

A comunicação que deve ocorrer não é uma comunicação de muitas vozes se justapondo e sim a interação dessas vozes. Tanto entre os grupos de jovens e as comunidades quanto entre pesquisador e seus colaboradores. É através dessa comunicação que a construção dos significados acontece e que o pesquisador pode perceber os símbolos usados pelos grupos, os conceitos e responder as perguntas que esse trabalho faz.

Na pesquisa de campo vários fatores podem ser percebidos, pois é o momento em que a comunicação acontece de forma mais natural. Principalmente durante as reuniões com os grupos para que o planejamento das ações fosse feito, quando todos queriam participar, em muitos momentos a presença de um pesquisador foi esquecida a ponto de usarem este como fonte de informação e ideias, como se fosse parte integrante do grupo. Contudo, esse diálogo é um ato de reciprocidade, pressupondo desigualdades, resultando em uma alternância da dominação. Pois ao mesmo tempo em que o antropólogo está algumas vezes na posição de poder, em tantas outras ele está na posição de aprendiz. Uma posição momentânea e relativa, porém, um elemento fundamental para um estudo antropológico de fato ocorrer, pois é um momento de troca. A alteridade deve propiciar o diálogo para que as diferenças possam ser reconhecidas, jamais esquecidas ou exterminadas.

Nesta pesquisa, o termo jovem está estritamente vinculado autoclassificação dos participantes do projeto Tribos, estudantes do Ensino Médio, com uma faixa etária variável entre 14 e 18 anos.

Tivemos em Santa Maria, na Parceiros Voluntários, programa Tribos nas Trilhas da Cidadania 2007, três escolas participantes – Colégio G10, Colégio Edson Figueiredo

e Escola Coração de Maria – sendo que cada uma tem uma Tribo inscrita, formada por vários de seus alunos e realizando diversas ações, e o grupo do SESC (Serviço Social do Comércio), Maturidade Ativa, também realizando suas ações, como uma Tribo. Estas são as escolas que demonstraram interesse e se inscreveram no projeto Tribos de 2007, sendo duas escolas particulares e a outra estadual.

Em muitos estudos sobre jovens estes aparecem como utilizando a cidade apenas como pano de fundo, sem interagir realmente com seu meio. O que este trabalho mostra é como os jovens tornam-se protagonistas do fluxo de atividades urbanas, eles se apropriam dos espaços, trabalham com o que a cidade lhes oferece e fazem suas ações utilizando as comunidades e interagindo com ela. Os jovens de Santa Maria estão fazendo isso através do programa Tribos, da Parceiros Voluntários.

Boas já dizia que a cultura é integrada, dentro de determinados grupos ela não se desmembra, dentro de uma sociedade de pequena escala ela continua de forma quase homogênea, que traços culturais se disseminam de um grupo para outro e estes mantêm um contato estreito (BOAS, 2005). Os jovens das Tribos mostram justamente isso, o contato direto nas comunidades, a troca de informações e experiências.

Aqui estas trocas acontecem na interação que os jovens têm com as comunidades na hora de realizar as ações voluntárias.

Como observado neste trabalho durante os meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro quando foram ocorrendo as ações, os jovens sentem-se bem integrados e participantes do projeto. Tendo liberdade de conviver com outros jovens e junto com eles escolher quais ações realizar, apenas supervisionados pelos professores, os jovens realizaram as atividades com bastante motivação.

É bastante evidente que para a Parceiros Voluntário o trabalho das Tribos é uma forma de entregar para a sociedade serviços que tentem diminuir a desigualdade social, que incutam nos jovens um senso de responsabilidade social, de atenção com o próximo, de solidariedade como um dever de todo cidadão. Como pode ser visto na breve descrição do projeto Tribos encontrada no Relatório Anual da Parceiros Voluntários de 2005:

> O objetivo geral de Tribos é proporcionar aos jovens uma oportunidade de atuarem no seu contexto social por meio do trabalho voluntário e do empreendedorismo, assumindo sua responsabilidade de agentes mobilizadores e articuladores em busca de soluções para as diferentes e diversas demandas de suas comunidades e de suas cidades. (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2005, p. 18)

Assim como o encontrado nos discursos da coordenadora que sempre nas reuniões incitava os jovens na motivação pelo trabalho voluntário usando argumentos como “responsabilidade social”, “consciência”, “cidadania”, “empreendedorismo”, “contribuição positiva”, entre outros. Uma visão sempre atrelada aos jovens realizando um trabalho de interação, contribuindo para a comunidade com uma atividade de cidadania, realizando atividades que deveriam fazer desses grupos jovens melhores, mais preparados para serem bons cidadãos.

Sobre cidadania, tem-se em Marshall uma referência a tratar o conceito como uma tríade: os direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL, 1967). Os estudos demonstram

que o conceito de cidadania assume uma face cronológica, de constante formação e incorporação na sociedade e nos indivíduos, quando estes incorporam suas condições de cidadão, um processo de responsabilidade individual, mas também coletivo (RÊSES, 2016).

Visão parecida é repassada pelas professoras, estimulando os alunos a participarem do programa pela ação do voluntariado como algo positivo, que trará benefícios para a comunidade e para os alunos, que estarão realizando boas ações e aprendendo sobre cidadania. Apenas distinguindo-se um pouco do discurso visto na ONG, pois se destacam os elementos de desenvolvimento dos alunos. As professoras estavam sempre dispostas a ver as ações como oportunidades que iriam engrandecer e aprimorar os alunos como cidadãos e como pessoas e profissionais melhores no futuro.

Já o terceiro grupo envolvido, dos alunos, tinha um discurso muito mais focado em como a participação no Tribos trazia oportunidade interessantes de conhecer outras pessoas, outros jovens, de realizar atividades que poderiam ainda ajudar outras pessoas. Sempre que interrogados por mim sobre as motivações de participar do projeto as respostas variavam em torno dos mesmos eixos: conhecer outras pessoas, fazer amigos, ajudar os outros, interação, ser um cidadão melhor.

No caso dos jovens que participam do Tribos, estar ligado com sua tribo é uma motivação. O trabalho voluntário ganha significado pelo fazer parte de algo, estar no grupo, destacar-se dos demais.

Neste caso, fazer parte do Tribos, era mais que um trabalho voluntário, mas uma atividade que, pelo fato de não ser a mesma de todos os colegas de colégio e sim de apenas um grupo de estudantes, os diferenciava dos demais e criava uma identidade própria, em oposição aos não participantes do Tribos. Nesse sentido a experiência constituía um capital social e simbólico importante por incrementar e expandir as suas redes de relações para além do espaço escolar e por distingui-los positivamente dos demais estudantes perante professores e comunidade1.

Além disso, o mercado de trabalho valoriza pessoas que tenham em seu currículo voluntariado. Para Rego, Zózimo e Correia, o trabalho voluntário propicia ao indivíduo adquirir uma matriz de competências e estas são valorizadas e reconhecidas pelo mercado de trabalho, sendo percebidas como uma vantagem (REGO; ZÓZIMO; CORREIA, 2016). Talvez isso não seja a principal motivação desses jovens, mas provavelmente muitas pessoas estejam buscando essa opção como uma forma de enriquecer seu currículo e conseguir oportunidades de emprego melhores. Nesta pesquisa não houve nenhuma menção a esse tema, mas acredito que pelo muito que ouvi na ONG, esse argumento seja usado como um dos motivos de se fazer trabalho voluntário, pois esse tema é bastante recorrente em reportagens de jornais e telejornais e mais ainda em websites. Este último exemplo fica claro na página de abertura “Seja um voluntário” onde o coordenador da ONG escreve: “Jovens que possuem trabalho voluntário nos seus currículos conseguem melhores empregos na área de serviços, têm mais chances de conseguir bolsas de estudo no exterior.”2. Outro website discorre sobre a importância de realizar trabalho social voluntário para o desenvolvimento da cidadania, mas também argumenta que grandes empresas dão muito valor a profissionais com “consciência social”.

1 Sobre capital social e capital simbólico ver Bourdieu (2001).

2 Disponível em: <http://www.parceirosvoluntarios.org.br/voluntario/ >. Acesso em: 12/10/2007.

Segundo o website, a atividade voluntária forma um perfil de profissional apreciado pelo mercado de trabalho, com qualidades como: nobreza de caráter, coleguismo, servir ao próximo, prazer em trabalhar, visão abrangente.3

Deste modo o voluntariado ganha um sentido de capital simbólico, um mecanismo de inclusão não apenas social, mas no mercado de trabalho, tem um valor agregado em si muitas vezes inesperado. Muitos jovens ainda não estão utilizando-se do trabalho voluntário com esse fim, até mesmo porque os que participaram deste trabalho eram estudantes, nenhum trabalhava. Porém, possivelmente por serem jovens muito conectados nos acontecimentos, acostumados com o uso da internet – muitas das reuniões eram marcadas por e-mail, ideias de ações eram pesquisadas no computador – tenham ciência deste benefício do trabalho voluntário possivelmente essa experiência será valorizada no momento da busca pelo primeiro emprego.

CONCLUSÃO

No caso dos jovens que participam do Tribos, estar ligado à sua tribo é uma motivação. O trabalho voluntário ganha significado pelo fazer parte de algo, estar no grupo, destacar-se dos demais.

Neste caso, fazer parte do Tribos, era mais que um trabalho voluntário, mas uma atividade que, pelo fato de não ser a mesma de todos os colegas de colégio e sim de apenas um grupo de estudantes, os diferenciava dos demais e criava uma identidade própria, em oposição aos não p articipantes do Tribos.

Dentro das ações desenvolvidas, apesar de ser um ponto bem forte a cultura dentro de todas as ações, pois todas abordavam um pouco com o costume das pessoas, todas tinham como objetivo modificar um pouco dos hábitos, tornando-os mais solidários para com o próximo, não era um ponto a ser estudado muito profundamente.

Cuche coloca que cada indivíduo interpreta e reinterpreta sua cultura de uma maneira peculiar, de acordo com seu próprio padrão de costumes, sua história social, seus códigos de interpretação, seus próprios simbolismos (CUCHE, 1999). Assim, para os jovens o voluntariado tem contornos diferentes do que tem para seus professores e a própria ONG. Os jovens estão mais interessados na experiência de pertencimento coletivo a uma atividade entre jovens que lhe proporcionam aumentar suas redes de amizades.

A relação que eu estabeleci como pesquisadora com os jovens, principalmente, me levou a considerar muito mais a questão da identidade de grupo destes “tribeiros”. Essa identidade é construída durante o programa, pelos próprios jovens na medida em que procuram participar do Tribos muitas vezes com objetivos de fazer parte de um grupo, de estar inserido, sentir-se parte de algo diferenciado. Esse era o propósito, criar uma identidade social, algo que os identificava como um grupo e os distinguia dos demais.

Através da observação participante, pude perceber como o conceito de pertencimento a um grupo era importante para eles, fazia a diferença. Claro que as ações pen-

3 Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/09/emprego-saiba-como-o-trabalho-voluntario-pode-valorizar-o-seu-curriculo>. Acesso em 29/07/2017.

sadas e realizadas foram muito valiosas, tanto para as comunidades que receberam diversos benefícios, quanto para os jovens, principalmente porque elas foram pensadas por eles, portanto, realizadas de acordo com a vontade deles.

O que tentei argumentar neste capítulo foi que para os jovens que participam do programa Tribos nas Trilhas da Cidadania os problemas sociais ao seu redor, são interpretados e trabalhados de sua própria forma. Dependendo do contexto onde estão inseridos, vêm esta oportunidade mais como um trabalho voluntário para realizar um bem para quem necessita ou mais como uma forma de se identificar em algum grupo, construindo uma identidade que os distinga dos demais. Além disto, desenvolvem ações que os colocam como cidadãos ativos, fomentando atividades nas suas comunidades voltadas para cultura e meio ambiente, e também fomentando entre eles atividades que propiciam a aquisição de novas competências para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.297, de 16 de junho 2016. **Diário Oficial da União**. Brasília, v. 153, n. 115, 16. Jun. 2016, seção 1, p. 1.

_____. **Sociologia**. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Ática, 1983.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: a etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

_____. C**avalo amarrado também pasta: honra e humor em um grupo popular brasileiro.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 15, p. 27-39, 1991.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1986.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O**s circuitos dos jovens urbanos.** Tempo Social São Paulo, v. 17, n.2, p. 173- 205, 2005.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, C. S.; DESLANTES, S. F.; GOMES, R. (orgs.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1999.

PARCEIROS VOLUNTÁRIOS. **Relatório Anual 2005**. Porto Alegre: Gráfica e Editora Comunicação Imprensa, 2006.

_____. **Relatório Anual 2016.** Disponível em:

<http://www.parceirosvoluntarios.org.br/repositorio/relatorioanual/Relatorio_20anos_Completo.pdf >. Acesso em: 29/07/2017.

REGO, Raquel; ZÓZIMO, Joana; CORREIA, Maria João. V**oluntariado em Portugal: do trabalho invisível à validação de competências. Sociologia, Problemas e Práticas, Lisboa**, n.83, 2016.

RÊSES, Erlando da Silva; SANTOS, Mário Bispo; RODRIGUES, Shirlei Daudt. **A Sociologia no ensino médio: cidadania e representações sociais de professores e estudantes.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.

Sobre músicos e seus instrumentos trajetórias e perspectivas de estudantes de música da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Fabiana Stringini Severo

Este capítulo trata da investigação baseada em estudo etnográfico realizado com estudantes de graduação em música da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na modalidade de bacharelado em instrumento, cuja formação acadêmica é voltada para a atuação como instrumentistas. Para entrar nesse tipo de curso o interessado deve realizar uma série de provas teóricas e práticas, sendo que ambas envolvem amplo conhecimento prévio. Pesquisar como foram dotados desses conhecimentos necessários à entrada no curso de graduação em música e qual a trajetória traçada por eles desde o contato com o primeiro instrumento musical até a decisão pelo aperfeiçoamento desse conhecimento dentro da academia foram objetivos inerentes a este trabalho.

Também procurei investigar os componentes que levaram tais estudantes a optar por seguir carreira nessa área e a trajetória de formação musical desses estudantes, bem como foram investigadas as motivações que os levaram a optar por cursos desse tipo, quais as perspectivas que eles possuem quanto a carreira de músico, os incentivos ligados ou não à família para que se empreendessem a formação musical e o perfil socioeconômico dos estudantes desses cursos, assim como a relação com seus instrumentos musicais. Buscou-se também analisar e comparar perspectivas desses estudantes sobre o *status* do músico na sociedade em que estão inseridos, as questões ligadas ao reconhecimento da profissão e o *status* do músico na sociedade, suas perspectivas profissionais e suas rotinas de estudos.

Minha entrada em campo foi realizada por meio da participação no XXVI Festival Internacional de Inverno da Universidade Federal de Santa Maria, que ocorreu entre os dias 24 e 31 de julho de 2011, em Vale Vêneto, distrito de São João do Polêsine, parte da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, localizado a cerca de quarenta quilômetros de Santa Maria. O Festival de Inverno acontece há vinte e cinco anos, iniciado e mantido através de uma parceria entre o departamento de música da (UFSM) e a norte-americana *University of Georgia School of Music*.

Durante o festival são oferecidas oficinas para os seguintes instrumentos: violino, viola, violoncelo, contrabaixo, flauta transversal, clarineta, trompete, trombone, percussão, piano e violão. Além dessas, há oficinas de canto, de regência e a de educação musical. Os professores responsáveis por ministrá-las vêm de diversas partes do mundo. Participei da oficina de educação musical já que a inscrição nesta oficina não requer que se apresentem documentos como as referências do último repertório estudado, currículo e carta de recomendação, que são necessários para a inscrição nas oficinas de instrumento, de canto e de regência.

Realizei entrevistas semiestruturadas, durante o festival, com seis estudantes do curso de graduação em música: Maria, violino; Ana, contrabaixo; Leonardo, violão; Henrique, clarinete; Leila, piano; e Michele, percussão. Os seis estudantes entrevistados foram escolhidos de modo a oferecer a maior diversidade possível de dados, partindo, principalmente, das seguintes categorias, elaboradas de acordo com as diferenças entre os grupos de instrumentos oferecidos nas oficinas do festival: instrumentos de corda (violino, viola, violoncelo, contrabaixo e violão); instrumentos de sopro (flauta transversal, clarineta, trompete e trombone); percussão; e piano.

Durante o festival foi possível acompanhar os estudantes em diversos contextos que fazem parte do cotidiano de um estudante de música como, por exemplo, a sala de aula, os ensaios, os recitais e outros locais que compõem o universo comum à formação musical. Além disso, tivemos uma convivência intensa compartilhando o mesmo local de hospedagem, refeições e participando de festas. O festival é realizado em um lugar relativamente isolado, que durante esse período se torna repleto de estudantes de música provenientes de várias partes do Brasil e do mundo, proporcionando-se, desse modo, uma vivência mais próxima e intensa com professores renomados de cada área/instrumento. O festival pareceu, para mim, o lugar ideal para se falar de música e para se fazer música.

Para meus interlocutores a valorização econômica da carreira de músico está ligada, especialmente, à especialização e aperfeiçoamento da performance na execução do instrumento. Maria considera que o mercado de trabalho tem espaço para músicos que estudam bastante seu instrumento. Esses locais de trabalho, com valorização da carreira, seriam as grandes orquestras e alguns grupos de música de câmara e a carreira docente, dentro das universidades. Para Michele, a estudante de percussão, uma carreira estável, com todos os direitos trabalhistas inerentes a uma carreira de servidor público, está ligada ao emprego em orquestras, como músico concursado.

Quanto às perspectivas profissionais dos estudantes entrevistados, a maioria se refere ao trabalho em orquestras. Além de continuar sendo instrumentista, Maria pensa em seguir na carreira acadêmica como uma forma de aumentar seu conhecimento técnico acerca do violino, mesmo não sendo este seu objetivo principal, que é tocar em orquestras e grupos de câmara. Michele, estudante de percussão, tem uma perspectiva similar à de Maria. Henrique também menciona a vontade de fazer mestrado e doutorado na área, após se aposentar. Dos estudantes entrevistados, Henrique, o mais velho, possui uma carreira já consolidada como militar. Ana, que já trabalha dando aulas de contrabaixo elétrico, pretende continuar lecionando e pretende tocar em uma orquestra. Para ela, apesar da concorrência, basta se dedicar ao estudo do instrumento, visto que há trabalho na área. Leonardo pensa em trabalhar como crítico ou produtor musical, caso não consiga atuar como instrumentista. Vê o mercado de trabalho na música como competitivo e considera que há pessoas bem preparadas nesse campo. Entre os estudantes, apenas Leila não opinou sobre suas perspectivas profissionais, dizendo ainda não estar totalmente consciente da escolha pelo curso e das possibilidades na carreira de músico.

Nettl discute questões acerca das relações entre o desenvolvimento e hierarquização no interior da orquestra e o processo de industrialização iniciado com a revolução industrial. Nesse sentido, a orquestra sinfônica passou por um processo de padronização e expansão, que coincide com o desenvolvimento da industrialização europeia (NETTL, 1995). Este mesmo autor refere-se à prática uníssona dos instrumentos de arco,

do naipe das cordas, e à uniformidade do conjunto da orquestra, que é conduzida por um único condutor que marca o tempo, o regente, como características importantes desse desenvolvimento (NETTL, 1995). Nettl compara a orquestra sinfônica, cuja configuração atual acumula as transformações iniciadas no século XVIII, com uma fábrica e com um exército, considerando interessante pensar a orquestra sinfônica como um tipo de "fábrica de fazer música" (NETTL, 1995, p. 35) que incorpora as transformações do mundo industrializado.

Nettl observa que sempre que alguém diz que é músico, outra pessoa automaticamente pergunta qual o instrumento tocado por esse músico. Dessa maneira, não é possível dissociar o músico instrumentista do instrumento musical que ele toca (NETTL, 2005). Nas entrevistas, todos os entrevistados se referiam à relação com seu instrumento, cuja prática buscam aperfeiçoar ao procurar um curso superior de bacharelado em instrumento, de um modo muito emotivo, como se estivessem aludindo a uma pessoa.

Nesse sentido, cabe a reflexão de Gell que atribui agência a coisas – sejam elas carros, brinquedos ou instrumentos musicais – argumentando que em uma relação social o "outro" da relação não precisa ser necessariamente um ser humano, podendo a agência social ser atribuída também às coisas (GELL, 1998). A noção em torno de uma relação social estabelecida entre pessoas e coisas, para Gell é mais ampla do que apenas atribuir uma representação humana a um objeto (GELL, 1998). Esse tipo de relação só acontece em situações sociais particulares "assim, 'coisas' como bonecas e carros podem aparecer como 'agentes' em situações sociais particulares" (GELL, 1998, p. 19, tradução minha), ou seja, não quer dizer que sempre exista uma relação dessa natureza entre pessoas e objetos. Esse tipo de vínculo depende das atribuições feitas pelo dono do objeto, que pode vê-lo como, por exemplo, algo dotado de personalidade ou como uma extensão do seu próprio corpo.

Gell explica que um soldado, por exemplo, não é apenas um homem, mas um homem que utiliza um determinado instrumento, nesse caso, uma arma. Esse instrumento, a arma, torna-se parte do que um soldado é, faz ele ser o que é (GELL, 1998). Sobre os soldados do Camboja, que armam minas terrestres, Gell argumenta que as minas em si não são agentes de destruição, elas são apenas instrumentos de destruição (GELL, 1998). Do mesmo modo, poderia ser dito que o instrumento musical de um músico também faz ele ser o que é, tornando-se parte de sua identidade. Nas entrevistas transparece o desenvolvimento de um vínculo de afeto e intimidade – e até erotismo – entre os entrevistados e seus respectivos instrumentos musicais. Maria, estudante de violino, faz menção a sua relação com o violino como sendo um ato sexual e diz sentir ciúmes do instrumento quando outra pessoa quer tocá-lo. A estudante de piano, Leila, conta que ainda não é "apaixonada" por seu instrumento, como se esse sentimento fosse algo a ser buscado, de modo a possibilitar um aprofundamento da sua relação com o piano. Também menciona que sua felicidade está ligada à proximidade com o instrumento, ou seja, estar perto ou utilizar o piano lhe proporciona prazer. Ana, estudante de contrabaixo, refere-se ao instrumento como "o amor da minha vida" e diz ter deixado de lado outras oportunidades para se dedicar a ele, como se estivesse falando de um/uma cônjuge. Do mesmo modo, Henrique emociona-se ao falar da relação de "paixão" que tem com seu clarinete. Leonardo também se diz apaixonado pelo instrumento, referindo-se a relação com seu violão como um "casamento", no qual ele se permite

ser “bígamo”, pois pode ter mais de um violão. Considera que todo instrumentista tem que fazer de seu instrumento uma extensão do próprio corpo.

A atuação como instrumentistas e, sobretudo, como concertistas/solistas, que é uma das exigências enfrentadas pelos estudantes dos cursos de bacharelado em instrumento, traz o medo de cometer falhas durante a performance. A busca pela perfeição da performance exige disciplina na rotina de estudos. Entre os setes perfis de estudantes de música, traçados por Travassos, há o do estudante “devotado” cuja prática “implica na renúncia à atividades que possam roubar tempo da prática musical” (TRAVASSOS, 2002, p. 9). Michele conta que gostaria de seguir uma rotina “ideal”, de dedicação total à prática instrumental, mas que há outras necessidades a serem cumpridas em sua vida, além dos compromissos do curso. Para Travassos as escolas de música têm o objetivo de imprimir essa “devoção” na rotina de estudos, fazendo com que estudantes considerados versáteis – que tocam vários instrumentos – se concentrem em um único instrumento (TRAVASSOS, 2002). Entre meus interlocutores é bastante citada a necessidade de estabelecer uma rotina de estudos disciplinada, que proporcione o desenvolvimento de certa disciplina corporal.

Travassos faz considerações sobre o dilema enfrentado pelos músicos “devotados” no qual “o desenvolvimento técnico e expressivo muito especializado gera estudantes que não desejam ´perder tempo´ com atividades que não estão diretamente relacionadas ao objeto de sua devoção” assim “o curso na escola superior pode representar, então, uma sobrecarga de tarefas divorciadas do objetivo do estudante” (TRAVASSOS, 2002, p. 10). Nesse sentido, Ana queixa-se do fato de precisar estudar conteúdos e peças que ela não considera relevantes para a sua formação de instrumentista, mas que são obrigações do curso de graduação para que ela possa obter o diploma. O estudante de violão, Leonardo, faz referência a certa aptidão inata no desenvolvimento das habilidades musicais e se considera um “músico atrofiado” por não conseguir, segundo seus critérios, seguir uma rotina de estudos suficiente para satisfazer suas necessidades técnicas. Remete essa dificuldade a questões de seu próprio ambiente familiar, que, para ele, não ofereceu estímulos adequados para isso, levando-o a buscar sozinho uma disciplina de estudos.

Outra questão pertinente à pesquisa foi saber o que os entrevistados pensam sobre o prestígio social da profissão escolhida por eles e se o prestígio – ou desprestígio – os estimula ou desestimula frente a carreira de músico. Maria, estudante de violino, considera que a profissão não significa nada para as pessoas em geral, para os não-músicos. Leila, do mesmo modo, acha que o *status* do músico é muito ruim e relaciona a questão do prestígio social com a valorização econômica da carreira, que acontece para aqueles que se dedicam. A estudante de piano também faz referência à noção de talento como forma de explicar as diferenças de *status* entre músicos. Taís, estudante de violoncelo, que estava presente no momento da entrevista de Leila, também opina sobre a questão e considera que o *status* dos músicos, de um modo geral, é ruim no contexto brasileiro, mas que em outros lugares, fora do Brasil, há maior valorização da carreira.

Em meio à conversa sobre as questões de *status*, Leila conta que já havia pensado em outras profissões, como a de bombeiro, com a justificativa de que poderia ajudar pessoas. Disse a ela que, em minha opinião, músicos também ajudam pessoas, mas de outra maneira. Leila e Taís discutem sobre a questão da profissão de músico “inspirar” outras pessoas para seguirem a carreira, principalmente pessoas mais jovens. A estudante de contrabaixo, Ana, explica que as pessoas, em geral, veem a carreira de

músico como uma forma de entretenimento ao invés de uma profissão e que não há respeito pela atividade. Michele percebe do mesmo modo que Ana o *status* do músico na sociedade em que estão inseridas. Para Michele a profissão é vista como "degradante" e que os músicos são vistos como "vagabundos". Michele e Taís observam que dentro da universidade há discriminação com o curso que elas frequentam e a estudante de percussão acrescenta que no Brasil "a cultura não tem valor", pois há poucos incentivos para a profissão. Para Henrique a profissão não é valorizada socialmente, pois a atuação do músico transmite uma imagem de pouco esforço, no sentido de uso da força física, ou seja, de algo que não cansa. Leonardo, no entanto, compara a profissão de músico com a profissão de pedreiro ou de um operário, já que no Brasil é uma profissão que exige muito esforço, mesmo sendo um tipo diferente de trabalho do que o realizado por esses profissionais.

De um modo geral, os estudantes consideram que há dois tipos de músicos: os músicos que executam um repertório popular e os músicos que executam um repertório erudito, normalmente, ligados à academia. Para o estudante de violão, Leonardo, as diferenças incluem o repertório, o público e a estética. Além do repertório, a técnica de execução do instrumento aparece como o principal elemento diferenciador entre músicos, para Michele. Leila, estudante de piano, considera que as diferenças entre popular e erudito estão ligadas à dedicação e ao nível de estudo do instrumento, sendo repertório erudito o que exige maior investimento no estudo do instrumento. Na opinião de Maria, estudante de violino, a música popular envolve conhecimentos "superficiais" do instrumento e das técnicas, demonstrando certo sentimento de desprezo aos músicos populares em sua fala. Para o estudante de clarinete, Henrique, há músicos que se dedicam mais a uma coisa ou a outra, mas que é possível, mesmo que raro, a existência de músicos que se dediquem simultaneamente aos dois estilos, no entanto, explica que, para ele, "músico é músico", sem fazer diferenciações pelo repertório executado ou pelas habilidades técnicas. Para Ana, estudante de contrabaixo, a diferença se encontra entre os que veem e os que não veem a música como arte. Na opinião dela, ver a música como arte independe do fato de estar dentro de um curso de música, sendo algo que não se aprende formalmente. Leonardo, estudante de violão, remete a noções em torno da naturalização do talento, visto por ele como algo inato, como elemento diferenciador entre músicos. Além disso, ele faz referência a existência de músicos "criadores", menos atrelados às formalidades e com maior capacidade criativa, e músicos "reprodutores", chamados por ele de "escravos da partitura", ou seja, estudante de música ou músicos exageradamente dependentes do conhecimento formal de música.

Para Travassos a separação do curso de graduação em música em habilitações diversas revela a divisão do trabalho dentro do universo ligado às práticas musicais (TRAVASSOS, 2005). Essa divisão do trabalho inerente às práticas musicais dentro da academia traz, para Travassos, consequentemente, "diferenças de valor" (TRAVASSOS, 2005, p. 16) atribuídas pelos próprios estudantes de música, iniciadas no momento da seleção para o curso, na realização do teste de conhecimentos específicos, que é diferente para cada uma das habilitações oferecidas (licenciatura e bacharelado). Essas atribuições de valor, conferidas de modo diferente entre as habilitações do curso, estão ligadas às questões sociais mais amplas, que envolvem noções acerca do individualismo "oferecida pelo estrelato na indústria cultural" (TRAVASSOS, 2005, p. 16), que resulta numa maior valorização dos cursos com ênfase em regência e composição ou, no caso dos entrevistados, a valorização dos cursos de bacharelado em instrumento.

Tendo essas questões em vista, foi perguntado aos entrevistados como eles viam as diferenças entre as habilitações oferecidas no curso. Antes de iniciar o bacharelado em violino, Maria frequentou o curso de licenciatura em música durante dois anos. Para ela, no curso de licenciatura há pouca ênfase na prática instrumental, fato que poderia estar relacionado a certa desvalorização do curso de licenciatura entre os estudantes de bacharelado. Para a estudante de violino, os estudantes do curso de bacharelado consideram que ser um "músico de verdade" é tocar um instrumento e se aperfeiçoar em sua prática. Para Henrique, estudante de clarinete, os estudantes do curso de licenciatura não se preocupam com o aperfeiçoamento da técnica e da performance. Leila também faz referência a noção de "músico de verdade", dizendo que no curso de licenciatura os conhecimentos adquiridos são "superficiais" e que, por isso, "ninguém é músico de verdade na licenciatura" e afirma haver preconceito dos estudantes de bacharelado com os estudantes de licenciatura. Michele também faz referência à questão do preconceito, afirmando que os estudantes dos cursos de bacharelado dizem que não há necessidade de estudar no curso de licenciatura (possivelmente esteja falando de estudar um instrumento musical específico). Explica que "devido à realidade brasileira" as pessoas graduadas em bacharelado em instrumento se tornam, de um modo geral, professores de um determinado instrumento, ao invés de atuarem como instrumentistas em orquestras. Ana, estudante de contrabaixo, considera que a relação entre os estudantes das duas habilitações é tranquila. Para ela as pessoas entram no curso de música "querendo fazer arte, fazer música", mas que, na prática, o curso é bastante "científico", no sentido de que não se aprende a tocar ou fazer algo artístico propriamente. Ela afirma que, em geral, as pessoas estão no curso apenas com o desejo de obter um diploma, não aprendendo nada sobre "arte" ou sobre "música". Para o estudante de violão, Leonardo, o curso de licenciatura oferece mais oportunidades no mercado de trabalho. Entre os cursos de bacharelado, ele considera as oportunidades de trabalho como instrumentista, para os bacharéis em violão, mais raras do que para os bacharéis em violoncelo, por exemplo, que podem trabalhar em orquestras. Também fala de uma piada feita entre os estudantes de bacharelado sobre o curso de licenciatura "vai fazer licenciatura, ou vai fazer música?".

De acordo com Travassos as escolas superiores de música contribuem para "a constituição e reprodução de uma hierarquia *cultural* – irredutível às hierarquias social e econômica", por isso "as carreiras estudantis e os perfis culturais de estudantes não podem ser descritos como se fossem alternativas igualmente valoradas e igualmente disponíveis para quaisquer indivíduos" (TRAVASSOS, 2002, p. 3). Desse modo, para a autora há uma "diversidade de gostos entre estudantes de música" (TRAVASSOS, 2005, p. 11) e diferentes aspirações quanto à carreira, por isso torna-se importante verificar a diversidade de aspirações entre os estudantes, que variam entre "carreiras prestigiadas", reconhecidamente "artísticas" e com "aspirações ao renome" a carreiras com "projetos modestos, voltados para o magistério, para a prática musical em orquestras, bandas ou outros conjuntos, para os ofícios dos bastidores da música, como arranjo, produção e gravação" (TRAVASSOS, 2005, p. 16).

Para Travassos, a "reprodução social do músico" envolve aspectos relativos à "formação do músico num sentido amplo" que se liga às relações "entre grupos sociais, orientação cultural e trajetórias individuais dos músicos" (TRAVASSOS, 2005, p. 13). Assim, verifica-se, para Travassos (2005), que não há uniformidade de características socioeconômicas entre esses estudantes e que dentro de uma faculdade ou instituto de música existe uma tendência entre os alunos em hierarquizar as diversas modalidades

oferecidas, considerando algumas mais prestigiosas ou legítimas que outras, com uma tendência a ter mais prestígio às práticas que envolvem maior "identificação individualizada do produtor de música, sua 'assinatura'" (TRAVASSOS, 2005, p. 17).

Prates também realizou uma pesquisa sobre estudantes de música de instituições de ensino superior (PRATES, 2007). Ao estudar as trajetórias de formação de estudantes de música da Universidade Federal Minas Gerais, Prates considera que a família representa um "importante espaço socializador, possibilitando, entre outros, a constituição de disposições para a música" (PRATES, 2007, p. 8). Ela busca, por meio desta investigação, colocar em questão argumentos de ordem essencialista no campo da constituição das habilidades musicais, pois "as habilidades musicais ainda são explicadas com argumentos essencialistas, ou seja, as diferenças de habilidades artísticas são ainda entendidas como fenômenos naturais, decorrentes do 'dom', inclusive por vários profissionais da área" (PRATES, 2007, p. 2).

Prates explica que a influência da família para a constituição dessas habilidades é diferente entre estudantes das camadas populares e das camadas médias, sendo que os primeiros tendem a conciliar a formação artística com o trabalho remunerado, investindo em sua própria formação, enquanto que os músicos das camadas médias tendem a ter uma formação musical custeada pela família (PRATES, 2007). Possivelmente por esse motivo, comparativamente, os estudantes provenientes das camadas populares, em geral, iniciam sua formação artística mais tarde. Prates observou que há inúmeras desigualdades no acesso a esse campo artístico, no qual as diferenças são produzidas antes mesmo do processo seletivo para ingresso no curso "o 'filtro do vestibular' não é o único mecanismo de produção de desigualdade no interior do curso de bacharelado em música [...], mas que tal desigualdade é produzida anteriormente ao concurso" (PRATES, 2007, p. 3), visto que as habilidades exigidas para o teste de conhecimentos específicos "muito dificilmente poderiam ser aprendidas em um ou dois anos, nesse ou naquele cursinho pré-vestibular. A aprendizagem das habilidades musicais se dá num processo de vários anos, muitas vezes iniciado na infância" (PRATES, 2007, p. 2).

Prates argumenta que as experiências musicais dos estudantes pesquisados foram adquiridas através da família, mídias ou instituições específicas para a formação musical como os conservatórios, contudo, defende que a família "pode ser considerada o principal lócus de aprendizado e motivação para o estudo da música nos tempos da infância" já que a maioria dos estudantes pesquisados "estabeleceram seus primeiros contatos com a linguagem musical na interação com parentes e se reconheceram herdeiros da habilidade musical dos mesmos" (PRATES, 2007, p. 4). O sociólogo Howard Becker também ressalta a importância da família para a constituição da carreira de músico ao afirmar que "a família do músico [...] tem um importante efeito sobre sua carreira" (BECKER, 2008, p. 112), já que "tem grande influência sobre sua escolha de ocupação pelo seu poder de patrocinar e ajudar o neófito na carreira que escolheu" (BECKER, 2008, p. 124).

As trajetórias individuais dos estudantes revelaram que a família foi um elemento-chave para que a carreira musical pudesse ser iniciada e para que pudesse ser consolidada com a entrada em um curso de graduação em música. O convívio desses estudantes com parentes músicos ou a proximidade com outros músicos influenciou significativamente suas trajetórias, desde muito cedo, em geral desde a infância ou início da adolescência. Isso, de algum modo, contribui para uma quebra com a noção de "dom", ou seja, com uma visão essencialista em torno das habilidades musicais e dá

espaço para que sejam pensadas a partir de fatores socioculturais, conforme ressaltado por Prates (PRATES, 2007).

Nesse percurso, muitas vezes longo, até a entrada no curso de graduação, a maioria deles estudou e se interessou por diversos instrumentos, chegando, a certa altura, depois de um experimento gradual, ao "casamento" definitivo com um instrumento em especial, ao qual decidiram se dedicar no curso de bacharelado. Apesar de não considerarem, de um modo geral, que os músicos compartilhem de um *status* elevado na sociedade, da qual fazem parte esses estudantes, escolhem essa profissão devido a sua principal recompensa: o prazer proporcionado pela música.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

GELL, A. **Art and Agency**: an anthropological theory. New York: Oxford Press Inc., 1998.

NETTL, B.; **Heartland excursions**: ethnomusicological reflections on schools of music. Urbana: University of Ilinois Press, 1995.

_____. **The study of ethnomusicology**: thirty-one issues and concepts. 2ª ed. Chicago: University of Illinois Press, 2005.

PRATES, F.; A melodia da formação: estudo das trajetórias de estudantes de música da UFMG. **Revista Vertentes**. n.29, 2007. Disponível em: <http://intranet.ufsj.edu.br/rep_sysweb/File/vertentes/Vertentes_29/francisca_e_maria_jose.pdf>. Acesso em 30 nov. 2011.

TRAVASSOS, Elizabeth; Perfis Culturais de Estudantes de música. In: **Congresso Latinoamericano de la associación internacional para el estudio de la música popular,** 4., 2002, México.

_____. Apontamentos sobre estudantes de música e suas experiências formadoras. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v.12, p.11-19, mar.2005.

Carnaval, condutas homossexuais e interior problematizando intersecções no Pantanal – Mato Grosso do Sul

Guilherme R. Passamani

Este texto é parte de um percurso que completa 15 anos. A história do GEPACS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia do Corpo e da Saúde, atualmente, Grupo de Estudos em Cultura, Gênero e Saúde – tem o mesmo tempo da minha trajetória acadêmica. Foi na improvisada estrutura no Prédio 21 da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que ele e eu começamos a estudar gênero e sexualidade naquele já distante ano de 2002, sob a batuta precisa de Zulmira Borges e Fátima Perurena. Entre as inúmeras atividades que eu desenvolvi no grupo, estão as pesquisas que resultaram em meu trabalho de conclusão de curso (TCC) no ano de 2005, trabalho esse orientado por Zulmira Borges.

A pesquisa que resultou em meu TCC, na cidade de Santa Maria (RS)1, investigou um grupo de garotos com idades entre 18 e 25 anos, migrantes de cidades menores do Rio Grande do Sul. Estes jovens construíram, a partir da *internet*, um espaço de sociabilidade, muito restrito e regrado, denominado por eles como *Sociedade do Apertamento2*. Naquele grupo, era vedado o ingresso de pessoas afeminadas e qualquer integrante deveria passar por uma avaliação dos garotos antes de sua efetivação como *amigo3*, bem como se submeter a alguns *rituais de iniciação* (PASSAMANI, 2011).

No momento daquela pesquisa – que se estendeu entre os anos de 2003 e 2005 – eu estava interessado em entender, principalmente, aspectos relacionados a identidades e suas manipulações no jogo público/privado, que parecia ser sintomático entre os garotos do *Apertamento*. Foi por meio deste grupo de amigos que eu passei a atentar para a importância do segredo em alguns contextos que envolvem "sexualidades desviantes" – no caso da pesquisa, a homossexualidade daqueles sujeitos – e, naquele caso igualmente, para como esse segredo era importante para a manutenção dos vínculos com as famílias de origem, ainda alheias à sexualidade dos filhos.

Nessa primeira pesquisa, então, compreendi que esses jovens – estudantes universitários, brancos, pertencentes às camadas médias – construíram uma rede em que podiam circular sem, publicamente, enfrentar *incômodos* no que diz respeito ao preconceito que ainda envolvia a homossexualidade de maneira geral. Isso faz lembrar, em alguma medida, e tomando o cuidado de resguardar as devidas diferenças, alguns dos achados de pesquisa de Thiago Soliva sobre os primeiros momentos da Turma OK, no Rio de Janeiro, ou mesmo o período que antecedeu a criação desta "confraria", quando havia as reuniões de apartamento e os pequenos shows privados4 (SOLIVA, 2012).

1 Meu trabalho teve como *locus* uma cidade de, mais ou menos, 300 mil habitantes, Santa Maria. Não era uma capital, mas também não era uma cidade pequena. Funcionava, inclusive, como um polo regional do interior do estado do Rio Grande do Sul. Não é um grande centro urbano, mas já funciona como uma região a atrair sujeitos de cidades, ainda menores, igualmente do interior do estado.

2 Referência a um minúsculo apartamento onde ocorriam os encontros dos garotos.

3 Usarei itálico para as categorias êmicas, para as falas de interlocutores e para as palavras estrangeiras. Expressões utilizadas pelo pesquisador e demais autores referenciados no corpo do texto serão apresentadas entre aspas.

4 A Turma OK é uma "confraria gay" onde são frequentes homens mais velhos.

Meus interlocutores dessa primeira pesquisa perseguiam uma masculinidade que tem sido considerada hegemônica, expressa na virilidade, no culto ao corpo, no distanciamento do "mercado Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS)"5 da cidade, no distanciamento da militância Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) na *paquera* com garotas nas festas, ou seja, podia-se dizer que eles "faziam a linha enrustidos", muito embora rejeitassem esse rótulo, uma vez que compreendiam que, entre amigos, tinham condições de expressar a sexualidade sem quaisquer constrangimentos. A questão central era a necessidade de anonimato, bem no sentido em que é problematizado por Georg Simmel, não a negação de uma conduta homossexual (SIMMEL, 2005).

Vejo como relevante marcar que já nesta primeira investigação há um determinado regime de visibilidade que impera entre os interlocutores no que diz respeito às condutas homossexuais. Tal regime de visibilidade coloca essas sexualidades em um lugar que ainda as associa ao escárnio público e, portanto, produz uma necessidade de que sejam mantidas em segredo, restritas a lugares e pessoas de confiança (PECHENY, 2004).

Faço um pequeno parêntese para dizer que quando me refiro a regimes de visibilidade das condutas homossexuais, estou pensando em uma série de códigos e valores que se impõe como uma espécie de gramática de como os sujeitos podem parecer visíveis em relação à orientação sexual e a identidade de gênero, por exemplo, na vida em sociedade, sem sofrer consequências por isso. Relacionar-se com estes regimes de visibilidade exige a utilização de uma série de estratégias de gestão desta visibilidade.

Faço esta pequena digressão para apresentar a minha gênese umbilical com o GEPACS e como a pesquisa que ali desenvolvi e os conhecimentos ali aprendidos estão comigo de forma indelével até hoje. Sendo assim, proponho a seguir um salto de uma década. Este salto é temporal e geográfico. Proponho que saiamos do interior do Rio Grande do Sul e cheguemos até o interior de Mato Grosso do Sul, nas cidades de Corumbá e Ladário, na fronteira com a Bolívia, onde desenvolvi minha pesquisa de doutorado, tema que pretendo desenvolver ao longo das próximas páginas.

"O carnaval de Corumbá é grande porque é tocado por homossexuais. Eles estão em todas as escolas. São competentes. São a alma do carnaval. Desde o começo foi assim". Esta é uma fala de Mauro (67 anos), um dos interlocutores que servem de base para a reflexão que pretendo aqui desenvolver. Mauro é um homem branco, magro, comerciante na cidade de Corumbá, e foi um dos colaboradores de minha pesquisa de doutorado que eu conheci pela internet6. Para ele, o carnaval é o *locus* das *bichas* na cidade e a festa só tem a dimensão que tem em função desses sujeitos. Portanto, pensar o carnaval em Corumbá, na perspectiva dele, é pensar a atuação e o protagonismo das pessoas com condutas homossexuais.

Nesse sentido, o objetivo desse texto é mostrar como o carnaval tem sido compreendido em diálogo com a bibliografia sobre o tema demonstrando que há um predomínio

5 São referências nas discussões sobre o "mercado GLS" no Brasil, os trabalhos de Isadora Lins França (2012). Na literatura internacional sobre o tema, entre outros, são importantes os trabalhos de Jon Binnie e Beverley Skeggs (2004) e Jon Binnie (1995), entre outros.

6 Esse texto é um exercício reflexivo que tem como origem uma pesquisa maior. Da pesquisa maior, resultou a minha tese de doutorado em Ciências Sociais (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, 2015). Nela, problematizei a intersecção entre envelhecimento, regimes de visibilidade e condutas homossexuais na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul, nas cidades de Corumbá (108 mil habitantes) e Ladário (21 mil habitantes). Durante o trabalho de campo, foram contatadas 17 pessoas com condutas homossexuais, entre 52 e 82 anos, residentes nas duas cidades, para pensar trajetórias, curso da vida e possíveis idiossincrasias na experiência destes sujeitos em regiões que não são caracterizadas como grandes centros urbanos (PASSAMANI, 2015).

de investigações sobre essas manifestações nos grandes centros urbanos. Além disso, procura-se mostrar como os sentidos e os significados da festa são constituídos pelos mais velhos no contexto corumbaense. Por fim, a terceira parte explora como as lembranças são evocadas na perspectiva de construir o carnaval como o lugar das *bichas*, bem como a associação estabelecida entre o tempo da festa e a juventude.

O CARNAVAL NO PANTANAL - MATO GROSSO DO SUL

O carnaval é um momento em que sobressaem as diferenças, as tramas entre diferenças e a visibilidade de diferenças. O carnaval é uma festa com séculos de história. Há registros de que ele, pelo menos, exista desde os anos de 1600 em diferentes regiões da Europa. Essa festa chega ao Brasil a partir da colonização portuguesa. *Além-mar* também era conhecida pelo nome de Entrudo7. Em terras brasileiras, tornou-se tão popular a ponto de intitular-se o *país do carnaval*. Entre nós, a tradição europeia dos festejos ganhou o acréscimo de elementos de matriz africana que estilizaram o evento (QUEIROZ, 1992).

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992) conta que, não obstante alguns pesquisadores afirmarem que o carnaval é a "festa popular por excelência" (DAMATTA, 1979) e que nos dias de festa há uma "inversão" da pirâmide social, uma horizontalização de nossa hierarquia de classes, ou uma "feminização do mundo", até o século XIX, a marcação de classe era bastante sintomática no período do carnaval em vista de que o preparar-se para os festejos demandava vultosos recursos financeiros. Dessa forma, parte significativa das pessoas permanecia excluída do processo.

O carnaval pode, na maioria dos casos, sedimentar as diferenças entre os diversos grupos de foliões. O carnaval, logo, pode servir como um *kairós* que, antes de tornar sutis as diferenças, as potencializa. Mais do que uma inversão nos lugares da pirâmide social, ou mesmo da hierarquia de gênero, talvez o que o carnaval possibilite sejam momentâneos instantes de inversão de protagonismo de alguns sujeitos, o que é muito diferente de mexer na estrutura de classe e de gênero que são mantidas de forma tácita.

Muito oportuno, a este respeito, é um texto de Peter Fry e Edward MacRae no Jornal Lampião da Esquina (Ano 1 n. 1 de 25/05/1978 a 25/06/1978). Os autores de "Mesmo no carnaval baiano, cada macaco no seu galho" procuram pensar, na contramão das teses da inversão, o carnaval como um *ritual de rebelião*. E essa rebelião não diz respeito a inverter estruturas, mas sim a processos, inclusive, territoriais de dominação espacial momentânea, isto é, aqueles "que transam" saem das periferias, dos lugares escondidos e apropriam-se do centro da cidade na capital baiana (FRY; MACRAE, 1978).

Esta gente "que transa", ou seja, as pessoas com conduta homossexual, são aqueles que saem das periferias (geográficas, sociais e de gênero) para fazer, de fato, o carnaval. No entanto, ao final da festa, na quarta-feira de cinzas, tudo volta ao seu devido lugar. Portanto, na visão dos autores, o que houve, foi apenas um câmbio de protagonismos que, ao fim e ao cabo, confirma a lógica estrutural do poder que acaba por se manter.

Essa festa, o carnaval, ganha diversas cidades do Brasil. Chega, inclusive, ao Pantanal. Ali, no Pantanal, ela marca a vida de alguns dos meus interlocutores. Alguns interlocutores envolvidos com o carnaval de Corumbá contam que os seus primórdios

7 Ao que tudo indica, o nome Entrudo – que significa entrada – era como se chamava o antigo carnaval português. Ele marcaria a entrada da primavera (QUEIROZ, 1992).

remontariam à metade do século XX e à ligação da região com a Marinha, por existir em Ladário o 6º Distrito Naval8. Esse fato é importante porque ele ocupa um lugar assemelhado ao de um mito fundador do carnaval na região. Segundo meus contatos de campo, especialmente aqueles que participam do que eu convencionei chamar de *mundo do samba*, os marinheiros que eram transferidos para Corumbá tinham o hábito de fazer festas em suas casas nos finais de semana. Essas festas reuniam diferentes grupos de marinheiros, bem como as pessoas locais com as quais eles começavam a travar algum tipo de relação mais próxima.

A música que animava as festas era o samba, algo característico de onde vinham os novos moradores do lugar. Essas festas, ritmadas pelo samba, foram tornando-se habituais e extrapolando os fundos dos quintais das casas dos marinheiros e ganhando a cidade, transformando-se nos *pagodes*, que até hoje são frequentes em Corumbá. As festas improvisadas nos fundos da própria casa, ao som do samba, aliadas à saudade do Rio de Janeiro e do carnaval que lá se fazia, teriam funcionado como uma espécie de válvula propulsora para tentativas iniciais de organização das primeiras escolas de samba. Tito (branca, magra, de 52 anos, travesti, carnavalesca) conta que:

> Por isso que as pessoas falam que Corumbá tem um Q de Rio de Janeiro. Por causa disso, das pessoas que eram transferidas de lá pra cá, da Marinha. Gostavam de samba, sambavam, não sei o quê. Então, as pessoas foram se identificando. Tanto é que o povo vinha transferido do Rio de Janeiro, casava aqui, por aqui mesmo ficava, então é assim. Eles trouxeram o carnaval e Corumbá adquiriu esse hábito de carnaval. Os marinheiros gostam porque eles vêm do Rio de Janeiro e têm assim uma raiz, né. Uma identificação com eles. (Tito, 52 anos)

Os marinheiros, então, teriam transposto para o Pantanal a tradição do samba, mas, mais que ela, o gosto pelo carnaval. Com o passar dos anos, este gosto foi sendo aprimorado e tornado uma festa popular na região. Tito, carnavalesca com quem eu conversei algumas vezes, diz que o pioneirismo no carnaval foi de Ladário, onde os primeiros blocos teriam sido formados por marinheiros e amigos. Pouco tempo depois, em vista do desenvolvimento de Corumbá, a festa migraria para a cidade maior. Houve em Corumbá uma mística reinvenção do carnaval carioca em terras pantaneiras. Esta reinvenção não foi uma transposição automática e nem completamente fiel. Houve uma série de adaptações à realidade da região.

Meus interlocutores lembram que em Corumbá – diferente dos cortes elitistas que outros trabalhos observaram – os primórdios do carnaval possibilitaram aos pobres, negros e "marginais"9 o lugar de protagonistas do espetáculo (o que não quer dizer que não exista a construção de hierarquias outras). Isso se aplica especialmente no que diz respeito a blocos e escolas de samba. Nesses lugares é que estavam as pessoas com conduta homossexual (*viados*) e as mulheres chamadas de *putas*. Majoritariamente, conforme relato dos interlocutores, estes sujeitos eram mais *escuros, negros, pretos*, categorias acionadas para demonstrar a ausência de sujeitos brancos. Os relatos que apurei em campo, na contramão de Queiroz (1992), mostram que os ricos em Corumbá,

8 Cabe aqui uma explicação sobre a dinâmica de trânsito dos marinheiros. As transferências na Marinha, via de regra, costumam sempre passar pelo Rio de Janeiro, sede da Marinha. Quer dizer: se você está no norte do país e quer ir para o sul do país, antes você precisa passar um tempo no Rio de Janeiro. Toda e qualquer transferência se dá dos distritos para a sede e da sede para os distritos. Por esta razão, é que todo o povo de Marinha que chegava ao Pantanal vinha do Rio de Janeiro.

9 Quando falo em marginais, estou fazendo referência a todos os sujeitos que, de alguma forma, não se inserem nas normas morais vigentes e estabelecidas por determinado grupo social que consegue fazê-las socialmente legítimas.

eram os espectadores da festa. As "boas famílias" ou estavam no Corso, desfilando seus carros enfeitados, ou na assistência vendo "a banda passar".

Quando se referem aos *carnavais de antigamente*, tempo que nunca é descrito de forma muito definida, os interlocutores – especialmente Deco (branco, magro, de 53 anos, funcionário público) – falam de um carnaval que *acontecia*, mas que *não era feito*. O acontecer do carnaval tem muito a ver com iniciativas espontâneas de diferentes grupos de pessoas, sem muito cuidado com infraestrutura, ou mesmo com a institucionalização e profissionalização da festa. Ela tinha um caráter mais amador e mais instrumental. Essa é uma diferença marcada diante do carnaval de hoje que *é feito* pela Liga Independente das Escolas de Samba de Corumbá (LIESCO) e pela Liga Independente dos Blocos Carnavalescos de Corumbá (LIBLOCC), além de contar com todo um aparato do Poder Público da cidade.

Nos anos de 1970, recordam alguns interlocutores, o carnaval de Corumbá contava com blocos, cordões e escolas10. Os blocos seriam as organizações mais simples e mais populares. Especialmente, quando se fala nos *blocos de sujos*, onde os homens se "vestem de mulher", as mulheres "se vestem de homem" e as fantasias não demandam muitos custos. São blocos muito populares na cidade até hoje e, alguns, reúnem perto de 15 mil pessoas. Este tipo de organização carnavalesca, segundo James Green, foi muito importante no começo da apropriação do carnaval carioca pelos "homossexuais", pois permitia os primeiros ensaios de visibilidade para esses sujeitos (GREEN, 2000).

Os interlocutores contam que gostavam de desfilar no *bloco de sujos Cibalena*, um dos mais conhecidos da cidade e que concentrava um número elevado de pessoas. Eles lembram que o *Cibalena*, nos seus *tempos gloriosos*, era composto apenas por homens. Eram cerca de 15 mil homens "vestidos de mulher". Entre estes milhares de homens, segundo eles, havia muitas *bichas incubadas11,* que passavam o ano todo esperando a chegada do carnaval para colocar a roupa da irmã e *bichar* um pouco12. Atualmente, o bloco aceita a presença de mulheres, pois se transformou em um bloco misto13.

O *Cibalena* era o bloco dos homens adultos. No entanto, havia um grande número de adolescentes que não conseguia se inserir no bloco porque ainda não estava em idade adulta, mas já despertava o interesse de alguns dos meus interlocutores, segundo os relatos. Esses jovens, então, fundaram um *bloco de sujos* para eles e fez muito sucesso, era o bloco da *Chupeta*, clara alusão aos bebês. Os adolescentes, então, montaram seu próprio *bloco de sujos* e saíam no dia anterior ao *Cibalena*.

O grupo dos interlocutores mais velhos conta que esperava pelo *Chupeta* para ver as *bichinhas novas* que estariam se preparando para o *Cibalena* ou para as escolas de samba em anos posteriores e confessam nunca terem sido enganados por uma fantasia ou por uma *virada de mão* de carnaval, pois segundo eles, sabiam reconhecer tacitamente o que era *transgredir* durante a festa, em oposição aos sinais diacríticos de uma suposta identidade de *bicha incubada*.

10 Sobre as diversas formas de organização dos grupos sociais no carnaval, ver Queiroz (1992) e Gontijo (2009).

11 As *bichas incubadas* podem ser as *bichas* ainda não *assumidas*, as que *estão no armário*, ou podem ser os homens socialmente reconhecidos como com conduta heterossexual, mas que as *bichas mais experientes sabem que são bichas*.

12 Sobre *bichar*, ver Isadora França (2012).

13 Fabiano Gontijo problematiza blocos e bandas no carnaval carioca nos anos de 1990, bem como a presença de pessoas com conduta homossexual (GONTIJO, 2009).

CARNAVAL COMO LUGAR DAS BICHAS

No que diz respeito às condutas homossexuais, em uníssono, todos identificam que a presença das *bichas* é recorrente desde os primórdios da festa. As pessoas com conduta homossexual, em alguns momentos de forma mais visível, em outros de forma mais *incubada*, teriam sido os sujeitos responsáveis pelo dinamismo e criatividade que envolvem o carnaval da cidade. Eles destacam, no entanto, que os primeiros carnavais eram mais difíceis, pois havia na cidade certo preconceito com as pessoas que apareciam na festa.

O trabalho histórico de James Green é interessante ao destacar a apropriação que os "homossexuais" fizeram do carnaval carioca. Green está pensando exclusivamente sobre o Rio de Janeiro. No entanto, alguns dos seus achados neste processo, ecoam para outros lugares do país, dada a visibilidade do Rio de Janeiro, naquele momento, anos de 1960, para as pessoas com condutas homossexuais em outras regiões do Brasil (GREEN, 2000).

O carnaval com presença de pessoas com conduta homossexual é resultado de um longo processo de ganho de espaço e visibilidade por esse conjunto de sujeitos. Há os primeiros shows de transformismo, os bailes de travestis, a chegada em massa das pessoas com conduta homossexual para bailes que não eram "genuinamente gays", até a conquista de espaços definitivos e exclusivos, inclusive nas escolas de samba. O ponto de partida, no entanto, foram as reuniões particulares entre pequenos grupos de amigos. Os "homossexuais", no carnaval carioca, teriam tornado possível o contato com outros grupos de foliões nesta "arena pública da visibilidade". No entanto, mesmo a partir dessa visão, não se trata de um processo de inversão ou *communitas*, já que as diferenças eram mantidas e, em alguns casos, até ressaltadas (GREEN, 2000)14.

Deco (53 anos) conta que as mulheres eram taxadas de *putas* e os homens de *viados*. Não apenas por ser um momento de transgressão, como alguns apontam, mas, sobretudo, por tornar a sexualidade mais aparente em um lugar onde ainda vigorava determinada moral que velava por princípios religiosos sensíveis e não entendia o carnaval como um espaço apropriado para "pessoas de bem".

É questão corrente entre os interlocutores que em Corumbá a situação foi complicada nos primeiros tempos da festa, mas que nas décadas mais recentes ela dá sinais de transformação, a ponto de Mauro (branco, magro, de 67 anos, comerciante), um dos interlocutores que eu conheci pela *internet* e que não está muito atuante no carnaval atualmente, afirmar que a festa tem bastante influência das pessoas com condutas homossexual:

> O carnaval de Corumbá é grande porque é tocado por homossexuais. Eles estão em todas as escolas. São competentes. São a alma do carnaval. Desde o começo foi assim. O carnaval era a época que toda bicha esperava para poder sair de casa, sair na rua, se vestir de mulher. A gente esperava o carnaval para acontecer. Se você for ver, todo mundo tem história de um carnaval. Todas têm um amor de carnaval. Era nesse momento que a gente se sentia livre. Passava o ano inteiro tendo que agir na noite. No carnaval era tudo durante o dia, todos os dias. É como se as fantasias virassem a realidade. Era um tempo de não preconceito. A grande manifestação gay do Mato Grosso do Sul é o carnaval de Corumbá. (Mauro, 67 anos).z

14 Em trabalho mais recente, Fabiano Gontijo mostra a presença de pessoas com conduta homossexual no carnaval carioca durante a década de 1990. Ele faz ainda uma ampla revisão dos princípios do carnaval na cidade (GONTIJO, 2009).

Mauro aciona uma série de elementos que valoram o carnaval não apenas como uma grande festa na cidade, mas como uma festa em que a sexualidade daqueles *que transam* (FRY; MACRAE, 1978) ocupa um lugar de protagonismo. O interlocutor também vê o carnaval como a possibilidade de agir *durante o dia, todo o dia*, isto é, um tempo de apropriação de um momento e de um lugar que, costumeiramente, não são seus. Está aí, uma das particularidades desse *kairós* do carnaval.

Desde a construção da festa em si, que talvez diga respeito à presença de pessoas com conduta homossexual nas escolas de samba e outras agremiações, até os foliões, segundo Mauro – cujo eco é encontrado em outras falas –, o carnaval era uma época diferenciada. Durante aquela semana de festa podia-se realizar uma série de atividades, sobretudo no campo dos desejos homoeróticos, que nos outros dias do ano, talvez, fossem proibidos, indesejados, ou facilmente reprimidos.

Instigante pensar um evento determinando uma série de processos que acabam por modificar a compreensão do tempo. O *kairós* do carnaval é completo em si mesmo, com suas oportunidades, com suas realizações, com seus infortúnios, mas completo em si mesmo. Um tempo dentro do tempo e não uma fatia entre dois tempos.

Tito (52 anos) conta que o "tempo do carnaval" permite que as pessoas *liberem geral*. Segundo ela, *os homens, vivem guardados no armário. Então, eles esperam, o ano inteiro, o carnaval para colocar uma minissaia*. A fala sugeriria que colocar uma minissaia, muito mais do que transitar entre os gêneros, representaria a viabilização de uma vontade erótica e sexual pelo mesmo sexo. Tito diz que muitos são os casos que ela poderia contar sobre os *homens mesmo, que sentem vontade, mas não têm coragem* e só se permitem isso no carnaval. A interlocutora refere-se a um "tempo de permissão" possível durante o festejo.

As *primeiras bichas*, segundo alguns interlocutores, especialmente para Tom (pardo, magro, de 54 anos, funcionário público), foram as desbravadoras. Aquelas que estiveram presentes nos piores momentos, onde não havia aceitação, onde eram ridicularizadas, apontadas e até humilhadas. Elas abriram as portas para que as *novinhas* pudessem viver carnavais menos inóspitos e mais receptivos. *Foram elas as vítimas dos risos sarcásticos, do deboche e dos xingamentos e isso nós devemos respeitar. São nossos baluartes*.

Tom lembra que o simples fato deles desfilarem com as fantasias que denotavam algum luxo já os qualificava como homens com conduta homossexual e passíveis de algum xingamento por parte de pessoas "estranhas ao meio". Por outro lado, as *bichas incubadas*, ou mesmo *as novinhas*, ao ver aquelas figuras altivas no carnaval, sonhavam, segundo ele, em alguns anos depois, serem, tal como elas, as protagonistas da festa15.

Estas primeiras pessoas com conduta homossexual, ao tornarem-se visíveis no carnaval, serviam de espelho, ou referência para um sem número de sujeitos que começavam a sentir desejos "disparatados", ou vontade de fazer parte da festa com fantasias cheias de plumas, paetês, botas, salto alto, adereços que podiam achar *muito lindos*, mas cuja realidade talvez lhes aconselhasse a silenciar sobre tais gostos ou preferências.

15 Os apontamentos de James Green sobre os concursos de fantasias de luxo durante o carnaval são muito interessantes. Via de regra, quem desfilava essas fantasias eram pessoas com conduta homossexual. (GREEN, 2000).

Portanto, os primeiros lugares em que alguns interlocutores estavam, eram justamente os lugares de espectadores, um lugar um pouco confortável e que lhes garantia certo distanciamento dos xingamentos e humilhações pelos quais os pioneiros passaram, mas igualmente distante do brilho e da visibilidade que as protagonistas da festa desfrutavam. Segundo Tom (54 anos), os tempos são outros:

> Hoje em dia eles (os populares na rua) não xingam mais. Muito difícil. Se você sai, se coloca um salto alto no dia, um biquíni e sai desfilar assim, os bofes vêm tudo atrás no carnaval. Nossa, as bichas ficam no auge aqui. Sempre (Tom, 54 anos).

Histórias sobre os casos de carnaval, sobre os afetos, sobre os amores surgidos são muitos. No entanto, o que chama mais a atenção na fala de Tom, é esta transformação de um momento em que o xingamento e a vergonha dão lugar ao aplauso e ao orgulho, algo como os trânsitos entre os regimes propostos por Meccia no caminho da "homossexualidade" à "gaycidade" (MECCIA, 2011). Isso, talvez, se deva à popularização que o carnaval ocupa entre as pessoas e mesmo no imaginário da região. À medida que a festa foi sendo incorporada por um grupo maior de simpatizantes, ela deixa de reproduzir antigos rótulos de desprestígio para as mulheres e para as pessoas com conduta homossexual.

O carnaval representaria o que os interlocutores chamam de *glamour para as bichas*. Quando busco saber o que seria esse *glamour* e quais seriam essas *bichas glamorosas*, consigo visualizar um pouco melhor do que alguns interlocutores falam. O carnaval, como momento de realização de fantasias e sonhos, seria o "palco iluminado" de todas as *bichas que sempre perderam na vida*. Porque eram afeminados numa sociedade que valoriza os homens com conduta homossexual que são mais discretos; porque possuem corpos fora dos padrões hegemônicos de uma estética de beleza valorizada, numa sociedade hedonista que cobra por músculos e definições corporais extremas; porque eram pretos ou pardos, onde a expectativa era por brancos; porque eram pobres, onde se esperava ricos.

O glamour das bichas diria respeito, segundo os interlocutores, à possibilidade de sair da periferia e desfilar pelas principais ruas do centro da cidade, tal como observaram em Salvador Peter Fry e Edward MacRae (FRY; MACRAE, 1978). Desfilar suas ausências, num tempo de emergência que logo se esvai. *Glamour* às avessas marcado por classe, raça, padrões estéticos, convenções de gênero e sexualidade. Tempo de diferenças descobertas e que fazem da ironia, um rito de permissão das classes normalizadoras para acontecer naquele tempo quase liminar, que retira, por exemplo, as travestis das esquinas de *batalha* e as *coroam* como as *donas* e criadoras da festa.

Das lembranças que marcaram os interlocutores da pesquisa, sem dúvida, a mais sintomática com relação ao carnaval é a *Batalha de Confete*. A *Batalha de Confete* era uma espécie de "aquecimento" para o carnaval. No mês de janeiro, as *Escolas de Samba* iam para a avenida, onde ocorriam os desfiles, para apresentar o novo samba, mas com fantasias dos anos anteriores. O espetáculo era mais improvisado e tinha o intuito de fazer com o que o samba fosse decorado pelo público, bem como aspirava que os foliões fossem se familiarizando com algumas marcações na "passarela do samba". Além disso, a *Batalha de Confete* contava com a participação maciça do público que se deslocava de suas comunidades para o centro da cidade a fim de prestigiar a escola do bairro. O maior número de torcida e de gente na avenida em que ocorria o carnaval

dava maior *status* para a agremiação que, com o *samba na voz do povo*, despontava como uma das favoritas para o desfile daquele ano.

Mesmo quem não desfilava nas escolas de samba, ia para a *Batalha de Confete*. Esse era o caso de Roberto (branco, magro, de 82 anos, vendedor aposentado), que diz não gostar de sambar, mas não perdia uma *Batalha*, pois era um momento de festa, o "esquenta" para o carnaval. Os domingos da *Batalha de Confete* eram a garantia de ouvir os sambas mais populares dos carnavais passados, sambas vitoriosos e que, por si só, já garantiam a animação da assistência. Alguns dos interlocutores, sobretudo aqueles que estão na faixa dos 50 aos 60 anos, relembram que a *Batalha de Confete* era a *oportunidade de começar os primeiros flertes e as primeiras paqueras* com aqueles que, como eles, iniciavam no *mundo do carnaval* e começavam a elaborar principiantes desejos homoeróticos.

Eles contam que não existiam espaços específicos para a sociabilidade de pessoas com conduta homossexual na cidade, na forma do que se convencionou chamar de "mercado GLS". Portanto, outras estratégias que envolviam, sobretudo, o flerte e a paquera em espaços públicos eram as mais utilizadas por eles. Em vista disso, o *tempo do carnaval*, que tinha início logo depois da metade do ano, mas que se tornava mais frequente entre dezembro e janeiro, era o momento em que se podia efetivamente *tentar a sorte* no mundo dos desejos, pois *quem estava na Batalha de Confete, quem estava nos ensaios, quem participava da vida do barrocão, era do lance*, lembra Roberto (82 anos).

Mais do que lembrar *lances* do *tempo de antigamente*, para as pessoas com as quais eu conversei na região, o carnaval é guardado em um lugar que lhes permite, ao rememorar, sorrir. A pronúncia da palavra carnaval já produzia uma mudança de expressão no rosto. De um semblante sério, em alguns momentos desconfiado ou triste, nascia um sorriso. A memória da alegria do carnaval encontra eco nas observações de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, "quem quiser pode participar, se fantasiar, pular nas ruas ou nos bailes, dançar, tocar, competir ou se exibir num desfile festivo, cantar pra valer, até se exaurir" (CAVALCANTI, 2011, p. 245).

Em grande medida, isso se explica, como pontuam alguns interlocutores, por ser um tempo diferente do resto do ano. Mas não se trata de um tempo de suspensão, nem de inversão, trata-se de um tempo de novas oportunidades, de novos protagonismos, de um *kairós* dentro do *cronos*. Um *kairós* que está no *cronos*, mas não é o *cronos*. O carnaval propicia, então, a reinvenção da realidade de uma forma alternativa a como ela de fato se apresenta nos demais dias do ano. Um tempo em que os problemas não deixam de existir. Um tempo em que o imaginado pode ser, mais que imaginado, posto em prática nos dias de duração aquela vida.

Por fim, parece oportuno perceber, conforme os interlocutores, que as lembranças sobre o carnaval giram em torno da ideia de *realização*. O *kairós* do carnaval é um tempo de realização pessoal, é um tempo de realização coletiva, é um tempo de realizar fantasias, é um tempo de realizar. As realizações possíveis no carnaval estão na fronteira do tempo *cronos* que existe ao longo dos dias que sucedem a festa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece relevante apontar que as lembranças aqui evocadas, as construções e elaborações dos meus contatos de campo aparecem sempre com uma marcação clara de que o carnaval é um tempo jovem. Foram poucas as vezes, ao longo das conversas que tivemos, em que as figuras que apareciam em destaque nas falas eram velhas. Tanto aqueles que lhes serviram de exemplo, como eles próprios, a medida em que o tempo vai transcorrendo, vão se afastando do mundo do carnaval e recolhendo-se nos limites da casa.

Os interlocutores mais velhos, por exemplo, não participam mais dos festejos carnavalescos, pois entendem que o tempo deles teria passado. Entendem que o tempo presente é dos jovens e que a contribuição deles já teria sido dada. O envelhecimento vai, segundo o que observei, afastando-os do carnaval. Em momentos esparsos, ou mesmo no desfile, eles aparecem. Muito mais como uma figura homenageada, pontualmente, pelas contribuições passadas, do que, propriamente, por ser um agente ativo no cotidiano da organização da festa, ou mesmo porque ainda tenha algum protagonismo.

A regra, pode-se concluir, é que as pessoas velhas tornaram-se espectadores do carnaval e ocuparem-se de guardar na memória as experiências acumuladas nos processos de construção e vivência da festa em tempos idos. Assim, extraordinariamente, elas podem contar suas memórias para um ou outro que esteja ávido por saber desses quase interditos de outrora.

Esses curiosos, quem sabe, perceberiam que o carnaval não era, como propunham os primeiros estudos na área, um momento de suspensão, fatio, ou inversão diante do tempo ordinário. Entre as muitas ações desse tempo fechado em si mesmo, constam algumas realizações: os encontros eróticos e sexuais, as descobertas, os amantes, menos discriminação, maior visibilidade, ou mesmo a possibilidade de conquista de um lugar de dignidade, o *glamour*.

O carnaval, que eu procurei analisar nesse texto, tentou dar conta dessas relações que configuram sentido a uns e outros no decorrer do processo a que se submetem. Mas que processo seria esse? Retomando algumas inspirações, esse processo diz respeito às transformações sociais que edificaram novos lugares para as condutas homossexuais (FRY, 1982; CARRARA, 2005), mediante o manejamento de distintos regimes de visibilidade (MECCIA, 2011). É surpreendente, ainda, o significado que o carnaval adquire em um contexto no qual, diferente dos grandes centros urbanos, não existe o que França identificou – e problematizou – como "mercado GLS" (FRANÇA, 2012).

Por fim, como propunha Sérgio Carrara, é possível ver com o carnaval, uma sensível mudança do "lugar social da homossexualidade", sobretudo, porque nesses lugares em que transitam os interlocutores não estamos referenciando apenas discriminação, estigma, preconceito e desqualificação (CARRARA, 2004). Há possibilidades de revelação de múltiplas potências, relações, mudanças, reformulações, reestruturações, enfim é permitido brincar jocosamente com as dores.

REFERÊNCIAS

BINNIE, Jon. **Trading places:** consumption, sexuality and the production of queer space. In: BELL, David; VALENTINE, Gill. Mapping desire. New York: Routledge, 1995, p. 182-199.

BINNIE, Jon; SKEGGS, Beverley. **Cosmopolitan knowledge and the production and consumption of sexualized space:** Manchester's gay village. The Sociological Review, v. 52, n. 1, p. 39–61, 2004.

CARRARA, Sérgio. **As vítimas do desejo:** os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Org.). **Sexualidades e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARRARA, Sérgio. **O Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o 'Lugar' da Homossexualidade.** In: GROSSI, Miriam Pillar et al. (org.). Movimentos sociais, educação e sexualidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Baianas e Velha Guarda:** corpo e envelhecimento no carnaval carioca. In: GOLDENBERG, Mirian. Corpo, envelhecimento e felicidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares**: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

FRY, Peter; McRAE, Edward. **Mesmo no carnaval baiano, "cada macaco no seu galho"**. Lampião da Esquina. Ano 1. n. 1. Mai-Jun, 1978.

_____. **Para Inglês Ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GONTIJO, Fabiano. **O Rei Momo e o arco-íris**: homossexualidade e carnaval no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP, 2000.

MECCIA, Ernesto. **Los últimos homosexuales**. Sociología de la homosexualidad y la gaycidad. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2011.

PASSAMANI, Guilherme R. **Na batida da concha**. Sociabilidades juvenis e homossexualidades reservadas no interior do Rio Grande do Sul. Santa Maria: Editora UFSM, 2011.

PASSAMANI, Guilherme R. **Batalha de Confete no "Mar de Xarayés"**: condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

PECHENY, Mário. Identidades discretas. In: RIOS, L. F. et. al. (orgs.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

Um croqui de estilos urbanos
pichadores/grafiteiros de Santa Maria

Rodrigo Nathan Romanus Dantas

O esquema mental que orienta a minha pesquisa1 sobre pichação/graffiti2 em Santa Maria3 pode ser resumido da seguinte forma: a cidade pichada/grafitada é o comum, o ponto de encontros discordantes, a arena de lutas semânticas travadas por pelo menos quatro forças sociais: a) Estado/instituições públicas; b) empresas/proprietários; c) mídias e d) pichadores/grafiteiros. Busco, neste capítulo, traçar os contornos de uma dessas quatro forças sociais, os pichadores/grafiteiros, que - em uma lógica de conflito e negociação com as demais - concorre na arena de disputas de sentido sobre a cidade. Este esboço teórico leva em conta algumas regularidades observadas na pesquisa de campo, questões relativas a gênero, faixa etária, escolaridade e classe social, mas, sobretudo, sublinha a importância da observância das questões estilísticas, corporeidades, atos performativos dos pichadores/grafiteiros, enquanto elementos que permitem o *reconhecimento* dos interlocutores perante seus pares, os processos de construção de *(in)visibilidades* e conflitos intra e extra grupo.

Os pichadores/grafiteiros de Santa Maria têm entre 16 e 30 anos de idade, sendo que a maioria está concentrada entre os 16 e 20 anos. Trata-se de rapazes e moças oriundos de diversas regiões da cidade. Em geral, são indivíduos de classe média (baixa e alta), muitos deles são filhos e/ou netos de funcionários públicos (professores, burocratas e ex-ferroviários) e de militares, segmentos centrais na formação socioeconômica de Santa Maria. É significativa também a presença entre eles daquilo que o sociólogo Jessé Souza chama de *batalhadores* ou *nova classe trabalhadora*. Ou seja, pequenos empreendedores e trabalhadores assalariados, boa parte destes sem vínculo empregatício formal, e ambos os tipos sujeitos à condições de trabalho pouco salubres, relações de trabalho e produção um tanto imprevisíveis, baixo poder de compra, baixo capital cultural e relativa vulnerabilidade na manutenção das condições materiais mínimas do cotidiano (SOUZA, 2012). A maior parte dos pichadores/grafiteiros mora com os pais; alguns mantêm uma espécie de "dupla moradia", casos em que saíram recentemente de casa, geralmente em algum bairro, para dividir apartamento com amigos ou conhecidos no centro da cidade, sem perder, entretanto, os laços de dependência e identificação com a família e com o bairro de origem.

1 Pesquisa desenvolvida no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFSM), entre os anos de 2014 e 2017, intitulada "Cores e Riscos: etnografia de uma cidade redesenhada pela pichação", sob orientação da professora Dra. Zulmira Newlands Borges.

2 No Brasil, há muitas definições, grafias e distinções entre os termos *graffiti* e pichação. Entre a definição estatal (aquela que distingue o legal do ilegal) e a maneira como os praticantes se identificam, há um imenso leque de possibilidades semânticas, marcadas, sobretudo, por um trânsito entre elas. Assim, optei por utilizar os termos pichação/graffiti e pichadores/grafiteiros, ou seja, os termos unidos e, ao mesmo tempo, separados por uma barra, uma forma de representar graficamente a questão de a fronteira entre eles ser bastante porosa.

3 A cidade de Santa Maria, hoje com cerca de 270 mil habitantes, situada na região central do Rio Grande do Sul, Brasil, e também conhecida como o "coração do Rio Grande", caracteriza-se como um polo militar nacional e referência regional em serviços na área da saúde. Parte de sua formação histórica remete a meados do século XIX, aos projetos modernizadores de construção da malha férrea e de formação da Quarta Colônia de Imigração Italiana, elementos que, a partir de então, passaram a compor a *paisagem* local, juntamente com as populações tradicionais (cruzamentos de matrizes ameríndias, ibéricas e africanas). A cidade também é conhecida como uma cidade de romeiros. Contudo, contemporaneamente, Santa Maria define-se, principalmente, como cidade universitária, pois há uma oferta relativamente grande de serviços e instituições na área da educação (várias universidades; cursos preparatórios para concursos e escolas técnicas), o que confere certa centralidade ao público jovem (oriundo de diversas regiões do estado e do país) na formação social da cidade, desde a década de 1960.

Com base na observação das interações dos pichadores/grafiteiros em seus pontos de encontro pela cidade, percebi uma predominância numérica masculina, cerca de 80%4. É difícil apontar com precisão o percentual geral de negros entre os pichadores/grafiteiros, dada a fragilidade intrínseca do critério "racial" para classificação, mas, a partir da observação, posso estimar que seja uma proporção próxima a 15%. Em termos de escolaridade, a maioria possui ensino médio completo. Dos vinte e quatro interlocutores, doze estão no ensino superior (cursam artes visuais, publicidade, *design*, letras, ciências sociais, medicina veterinária e engenharia florestal), sendo estes quatro rapazes e oito moças. Quatorze dos interlocutores trabalham, entre estes, a maioria é composta de empreendedores autônomos e de trabalhadores do tipo *free-lancer* (sem vínculo empregatício formal) ou, como eles dizem, "frila". Três rapazes e uma moça são tatuadores, seis garotas fazem "frila" como garçonete em bares e restaurantes. Outras ocupações entre os demais interlocutores: *design*, comércio de material de *street art*, corte de cabelo, vendas, costura e participação em projetos de pesquisa/extensão via universidade (bolsistas). Das situações econômicas mais contrastantes entre os vinte e quatro pichadores/grafiteiros, destaco, de um lado, um rapaz pobre e desempregado, morador da zona oeste que, na falta de dinheiro, furta latas de tinta em construções para fazer suas pichações; de outro, uma garota que também mora na zona oeste, financeiramente dependente dos pais, que são, no entanto, pessoas com condições financeiras de bancar as frequentes viagens da filha por diversas cidades (Porto Alegre, Pelotas, Florianópolis, São Paulo...) para pichar/grafitar e ampliar sua rede de relações com pichadores/grafiteiros.

Esses recortes de gênero, faixa etária, escolaridade e classe social são, entretanto, insuficientes para pensarmos os elementos que constituem o que é comum entre os pichadores/grafiteiros da cidade. É preciso ir além. O vestuário, as gírias e as músicas, em suma, critérios estilísticos, são outros indicadores que devem ser levados em conta no adensamento da descrição e análise das regularidades do grupo. Mais do que isso, tais elementos são centrais para a compreensão das formas de *reconhecimento* entre os pichadores/grafiteiros, bem como dos conflitos intra e extra grupo. E aqui, evoco Axel Honneth, como ponto de partida para essa questão:

> Diferente do conhecimento, que é um ato não público, cognitivo, o reconhecimento depende dos meios, nos quais se expressa o fato de que a outra pessoa deve possuir 'validade'(...) equivalentes a expressões vinculadas ao corporal (HONNETH, 2011, p.170, tradução nossa).

O que importa reter de Honneth, aqui, é o destaque que ele dá às expressões corporais, pois elas coordenam a ação social, sendo um mecanismo fundamental de visibilização social (HONNET, 2011)5. Fazer visível pressupõe um saber comum acerca das formas enfáticas de expressão, abreviaturas simbólicas, gestos de reconhecimento. Nessa perspectiva, *reconhecimento* é um ato performativo que remete a uma parábola moral, pois as expressões corporais simbolizam uma reação necessária para "fazer jus-

4 Contudo, é importante salientar aqui a questão dos recortes que o etnólogo faz na pesquisa de campo. Não existe olhar onisciente, apenas recortes parciais e contestáveis. Entre os vinte e quatro interlocutores da pesquisa, por exemplo, onze são mulheres, logo, trata-se de um recorte com uma proporção que destoa bastante da proporção geral do grupo. O mesmo acontece com a questão etária. Apesar de a maioria dos pichadores/grafiteiros estarem na faixa entre 16 e 20 anos de idade, entre os vinte e quatro com os quais interagi e estabeleci algum contato, a maioria está na faixa acima dos 20 anos de idade, ou seja, não representam o perfil etário predominante na totalidade do grupo na cidade (número impreciso, aproximadamente, uma centena de indivíduos). Apenas três dos interlocutores têm menos de 18 anos.

5 Outros autores, como Nancy Fraser, apresentam seus contrapontos, deslocando, por exemplo, a questão do reconhecimento na direção do seu entendimento mais enquanto uma questão de *status* social e de reivindicação por equidade social (de maneira relacional com a questão da redistribuição) do que como uma questão de corporeidades e busca de auto realização (FRASER, 2006).

tiça" à pessoa reconhecida. Nesses atos performativos circula poder, algo que sinaliza uma ligação intrínseca entre estética e política (RANCIÈRE, 2005). Assim, no estudo dos pichadores/grafiteiros, as corporeidades são um fio condutor para a interpretação de suas formas de socialização e individuação.

Em termos de vestuário, a maioria dos pichadores/grafiteiros usa boné de aba reta, calças e casacos de moletom com capuz, aparentando-se com certa moda global *hip-hop*. Outras características desses indivíduos são o uso alargadores nas orelhas, piercings e a marcação da pele com tatuagens. A maioria ouve rap, alguns pichadores/grafiteiros são MC's, mas também o punk rock, o hardcore, o funk, o reggae e o rock se fazem presentes em suas referências e repertórios culturais. O consumo de maconha e, sobretudo, a presença constante de referências imagéticas à planta entre os pichadores/grafiteiros são igualmente fortes elementos identitários do grupo, sinalizando aquilo que Howard Becker denomina como *cultura da droga* (BECKER, 2008). Mais especificamente, o reconhecimento, o aprendizado e a visibilização de uma *cultura da maconha*. Outro aspecto marcante é a prática do skate, muito apreciada por eles, elemento que reforça a centralidade da rua enquanto espaço primordial de sociabilidade entre os pichadores/grafiteiros. Há também uma maneira específica de caminhar, que chama a atenção pelo movimento enfático dos braços, pela abundância de gesticulações ao falar e um modo de ritmar as passadas que acenam (e encenam) um estar à vontade, familiarizado com a rua, uma abertura ao devir-rua. Todos esses elementos são formas de reconhecimento intersubjetivo, meios de expressar, em uma via de mão dupla, a validade dos indivíduos em relação ao grupo. Usar essas vestes, engajar o corpo dessa maneira, compartilhar um repertório musical, andar de skate, consumir e exaltar a cannabis, tudo isso compõe um repertório de possibilidades para a ação de cada indivíduo no sentido de validar-se como alguém que participa/pertence ou que está apto a participar/pertencer ao grupo, assim como para validar e reconhecê-lo enquanto tal, ou seja, para ser reconhecido enquanto alguém que reconhece.

As gírias constituem parte fundamental dos critérios estilísticos para a interpretação dessas culturas urbanas. Dentre as principais está o *rolê*, que pode ter pelo menos três significados, dependendo do contexto. "Dar um *rolê*" pode ser traduzido como "sair para pichar/grafitar"; mas *rolê* também pode fazer referência aos pontos de encontro dos pichadores/grafiteiros na cidade, ou melhor, à frequência com que o pichador/grafiteiro é visto e dado a ver perante seus pares nesses espaços de sociabilidade, uma questão de *visibilidade*: "encontrar a galera no *rolê*", "faz tempo que não te vejo no *rolê*", "nunca vi esse cara no *rolê*", "ele sumiu do *rolê*". Outro sentido para a gíria é o de pertencimento, "eu sou do *rolê*", "os que são do *rolê*".

Quebrada é outra gíria muito utilizada, significa periferia. Ela expressa, de maneira mais ou menos explícita, certo orgulho da familiaridade em relação aos riscos, aos perigos e precariedades da vida na periferia: "ando pela *quebrada*", "na minha *quebrada*", "conheço a *quebrada*". Como índice desse orgulho de pertencer, grande parte das pichações/graffiti faz referência às *quebrada*s, inscrições na forma dos nomes de bairros e vilas ou de uma referência geográfica mais abrangente no mapa da cidade (Zona Leste, Zona Oeste...). Pichadores/grafiteiros que não moram na periferia também usam a gíria como indicador de reconhecimento/pertencimento; é importante, para eles, dar a ver (acenar e encenar) que, pelo menos, andam eventualmente pela *quebrada*.

A gíria *trampo* significa trabalho, em amplo sentido. "Preciso arranjar um *trampo*" quer dizer "preciso arranjar um trabalho, um emprego, uma fonte de renda". Mas a

gíria vai além, ela é também é utilizada para referir-se à pichação/graffiti: "vou colocar meu *trampo* na rua", "fazer um *trampo* naquela parede". Neste caso, o uso da gíria *trampo* não passa necessariamente pela questão monetária, sendo o processo criativo o sentido central que lhe é atribuído pelos pichadores/grafiteiros. Criar um desenho colorido elaborado ou mesmo uma simples *tag* (assinatura) exige sempre algum esforço criativo, estar "com a mente a milhão", como dizem os pichadores/grafiteiros. O processo criativo da "mente a milhão" é seguido pelo ato de "colocar o *trampo* na rua", etapa que, segundo eles, exige um "estudo do lugar". Como arremate, o registro do *trampo* em foto ou vídeo e o compartilhamento com os pares. Tais ações apontam para uma produção estética dos processos de individuação e socialização, "códigos e corporeidades (técnicas) que lhes permitem identificar ou, ao contrário, se desligar, numa escala infinita de variações, das representações ou dos enunciados culturais nos quais exercem ou se expõem" (GARRABÉ, 2009, p. 65). *Trampo* é, sobretudo, uma produção de si, subjetivação. Muito antes da questão monetária, o que está em jogo é a potência de agir e o desejo de reconhecimento.

Essa forma de encarar a prática da pichação/graffiti, enquanto *trampo*, aponta para pelo menos duas outras questões importantes. 1) Existe um contraste dessa semântica do trabalho em relação às frequentes rotulações de "vagabundos" das quais os pichadores/grafiteiros são alvo. A rotulação é feita corriqueiramente no sentido de rechaçar quem não trabalha, mais especificamente, aviltar quem não faz dinheiro, ou desprezar quem tão simplesmente não demonstra muito apreço em relação à crença de que "o trabalho dignifica o homem". Na pesquisa de campo junto aos pichadores/grafiteiros, entretanto, observei outros vieses. Os pichadores/grafiteiros têm ou fazem *trampos* em amplo sentido: uns possuem um *trampo* convencional que gera renda em paralelo com a prática não remunerada da pichação/graffiti; outros têm na pichação/graffiti uma fonte de renda, seguidos dos aspirantes, ou seja, dos pichadores/grafiteiros que acham que seria formidável fazer dinheiro com seus riscos e cores, aliar o útil ao agradável, e, com vistas a tal fim, conduzem sua ação no sentido de um constante aprimoramento das corporeidades, das técnicas da pichação/graffiti, sinalizando, assim, um esforço, algo que "dá trabalho". Para ser mais preciso no que quero dizer, o léxico dos pichadores/grafiteiros transborda a dimensão monetária do trabalho, fazendo com que o termo depreciativo "vagabundo" sofra um relativo esvaziamento de sentido. 2) Há uma etapa *invisível* na elaboração do *trampo*, ou seja, há um processo criativo e de aprendizagem que fica longe dos olhos dos caminhantes e observadores das ruas, algo que antecede o dar a ver, os bastidores, *invisíveis* à maioria dos citadinos, da construção da *visibilidade* da pichação/graffiti.

Corre também é uma gíria dos pichadores/grafiteiros. Não enquanto verbo, mas como substantivo: *o corre*. Trata-se, por um lado, de uma abreviação da palavra correria, em seu sentido de corre-corre, de cotidiano marcado pela pressa, pela falta de tempo. Entretanto, o *corre* não se dá somente em função de atividades e compromissos convencionais (trabalho, estudos, família...) que, como bem assinalado por Georg Simmel em *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito*, em grande medida se resumem a uma corrida em torno do (e movida pelo) dinheiro (SIMMEL, 2009). Porém, isso não é tudo. Quando um pichador/grafiteiro diz "tamo aí no *corre*", "tamo aí no *corre*, *trampando* direto, mas sempre no *rolê*", ele também está se referindo ao esforço de conciliar as atividades e compromissos convencionais (o corre-corre, a corrida monetária) com a prática da pichação/graffiti, algo como: "estou aí, tentando sempre achar um tempo entre os afazeres para dar um *rolê*". Essa questão sublinha um empenho por parte dos

pichadores/grafiteiros em abrir e/ou conservar fendas de tempo livre e lazer em meio aos imperativos da rotinização disciplinadora. O *corre* remete, portanto, àquilo que Michel De Certeau chama de *táticas* para a invenção do cotidiano (CERTEAU, 2007).

Ao observar suas interações, percebi que é importante para os pichadores/grafiteiros dar a ver perante seus pares que há uma luta individual para que o corre-corre não soterre os *rolês*, ou seja, um *corre* para que o corre-corre, a pressa e a falta de tempo, não sejam desculpas para a interrupção das saídas para pichar/grafitar pela cidade. Temos aí um exemplo de "'estetização' da vida quotidiana como forma última de desafiar a dispersão e o aniquilamento existencial de seu corpo social" (ROCHA; ECKERT, 2013, p.239). Longe de ser tão somente o reino do caos, do cálculo frio e da fragmentação social, a cidade é palco de encontros, trocas e memórias.

Não é simples estar no *corre*, visto que os *rolês*, permeados por infrações e/ou estigmas, podem interferir de maneira não desejada na vida cotidiana dos pichadores/grafiteiros, colidindo moralmente com suas atividades e compromissos convencionais. O *corre* implica risco de colisão. Em muitas circunstâncias, na colisão com os poderes instituídos, com a polícia especialmente, pode haver uma transmutação do *corre*: de substantivo para verbo no imperativo. Como diz uma letra do Rima Suprema, grupo de rap da Zona Leste da cidade: "corre que lá vem os 'homi'!". E uma pichação/graffiti que vi pelas ruas da cidade: "pichar é uma arte, correr faz parte!".

O *corre* remete a outra gíria: *missão*. Trata-se do encargo que cada pichador/grafiteiro chama para si de dar-se a ver. "Tamo aí, na *missão*!", "tô só por fazer aquela *missão*", dizem. A *missão* de elevar a sua *tag* (assinatura das ruas) a uma categoria superior, o mais visível possível. Sobre a escalada de prédios para pichar/grafitar, uma das *missões* mais consagradas, um dos pichadores/grafiteiros local diz:

> É adrenalina mil grau. E tu tem que tá controlando tudo aquilo. Tu tem que tá sereno. Tu tem que saber o teu limite. Só na mão. Só seca bem as mão, Seca os pé, e vai que vai. Já teve prédio que eu subi 10 andares [...] Eu me sinto mais inteligente. Questão de estratégia. Tu tem que sempre ter uma estratégia para subir nos lugares, pra ti fugir da polícia. Tem que ter sempre em mente um plano de fuga.

Esse sentimento de aumento de potência, uma espécie de superpoder, inclui também a ausência do medo da morte (ou pelo menos a sua suspensão circunstancial) para a execução da *missão*. "Não sei se vou morrer pixando, se vão me matar. Vou dar muito incômodo ainda", diz o pichador/grafiteiro. Concluir a *missão* e ver a própria pichação/graffiti estampada pela cidade significa a ostentação da presença, da resistência e da superação em relação às adversidades (a polícia, as texturas irregulares das superfícies urbanas, o corre-corre...). Cabe notar que, sendo a criação de uma *tag* a de um alter ego, um personagem, a *missão* carrega, assim, uma dimensão de ato heróico não só pelos riscos que a envolvem, mas pelo seu caráter alegórico. Em outras palavras, "as missões funcionam como simulacros de situações que remetem para imaginários cinematográficos e alegorias belicistas, contextos particularmente adequados à exibição de actos de bravura e à consagração dos mais valorosos" (CAMPOS, 2009, p.159.). Nesse ponto, confluem as figuras legendárias do bandido e do aventureiro.

Esses atos de bravura são celebrados e possuem uma gíria própria para designá-los: *cara dura*. Trata-se de um derivado da gíria popular "cara de pau", alusão à pessoa que não tem limites e bom senso na hora de agir, que faz o que quer do jeito que quer,

não importando o que os outros pensam a respeito ou o constrangimento que ela pode causar. O que está em jogo é chocar as pessoas com atos e palavras e orgulhar-se disso, provocando admiração entre os pares e assombro entre aqueles que são contrários à prática da pichação/graffiti. A atitude *cara dura* reforça o heroísmo da *missão*. Nesse sentido, a fala de uma pichadora/grafiteira é bem ilustrativa: "Essa *cara dura* de ir pra rua e enfrentar milhares de opiniões diferentes a respeito disso, de enfrentar o perigo de ser preso, de ter problemas a respeito disso. Admiro muito isso". Por vezes presenciei conversas de pichadores/grafiteiros que exaltavam a *cara dura* daqueles que subiam em prédios para pichar/grafitar ilegalmente. Nesse sentido, lembro de Alexander Kojève, que atribui uma dimensão ontológica ao risco, dizendo que:

> O homem se confirma como humano ao arriscar a vida para satisfazer seu desejo humano, isto é, seu desejo que busca outro desejo [...]. Desejar o desejo do outro é, em última análise, desejar que o valor que eu sou ou que represento seja o valor desejado por esse outro (...) E o risco de vida pelo qual se confirma a realidade humana é um risco em função desse desejo. Falar da origem da consciência-de-si é, pois, necessariamente falar de uma luta de morte em vista do reconhecimento. Sem essa luta de morte por puro prestígio nunca teria havido seres humanos na Terra (KOJÈVE, 2002, p. 4).

Nessas lutas por prestígio, há conflitos não apenas com os poderes hegemônicos/estabelecidos, mas também intra grupo. A gíria *atropelar*, por exemplo, significa pichar/grafitar por cima da pichação/graffiti de outro pichador/grafiteiro. O *atropelo* tem uma dimensão valorativa, é visto como uma falta de respeito, uma afronta. Contudo, ao mesmo tempo em que "não *atropelar* o trampo do outro no *rolê*" é uma espécie de regra do grupo, a maioria reconhece também que "o *atropelo* faz parte do *rolê*". Trata-se, portanto, de uma relação ambígua com a prática do *atropelo*. Em parte, isso pode ser compreendido pelo fato de que o *atropelo* é uma forma de tornar o conflito manifesto, que, como tal, carrega uma dimensão de desafio, algo que pressupõe a autonomia do desafiado, sua não infantilização, a não tutela do outro. Os *atropelos* pelos muros da cidade são indícios dessas querelas, conhecidas como *tretas*.

O teor belicista dessas alegorias e simulacros espetaculares que permeiam as *missões* fica bastante explícito em outra gíria: *tocar o terror*. "Na noite, os pixador *tocando os terror*, o sistema ficou em choque, até na TV passou... digitou 190, 'riscaram toda minha casa'... as *crews* representou... Santa Maria tá riscada", diz a letra da música "Pixadores", de Young Maike, MC da zona leste da cidade. Nesse aspecto, o heroísmo dos pichadores/grafiteiros é, sobretudo, anti-heroico, pois "antissistema", um herói terrorista. Esse caráter malevolente que envolve a prática da pichação/graffiti também ganha expressão em outra gíria: *cramulhado*. Trata-se de uma referência ao cramulhão, figura típica do imaginário ocidental, mais conhecida como diabo ou Lúcifer, a personificação do mal6. Quando um pichador/grafiteiro diz "hoje a noite tá *cramulhada*", quer dizer que a noite está cheia de más intenções, de desejo de ferir ou prejudicar. "Aquela parede tá *cramulhada*" significa que ela foi tomada pelos cramulhões riscadores, que ela está totalmente coberta de pichações/graffiti. Todavia, a atmosfera *cramulhada* não deve ser entendida como uma via de mão única. Como na maioria das cosmogonias "pagãs" (não maniqueístas), o mal está em todo lugar, assim, as más intenções, o desejo de ferir e prejudicar pode recair sobre os próprios pichadores/grafiteiros. Isso se dá

6 Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, fala-se *cramunhão*, conhecido como *Capeta da Garrafa*. As narrativas em torno dessa figura, nessas versões regionais, remetem à ideia de pacto, a troca da alma pela realização de algum desejo (dinheiro, poder e glória, basicamente).

quando eles são pegos pela polícia ou por algum proprietário enfurecido, quando estes não se contentam apenas em denunciá-los ou enquadrá-los na lei, mas querem fazer justiçamento, ou seja, puni-los aplicando-lhes algum suplício corporal. Tomar tapas, pontapés, tiros de raspão, cuspe ou tinta no rosto, ser obrigado a mastigar e engolir a esponja dos rolos de pintura... Eis algumas dessas formas de suplício corporal sofridas e relatadas pelos pichadores/grafiteiros.

A atmosfera *cramulhada*, tanto no que concerne à *tocação de terror* quanto ao justiçamento, é marcada também pelo *ressentimento*. A experiência do *ressentimento*, sua intensidade e os objetos para os quais se dirige têm sua origem, segundo Jack Barbalet, em processos de comparação, frustração e opressão (BARBALET, 1998). Em outro trecho da mesma música de Young Maike, citada anteriormente, há, por exemplo, uma crítica ao poder público: "nas *quebradas* ainda tem sangue, mas é na merda do centro que vocês investem a grana!". Em alguns muros da cidade, a pichação que exclama: "cidade opressora!". De outro lado, aqueles que repudiam as pichações/graffiti e que, no limite, endossam o justiçamento, são tomados por um *ressentimento* que, em parte, pode ser compreendido a partir daquilo que o sociólogo Roberto Dutra7 chama de *liberalismo popular*. Trata-se de alguns valores que tradicionalmente eram associados às classes médias, mas que têm encontrado solo fértil para germinarem no seio da chamada *nova classe trabalhadora*. Esse liberalismo popular tem como pano de fundo a ideia de que reconhecimento e dignidade pressupõe um indivíduo que "pague as próprias contas", reflete um desejo de ser respeitado na sua privacidade (o sonho da casa e do carro próprio são emblemáticos), um projeto de vida calcado na ascensão via consumo, uma ojeriza à representação política e um sentimento de abandono em relação ao poder público (daí o constante queixume sobre a "bandidagem" e o clamor por mais policiamento nas ruas), uma valorização da família, da iniciativa individual e do empreendedorismo (que tem como uma de suas inflexões a teologia da prosperidade) (DUTRA, 2016). Para esses indivíduos, ter o muro de casa ou a fachada do estabelecimento comercial pichados/grafitados sem autorização, ter a propriedade violada por alguém que, aos seus olhos, não passa de um "vagabundo", é a antítese dos anseios desse liberalismo popular. Nesse sentido, "o espírito vingativo e o ressentimento constituem a apreensão emocional de uma violação social da satisfação de um desejo" (BARBALET, 1998, p.186), e isso se dá em ambos os casos, na *tocação de terror* e no justiçamento. E mais. Não se trata, portanto, de um ressentimento que se dá entre classes sociais (e seu desdobramento "quebrada *versus* centro") tão somente, como um olhar apressado poderia sugerir, mas também de um ressentimento intra classe, visto que grande parte dos pichadores/grafiteiros e dos proprietários enfurecidos se encontram em um mesmo recorte da estratificação social: a *nova classe trabalhadora* e parte das classes médias.

Enfim, com esse esboço sobre os pichadores/grafiteiros de Santa Maria, é possível delinear algumas hipóteses interpretativas. Ler a pichação/graffiti na chave dos critérios estilísticos (vestuário, gírias, músicas...), das corporeidades, dos atos performativos, abre caminhos para alargar a compreensão das questões de reconhecimento, construção de (in)visibilidades e conflitos intra e extra grupo, para além dos recortes mais genéricos (classe social, gênero, raça, escolaridade e faixa etária). Trata-se de processos de individuação e socialização permeados por riscos, lutas por puro prestígio que formam e deformam laços, bem como de formas de ressentimento que não se dão apenas entre classes sociais (ou periferia *versus* centro), mas intra classe social. Essas

7 Em entrevista para o jornal El País, publicada em 16 de junho de 2016, disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/25/politica/1464213018_877456.html

questões passam, portanto, ao largo das visões policialescas (que hegemonizam grande parte dos jornais locais) bem como das interpretações romantizadas que reduzem a pichação/graffiti a uma manifestação puramente classista ou étnico-racial. Por fim, é justamente a partir do croqui dessa estilística urbana, do esboço de algumas regularidades do grupo, que também se abre caminho para a percepção, o questionamento e a interpretação acerca das quebras, dos transbordamentos e contingências, ou seja, das irregularidades.

REFERÊNCIAS

BARBALET, Jack. **Emoção, Teoria social e Estrutura Social:** uma abordagem macrossocial. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

BECKER, Howard. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAMPOS, Ricardo. Entre as luzes e as sombras da cidade: visibilidade e invisibilidade no *graffiti*. **Etnográfica**, Lisboa, v.13, n.1, p-145-170, 2009.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o Reconocimiento?Un Debate Político-Filosófico**. Madrid: Ediciones Morata y Fundación Paideia Galiza, 2006.

GARRABÉ, Laure. O Estudo das Práticas Performativas na Perspectiva de uma Antropologia da Estética. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, vol.2, n.1, p.62-92, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HONNETH, Axel. Invisibilidad. Sobre la epistemologia moral del reconocimiento. In: _____. **La sociedad del desprecio**. Madrid: Editorial Trota, 2011, pp.165-181.

KOJÈVE, Alexander. **Introdução à Leitura de Hegel**. Rio de Janeiro:Contraponto: EDUERJ, 2002.

SIMMEL, Georg. **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito.** Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

SOUZA, Jessé (Org.). **Os Batalhadores Brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível**. São Paulo: EXO experimental, 2005.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. **Antropologia da e na cidade**: interpretações sobre as formas da vida urbana. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

Genética e memória entre os familiares dos desaparecidos na Argentina

Virginia Vecchioli

As narrativas memoriais sobre o terrorismo de Estado na Argentina têm como uma das suas características mais marcantes o fato de fazer apelo a uma "comunidade de sangue" como forma de representação pública. Aqueles que enfrentaram a ditadura e conseguiram colocar no centro da agenda pública nacional as graves consequências do terrorismo de Estado uma vez iniciada a democracia, são grupos que, na sua maior parte, se definem publicamente a partir de uma relação de consanguinidade - existente ou proclamada - com as vítimas do terrorismo de Estado. O apelo às categorias de parentesco parece construir uma verdadeira família imaginada como integrada pelas Avós da Praça de Maio, Mães da Praça de Maio, os Filhos pela Identidade, a Justiça, contra o Esquecimento e o Silêncio (FILHOS) e dos Irm@s de Desaparecidos pela Verdade e a Justiça (IRM@S).

A constituição de uma "comunidade" de iguais é possível em tanto os vínculos de sangue entre as vítimas e suas famílias são estendidos a todos os envolvidos nesta forma de ativismo, a partir do apelo a categoria de irmandade para falar do vínculo entre as integrantes da geração das mães dos desaparecidos ou das avós com netos roubados a suas famílias de origem. O mesmo acontece com a geração dos netos que se reúnem na associação de direitos humanos Filhos pela Identidade, a Justiça, contra o Esquecimento e o Silêncio (FILHOS). As agrupações se integram a partir do princípio da matrilinealidade como forma de articulação entre os grupos. Estes fatos revelam a vigência de um uso classificatório das categorias do parentesco como instrumento de reivindicação de demandas coletivas.

A análise da centralidade desta forma de ativismo abre um conjunto de perguntas: o que está envolvido nesta forma de narrar o passado em clave de parentesco? Como explicar a pertinência das categorias de parentesco e dos princípios de adesão com base na família como forma legítima de ação política? O que está envolvido neste domínio do princípio do sangue na conformação do movimento pelos direitos humanos (DDHH)? Que conflitos e tensões ela traz?

O PODER DO SANGUE

Nas narrativas das ativistas deste movimento, destaca-se como atributo marcante o fato de apresentar seu engajamento público como derivado diretamente do "instinto" materno, atribuindo à maternidade a fonte primária e fundamental de sua militância. Deste vínculo primordial, se derivam a coragem, a força e a resistência demonstrada pelos familiares ao longo dos anos e se explica o fato delas se integrarem a associações de defesa dos direitos humanos. Como asseguram as Mães, elas estavam dispostas a fazer qualquer coisa para encontrar seus filhos e permanecem assim porque, do ponto de vista delas, a luta das mães não pode ser interrompida por nada dado que ela é uma consequência do vínculo de sangue com as vítimas.

Na narrativa destas mulheres, a ocupação da Praça de Maio aparece como o momento de fundação do seu ativismo e que revela tudo o que elas têm em comum. Trata-se de um ato que faz visível os valores singulares que norteiam sua militância e contribuíram a aumentar o seu capital de prestígio: a coragem de enfrentar sozinhas à ditadura na boca do lobo, quando "... ninguém saiu naquele momento [...] e não havia advogado para defendê-las, não tinha políticos, não havia ninguém..." (BONAFINI, 1996).

A atuação pública é explicada em termos essencialistas por referência ao sangue, um vínculo intransferível que marca com a mesma qualidade às relações dentro desta comunidade imaginada. Esta qualidade intransferível do vínculo aparece explicitada em declarações como "apenas e só uma Mãe pode entender a outra Mãe" (MELLIVOBSKY, 1990, p.23), ou "[...] na Praça éramos todas iguais. O que aconteceu com você? Como aconteceu? Éramos uma igual a outra, a todas tinham-nos levado os filhos, com todas acontecia a mesma coisa [...] Era como que *não existia qualquer diferença entre nós*" (BONAFINI, 1996, ênfase minha).

Nas suas falas salienta-se sempre que "não existem diferenças entre nós". Assim no testemunho de uma mãe: "Não perguntávamos para ninguém quais ideias políticas tinha, ou quem eram seus filhos[...] o fato de ter uma pessoa desaparecida, só isso, fazia com que se estabelecera *uma irmandade* entre nós" (MELLIVOBSKY, 1990, p. 93, minha ênfase).

As narrativas dos netos que foram roubados pela ditadura e recuperados em democracia seguem os mesmos princípios. "O sangue que passa pelas veias" se impõe como princípio que interpreta seus destinos, trajetórias profissionais, e preferências pessoais. O que eles todos têm em comum é o fato de compartilhar o mesmo sangue. No relato modelar sobre a restituição da identidade do neto da Presidenta da Associação Avós de Praça de Maio Estela de Carlotto, a biologia explica não só o parecido físico de Ignacio Montoya Carlotto com a família paterna, mas também o fato dele ser torcedor do mesmo time do seu pai desaparecido e ter a mesma vocação pela música que seu pai:

> A coisa surpreendente é que eu não conseguia me explicar de onde veio a minha vocação musical" porque a educação que tinha recebido "levou-me a outra coisa" (ela tinha-se formado como oficial construtor). "Sempre teve essa pergunta sem resposta, como uma conta aberta: por que você se dedicou à música? [...] Eu não me conseguia explicar1.

Mais surpreendente ainda, Ignacio estava impregnado com a luta do movimento pelos direitos humanos, a tal ponto que ele tinha composto uma música "Para a memória" e tinha participado em 2010 no evento musical "Os músicos pela Identidade", organizado pela própria associação Avós da Praça de Maio em conjunto com o Ministério da Educação. Apenas dois anos antes, tinha celebrado na sua conta no Twitter a restituição de um novo neto. O cruzamento entre as histórias de Oscar Montoya, Laura Carlotto (os pais desaparecidos de Ignacio) e Ignacio permitir-lhes esses atores verificar que eles são uma família em tanto "há uma série de coincidências, coisas intangíveis que são claramente de natureza genética"2.

1 Ignacio tem seus pais desaparecidos. Foi criado por uma família camponesa que ignorava as origens dele. Em "soy muy parecido a mi papá, verme en las fotos es algo que me golpea" http://www.infojusnoticias.gov.ar/nacionales/soy-muy-parecido-a-mi-papa-verme-en-la-foto-es-algo-que--golpea-5473.html

2 Ibidem.



Imagem 1 - Estela e Ignacio se apresentam em publico. Foto: Arquivo Jornal La Nación[3]

Nas narrativas de recuperação dos netos apropriados ilegalmente, os dados biográficos dos protagonistas destas histórias são organizados de forma a evidenciar a existência irrefutável "de uma memória genética" que vincula as histórias de forma essencialista. Na fala de um neto recuperado, Juan Cabandié aparece a seguinte colocação:

> O plano sinistro da ditadura não conseguiu apagar o registro da memória que estava passando pelas minhas veias... Bastaram 15 dias em que a minha mãe me amamentou e me nomeou Juan, para que eu dissesse aos meus amigos, antes que eu saber quem era minha família, antes que eu saber da minha história, que eu queria me chamar de Juan, como a minha mãe me chamou durante o cativeiro na ESMA [centro clandestino de detenção de prisioneiros políticos]4.

Igual ao caso de Ignacio, no caso de Juan, o sangue e a filiação são considerados como os elementos modelares que dão conta da sua própria trajetória biográfica e permite compreender, no caso dele, a vocação pela política:

> Eu não podia encontrar uma explicação [...] Eu penso muito diferente dele [seu sequestrador] Por que eu ia às mobilizações de rua? Eu me perguntava por que eu passei oito anos da minha vida indo todos os sábados para uma favela ou para um centro para crianças órfãs para fazer atividades recreativas. Isso me chamava a atenção. Como, tendo nascido num contexto como eu nasci, eu faço isso? De onde tirei tudo isso? [...] tudo isso estava dentro de mim [...] Isso está no sangue5.

Assim como o sangue explica para as mães seu engajamento na demanda pela aparição dos filhos, na recuperação da identidade dos netos dos desaparecidos, o sangue aparece como a chave explicativa central para todos os envolvidos nestas histórias: "é ali que está uma das respostas mais importantes"6.

3 Disponivel on line em : lanacion.com.ar/1816363-se-cumple-un-ano-de-la-aparicion-del-nieto-de-estela-de-carlotto

4 Juan Cabandié tem ambos os pais desaparecidos. Sua mãe foi assassinada e desaparecida 15 dia depois dele ter nascido no centro clandestino que funcionou na ESMA e foi criado pela família de um integrante das Forças Armadas. Cabandie 2004. Em: http://www.abuelas.org.ar/discursos/d02.htm

5 Ibidem

6 En "soy muy parecido a mi papá, verme en las fotos es algo que me golpea" En: http://www.infojusnoticias.gov.ar/nacionales/soy-muy-parecido-a-mi-papa-verme-en-la-foto-es-algo-que-golpea-5473.html

Estas cenas exibem magistralmente um dos valores fundamentais da nossa vida social: o caráter "natural" da família, a família concebida como um grupo de base biológica cuja "natureza" e destino é ficar juntos e unidos. Os testemunhos destacados acima, que exaltam a semelhança entre as experiências dos filhos e dos pais expressam precisamente uma noção legítima de família concebida como "[...] um modo de pertença a um grupo fundado acima de uma comunidade de condição, de moradia e do sangue, em suma, um conjunto homogêneo equipado com uma coesão que é baseada na "semelhança" de agentes que a compõem" (LENOIR, 2003).

No interior deste universo, a genética, "a memória que passa pelas" explica o engajamento público. Nas suas falas públicas, as mulheres que integram as associações de direitos humanos se apresentam donas de casa carentes de toda experiência política prévia: "[...] Nós, não sabíamos nada, não entendíamos nada, fomos estúpidas, rudes, tivemos que aprender por causa dessa dor [...] *todos nós aprendemos na Praça* (ibid., minha ênfase). O fato de privilegiar a inexperiência, a ingenuidade e a espontaneidade cria proximidade com as histórias prototípicas de qualquer mãe de família de classe média urbana. Assim Estela de Carlotto, a presidenta das Avós, apresenta a si mesma como nascida em um lar católico, casada com seu primeiro e único namorado, professora e diretora de uma escola pública de primeiro grau localizada na periferia da cidade de La Plata. Sem vocação para a política, ela viveu dedicada a criar seus quatro filhos, a seu marido e a seu trabalho na escola. Entre o estoque de anedotas, ela destaca o gosto pela culinária e a costura, seu apelido de família, o costume da mesa de domingo cercada pelos filhos e netos, sua faceirice, sua simplicidade, sua vida austera. Trata-se de um perfil e uma trajetória como mãe e avó, com a qual muitos argentinos poderiam se identificar.

A ênfase na inexperiência política destas mulheres só aumenta o valor do seu engajamento dado que elas mesmas "não tinham ideia de que estavam começando a maior façanha de ética da Argentina contemporânea"7. Mesmo que uma análise da trajetória prévia de várias destas mulheres permite reconhecer importantes engajamentos políticos antes do golpe de Estado de 1976, estas experiências são silenciadas em favor de um relato biográfico no qual o movimento "da casa à Praça" aparece como fruto do instinto, da dor, do vínculo do sangue com as vítimas.

Este relato envolve uma forma de intervir na vida pública que se caracteriza pelo estabelecimento de uma fronteira: de um lado, os "familiares" e do outro os "políticos" ou aqueles que detêm cargos públicos, como uma oposição entre aqueles que estão colocados no lado do compromisso moral transcendente em defesa da vida contra aqueles que estão localizados no lado de interesse particular. A opção moral pelos laços familiares é tão importante que os estatutos das próprias organizações proíbem a participação das Mães em cargos públicos.

Se nos discursos de todos os ativistas dos direitos humanos é exaltada uma ética do compromisso moral com a causa, são os parentes aqueles que não são obrigados a demonstrar ou provar nada. Seu compromisso aparece como algo inerente ao vínculo. E é este vínculo com as vítimas o que funda a preeminência moral dos "familiares", instaurando-se, assim, uma fronteira e uma relação hierárquica dentro do "movimento": a militância baseada em uma relação de consanguinidade com as vítimas se contrapõe hierarquicamente a um ativismo cujo compromisso com a causa possui outra base que

7 Bruschtein, Jornal Página/12, 29.04.97.

não a "biológica", como são os organismos criados por profissionais do direito - como os casos da Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos (APDH) e do Centro de Estudos em Ciências jurídicas e Sociais (CELS) - ou por membros da Igreja, - como o Movimento Ecumênico para os Direitos Humanos (MEDH) ou ligados a ela, como o Serviço Paz e Justiça (Serpaj). A genética compartida entre avós, mães e netos, aparece como um princípio que outorga máxima legitimidade no interior do universo das vítimas. Estas narrativas em chave de parentesco estão dotadas de um elo sagrado que ultrapassa qualquer interesse particular e, portanto, se pretendem livres de controvérsias.

A legitimidade que outorga este tipo de recurso não só é reconhecido, mas também é contestado por outras associações que não baseiam seus princípios de adesão em uma relação de consanguinidade existente ou proclamada com as vítimas, como aparece revelado quando se reclama que

> [...] toda a sociedade foi vítima de terrorismo de estado. E, portanto, não apenas aqueles que sofreram a perda de um familiar imediato são guardiões de um mandato especial que lhes atribuí a uma autoridade moral exclusiva para decidir absolutamente sobre o que deve e não deve ser feito (CELS, 2000, ênfase minha).

O SANGUE E AS SUAS FRONTEIRAS SIMBÓLICAS

No dia 5 de agosto de 2014 a sociedade argentina toda comemorou o encontro entre a Avó Estela de Carlotto e seu neto Ignácio depois de 36 anos de permanente busca. Na conferência de imprensa, a presidente das Avós foi cercada por seus três filhos, muitos de seus treze netos, dois bisnetos, outros avós que acompanham a organização desde seus inícios em 1978, colaboradores, outros netos recuperados e altos funcionários públicos. A sede da associação não foi o suficiente para acomodar tantas pessoas que vieram espontaneamente para celebrar o evento, de modo que acompanharam o anúncio desde a rua com gritos e cantos. Estela foi capa dos principais jornais nacionais, foi convidada para programas de televisão com a maior audiência no país e foi recebida pela presidenta da nação. O próprio papa Francisco recebeu a Estela e a Ignacio no Vaticano.

No mesmo dia, outra cena desenvolvia-se em simultâneo na cidade de Buenos Aires. A neta recuperada Maria Victoria Moyano Artigas, nascida em um centro clandestino e entregue a outra família antes do assassinato da mãe, foi brutalmente presa pelas forças repressivas em quanto participava de um protesto sindical. A operação incluiu o uso de spray de pimenta, a quebra do vidro do carro em que ela estava, a abertura violenta da porta e o fato dela ser tirada do carro pela força e levada para uma prisão junto com outros líderes sindicais e os membros do Partido Socialista dos Trabalhadores (PTS). Os jornais nacionais não dedicaram quase nenhuma linha a dar conta do assunto. Os funcionários do governo nada falaram. Não houve reconhecimento por parte do Estado para Maria Victoria, nenhuma compaixão pela sua situação nem atenção para as suas reivindicações políticas.



Imagem 2- Momento em que Maria Victoria é detida pela força. Foto: Telam[8]

Enquanto Maria Victoria ocupa, enquanto neta, uma posição objetivamente equivalente à Ignacio e ambos são classificados simbolicamente como "irmãos" no interior do coletivo Filhos, as duas cenas revelam a existência de uma hierarquia moral nas relações de sangue e, inclusive, o desenho de uma fronteira simbólica que separa as boas e más maneiras de ser um membro da família. A situação descrita expressa com muita força que os vínculos primordiais não estão isentos de conflitos. A existência desta hierarquia explica porque Maria Victoria não merecia nem a mesma emoção quando foi restituída, nem agora merece qualquer sentimento de compaixão contra a sua prisão.

Como entender essas desigualdades na distribuição dos sentimentos de compaixão, emoção e solidariedade para com as vítimas? De acordo com Fassin, a razão humanitária ergue uma sentimentalização das relações políticas, mas apenas daquelas que conseguem ser representadas como meritórias no espaço público (FASSIN, 2011). Se o mérito é parte dos valores obrigados da compaixão, a ausência desse sentimento coletivo no caso de Maria Victoria pode estar localizada precisamente nas propriedades reunidos em seu perfil: apesar de ter uma ativa militância como jovem e integrar uma associação de direitos humanos, dois elementos especialmente privilegiados dentro do kirchnerismo, Maria Victoria integra um partido de oposição e uma organização de direitos humanos que se define como "independente" do governo e que luta não só pelos desaparecidos de ontem, mas também pelos desaparecidos da democracia.

A restituição de Ignacio virou uma celebração coletiva porque às qualidades estabelecidas acima (parecido físico, vocação profissional) outra condição chave é adicionada: as qualidades morais do neto. Nas demonstrações de sua família biológica, Guido foi

8 Disponível on line em: http://www.lanacion.com.ar/1719728-la-historia-de-victoria-moyano-la-nieta-recuperada-que-fue-detenida-por-protestar-en-lear

descrito como “um bom garoto, que foi bem criado”, “um menino saudável”. Claudia Carlotto, tia de Ignacio e Diretora da agência oficial Comissão Nacional pelo Direito à Identidade (CONADI) enfatizou esta qualidade e destacou os riscos envolvidos em qualquer restituição: “As pessoas que o criaram não tinha nada a ver com repressão [...] Eu estava com muito medo [...], que tivesse sido criado por um milico de merda que tivesse adoecido a sua cabeça”9 Para Estela há também esse risco, “todos os casos de restituição tem a sua particularidade [...] [de acordo com] a resposta do rapaz. Quando eles vêm voluntariamente é bom, quando não é normalmente ruim. Em outras palavras, há uma grande matiz”10.

As qualidades da avó também são chaves nesta história. O aparecimento de Ignacio coloca em destaque o perfil e a trajetória de uma mãe e avó, com o qual muitos argentinos podem se identificar. Ao longo dos anos, Estela tem cultivado um perfil público que coloca ela por fora de qualquer controvérsia. Ela está localizada na cima de uma hierarquia virtuosa. Os efeitos desta hierarquia são evidenciados perante a escassa atenção do público recebida pela a sua avó paterna, Hortensia Ardura Montoya, uma avó que, ao igual que Estela, tem um filho desaparecido, mas que reside em uma pequena cidade da Patagônia, a mais de 1500 km de Buenos Aires, em comparação com Estela de Carlotto, líder das Avós da Praza de Maio. Como Ignacio mesmo disse, brincalhonamente, quando soube da sua condição de adotado: “Se eu sou neto de desaparecidos, eu quero ser o *top-ten* dos netos, o neto de Estela, ou então de ninguém”11.

Estela contrasta fortemente com outra liderança do movimento de direitos humanos como Hebe de Bonafini, presidenta pela sua vez da Associação Mães da Praça de Maio. Estela expressa essas diferenças para intervir no espaço público, apelando para a linguagem dos sentimentos:

> A minha linguagem não é agressiva, é conciliadora, é de abrir portas, e não de fechá-las” [...] “como uma mãe, eu tenho respeito por ela, ela é uma mulher que sofre e procura por seus filhos desaparecidos, mas a sua forma, a sua metodologia, os seus objetivos não são os das Avós [...] nós somos uma instituição que se caracteriza por não arrastar o ressentimento, o ódio ou vingança [...] nós não compartilhamos nada com elas, não estamos de acordo com as formas, e até elas tem se pronunciado em forma contrária aos nossos objetivos [...] Bonafini disse que “não deve se procurar os netos porque eles já estão contaminados, já não tem como ser salvos 12.

Estas expressões mostram a lógica emocional que une o status moral desses ativistas à forma de expressão de seus sentimentos na prática política. O conjunto de qualidades presentes no Ignacio como “bom menino, boa família” e presentes em Estela qualifica positivamente a história das avós, a memória genética que flui através das veias de netos e faz explícita a concepção da família como espaço chave de formação moral: alguns netos foram criados por “boas famílias” alheias à repressão e sua restituição é uma celebração. Ao fazê-lo, são traçados tanto os limites entre boas e más famílias, mas também entre formas legítimas e ilegítimas de ser parente de uma vítima e agir na vida política.

9 Claudia Carlotto. 06/08/14 Em: http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-252353-2014-08-06.html

10 Reportaje J. Bruschtein a Estela de Carlotto em Diario Página/12. 06/08/14. http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-252359-2014-08-06.html

11 Reportagem em Radio del Plata reproduzido em: http://www.plazademayo.com/mediosyopinion/?=13633

12 Entrevista de J. Fontevecchia a Estela. 10.08.2014. http://www.perfil.com/sociedad/Bonafini-dijo-que-a-los-nietos-no-hay-que-buscarlos-porque-ya-estan-contaminados-20140809-0093.html

Todas estas categorias e esta linguagem só podem ser entendidas no contexto das lutas que outros netos apropriados levam a frente para não se submetem aos testes de DNA, porque o conhecimento de sua identidade biológica importa a prisão imediata dos sequestradores, considerados por eles como seus pais. Esse é o caso paradigmático de Eva Donda, filha de desaparecidos, criada sob uma identidade falsa pelo seu próprio tio paterno, Adolfo Donda, tenente e um maiores repressores do ex centro clandestino que funcionou na Escola de Mecânica Naval (ESMA). A mãe de Eva era casada com o irmão de Adolfo Donda, e foi precisamente na ESMA, onde ela esteve em cativeiro até seu desaparecimento. Apropriada por Adolfo, Eva recusou-se a realizada voluntariamente o estudo do DNA e defende o seu sequestrador participando de eventos públicos organizados pela Associação de Parentes e Amigos de Vítimas do Terrorismo na Argentina, que defende o fim dos processos judiciais contra os repressores e propõe uma política de reconciliação nacional. São os seus sentimentos de amor filial para seu sequestrador, preso desde 2006, que justificaram, do ponto de vista dela, seu status atual como "vítima".

Do ponto de vista das famílias dos netos apropriados, estas más famílias fazem com que os netos continuem "prisioneiros" de seus sequestradores, mesmo após que a sua verdadeira identidade biológica é confirmada. É no contexto destas lutas que se compreende a constelação semântica na qual é narrada a história bem sucedida da recuperação de Ignácio.

Aqui, vemos que na cosmologia das vítimas convivem concepções de família como fundadas tanto nos laços biológicos quanto em laços sociais e valores morais. Se o estudo do DNA fornece as provas genéticas que permitem a restituição do neto à sua família biológica, é o seu comportamento perante os resultados do teste de DNA que dá as provas necessárias para restituir o neto para o seio de sua família, concebida agora como espaço moral. Como podemos ver através destes exemplos, não é o sangue o que legitima automaticamente os netos dos desaparecidos a participar da vida política nacional, mas a forma como o sangue flui através das veias - como sentimentos e disposições controlados pelas do Estado - e através de quem circula o sangue.

PALAVRAS FINAIS

Se nas chamadas "sociedades tradicionais" é possível reconhecer que o parentesco desempenha um papel chave como regulador das relações sociais e políticas, ali onde a fórmula Estado-nação foi bem-sucedida, o parentesco aparece na literatura acadêmica como o conjunto de relações que pertencem exclusivamente ao universo do privado, do doméstico, do espaço íntimo e que se define pela sua relação de oposição à esfera pública e política.

No entanto, o caso analisado mostra que a "modernidade" não necessariamente envolve a eliminação desses outros princípios "tradicionais" de sociabilidade e sua ausência no espaço político. O protagonismo da família e do parentesco revela as limitações das perspectivas modernizadoras sobre a nação que, assumindo uma sucessão evolutiva que vai dos sentimentos primordiais até os cívicos, conduzira-nos a qualificar de verdadeira 'anomalia' a emergência e persistência de movimentos sociais fundados na adesão a princípios tradicionais como a consanguinidade ou a afiliação, sobre tudo em contextos democrático nos quais existem formas consagradas de mediação entre a sociedade civil e o Estado.

Pelo contrário a estas perspectivas, as narrativas em chave de parentesco adquiriram progressivamente a máxima legitimidade no espaço público, como se verifica com o surgimento de associações civis em plena democracia que vão fazer apelo ao parentesco para colocar as suas demandas no espaço público como são as Mães da Dor, os Familiares das Vítimas de Cromañón, os Familiares das vítimas da repressão policial, etc.

A naturalização do princípio básico da constituição destas comunidades políticas é uma das chaves para explicar a sua eficácia em tanto seus interesses aparecem como naturalmente derivados das relações de sangue entre as vítimas e suas famílias e não como resultado de uma posição dentro de um espaço mais amplo de interesses concorrentes.

A descrição das várias cenas públicas relacionadas com os casos apresentados nestas páginas revela a proeminência de sangue, dos valores da família e do valor sagrado dado ao sofrimento das vítimas na formação do Estado-nação. A legitimidade do vínculo de sangue dos familiares com os desaparecidos é tão grande que ele aparece dotado de um elo sagrado que se apresenta como ultrapassando qualquer interesse particular e, por tanto, pretendendo-se livres de controvérsias.

Entanto, não está na "natureza" o motivo constitutivo de esta militância. Como revelado nas inúmeras histórias de origem desses grupos de parentes, a categoria "afetado diretamente" 'não deriva do fato imediato da morte ou desaparecimento físico de um parente, mas de um trabalho social mais amplo e duradouro de agrupamento de agentes relativamente dispersos em torno de um nome, um lugar, uma identidade e um conjunto de representações comuns. A existência de familiares que não têm denunciado publicamente o desaparecimento de membros da família ou que se engajaram em outras organizações de direitos humanos que não reivindicam publicamente um laço de sangue com os desaparecidos, indica que ser portador desta máxima proximidade com as vítimas é uma propriedade socialmente construída e objetivada por um grupo de militantes que vão se identificar no espaço público através do uso de categorias de parentesco. O caso do Centro de Estudos Jurídicos e Sociais (CELS) ilustra precisamente a natureza socialmente construída do vínculo de familiaridade, levando em conta que este organismo também foi fundado por um grupo de familiares de desaparecidos, mas que não fez do princípio da familiaridade um princípio de distinção público.

Um olhar atento a este protagonismo das relações de sangue na esfera pública revela também que o sangue constitui um princípio que deve ser adicionado a outro: o merecimento, a honra. Enquanto à biologia permite colocar a todas as vítimas em um mesmo plano, a dimensão moral que acompanha as narrativas sobre o que é ser uma "boa neta" ou uma "boa família" vão introduzir hierarquizações no interior deste universo. Assim, alguns netos são mais legítimos que outros e vão receber os signos máximos de reconhecimento público. A indiferença perante o caso de Maria Victoria Moyano ocorre porque a base da sua ação e intervenção pública não coincide com aquelas de Ignacio, neto da principal liderança das Avós da Plaza de Maio ou com as credenciais dos outros netos recuperados como Juan Cabandie, liderança política do kirchnerismo.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Jeffrey. On the social construction of moral universals. The 'Holocaust' from war crime to trauma drama. **European Journal of Social Theory**, v.5, n.1, p.5-85, 2002.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities. Reflections on the origins and Spread of Nationalism.** London: Verso, 1991.

BOURDIEU, Pierre. "L'esprit de famille". In: **Raisons pratiques sur la théorie de l'action.** Editions du Seuil, 1994.

DAS, Veena. **Critical Events. An anthropological perspective on Contemporary India.** New Delhi: Oxford University Press, 1996.

FASSIN, Diddier. **La Raison Humanitarie. Une histoire morale du temps présent**. Gallimard: Seuil, 2011.

FILC, Judith. **Entre el parentesco y la política**. Familia y Dictadura. 1976-1983. Bs. As. Biblos, 1997.

GEERTZ, Clifford. La revolución integradora: sentimientos primordiales y política civil en los nuevos Estados In: **La interpretación de las culturas**. Barcelona: Gedisa, 1992.

LENOIR, Rémi. **Généalogie de la morale familiale**. Paris: Le seuil, 2003.

MELLIBOVSKY, Matilde. **Circulo de amor sobre la muerte**. Bs. As. Ed. del Pensamiento Nacional, 1990.

STOLER, Ann Laura. Affective States In: NUGENT, David; VINCENT, Joan. **A Companion to the Anthropology of Politics**. Oxford, Blackwell, 2007.

VECCHIOLI, Virginia. La nación como familia. Metáforas políticas en el movimiento argentino por los derechos humanos**.** In: FREDERIC, Sabina; GERMÁN, Soprano (comp.). **Cultura y Política en Etnografías sobre la Argentina.** Buenos Aires: Ed. UNQ/Prometeo, 2005.

VECCHIOLI, Virginia Políticas de la memoria y formas de clasificación social. ¿Quiénes son las 'víctimas del Terrorismo de Estado' en la Argentina?. In: GROPPO, B.; FLIER, P. (comp.). **La imposibilidad del olvido. Recorridos de la Memoria en Argentina, Chile y Uruguay**. La Plata: Ed. Al Margen. 2001.

Sobre alguns assuntos pouco discutidos na academia

Zulmira Newlands Borges

Neste capítulo me proponho a discutir aspectos geralmente não mencionados da vida acadêmica e que costuram e entrelaçam nossas experiências. Em especial, as relações pessoais, o processo de escrita, a ligação com o/a orientador/a e colegas, situando essa relação em primeiro lugar como estudante e em seguida como professora. Inspirada no livro da Débora Diniz (2012) em que ela se propõe a conversar com as orientandas ou possíveis orientandos, e também em artigo da Miriam Grossi (2004) sobre *a dor da tese*, entre outros, gostaria de tecer aqui algumas reflexões baseada na minha experiência– trajetória que se mistura com a do grupo de pesquisa registrado por mim no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2002 – e fazer alguns comentários sobre essa vida que escolhemos. Sem esquecer o dito popular "O que se leva desta vida é a vida que se leva", busco refletir sobre os bastidores da vida acadêmica e sobre a vida que levamos quando optamos por esse caminho. Incluindo alegrias e tristezas, felicidade e sofrimento. Sem maiores pretensões teóricas ou acadêmicas, este texto tem um sentido prático e ao mesmo tempo afetivo de contribuir para a saúde mental e a emocional de nossos/as alunos/as. Sobre aspectos que fui aprendendo ao longo dos meus 20 anos de docência na universidade.

Nesse sentido, em alguns momentos retomo a minha trajetória e relato algumas condições que possibilitaram a constituição dessa história, desde as pessoas que me orientaram nos primeiros passos até meus interesses de pesquisa e a minha construção como professora e orientadora. Certamente, para essa reflexão seleciono elementos que, acredito, poderão contribuir para gerar menos sofrimento e mais tranquilidade aos percursos futuros de outros/as pesquisadores/as, professores/as e orientadores/as1.

Influenciada pela ideia de "ilusão biográfica" de Bourdieu (2000), penso que embora a narrativa em torno da construção de uma trajetória passe a ilusão de singularidade e linearidade, ela não é nem uma coisa, nem outra. Ao contarmos uma história estamos reconstruindo fatos, elencando eventos e, acima de tudo, selecionando aspectos. Portanto, é preciso considerar o contexto no qual contamos a história e para quem nos dirigimos. A reconstrução que faço aqui é antes de tudo situada em termos geracionais, de gênero, de classe e, especialmente, da área profissional que é a Antropologia. Gostaria de ponderar, contudo, que o modo que escolhi para escrevê-la, sem seguir uma sequência cronológica, deixará de fora muitos aspectos da vida acadêmica. De fato, o que quero enfatizar nestas páginas é justamente o menos visível desse universo: os circuitos de trocas acadêmicas que geraram novas questões, ideias, pesquisas, diálogos e, eventualmente, parcerias e produtos. Mas também as dificuldades e os desacertos que de algum modo nos fortalecem.

1 Sobre sofrimento na vida acadêmica, vale a pena ouvir o comentário da Débora Diniz (2017a).

DAS DÁDIVAS

A vida acadêmica é cheia de parcerias, de participações em grupos de pesquisas, de diálogos com os/as orientadores/as e colegas, e a minha trajetória não foi diferente. Somos produto das nossas escolhas e, principalmente, o resultado da influência daqueles com quem escolhemos conviver.

Diferentes fatores, de diversas ordens, marcaram a minha formação e o meu percurso. Minha formação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi fortemente influenciada pelas/os professoras/es Noemi Brito, Daisy Macedo de Barcellos, Ruben George Oliven, Ari Pedro Oro, Claudia Fonseca, Ondina Fachel Leal, Cornélia Eckert e, no doutorado, pelos grupos de discussão e orientações sob a liderança competente e afetiva da Ondina Leal e com a presença da Daniela Knauth e Ceres Gomes Victora. No meu período de pós-doutorado (2006), não posso deixar de mencionar a cuidadosa e afinada orientação da Dagmar Meyer e as aulas da Guacira Louro e Fernando Seffner. Mas também, não posso deixar de mencionar, as contribuições dos/as colegas de mestrado, doutorado e do pós-doutorado que, nos grupos de estudos e nos seminários, leram e contribuíram pela qualificação do texto. Assim, o primeiro aspecto dos bastidores da vida acadêmica que gostaria de destacar é o fato de que sofremos influências variadas e competentes. Fui provocada, questionada e instigada a ir além do que eu enxergava com meu olhar de jovem pesquisadora de mestrado nos seminários de pesquisa oferecidos pelo Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS/UFRGS). Nessa época, os encontros eram semanais e em rodízio, todos liam e comentavam todos os trabalhos. A cada mês ou mês e meio, tínhamos de apresentar um capítulo e nos submeter à leitura coletiva. Era bastante sofrido e desanimador ouvir tudo o que ainda deveria ser melhorado no texto. Mas era um grande exercício de humildade e qualificação, de fortalecimento do trabalho. Os colegas faziam dezenas de questões e, ao ser questionada, eu ia identificando quanto sabia ou faltava saber sobre meu tema. Coisas que eventualmente eu não havia julgado tão importantes podiam ser reconsideradas, e outras que estavam me intrigando podiam se tornar secundárias. Enfim, esses encontros eram tardes ou manhãs cheias de ideias e de muito debate. Muitas hipóteses, muitas questões e algumas tantas sugestões. Nesse sentido, é sempre muito importante pedir que pessoas próximas e confiáveis leiam os nossos textos e deem sugestões, mesmo que não sejam da mesma área.2 Sempre ajuda a verificar se o texto tem a clareza necessária. Um/a bom/boa revisor/a de texto é um/a aliado/a para a vida toda.

Então, aí está um aspecto muito importante da vida acadêmica. O fato de que a trajetória da/o mestranda/o e da/o doutoranda/o não é uma obra absolutamente isolada e individual. Mesmo que não existam grupos de pesquisa e seminários de dissertação, o mestrado fornece a todos os estudantes: colegas, professores e orientadores que contribuirão imensamente para a construção das pesquisas. A vida acadêmica não tem genialidade, como disse recentemente a Profa. Rosana Pinheiro-Machado (2017) em artigo na *Carta Capital*. O que há é muito trabalho, muita dedicação, muito esforço, muita responsabilidade e muita determinação, pois muitas e muitas vezes vai dar vontade de desistir. Muitas vezes troca-se o domingo de sol pela dissertação, depois pela tese, depois por aquele artigo para escrever, ou o relatório que é preciso entregar, o artigo

2 Tento manter essa prática e aproveito para agradecer a disponibilidade de leitura e sugestões em relação a este texto por parte das colegas e professoras Laura Senna e Fátima Perurena, do professor Guilherme Passamani e da doutoranda Marcia Borges. Além da revisora Carmen Garcez.

que se está devendo à avaliação, as provas para corrigir ou inúmeras outras tarefas. Mas seja como for, vai ser uma vida cheia de atividades, compromissos e também de realizações e alegrias.

Robson Nascimento da Cruz (2017), psicólogo e professor universitário, em entrevista na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) disponível no YouTube, afirma que a saúde emocional da/o mestranda/o e da/o doutoranda/o é diretamente proporcional à capacidade que se tem de ver o mestrado e o doutorado como um trabalho como outro qualquer. Um trabalho do campo intelectual, que exige estudo, mas também o aprendizado de algumas técnicas e a incorporação de uma prática cotidiana de trabalho.

Portanto, faço minhas as palavras do Prof. Robson da Cruz: "tome a pós-graduação como um trabalho como qualquer outro". Como ele diz é melhor "não colocar a pós-graduação em um lugar socialmente superior".

Não se iluda. Não é das pesquisas ou dos artigos, das publicações ou da sala de aula que virá a felicidade. A vida é mais do que isso. O trabalho, por mais feliz que seja, é apenas parte do contexto e a vida na pós-graduação e na universidade é isso: um trabalho. Isso significa que temos que dedicar uma parcela de tempo diária para leituras, pesquisa e acima de tudo para a escrita. O sucesso e a realização no momento da pós-graduação dependem em grande parte de se poder ver a pós-graduação não apenas como uma oportunidade de continuar estudando. É importante vê-la como um contrato temporário de trabalho, em que o/a pesquisador/a é contratado/a para desenvolver uma pesquisa dentro do tema para o qual foi aprovado/a em uma seleção. Fazer um esforço para encará-la dessa forma acarretará menos sofrimento, menos desgaste, menos expectativas inalcançáveis impostas a si mesmo.

A nossa saúde mental depende de trabalho e amor, como dizia Sigmund Freud. O que alimenta e nutre a nossa vida são as relações afetivas que vamos construindo, costurando, tecendo em redes profissionais, familiares, de amizades e afetos. Vivemos, ao longo da vida acadêmica, um grande sistema de trocas e doações, recebimentos e retribuições. Carregada de muita gratidão e também, é claro, de competição. Como no ensaio do dom, na obra do Marcel Mauss (2003), a vida acadêmica é permeada por trocas de dádivas o tempo todo. Nesse sentido, as contribuições para pensarmos o nosso objeto vem da literatura, mas também – e principalmente – das discussões presenciais em que compartilhamos nossas descobertas e incertezas, seja nas aulas, nos seminários, grupos de trabalho, ou nos congressos. Eventualmente, é possível receber de uma/um professora/r de outra instituição ou de uma/um parecerista uma sugestão tão interessante que vai fazer você rever e até redirecionar o seu trabalho. Gosto muito da arte de transmitir o que aprendi e tive grandes mestres. Muito me ensinaram e minha gratidão é imensa. Recebi dádivas preciosas em forma de perguntas, de sugestões bibliográficas, e seria impossível mencionar cada momento, eles são incontáveis. É claro que nem só de generosidade se vive na vida universitária. Mas ela existe e está em toda parte.

Esses presentes simbólicos, parte do capital cultural (BOURDIEU, 1989) que incorporamos nesse processo de socialização profissional, muitas vezes são relegados a uma nota de rodapé de agradecimento em um artigo. Eles são uma tessitura invisível, mas densa, na qual se constrói a base de uma longa e eficaz construção do objeto. Como afirma Bourdieu (2002), um objeto não se constrói numa assentada. É preciso um longo processo que passa por uma construção de si como profissional, como socióloga/o ou antropóloga/o. Um refinamento do olhar que se dá pela internalização de um refe-

rencial teórico específico. Argumento aqui que esse processo não é uma construção individual e sim absolutamente coletiva.3 Uma construção liderada pela/o mestranda/o ou doutoranda/o que participa desse circuito de trocas. Que elege junto com o/a orientador/a o que vai incorporar e o que vai descartar. Mas nunca é uma viagem solitária. Por isso, é muito importante reconhecer as influências recebidas nessa trajetória e mencionar as referências de maneira correta. Mesmo uma ideia que veio a partir de uma palestra, de um programa de televisão, de um vídeo no YouTube pode ser referida como fonte de inspiração. Ao invés de diminuir, isso só fortalece o seu trabalho. Referir de onde se retirou alguma ideia, conceito ou afirmação mostra principalmente que não se está sozinho ao defender uma ideia ou argumento. Na vida, como na ciência, um argumento terá mais força se não se estiver sozinho na construção dos seus fundamentos. Mesmo que seja para discordar, citar e referir os autores que já estudaram ou discutiram o mesmo tema é não apenas útil, mas essencial.

É PRECISO FALAR DA ESCRITA ACADÊMICA

Um aspecto pouco discutido e pouco compartilhado durante a vida universitária no campo das Ciências Sociais é a questão da escrita. Os bacharelados e as licenciaturas não capacitam o/a aluno/a com técnicas de redação, estilos de linguagem ou a escrita de artigos acadêmicos. Desde a primeira reformulação do nosso curso de bacharelado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) temos tentado incluir disciplinas que ensinem técnicas de redação, mas sempre nos deparamos com inúmeros entraves para a sua efetivação pela falta de apoio de alguns departamentos. Ocorre que, no mestrado, a escrita acaba se tornando um ponto de adoecimento emocional, como apontam Miriam Grossi (2004) e Robson da Cruz (2017).

A base desse adoecimento é a ideia que os alunos das humanidades têm de que a "escrita é algo natural" (CRUZ, 2017). Os estudantes da área de Letras e da Comunicação Social não pensam assim e aprendem, desde cedo, que escrever não é um dom, uma inspiração. Mas que escrever é algo que exige muito trabalho. Dificilmente um texto vai ficar pronto em uma primeira escrita, sempre será necessário voltar a ele muitas vezes. Completar ideias, corrigir frases, desenvolver melhor um pensamento. É muito pouco provável, quase impossível, que um texto acadêmico seja escrito brilhantemente na primeira vez. Um texto precisa ser polido. É necessário limpar os vícios de linguagem, revisar a ortografia, as concordâncias... O ritmo das ideias é um, e o da escrita é outro, mais lento, trabalhoso, exige dedicação para ficar bom. É preciso construir um texto limpo, claro e que comunique o que você realmente quer dizer.

A grande verdade pouco falada é que é necessário aprender a escrever. Todos têm de aprender. Mas como se aprende isso? Em grande parte, é preciso ler, ler muito. Ler literatura, ler artigos acadêmicos, ler a literatura que nossa área já produziu, ler jornais e revistas que abordam a nossa questão de pesquisa. Para os que querem fazer etnografia, é bom que leiam literatura, especialmente as que narram histórias e descrevem situações com riqueza de detalhes.

Mas ler não é tudo. Não é suficiente. É importante aprender como outras/os escritoras/es escrevem e como nossas/os professoras/es escrevem. Descobrir quais técnicas utilizam. Como organizam sua maneira de escrever. E é preciso estar atento aos conse-

3 Por exemplo, o diálogo com a colega Laura Senna, com quem compartilhei as ideias para escrever este texto, foi fundamental para que ele existisse.

lhos e dicas que os professores transmitem em aula sobre o processo de escrita. A minha orientadora sempre sugeriu, a todas/os as/os suas/seus orientandas/os, que pedíssemos para colegas e amigos lerem o que estávamos escrevendo. É bom ouvir o que dizem os grandes escritores. Muitas/os irão se surpreender ao descobrir que, para alguns/as, o texto precisa dormir na gaveta enquanto o/a escritor/a vai ver um bom filme ou jantar com a/o namorada/o. Profissionais da saúde defendem que é bom e frutífero intercalar a escrita com uma boa caminhada ou a sua atividade física preferida. Que o exercício físico ajuda a ordenar ideias. O fato é que o texto precisa de intervalos para seu amadurecimento e principalmente de tempo. Porém, não romantize demais esse tempo. É possível ter disciplina e criar técnicas de escrita para que você avance um pouco a cada dia. Você vai ter de voltar muitas vezes ao texto. Um bom texto precisa de muitas releituras por parte de quem escreve

Há quem goste de criar tópicos e subtópicos sobre o que irá abordar em um artigo, mas a maneira de estruturar o texto sempre vai depender da revista na qual se pretende publicar, de suas regras e do seu público. O modo como escrevemos é definido em boa parte por quem será nosso/a leitor/a. Na realidade, todos têm de se adaptar a certas formalidades acadêmicas necessárias4. Um bom artigo deve apresentar seus objetivos, situar o tema, apontar o problema de pesquisa, explicitar a metodologia utilizada e os resultados obtidos. A partir da análise dos resultados e da interpretação dos dados à luz da literatura, a/o pesquisador/a concluirá seu artigo com algumas considerações sobre o que foi desenvolvido ao longo do texto. Não existe muito mistério, mas sim uma forma mais ou menos acordada, em cada área, de apresentar os dados de uma pesquisa.

E SOBRE O/A ORIENTADOR/A, O TEMPO E A ESCRITA

O/A orientador/a é uma escolha importantíssima. O ideal é que se siga com a/o mesma/o orientador/a da iniciação científica ou a/o mesma/o orientador/a do trabalho de conclusão de curso, alguém que já se conheça e com quem se tenha uma boa relação de trabalho e de amizade. Concluí a graduação em 1990, entrei no mestrado em 1991 (com orientação da Profa. Ondina Leal) e em 1998 terminei o doutorado com a mesma orientadora. A continuidade com a mesma orientadora não é necessariamente uma receita de sucesso, mas no meu caso foi um facilitador, tendo em vista que permaneci no tema da Saúde aprofundando questões da dissertação.

O/A orientador/a deve ser alguém que inspire confiança e com quem seja possível conversar abertamente. Não espere que ele/ela seja o/a seu/sua amigo/a, nem seu/sua parceiro/a de bares e de festas. É aquela pessoa que trabalha em uma área do seu interesse e que se dispõe a ajudá-la/o no desenvolvimento de um projeto de pesquisa. O/A orientador/a é aquele/a que vai ajudar a abrir portas para a sua futura vida profissional. Será um trabalho coletivo e que durará dois anos no mestrado e quatro no doutorado. Mas quem vai fazer a pesquisa e escrever a dissertação é o/a mestrando/a ou o doutorando/a. O/A professor/a orientador/a dá os caminhos, sugere trilhas, mas quem coloca o pé na estrada com as dores e delícias que isso implica é o/a orientado/a.

Guardadas as devidas proporções, a escolha de/a orientador/a é como um casamento e, eventualmente, exige uma separação e um rompimento porque um/a não está correspondendo às expectativas do/a outro/a – o que pode ser, afinal, um processo

4 Ou saber demonstrar que está apto a entrar para o "clube" mostrando o que aprendeu ou, ainda, saber incorporar os autores da moda, como refere o historiador José Murilo de Carvalho (1999) no artigo: "Como escrever a tese certa e vencer".

desgastante para ambos/as. Então, mantenha sempre um diálogo aberto e franco e tome seu/sua orientador/a como um/a parceiro/a e colega de trabalho, no qual cada um/a tem suas tarefas, prazos e compromissos específicos. Mas saiba que mudar de orientador/a pode sempre ser uma alternativa. Contudo, isso não deve ser cogitado como primeira alternativa frente a qualquer dificuldade. Mudanças de orientador/a, assim como de objeto de pesquisa, implicam desgastes emocionais e muito tempo perdido. Quando aceita orientar um/a aluno/a, o/a orientador/a assume um compromisso ético e profissional e deixa de receber outro/a aluno/a. Trata-se de um contrato mútuo, com responsabilidades e deveres dos dois lados. Diniz (2017c) sugere que se fuja das grandes estrelas, o que implica certamente identificar os/as professores/as mais disponíveis. É uma escolha recíproca, quase sempre respeitada pelos programas de pós-graduação, que tem de ser norteada pelos interesses de pesquisa e pela confiança.

Deve-se escolher um/a orientador/a que tenha disponibilidade de tempo para orientar. De preferência quinzenalmente, para que o/a estudante tenha tempo de escrever e ele/ela, de ler. É importante que o/a orientador/a e o/a orientando/a sejam pontuais, cumpram o cronograma que estipularam. O/A orientador/a deve ler o seu trabalho e dar dicas importantes sobre a construção do argumento, fazer sugestões bibliográficas e metodológicas. Atuando dessa maneira, o/a orientador/a se torna legitimamente um coautor da pesquisa e faz todo sentido que publique pelo menos um artigo com seu/sua orientando/a.

Qual é o sentido dessa publicação conjunta exigida em muitos programas? Temos que entender como funciona a política de publicações que hierarquiza, afunila e restringe o mercado. A publicação com o/a orientador/a é uma estratégia dos programas de pós-graduação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do CNPq para garantir a produtividade para o programa e para o/a orientador/a e seu/sua orientando/a. Mas também, e principalmente, para possibilitar o acesso aos estudantes a determinadas revistas que limita o acesso a apenas doutores ou cobram tão caro a inscrição para remessas dos artigos que se torna impossível para um estudante submeter o artigo à revista sozinho.

AS LIMITAÇÕES DO TEMPO

O mestrado dura 24 meses, mas não se iluda, é pouco tempo. Mas não tempo insuficiente. Claro que a rigidez dos prazos é um problema e fica ainda pior quando nos damos conta de que os prazos diminuíram. No início da década de 1990, um mestrando recebia bolsa para 36 meses, depois caiu para 30 e finalmente se estabeleceu na última década em 24 meses. As prorrogações são raras e difíceis, melhor não contar com essa possibilidade. Nesse processo é preciso aprender a usar o tempo e lidar com ele de maneira saudável.

Dividir as tarefas em doses cotidianas é algo que gera mais sentimento de completude. Fazer uma lista viável e pequena de coisas a cumprir no dia e vê-las completas é algo que gera satisfação e prazer. O contrário gera frustração, ansiedade, sentimento de incompletude e até pode levar à depressão. A receita é começar a escrever desde o primeiro dia de aula, como sugere Diniz (2017d). Faça resumos, fichas de leitura, organize seu material de pesquisa, registre os seus dados. Ao ler um texto, elabore questões, coloque no papel o que você vai pensando sobre o seu trabalho. Elabore hipóteses, escreva sobre elas, desenvolva o seu raciocínio escrevendo, faça conexões entre o que

você lê e o que você observa em campo. Anote. Não precisa ser nada muito elaborado. Nem em grande quantidade – dez linhas por dia significam no final da semana duas páginas escritas. Tenha um caderno específico para fazer essas anotações. Não deixe para depois, escreva na hora em que você tiver a inspiração, no momento em que você estabelecer a conexão entre o que está lendo para a aula e a sua pesquisa. Apenas anote sempre as ideias que surgem enquanto você pensa sobre a sua pesquisa.

Portanto, não pense na TESE de 400 páginas que é preciso estar pronta ao final de quatro anos, mas no subcapítulo da parte metodológica em que será apresentada a sua inserção em campo, ou na parte da descrição de quem são os seus sujeitos de pesquisa, por exemplo, e que pode ter apenas duas ou três páginas. É mais saudável estabelecer pequenas metas de trabalho e cumpri-las. Tente não postergar e peça ajuda se isso começar a ocorrer com frequência.

A sociedade tem uma expectativa de que a universidade é um lugar elevado, uma instituição que produz algo muito valorizado socialmente: o saber. Mas a universidade é um lugar de aprendizado, acima de tudo. Os/as professores/as apenas estão aprendendo há mais tempo, são alunos/as há mais tempo. A universidade é um espaço de debates, de interpretações, de verdades múltiplas e situadas (por área, linha de pesquisa, metodologias). Aliás, como já nos ensinou Foucault (1972), a ciência é uma luta tensa e constante pela verdade e essa luta está sempre sendo travada entre os/as cientistas das mais variadas áreas5. Ao longo da sua formação, muito provavelmente você vai se deparar com algumas interpretações diferentes da mesma bibliografia, por parte dos/as seus/suas professores/as. Assim, a universidade é o espaço e o momento de explorar, de expor suas ideias e interpretações, de experimentar análises criativas e ousadas. De exercitar as análises críticas.

Voltando à afirmação de Robson da Cruz (2017), de que a escrita acadêmica precisa ser vista como um trabalho, eu enfatizaria apenas que é um trabalho cotidiano e que precisa de disciplina e determinação. Com metas diárias. Divisões das tarefas em pequenas partes e a certeza de que é impossível dar conta de tudo com excelência. Portanto, é fundamental eleger prioridades. A vida não para durante a pós-graduação: as pessoas namoram, se apaixonam, engravidam, têm filhos. Perdem seus amores, se separam, adoecem.... Enfim, todos nós nascemos de um pai e uma mãe que um dia adoecem ou envelhecem, se separam ou morrem, mas é muito provável que precisaremos cuidar de alguém em algum momento. Diniz (2003) chama atenção para o fato de que somos seres interdependentes, que em algum momento da vida teremos de cuidar ou ser cuidados. Nesse ponto, tomamos contato com uma questão de gênero e do trabalho feminino que não terei tempo de explorar aqui. Mas com certeza existe uma forte relação entre a questão de gênero e o cuidado, tarefa que, em nossa sociedade, é basicamente feminina. Longe de mim naturalizar esse papel, contudo estou me referindo ao impacto nas trajetórias de professoras e pesquisadoras quando têm filhos, separação, doença na família e sentem o peso do mundo sobre os ombros. Nesses momentos críticos, a sociedade ainda exige mais das mulheres do que dos homens.

Entre os 20 e os 30 anos, geralmente são os filhos e o casamento que dividem o tempo das/os mestrandas/os e doutorandas/os. Junto com a pós-graduação, precisamos dar conta de demandas pessoais e familiares. Nesses momentos é que ocorre a dor da tese

5 Um exemplo disso é quando discutimos gênero. Aqueles que compartilham dos referenciais das ciências da natureza defenderão que o sexo biológico determina o comportamento (visão essencialista) e prevalece sobre qualquer construção histórica e social; já os que compartilham do referencial das humanidades irão afirmar que o comportamento humano não é determinado pelo sexo, e sim social e historicamente construído (visão da construção social) (HEILBORN, 1999).

(GROSSI, 2004), e então é fundamental compartilhar isso com quem estiver orientando você. Não tema em pedir ajuda para um psicólogo ou psiquiatra. Esse auxílio psicológico e analítico vai ajudar você não apenas nas suas questões pessoais e emocionais, mas também a saber negociar coisas no trabalho de campo, na relação com os/as colegas e com o/a orientador/a. Além do mais, esses profissionais foram treinados para isso e você estará pagando para que um deles o escute, mesmo que o valor seja simbólico como ocorre em algumas instituições de formação. Várias universidades têm atendimento gratuito de apoio psicológico. O problema, em geral, é que as pessoas pedem ajuda tarde demais. Quando a situação já está insustentável. Em último caso, analise a possibilidade real de dar conta do que você está pesquisando, reduza e recorte mais o seu objeto. Nesse sentido, quanto menos abrangente for o trabalho, mais ele ganhará em profundidade e qualidade. Eleja prioridades e foque no resultado que quer alcançar.

ARROGÂNCIA E VAIDADE VERSUS HUMILDADE NA VIDA ACADÊMICA

Millôr Fernandes (2014) escreveu o seguinte haicai, intitulado "Só sei que nada sei":

Há os que não sabem antropologia
E os que ignoram trigonometria.
Só de mim ninguém pode falar nada:
Minha ignorância
Não é especializada.

Então, pensando bem, quando nos especializamos e sabemos muito sobre um tema dentro de uma área específica, em contrapartida estamos abrindo margem para deixar de saber outras coisas. O fato é que precisamos fazer escolhas e é impossível saber tudo. Portanto, sempre temos de eleger prioridades. Dito de outra forma, Guacira Louro (2004), no livro *Um corpo estranho,* discute que quando elegemos saber determinadas coisas, escolhemos não saber outras. Assim, é necessário ver a ignorância não como falha ou falta de conhecimento, mas como resíduo de um jeito de conhecer, como efeito de um jeito de conhecer. Louro cita Debora Britzman para dizer que "qualquer conhecimento já contém suas próprias ignorâncias", pois problemas são formulados a partir de determinadas lógicas, "deixando de fora outros problemas e outras perguntas" (LOURO, 2004, p. 68). Portanto, é impossível saber tudo e é absolutamente angustiante focar em tudo aquilo que não sabemos. Quanto mais sabemos, mais temos consciência de tudo que falta saber. A curiosidade e a vontade de aprender é um elemento intrínseco à construção do saber.

Millôr Fernandes (2007) tem também uma crônica em que ele relata: "Quem está a meu lado sempre leu mais livros do que eu, conhece mais política do que eu, já esteve em mais países do que eu, já teve mais casos sentimentais do que eu, estudou mais do que eu, praticou e pratica mais esportes". Trecho bem inspirador para falarmos da competição acadêmica que existe entre colegas no mestrado e doutorado e também na vida profissional. A arrogância acadêmica está em toda parte, mas como diz a Débora Diniz (2017 b), melhor é sempre ficar próximo dos que querem aprender.

Recentemente, vi um discurso da escritora J.W. Rowling que circulava nas redes sociais e o tema sobre o qual ela escolheu falar para os formandos de Harvard foi jus-

tamente sobre os benefícios do fracasso. A experiência do fracasso fortaleceu-a, lhe deu clareza, ajudou-a a ver quanto ela era forte e quais eram os seus verdadeiros valores na vida6. Por isso, é importante incorporarmos os fracassos, acolhê-los e aceitá-los, pois certamente nos ensinam grandes lições (DINIZ, 2017e).

Qualquer carreira, em qualquer área, é feita de muitas histórias de insucesso. Não leve os seus fracassos tão a sério, aceite-os, acolha-os e aprenda com eles. Existem grandes intelectuais brasileiros que "rodaram" na primeira seleção de mestrado, professores/as maravilhosos/as que se intimidaram na primeira aula, pesquisadores/as brilhantes que tiveram de refazer dezenas de vezes os seus experimentos por não conseguirem identificar onde estavam errando. Enfim, é importante falar das derrotas, pois toda trajetória é uma história de superação de alguém que não se deixou abater pelas dificuldades encontradas. Que não desistiu no primeiro "não". Que insistiu na pesquisa, que reenviou o artigo, que reescreveu o capítulo, que mandou para outro congresso refazendo o resumo reprovado. Enfim, que aprendeu com os erros e aproveitou as críticas para melhorar e fortalecer o que era frágil. Argumento aqui que uma trajetória de pesquisador não é uma trajetória somente de situações bem-sucedidas, mas uma história de tropeços, recomeços, repetições e muito trabalho e dedicação. No trabalho intelectual também é necessário ter rotina, técnicas de trabalho e disciplina. Não é de genialidade que se vive. Mas de trabalho intelectual, e isso significa que é preciso gostar de ler, de escrever e de pesquisar. Se você não gosta de fazer essas coisas, realmente é melhor não seguir por esse caminho.

Mas uma advertência importante é necessária: o mestrado e o doutorado, por mais bem pontuados que sejam, por mais qualidade que tenham, não deixarão ninguém 100% pronto para iniciar no mercado de trabalho. Existem coisas que só se aprende na prática e que é necessário buscar por si mesmo.

Na UFSM, iniciei em 1998 com interesses de pesquisa em antropologia do corpo e da saúde, mais especificamente preocupada com as representações sociais de saúde e doença, noção de pessoa, efeitos da dimensão espiritual na saúde das pessoas. Estive sempre envolvida em pesquisas, mas mesmo recém-doutora, tinha pouca experiência como professora. Aliás, nenhuma para ser mais exata. Somente depois de 1998 é que a Capes criou o estágio docente para alunos/as de mestrado, um exercício fundamental nesse processo de formação. Uma oportunidade que deve ser valorizada, estimulada e bem aproveitada pelos/as estudantes.

A minha inexperiência como professora, aliada ao fato de que um/a professor/a novato/a recebe geralmente os horários e as disciplinas que ninguém mais quer, foi um aspecto gerador de muito sofrimento físico e emocional. Imagino que não apenas para mim, mas também para os/as meus/minhas alunos/as. Não sabia adequar as minhas aulas aos estudantes, não tinha treinamento didático, tinha padrões elevados a respeito de como uma aula deveria ser dada. Mas a aula é um processo dialógico e a aprendizagem, uma construção coletiva. Não temos nem precisamos ou devemos ter controle absoluto sobre seu andamento. Uma boa aula precisa envolver os/as alunos/as nas discussões e dar uma boa margem para que eles/elas mesmos/as definam interesses e pontos a ser aprofundados. Aprendendo isso, a gente diminui a expectativa e aos poucos se torna um/a professor/a mais dinâmico/a, generoso/a e acolhedor/a. Incentivar as discussões é melhor que ter o monopólio da fala. Nem sempre se tem paciência e

6 Rowling (2008) falou também sobre imaginação e empatia e de quanto o saber e o conhecimento só são úteis quando conseguimos fazer algo para mudar o mundo para melhor.

generosidade suficiente, mas sempre existe algo a ser valorizado no que foi dito. Enfim, existem coisas que não aprendemos nos livros ou nas aulas, que a gente só constrói no ritmo incerto das tentativas, da experiência, errando até acertar.

SEM CONCLUIR, MAS PARA TERMINAR POR ENQUANTO...

Por último, um tema difícil e delicado: a condição financeira. Muitas vezes, a opção pela pós-graduação significa adiar a busca pelo emprego, pelo concurso, pela estabilidade financeira. Vive-se desde sempre uma situação de escassez de bolsas, sempre insuficientes para todos os aprovados. Desde os anos 1990 acompanho o sofrimento de colegas e amigos ante a incerteza sobre se continuarão ou não recebendo bolsa, em função da política econômica de nosso país. O valor da bolsa é insuficiente para manter uma casa na condição de provedor principal e é preciso ser criativo. Morar em repúblicas ou comprovar a situação financeira para concorrer à casa de estudante da pós-graduação são estratégias recorrentes e válidas para diminuir os custos. Essa insegurança cria problemas dos mais variados tipos em termos de saúde física e emocional. Antes de entrar na pós-graduação, tente se programar e guardar algum dinheiro para os imprevistos. Se tiver de começar a trabalhar com o curso já iniciado, o jeito é compartilhar a situação com colegas e professores/as, em especial o/a orientador/a, e tentar negociar prazos e datas. Mas saiba que nem todos os programas serão sensíveis.

Para finalizar, quero dizer que ao longo desses 20 anos de trajetória acadêmica, quarenta semestres, tendo orientado mais de sessenta estudantes entre iniciação científica, extensão, TCCs e dissertações, ainda há muito o que aprender. Descobri como ser professora com meus/minhas alunos/as e orientandos/as, aos/às quais agradeço por terem sido eles/elas, de fato, que fizeram de mim a pesquisadora e a professora que sou hoje. E tudo aconteceu como tinha de acontecer, dentro da trajetória que percorri e como efeito das escolhas que fiz e das pessoas das quais me cerquei. Nem tudo foi como o planejado, ainda assim, ao fim dessas duas décadas, a única coisa de que estou certa é que faria tudo outra vez.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre et al. **A construção do objeto**. In: _____. A profissão de sociólogo. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 45-72.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** São Paulo: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, §§§2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In:** _____. O trabalho do antropólogo. São Paulo: Unesp, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Como escrever a tese certa e vencer.** O Globo, Rio de Janeiro, 16 dez. 1999. p. 7.

CRUZ, Robson Nascimento da. Entrevista. Belo Horizonte, TV/UFMG. Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=robson+nascimento+da+cruz+puc+sp>. Acesso em: 29 jul. 2017.

DINIZ, Débora. **O modelo social da deficiência: a crítica feminista**. SérieAnis, Brasília, n. 28, p. 1-8, jul. 2003.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Brasília: Letras Livres, 2012.

DINIZ, Débora. **Quinquilharia: Sofrimento na pós-graduação.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p4As38okZ1s>. Acesso em: 29 jul. 2017a.

DINIZ, Débora. **Quinquilharia: Como enfrentar a competição na vida acadêmica?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hP6bU_f6fk8>. Acesso em: 29 jul. 2017b.

DINIZ, Débora. **Quinquilharia: Como escolher um orientador.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jc-cOZqX-xk>. Acesso em: 29 jul. 2017c.

DINIZ, Débora. **Quinquilharia: Como sobreviver ao processo de escrita?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2U25RcZPpwg>. Acesso em: 29 jul. 2017d.

DINIZ, Débora. Q**uinquilharia: Fracassos na vida acadêmica**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ou-cHL0skfw>. Acesso em: 29 jul. 2017e.

FERNANDES, Millôr. **Notas de um ignorante.** In: SANTOS, Joaquim Ferreira dos. As melhores crônicas brasileiras. São Paulo: Objetiva, 2007.

FERNANDES, Millôr. **Essa cara não me é estranha e outros poemas**. São Paulo: Boa Companhia, 2014. 192 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1972.

GROSSI, Miriam Pillar. **A dor da tese**. Ilha, Florianópolis, v. 6, n. l-2, p. 221-232, jul. 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LOURO, Guacira. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Precisamos falar sobre a vaidade na vida acadêmica.** Carta Capital, São Paulo, 25 jul. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/precisamos-falar-sobre-a-vaidade-na-vida-academica>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ROWLING, J. W. **Palestra**. Universidade de Harvard, 5 jun. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hFJ603lvatw>. Acesso em: 3 ago. 2017.

AUTORES



Andrieli Vizotto

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, 2007. Licenciada em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Maria, 2013. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria, 2014. Professora de ensino técnico e superior no SENAC. E-mail: avizzoto@gmail.com



Ariana Soberon

Graduada em Filosofia – Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Ciências Sociais (Bacharelado) pela mesma universidade. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: arianafsoberon@yahoo.com.br



Diego Marafiga

Graduado em Ciências Sociais (bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Durante a graduação e mestrado desenvolveu pesquisas relacionadas aos temas de saúde, envelhecimento e sociabilidade, participando do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Gênero e Saúde (GEPACS). Atualmente possui interesse pelos temas relacionados à saúde, emoções e subjetivida-



Dionas Àvila Pompeu

Graduado em Ciências Sociais (bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do grupo de pesquisa Laboratório de Investigação Sociológica (LabIS/UFSM). Interessa-se pela Sociologia do Trabalho, com ênfase nos temas educação, trabalho e profissões. E-mail: dionas.apompeu@gmail.com



Fabiane Stringine Severo

Graduada em Ciências Sociais (bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trabalha com antropologia da música/etnomusicologia e antropologia da arte. E-mail: fabiana.stringini.severo@gmail.com



Fatima Cristina Vieira Perurena

Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutora em Ciências Sociais - Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Tem pós-doutorado realizado em Coimbra sob a tutoria de Boaventura de Sousa Santos. Atualmente é professora titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (RS), onde atua nos cursos de graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Ciências



Fernanda Battagli Kropeniscki

Graduada em Educação Física (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduanda do curso de Dança-Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora de Educação Física no estado do Rio Grande do Sul. Trabalha com educação física escolar; relações de gênero e sexualidade; crianças e o brincar. E-mail: nandabk_fer@hotmail.com



Gabriela Felten da Maia

Graduada em Psicologia e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maira. Atualmente é psicóloga do Centro de Referência Especializada de Assistência Social de Cachoeira do Sul/RS. Atuou como docente do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS. Realiza doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou pesquisas nas temáticas do envelhecimento e marcadores sociais de diferença, violência e gênero e atualmente está inserida no campo da Antropologia Jurídica e sua interface com os estudos de gênero. E-mail: gabryelamaia@gmail.com



Graciele Dotto Castro

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialista em problemas do desenvolvimento na infância e adolescência: Abordagem Interdisciplinar pelo Centro Lydia Coriat em parceria com a Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS), mestre em Ciências Sociais (UFSM). Atua como Psicóloga no Instituto Federal Farroupilha – Campus Panambi. E-mail: gracidotto@yahoo.com.br



Guilherme R. Passamani

Graduado em Ciências Sociais (UFSM) e História (UFSM), mestre em Integração Latino-Americana (UFSM), doutor em Ciências Sociais (Unicamp). Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFMS) e do Curso de Ciências Sociais (UFMS). É coordenador do Núcleo de Estudos Néstor Perlongher – Cidade, Geração e Sexualidade (UFMS/CNpq). E-mail:grpassamani@gmail.com



Karen Kaercher

Graduada em Ciências Sociais-Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e mestranda em Ciências Sociais pelo mesmo programa. Pesquisa trabalho e gênero com grande interesse pela antropologia visual. E-mail: kakaercher@gmail.com



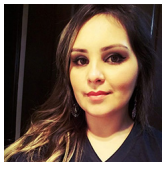
Laura Senna Ferreira

Graduada em bacharelado em Ciências Sociais (UFPEL, 2004) e licenciada em História (FURG, 2003). Especialista em Sociologia Política (UFPEL, 2006). Mestre em Sociologia Política (UFSC, 2008). Doutora em Sociologia (UFRJ, 2013). Professora adjunta na UFSM e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da mesma universidade. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho. E-mail: laurasennafe@hotmail.com



Marcia Regina Medeiros Veiga

Graduada em Pedagogia (FIC/UNIFRA) e em Ciências Sociais (UFSM). Mestra em Ciências Sociais pela UFSM – Linha Corpo e Saúde. Doutoranda em Estudos Contemporâneos do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Instituto de Investigação Interdisciplinar Universidade de Coimbra, Portugal – CEIS20/iii/UC (Bolsista de Dou-



Rafaela Oliveira Borges

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da mesma instituição. Vinculada ao grupo de pesquisa GEPACS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero e Saúde. Pesquisas realizadas e em andamento relacionam-se com os temas de gênero, sexualidade e educação. E-mail: rafaelaoborges@hotmail.com



Rodrigo Nathan Romanus Dantas

Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), professor do Magistério Estadual, mestrando em Ciências Sociais na mesma universidade. Tem como áreas de interesse de pesquisa Antropologia Urbana, Antropologia Visual e História Oral. E-mail: romanusdantas@gmail.com



Sandra Regina Trindade da Costa

Graduada em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2003. Especialista em Pensamento Político Brasileiro pela Universidade Federal de Santa Maria, 2004. Curso Técnico em Enfermagem pela Escola Nossa Senhora de Fátima, Santa Maria/RS, 2007. Atuação profissional: Universidade Federal do Maranhão/ Hospital Materno Infantil, atualmente atua como Técnica em Enfermagem. E-mail: san.cost@bol.com.br



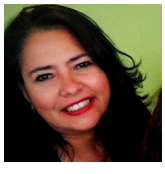
Vanessa Hoffman

Graduada em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 2005 e Sociologia (Licenciatura) pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) em 2007. Atuação profissional: Concursada Banco do Brasil. E-mail: va.hoffmann@gmail.com



Virginia Vecchioli

Doutora em antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ). Pós-doutorado na École Normale Superieure (ENS, Paris). Especialista em antropologia da política. Realiza pesquisas sobre o ativismo em causas humanitárias dos familiares de vítimas e dos profissionais do direito. Seu trabalho de pesquisa compreende também os disposi-



Zulmira Newlands Borges

Graduada em Comunicação Social (PUC/1989) e graduada em Ciências Sociais (UFRGS, 1990). Mestre (1994) e Doutora (1998) em antropologia social pela UFGRS. Doutorado sanduiche na Complutense de Madri (1995). Pós-doutorado (2007) na Faced/UFRGS. Atualmente é professora titular do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/ UFSM. Atuando, principalmente, nos temas gênero, sexualidade e educação; saúde e doença; etnografia e pesquisa qualitativa em saúde. E-mail: zulmiraborges@

M894 Mosaico socioantropológico [recurso eletrônico] : temas transversais de cultura, gênero e saúde / organização Laura Senna Ferreira, Zulmira Newlands Borges . – 1. ed. – Santa Maria, RS : Ed. pE.com UFSM : GEPACS, 2017.
1 e-book : il.

“15 anos GEPACS”

1. Antropologia 2. Gênero 3. Saúde 4. Comunicação 5. Produção editorial I. Ferreira, Laura Senna II. Borges, Zulmira Newlands III. Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero e Saúde

CDU 316.344
316.7

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central da UFSM

ISBN 9788592618056



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial--SemDerivações 4.0 Internacional.

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais
e Humanas - CCSH
Departamento de Ciências
da Comunicação

Prof. Paulo Afonso Burmann — **Reitor**

Prof. Paulo Bayard Dias Gonçalves — **Vice-Reitor**

Prof. Mauri Leodir Löbler — **Diretor CCSH**

Viviane Borelli — **Chefe de Departamento**

Editora Experimental pE.com UFSM

Profª. Dr.ª Marília de Araujo Barcellos — **Coordenação**

Danielle Neugebauer Wille — **Técnico-Administrativo**

Conselho Editorial
Ana Cláudia Gruszynski – UFRGS
Ana Elisa Ribeiro – CEFET / MG
Aníbal Bragança – UFF
Eduardo Giordanino – UBA
Marisa Midori Deaecto – ECA/USP
Márcio Gonçalves – UERJ
Paulo César Castro – UFRJ
Plinio Martins Filho – USP
Sandra Reimão – USP
Maria Teresa Bastos – UFRJ

Corpo Editorial
Cláudia Bomfá
Cristina Gomes
Liliane Brignol
Marília Barcellos
Rosane Rosa
Sandra Rúbia da Silva

Comitê Científico
Ceres Victora
Dagmar Meyer
Daniela Knauth
Débora Diniz
Flávia Rieth
Flávia Motta
Guacira Louro
Soraya Fleischer

Coordenação Editorial/
Revisão e Orientação Editorial
Marília de Araujo Barcellos

Coordenação de Diagramação,
Design e Fechamento editorial
Danielle Neugebauer Wille

Projeto Gráfico e Capa
Danielle Neugebauer Wille
Liandra de Christo Rodrigues

Assessoria Editorial,
Diagramação e
Preparação de Originais
Acadêmicos da Disciplina
Editora Experimental I / 2017
Andressa Gabriela Santos Silva
Andrio Yuri Dos Santos Gonçalves
Liandra De Christo Rodrigues
Lisara Bitencourt Ineu
Luiza Machado Belizaro
Mariana de Lima Weege
Renata Raulino Dos Santos
Tatiana Rodrigues Martins

Diagramação
Geórgea Teixeira Morais
Liandra de Chisto Rodrigues
Matias Maurício Streck

Revisão
Joice Zorzi

Projeto de Extensão
035477 PE.COM UFSM
Editora Experimental do Curso
de Produção Editorial

Apoio











Realização





Esse ebook foi produzido pela Editora Experimental pE.com,
composto em tipografia Droid Serif e Droid Sans,
finalizado em Dezembro de 2017.

Andrieli Vizotto
Ariana Soberon
Diego Marafiga
Dionas Àvila Pompeu
Fabiane Stringine Severo
Fatima Cristina Vieira Perurena
Fernanda Battagli Kropeniscki
Gabriela Felten. da Maia
Graciele Dotto Castro
Guilherme R. Passamani
Karen Kaercher
Laura Senna Ferreira
Marcia Regina Medeiros Veiga
Rafaela Oliveira Borges
Rodrigo Nathan Romanus Dantas
Sandra Regina Trindade da Costa
Vanessa Hoffman
Virginia Vecchioli
Zulmira Newlands Borges

Organizadoras
Laura Senna Ferreira
Zulmira Newlands Borges

ISBN 9788592618056